



**Universidade Federal do Pará**  
**Instituto de Letras e Comunicação**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**  
**Mestrado Acadêmico em Letras – Estudos Linguísticos**

**ISRAEL FONSECA ARAÚJO**

**A ENUNCIÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA FEMININA EM IGARAPÉ-MIRI: UM ESTUDO  
DAS RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS NO JORNAL MIRIENSE**

Belém, PA

2015

**ISRAEL FONSECA ARAÚJO**

**A ENUNCIÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA FEMININA EM IGARAPÉ-MIRI: UM ESTUDO  
DAS RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS NO JORNAL MIRIENSE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGL/UFPA (Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará), área de concentração Estudos Linguísticos, na Linha de Pesquisa Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Cristina da Costa Pessoa.

Belém, PA

2015

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca do ILC/ UFPA-Belém-PA**

---

Araújo, Israel Fonseca, 1977-

A enunciação da ação política feminina em Igarapé-Miri : um estudo das relações interdiscursivas no jornal miriense / Israel Fonseca Araújo ; orientadora, Fátima Cristina da Costa Pessoa. ---- 2015.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2015.

1. Análise do discurso. 2. Jornais brasileiros – Igarapé-Miri (PA). 3. Jornalismo – Igarapé-Miri (PA) – Aspectos políticos. 4. Jornalismo – Igarapé-Miri (PA) - Aspectos sociais. I. Título.

CDD-22.ed. 401.41

---

A ENUNCIACÃO DA AÇÃO POLÍTICA FEMININA EM IGARAPÉ-MIRI: UM ESTUDO  
DAS RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS NO JORNAL MIRIENSE

Belém, PA: 25 de junho de 2015

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Cristina da Costa Pessoa (PPGL-UFPA)  
(Presidente)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Netília dos Anjos Seixas (PPGCom-UFPA)  
(Examinadora)

---

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (PPGL-UFSCAR)  
(Examinador Externo)

---

Prof. Dr. Thomas Massao Fairchild (PPGL-UFPA)  
(Suplente)



Ao Giovanni Araújo, quem me leva à Universidade; para a *vovó Bieca* (Carmozinha Gonçalves), pelo inefável; ao *titio* Manoel Luiz Fonseca e aos meus pais, porque me ensinaram a pensar e a olhar além das palavras e me apresentaram aos meandros das redes discursivas.

## LISTA DE QUADROS E IMAGENS

Quadro 01	Textos não atravessados pelo humor, adotados nas análises desse subgrupo regular	51
Quadro 02	Textos atravessados pelo humor, adotados nas análises desse subgrupo regular	52
Quadro 03	Gêneros e Seções encontrados no Jornal Miriense, edições 2004-2008	58
Imagem 01	Reprodução de Capa do jornal “IGARAPÉ-MIRY”, de 19/10/1903	70
Imagem 02	Reprodução da página de entrada do <i>Blog</i> do Jornal Miriense na internet	75
Imagem 03	Página do Jornal Miriense que ilustra a seção <i>Repórter 60</i>	79
Imagem 04	Página do Jornal Miriense que traz a seção <i>No lombo do puraquê</i>	80

*Para eu me referir a uma imensa rede...*

Os agradecimentos se destinam a uma rede humana, de tamanho não medido por uma memória que sempre trai, apesar de tantos esforços. Resultado da contribuição de muitas pessoas: familiares, amigas e colaboradoras de pouco tempo ou várias décadas, este Projeto em realização se deve às seguintes contribuições, razão pela qual agradeço:

Ao Deus-Pai, autor e mantenedor da minha vida, por ter me permitido chegar a muitas portas e me apresentar caminhos, os quais nunca me foram impostos; e pela sabedoria de vida a mim dada, a qual sempre se antecipou aos saberes acadêmicos.

Aos meus pais, Raimundo Araújo e Terezinha Fonseca, que venceram o que foi possível para fazer seus seis filhos estudarem, pela ajuda constante e pelo parâmetro de vida apresentado.

Aos cinco irmãos, Ismael, Isaac, Ezequiel, Daniel e Zadiel, porque sempre se materializaram em estímulos para o crescimento e porque fazem os nossos dias serem cada vez mais alegres.

Ao Giovanni Araújo, unigênito, por ter sido sempre muito mais maduro e compreensivo do que a sua idade deveria permitir; e por ser, sem saber, a maior motivação humana de meus esforços.

A Francilene Valente Araújo, cônjuge em vida e companheira de ideais, a pessoa que sabe acreditar nos projetos que se fincam em um chão de utopias; por ser uma irmã no projeto do Mestrado e por saber esperar tanto.

À sustentação de tantos tempos: a tia Oneide Fonseca e tio José Ferreira, a todos os seus filhos, em especial ao Batista Ferreira e à Hildinéia (uma “porta” aberta por Deus, em pleno ano 2000), por terem sido a sustentação de tantos anos, e à família da dona Alzira/Manoel Quaresma, porto-seguro na tribulação de 1995.

A Rosinete Araújo, companheira de vida, parceira de tantos projetos, pela ajuda de todas as horas.

Aos meus cunhados e cunhadas, sobrinhos, à dona Tereza Valente, e todos os demais familiares que fazem a vida se tornar cada dia mais bonita e fraterna, pela ajuda constante e pelos exemplos de vida que me dão.

À amiga Vilma Brício, referência em matéria de profissionalização e percurso na vida acadêmica, pela amizade materializada em poesia de vida e por ter se apresentado para ajudar, em todos os momentos possíveis.

Aos professores e às professoras dos anos 1980, 1990, com especial registro para Amélia Corrêa e Izete Gonçalves (que fizeram toda a diferença). Ao Adamor Barbosa, porque me

mostrou a porta do curso de Letras. Aos colegas do Curso de Mestrado em Letras (pela parceria construída) e aos professores(as) desse curso, José Carlos, Myriam Crestian, Thomas Fairchild, Laura Alves, Sidney Facundes e Fátima Pessoa, por todas as ajudas, as orientações e os apontamentos).

Em especial, à professora Fátima Pessoa, pela amizade e parceria construídas durante o curso, pela acolhida para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, pelas seguras e precisas orientações, por se apresentar como incentivadora em todos os momentos e por, acima de tudo, apresentar possibilidades que estavam mais à frente de meus olhares.

Ao Jornal Miriense, por meio de seu editor-chefe e fundador, Dorival Galvão, por ter aberto as portas de sua Redação para que fosse possível realizar a coleta de publicações de 2004 até 2008, sem o que a pesquisa não seguiria.

À Secretaria e Biblioteca do PPGL, cujos profissionais sempre se mostraram prestativos para contribuir com o processo acadêmico, a ponto de serem até mais solícitos do que seus tempos corridos lhes permitiam.

Aos/às integrantes do Incam, Instituto Caboclo da Amazônia, com quem partilhamos crescimentos, em atenção às relações de poder que constituem a vida social e política na Amazônia, em cujo berço-*corpus* está Igarapé-Miri.

Aos meus colegas de várias escolas públicas, entre os quais muitos são associados ao Sintep (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará), pela acolhida e pelos incentivos (haja torcida, camaradas), com destaque para o corpo humano/institucional do SOME (Sistema de Organização Modular de Ensino), das escolas *Perciliano Tourão*, *Enedina Sampaio* e *Leonardo Negrão* (Murutinga) e equipes da Secretaria de Educação de Igarapé-Miri (2009-2012), por toda a energia positiva construída coletivamente.

*nós nos situaremos no lugar em que vêm se articular um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma “enunciabilidade” passível de ser historicamente circunscrita*  
(MAINGUENEAU, 2008, p. 17).

## RESUMO

A presente dissertação discute a maneira adotada pelo Jornal Miriense (JM) para apresentar a seus leitores a mulher que tem atuação pública/política no município de Igarapé-Miri (PA), seja no que concerne à análise de uma cobertura jornalística mais voltada para a própria personalidade política, seja no que concerne ao exame de uma enunciação que se volta para a divulgação de ações políticas mais específicas, tais como a atuação em movimentos sociais e na prefeitura de Igarapé-Miri. Investiga-se o funcionamento discursivo do fazer jornalístico que se materializa no Jornal Miriense, veículo produzido no município de Igarapé-Miri há 35 anos, especificamente no conjunto de publicações veiculadas entre os anos de 2004 a 2008. Foram constituídos quatro grupos de textos, definidos como G1, G2, G3 e G4, os quais apresentam a atuação feminina em diversas funções públicas/políticas (G1 e G2) e na função específica de prefeita de Igarapé-Miri (G3 e G4). Nas publicações, buscou-se atentar para as articulações entre o fazer jornalístico e a vida pública/política em Igarapé-Miri, bem como entre discursos sobre o lugar social da mulher e a dimensão de gênero que pode impactar o modo de se dizer, midiaticamente, acerca da aparição pública/política feminina no JM. De que maneira essas articulações geram sentidos nas publicações analisadas é uma indagação que define concretamente o horizonte principal postulado para a pesquisa: investigar as relações interdiscursivas constituintes do Jornal Miriense, materializadas nos textos que tematizam a ação pública/política feminina, em Igarapé-Miri. A investigação se baseia em postulados da Análise do Discurso da linha francesa (AD), especificamente com base no modelo defendido por Dominique Maingueneau (1997, 2008, 2011), adotando-se as seguintes ferramentas teóricas e analíticas: interdiscurso, prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva. Acredita-se que a enunciação jornalística do JM expõe relações interdiscursivas convocadas nos textos para se referir à figura política tematizada, estabelecidas por um conjunto de cenas enunciativas, que se sustentam em elementos da dêixis discursiva adotada. Nessa interface, ganha vital relevância a imbricação entre mídia e discurso, razão pela qual a pesquisa ancore-se em postulados de autores como Gregolin (2007), Lage (2005), Melo (1994) e Miguel (2002, 2003a). Foi possível constatar um conjunto de relações interdiscursivas que apontam para a articulação entre o discurso jornalístico do JM com a prática religiosa em curso em Igarapé-Miri, bem como entre essa prática jornalística e a prática política que ajuda a constituir a vida pública municipal, assim como entre a prática discursiva jornalística e a dimensão de gênero, a qual impacta significativamente o funcionamento discursivo do JM ao enunciar sobre a mulher com atuação pública/política em Igarapé-Miri.

Palavras-Chave: prática discursiva jornalística; relações interdiscursivas; gênero; política; Igarapé-Miri; Jornal Miriense.

## ABSTRACT

This Dissertation discusses the way adopted by Miriense printed newspaper (JM) to present its subject-reader the woman who has public and political action in Igarapé-Miri City, either with regard to the analysis of a more focused media coverage for the proper political personality, either with regard to the examination of an enunciation that turns to the dissemination of more specific political actions such as the performance of women in social movements and in the Igarapé-Miri City Hall. We investigate the discursive functioning of the journalistic practice materialized in JM. Such a vehicle is produced in the Igarapé-Miri city (PA) for 35 years. More specifically, we focus on a set of disseminated publications between 2004 and 2008. They were divided in four groups of texts, defined as G1, G2, G3 and G4, which present the feminine role in various public / political functions (G1 and G2) and the specific role of mayor of Igarapé-Miri (G3 and G4). In these publications, we try to pay attention to the joints between the journalistic practice and public/ political life in Igarapé-Miri and between discourses about women's social position and the gender dimension that can impact the way to say, journalistically, about female appearance at JM. How these joints generate meanings in the analyzed publications is a question that specifically defines the main horizon defined for this study: to investigate the interdiscursive relationships constituents of JM, materialized in the texts that thematize the female public/political action in Igarapé-Miri. This research is based on postulates of the French Discourse Analysis (AD), specifically along the lines advocated by Dominique Maingueneau (1997, 2008, 2011), taking into account the adoption of the following theoretical and analytical tools: interdiscourse, discursive practice, enunciation scene and discursive *deixis*. We believe that journalistic enunciation of JM exposes interdiscursive relations called in the texts to refer to the thematized political figure established by a set of enunciative scenes, which are supported by elements of the adopted discursive *deixis*. In this interface, the overlap between media and speech is of vital importance, which is why the research is founded on postulates of authors like Gregolin (2007), Lage (2005), Melo (1994) and Miguel (2002, 2003a). It was possible to find a set of interdiscursive relations pointing to links between the journalistic discourse of JM with the ongoing religious practice in Igarapé-Miri and between this journalistic practice and political practice that helps form the town public life, as well as between journalistic discursive practice and the gender dimension, which significantly impacts the discursive function and senses run on JM on women with public and political action in Igarapé-Miri city.

Keywords: journalistic discursive practice; interdiscursive relations; gender; policy; Igarapé-Miri; Miriense Newspaper.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>CAPÍTULO 1 – SOBRE AS OPÇÕES TEÓRICAS DA PESQUISA</b>	18
1.1 Análise do Discurso de linha francesa	18
1.2 Conceitos fundamentais para a pesquisa: a propósito da perspectiva de Dominique Maingueneau	22
1.3 Sobre a prática jornalística: o trabalho de produção e veiculação de notícias	33
1.3.1 A origem e a relevância social do trabalho jornalístico	36
1.3.2 O trabalho jornalístico que enuncia sobre a atividade política	44
<b>CAPÍTULO 2 - SOBRE AS OPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA</b>	50
<b>CAPÍTULO 3 - SOBRE O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI E O JORNAL MIRIENSE</b>	66
3.1 O município de Igarapé-Miri e realidades de acesso ao trabalho da imprensa	66
3.2 O Jornal Miriense: uma experiência de mídia impressa no Igarapé-Miri pós-1980	73
<b>CAPÍTULO 4 - SOBRE A ENUNCIÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA FEMININA EM IGARAPÉ-MIRI NAS PÁGINAS DO JORNAL MIRIENSE: DA TEMATIZAÇÃO DA MULHER MIRIENSE QUE ATUA EM DIVERSAS FUNÇÕES PÚBLICAS</b>	83
4.1 (G1) O processo de individualização na enunciação da função pública/política feminina no Jornal Miriense	85
4.2 (G2) O processo de engajamento na enunciação da função pública/política feminina no Jornal Miriense	97
<b>CAPÍTULO 5 - SOBRE A ENUNCIÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA FEMININA EM IGARAPÉ-MIRI NAS PÁGINAS DO JORNAL MIRIENSE: DA TEMATIZAÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA DA PREFEITA DE IGARAPÉ-MIRI</b>	112
5.1 (G3) A ação política da prefeita é tematizada positivamente nas páginas do Jornal Miriense	113
5.2 (G4) A ação política da prefeita é tematizada negativamente nas páginas do Jornal Miriense	123
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	153
<b>REFERÊNCIAS</b>	170



Textos do Jornal Miriense adotados na análise	173
<b>ANEXOS 1 a 38</b> (publicações Jornal Miriense)	176
<b>Anexo 39</b> - <i>Jornal Miriense: Breve Histórico</i>	226

## INTRODUÇÃO

A cobertura jornalística da participação da mulher na vida política da cidade de Igarapé-Miri, município paraense inserido na região tocantina, chamou a atenção do autor desta pesquisa<sup>1</sup>. A atenção a essa participação política feminina pode ser entendida como decorrente do fato de a mesma ainda ser, por todo o território nacional, bem menor do que a correlata atuação política masculina. Tal fato expõe uma importante relação que pode ser indagada, investigada, que é a relação de poder instituída por essa polarização de gênero, com visível desvantagem histórica para a mulher. De outra maneira, também pode ser registrado o quanto a cobertura dessa vivência política, feita pela imprensa, pode contribuir para discussões que podem ser feitas sobre a questão da participação feminina na política.

A presença da imprensa jornalística é de vital relevância para a constituição dos cenários políticos em permanente construção, devido à veiculação de sentidos socialmente pré-concebidos para a atuação feminina. E é na figura institucionalizada da mídia jornalística que esse debate encontra lugar material para acontecer, pois a mídia oferece a visibilidade de que tanto necessitam os agentes políticos que se inscrevem nas lutas, tácitas ou não, para disputar espaços de poder na sociedade. Essa visibilidade da atuação política da mulher é tema de grande relevância social, razão pela qual esta pesquisa é perpassada por uma transversalidade de gênero, conforme apontado ao longo deste texto. Considera-se essa atuação política de indiscutível relevância social para a contemporaneidade nacional e a sua enunciação na mídia jornalística favorece em grande medida a evidenciação política da mulher e o estabelecimento de debates sobre o tema.

Um exemplo desse cenário, que se pode chamar de novo, no caso do Brasil, é a conclamação da justiça eleitoral para a mulher participar da vida política nacional, um dos aspectos considerados nesta pesquisa.

Em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral, corte máxima da justiça eleitoral brasileira, mostrou-se sensível a essa realidade e instituiu uma campanha nacional para conclamar a mulher brasileira a participar mais da política eleitoral. No lançamento da campanha, o Ministro Marco Aurélio [ex-presidente do TSE] informou que há dados apontando uma participação feminina na política brasileira inferior a 9% (nove por cento) entre parlamentares

---

<sup>1</sup> Para os efeitos desta pesquisa, a cobertura jornalística do Jornal Miriense acerca da atuação política da mulher é entendida como um trabalho, aquele que se traduz no fazer jornalístico de planejar, produzir e fazer circular esse jornal. Tal fazer é atravessado pela enunciação ou pelo ato de dizer e se posicionar acerca da citada atuação política. Portanto, não se trata de uma atividade essencialmente informativa ou técnica, conforme se discute aqui, mas de noticiar uma ação na qual estão implicadas posições de sujeito, tais como a posição do sujeito jornalista e as dos sujeitos leitores do jornal.

eleitos para o Congresso Nacional. Além disso, o Ministro mostrou que o Brasil ocupa o 156º lugar, num total de 188 países, em relação à representação da mulher no Poder Legislativo.

Entendendo a importância dessa participação e aceitando-se que a imprensa jornalística tem papel decisivo na cobertura/divulgação de fatos relevantes sobre a vida pública contemporânea, fora elaborada uma proposta de pesquisa para ser submetida à seleção ao curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Pará, no Programa de Pós-Graduação em Letras (na linha de pesquisa *Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais*), que, em linhas gerais, trata de investigar a maneira adotada pelo Jornal Miriense quando da tematização da ação política da mulher em Igarapé-Miri, tendo em conta o conjunto noticioso veiculado pelo jornal entre os anos de 2004 até 2008. Entre os principais motivos, isso se deve ao fato de que é entre 2005 e 2008 que o município tem um governo comandado por uma mulher, a senhora Dilza Maria Pantoja Corrêa.

O Jornal Miriense é entendido nesta pesquisa como um veículo da mídia impressa, de abrangência local, apesar de circular esparsamente em outros municípios além de Igarapé-Miri. Neste texto, esse veículo é chamado de Jornal Miriense, Miriense ou JM. Para além da função de informar a população e publicar a ocorrência de fatos de interesse social, o Miriense ajuda a instituir uma realidade por meio de sua ação discursiva. O acesso às publicações e, logo, aos posicionamentos sobre essa vivência política, seja na dimensão da totalidade da ação política, seja quanto à ação particular protagonizada pelas mulheres, deixa os leitores do veículo bem mais do que informados. Aos mesmos é reservada a condição de enfrentamento dos sentidos veiculados pelo jornal, que os seduzem e os chamam a aderir aos posicionamentos veiculados pelo JM, e/ou a combatê-los.

O referido jornal publicou mais de 60 (sessenta) edições entre 2004, período de campanha eleitoral para a prefeitura e câmara municipais, e 2008, final da gestão “*Todos por Igarapé-Miri*”. Considerando-se essa experiência única de governo liderado por uma mulher, em Igarapé-Miri, há que se enfatizar que a historicidade é um dos aspectos mais importantes desta pesquisa e que está subjacente à sua configuração, razão pela qual as análises discursivas das publicações selecionadas – ainda que não o explicitem repetidamente – sempre estarão a ela se reportando. Dito de outra maneira, tem-se que, sem a transversalidade da dimensão histórica constitutiva da vida pública miriense, não seria possível o estabelecimento de articulações entre o funcionamento discursivo revelado pelo Jornal Miriense e as relações sociais presentes na cidade miriense, entre elas as relações de gênero, as quais são possibilitadas também pelo exercício da atividade política local. Portanto, sem a existência desse fato histórico inscrito na vida política de Igarapé-Miri, a cobertura do

Miriense não se daria como tal, assim como a proposição de estudar essa realidade enunciativa/discursiva.

A existência das mídias locais, como se pode pensar sobre o caso do Jornal Miriense, não passou despercebida por Miguel e Biroli (2011). Os autores discutem a relevância dos meios de comunicação de massa e suas interfaces com o processo eleitoral e, a certa altura das discussões, afirmam:

ao lado dos veículos de mídia centrais, pelo menos quatro subcampos parecem atuar permanentemente, ainda que com pesos e alcances diferenciados, na construção dos consensos e na definição do ambiente político: a comunicação governamental, *a mídia local*, as novas mídias, propiciadas sobretudo pela internet, e as formas tradicionais, como as igrejas e o sindicalismo (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 79, grifos meus).

No caso específico do Jornal Miriense, pode-se pensar no mesmo enquanto genuíno representante da mídia impressa local, em virtude de sua produção ser atrelada ao município de Igarapé-Miri, por ter surgido enquanto projeto de mídia impressa de Igarapé-Miri, por sua proposta de tratar dos temas e problemas ligados a Igarapé-Miri ao longo de 35 anos de existência. Igualmente, a sua ação se dá majoritariamente no território miriense. A cobertura jornalística é um dos elementos que permitem que questões de grande relevância no âmbito dos municípios sejam evidenciadas, para que sobre as mesmas não recaia o manto do silêncio. Dentre essas questões pode ser apontada a participação da mulher na vida política.

A proposta de pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará (UFPA), da qual esta dissertação é decorrente, baseia-se em postulados teóricos/metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e, mais especificamente, no modelo de AD defendido por Maingueneau (1997, 2008, 2011). A opção pelo aporte teórico/metodológico de Maingueneau (1997, 2008, 2011) deve-se ao fato de o teórico francês praticar uma análise do discurso de base enunciativa, na qual ganham destaque os conceitos operacionais de cena de enunciação e dêixis discursiva, entendidos como fundamentais nesta pesquisa, além de interdiscurso e prática discursiva, segundo está explicitado nos Capítulos 1 e 2. Ou seja, esse conjunto de conceitos operacionais e o fato de o autor articular as categorias história e linguagem, vistas aqui como interdependentes: “já que, para ele, os discursos são, ao mesmo tempo, objetos integralmente linguísticos e integralmente históricos” (POSSENTI; MUSALIM, 2010, p. 65), reforçam a importância de buscar entender a maneira de um jornal local efetivar a sua prática discursiva midiática sobre a ação política da mulher, em Igarapé-Miri: para o que a historicidade, a

constituir essa participação política, é uma dimensão de suma importância e, de outra parte, para cujo enriquecimento conta o fato de a enunciação jornalística estar sendo investigada a partir de uma perspectiva de AD para a qual a ciência linguística é fundamental.

Além disso, o conceito de interdiscurso, tripartido em universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo, possibilita que se olhe o fazer jornalístico sob a ótica de um campo discursivo. Dentro deste campo, recorta-se o espaço discursivo no qual aparece a figura da mulher igarapemiriense que atua na política. AD e mídia, conforme se vê mais à frente (GREGOLIN, 2007), são campos complementares e que têm interesse em investigar a produção e a circulação dos sentidos, entre outros motivos que poderiam ser indicados, porque os (efeitos de) sentidos implicam a existência de sujeitos inscritos social e irremediavelmente na história.

Aceitando-se que as publicações jornalísticas do Jornal Miriense constituem uma prática discursiva e que as relações interdiscursivas por ela construídas podem levar ao entendimento da maneira como essa atuação política é tematizada, a pesquisa apresentada nesta dissertação apoia-se nos seguintes conceitos operacionais propostos por Dominique Maingueneau (1997, 2008, 2011): interdiscurso, prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva. Operando-se com esses conceitos, espera-se compreender o funcionamento discursivo implicados nos textos que tratam da atuação política feminina.

Este texto tem um capítulo dedicado à apresentação da fundamentação teórica da pesquisa, o que não impede de se destacar a aproximação do pesquisador com o modelo teórico adotado na investigação.

Na sua caminhada acadêmica, os primeiros e mais sistemáticos contatos com a AD se deram a partir do ano de 2011, por iniciativa própria<sup>2</sup>: pela participação em eventos acadêmicos, por uma aproximação inicial feita quando das discussões sobre a Divisão do Pará, em 2011, e a cobertura dessa consulta plebiscitária, feita pelos jornais paraenses<sup>3</sup>, pela consulta aos currículos de docentes da UFPA – visando à seleção ao Curso de Mestrado em Letras, pelas insistentes consultas a pessoas conhecidas (mestrandos e egressos do Mestrado

---

<sup>2</sup> O autor da pesquisa cursou Graduação em Letras/Português, na UFPA, *Campus* de Abaetetuba (entre 2001 e 2005), e Especialização em Estudos Linguísticos e Análise Literária (CCSE-UEPA, entre 2006 e 2007). As incursões pelo fértil campo da AD, porém, passam a acontecer tardiamente. Para fins de anotação, importa frisar que, nesses cursos acadêmicos, os estudos no campo da AD foram praticamente inexistentes, o que deve ser considerado como uma significativa lacuna nesses percursos acadêmicos.

<sup>3</sup> Na Escola Enedina Sampaio Melo, sediada em Igarapé-Miri (PA), na qual trabalhava, em 2011, o autor desta dissertação realizou um estudo de publicações do jornal Diário do Pará sobre a Divisão do Pará. O projeto fora denominado *O Tema da Divisão do Pará, na Mídia: um estudo da prática discursiva do jornal Diário do Pará (agosto a dezembro de 2011)* e realizado com alunos de uma turma de terceiro ano de Ensino Médio. A socialização do mesmo deu-se em feira dessa escola e em eventos acadêmicos realizados na UFPA, em Belém e em Castanhal.

em Letras – PPGL/ILC/UFPA). Mas, mais que toda essa indicada aproximação tímida, é preciso salientar que a intenção de ingressar no referido curso e pesquisar na área dos estudos linguísticos, especificamente no campo da AD, dá-se principalmente pela relevância que tem a análise de funcionamentos discursivos e sua produtiva aproximação com o trabalho midiático/jornalístico nas sociedades contemporâneas.

Do ponto de vista da organização, o texto ora apresentado está configurado da seguinte maneira. No primeiro capítulo, trata-se do modelo teórico adotado na pesquisa, a AD de linha francesa, e da teorização concernente ao fazer jornalístico, entendidas as duas fundamentações como articuladas e complementares, posto que os dois lugares (discurso e mídia) têm nas considerações sobre o processo de produção dos sentidos uma importante contribuição. No caso específico do modelo de AD praticado por Maingueneau (1997, 2008, 2011), os conceitos operacionais interdiscurso, prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva ajudam a configurar a investigação que quer investigar a prática discursiva que se materializa no Jornal Miriense e chegar ao reconhecimento das relações interdiscursivas que constituem os textos veiculados por esse jornal, relações essas que podem evidenciar a relação da prática política com as questões de gênero na cidade de Igarapé-Miri. Já a teorização que trata do fazer jornalístico deve ajudar a entender, do ponto de vista da investigação da atuação da imprensa e/ou do trabalho jornalístico, o próprio fazer enunciativo materializado na veiculação de notícias e sua relevância social quando da cobertura de fatos relevantes para a vida contemporânea, como é o caso de informar sobre a ação política.

No segundo capítulo, é tratado acerca das opções metodológicas da pesquisa, da maneira adotada para a seleção das publicações e constituição do *corpus* de análise, haja vista a correlação subjacente entre as discussões teóricas e a postura metodológica a ser adotada em uma pesquisa. No terceiro capítulo, é feita uma contextualização sumária do município de Igarapé-Miri e de sua trajetória de imprensa. Nesse capítulo, também é feita uma apresentação do Jornal Miriense, veículo de mídia impressa produzido no município de Igarapé-Miri há trinta e cinco anos, de onde se constitui o *corpus* de análise da pesquisa, formado pelas publicações vindas a público entre 2004 e 2008, as quais tratam da atuação política da mulher em Igarapé-Miri. Os capítulos finais, quarto e quinto, reúnem um conjunto de análises realizadas em quatro grupos de textos, aqui definidos como (G1), (G2), (G3) e (G4). No quarto capítulo, estão as análises realizadas sobre os grupos (G1) e (G2) e no quinto capítulo as análises acerca dos grupos (G3) e (G4), tendo em vista a teorização acima indicada. Seguem-se a esses capítulos as Considerações Finais, nas quais são retomadas as discussões apresentadas nesses capítulos finais e anotadas as principais relações interdiscursivas

encontradas no fazer jornalístico do Jornal Miriense relativas à atuação feminina na vida política desse município.

Além desses capítulos e das citadas Considerações, são apresentadas as Referências adotadas na pesquisa, assim como são dados a conhecer os Anexos (*Jornal Miriense: breve histórico* e reproduzidos os textos adotados nas análises).

## **CAPÍTULO 1 – SOBRE AS OPÇÕES TEÓRICAS DA PESQUISA**

A fundamentação teórica desta pesquisa assume os postulados da AD francesa, mais especificamente o modelo de AD defendido por Maingueneau (1997, 2008, 2011), e a teorização sobre o fazer jornalístico, com base em pressupostos teóricos discutidos nas produções acadêmicas da área do jornalismo. Para efetivar esse encaminhamento, o presente capítulo fora constituído de três seções. Na primeira delas trata-se sobre a própria AD. Na segunda seção, são apresentados os quatro principais conceitos adotados na pesquisa: interdiscurso, prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2008, 2011). Já na terceira seção, discute-se a prática jornalística, que aqui é entendida como um trabalho que vai além da simples atividade de produção/veiculação de informações, sendo considerado como uma prática discursiva. Essa terceira seção está dividida em duas sub-seções, as quais tratam, nessa ordem, da origem e relevância social do trabalho jornalístico e do fazer jornalístico que se ocupa de enunciar a atividade política.

### **1.1 Análise do Discurso de linha francesa**

Conforme apontado acima, a fundamentação teórica desta pesquisa está pautada na AD e, especificamente, no modelo de AD proposto por Dominique Maingueneau. Em consonância com esse alinhamento teórico e com os propósitos da pesquisa, há uma atenção especial para o conceito de interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008), conceito esse que se inscreve na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, conforme se vê a seguir. Além desse conceito mais central para a análise, outros, como prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva, são de grande relevância para este estudo, conforme se busca explicitar neste capítulo.

Visando-se demarcar inicialmente a posição assumida neste estudo, podem ser destacadas algumas considerações concernentes à tal perspectiva teórica, atentando prioritariamente para o postulado do interdiscurso sobre o discurso, pois esse autor enfatiza que o objeto de estudo do analista do discurso não é mais o discurso e, sim, as relações interdiscursivas. Há que se atentar também para a tripartição feita pelo autor para tornar menos “grosseira” a noção de interdiscurso, ao cunhar os conceitos de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo (MAINGUENEAU, 2008). Antes de tratar mais especificamente da perspectiva teórica de Maingueneau, é importante evidenciar algumas



questões mais introdutórias sobre a AD, a começar pelo entendimento do que é essa “disciplina de entremeio”, segundo afirma Orlandi (1994), e o que vem a ser o discurso, entre outras.

Uma possibilidade de entender a AD é tê-la enquanto uma disciplina que se move entre várias outras, como sugere Orlandi (1994). Dado esse seu mover, é de se acreditar que a mesma se inscreve em um quadro em que estão articulados os aspectos linguístico e social, ou as dimensões da linguagem e da sociedade. Trata-se de uma disciplina que já nasceu assentada na interdisciplinaridade, uma vez que possuía, em seu nascimento, “preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos” (BRANDÃO, 2012, p. 16). Por essa afirmação é possível compreender que se trata de uma disciplina acadêmica de forte cunho interdisciplinar, pelo que se concebe uma inter-relação entre os conceitos de linguagem e sociedade e, nessa materialidade linguística, seria possível dar a conhecer questões ligadas à ideologia, a formações ideológica e discursiva, a discurso, a relações de poder, a posicionamento, a gênero etc.

Para Eni Orlandi (1994), a “Análise de Discurso considera que o discurso não está fixado *a priori*, como essência das palavras”, mas que existe “determinação histórica do sentido”. Para ela, o discurso deve ser definido como um processo social e que sua especificidade está no fato de que a materialidade discursiva “é linguística” (ORLANDI, 1994, 56, grifo da autora).

Possenti (2009a) esclarece que a AD não funciona “a partir da última versão da teoria” e que “não há propriamente, no campo da AD, questões vencidas” (POSSENTI, 2009a, p. 153-154). Alinhando-se ao posicionamento desse autor, pode-se aceitar que sempre há o que dizer sobre o interdiscurso, isto é, que não se trata, aí, de uma questão vencida. Também fica entendido, seguindo esse posicionamento de Possenti (2009a), que se trata de um terreno teórico no qual não há assento para a noção de acabamento.

Brandão (2012) afirma que o empreendimento acadêmico a que se propõe a AD tem ares de desafio, haja vista que a mesma investiga o funcionamento de discursos e que estes podem materializar, na linguagem, as contradições ideológicas existentes na sociedade. Esse desafio é descrito pela autora nos seguintes termos: “realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a análises de aspectos puramente linguísticos nem o dissolvam num trabalho histórico sobre a ideologia” (BRANDÃO, 2012, p. 103). Quando se trata de AD, não se pode falar, portanto, em “acabamento”, “prontidão”, porque ela

se apresenta como uma disciplina não acabada, em constante construção, problematizante, em que o linguístico é o lugar, o espaço, o território que dá materialidade, espessura a ideias, conteúdos, temáticas de que o homem se faz sujeito; não um sujeito ideal e abstrato mas um sujeito concreto, histórico, porta-voz de um amplo discurso social (BRANDÃO, 2012, p. 104).

Questão fundamental para a AD, segundo Orlandi (2010, p. 25), é a “questão do sentido”, ponto esse amiúde debatido por estudiosos da área e de vital importância para estudos que se voltam para o entendimento e a explicação dos funcionamentos discursivos. Nessa discussão, segue-se aqui a proposição de Gregolin, que define a AD como um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para que se possa analisar “acontecimentos discursivos”, já que a mesma é uma disciplina “que *toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido*, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e que estão inseridos na história” (GREGOLIN, 2007, p. 13, grifos meus).

Discurso, sentido e história são três conceitos intimamente relacionados, na medida em que os sentidos veiculados não estão dados na materialidade linguística, isto é, não há transparência na atribuição de sentidos, de uma maneira que, dado o enunciado linguístico (materialidade), o sentido estivesse pronto, definido. E, tendo em vista a “questão” do sentido, diz Orlandi que “*na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história*” (ORLANDI, 2010, p. 25, grifos meus).

Igualmente, esta pesquisa alinha-se às contribuições de Gregolin para demarcar esse terreno teórico, um campo de pesquisa que objetiva “compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens” (GREGOLIN, 2007, p. 11). É justamente essa articulação, aqui julgada plenamente possível, entre a AD e a produção social dos sentidos produzidos e veiculados pela mídia, o que se busca fazer neste estudo. São, por assim dizer, dois lugares teóricos que ajudam a constituir esta pesquisa e que demandam uma forma de entender a tematização da mulher com atuação política nas publicações do Jornal Miriense, a partir das contribuições da AD, de uma maneira geral, e de Maingueneau (1997, 2008, 2011), mais especificamente.

Essa mesma autora é enfática ao afirmar que a AD “interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação” (GREGOLIN, 2007, p. 13). Essa articulação (AD – mídia) traz, segundo ela, um enriquecimento recíproco, na medida em que esses dois campos são complementares quanto ao fato de terem as produções sociais de sentidos como

objeto, pelo que se pode conceber a mídia enquanto uma importante produtora de sentidos, sentidos esses que são satisfatoriamente estudados pela AD.

Deve-se ressaltar que não é somente a mídia que pode ser considerada como produtora de sentidos que causam grande impacto na sociedade, mas não há que se negar a pertinência de sua atuação nessa área: inúmeros eventos históricos (diários, semanais...), de pequeno ao incalculável impacto social/cultural são trazidos ao público-leitor de jornais e revistas, por exemplo. Não por acaso ela é uma instância que produz e conduz as informações ao acesso de homens e mulheres, haja vista que mesma ajuda a constituir, a estruturar a vida em sociedade, através dos posicionamentos que veicula, da apelação que faz para que seus leitores venham a aderir às posições que ela defende. E, nos empreendimentos investigativos aos quais a AD se dedica, a mídia é tomada como um relevante objeto de investigação.

Maingueneau (1997, p. 11) manifesta ponto de vista sobre a caracterização da “análise do discurso” nos dias atuais ao ponderar que, nestes tempos, a AD “praticamente pode significar qualquer coisa (toda produção de linguagem pode ser considerada ‘discurso’)”, o que teria origem na própria organização do campo da ciência linguística.

Tratando da AD, Maingueneau (2006) afirma que prefere fazer uma distinção entre “os estudos sobre o discurso” (poderiam ser realizados em áreas como a literatura, a cognição e as patologias da linguagem) e “as diversas disciplinas do discurso”. Ele não as cita, mas afirma que a AD é uma dessas disciplinas e que a mesma “tem um ponto de vista específico sobre o discurso” (MAINGUENEAU, 2006, p. 4). Ao dar explicações acerca desse campo de pesquisa, o autor é enfático ao criticar a postura de “alguns” que, segundo ele, “se contentam com uma definição minimalista [de AD]: não hesitam em chamar ‘análise do discurso’ não importa para qual o estudo que esteja relacionado com as unidades transfrásicas consideradas em seu contexto social”. Para ele, ela seria um agrupamento de pesquisas que hoje recebem esse rótulo (AD). Conforme sua definição, a AD é uma “zona de contato entre a Linguística e as ciências humanas e sociais” (MAINGUENEAU, 2006, p. 5 e 1).

Maingueneau (1997) afirma que a linguística, muito esquematicamente, opõe duas regiões principais: a primeira poderia ser chamada de “rígida” (dedicada ao estudo da “língua”, no sentido saussureano) e, a segunda, com contornos mais instáveis, mantém relações com as disciplinas vizinhas (como sociologia, psicologia, história, filosofia, etc.). Essa segunda região, segundo ele, “se refere à linguagem apenas à medida em que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas. O termo ‘discurso’ e seu correlato ‘análise do discurso’ remetem

exatamente a este último modo de apreensão da linguagem” (MAINGUENEAU, 1997, p. 11 e 12).

O autor complementa essa sua reflexão apontando duas possibilidades de leitura dessa oposição. Uma primeira maneira de ler poderia revelar “uma hierarquia entre o que depende plenamente da linguística e o que seria apenas um conjunto de margens, de reincidências pouco científicas do núcleo rígido”. Já a segunda maneira (que é defendida por ele), “afirma, de início, a dualidade radical da linguagem, a um só tempo, integralmente formal e integralmente *atravessada pelos embates subjetivos e sociais*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 12, grifos meus).

Nesta pesquisa acredita-se que a prática discursiva de produção e circulação do Jornal Miriense pode ilustrar essa dualidade, haja vista que as faces textual e social do discurso devem encerrar implicações formais (textos, enunciados, a materialidade linguística) e subjetivas/sociais (posicionamentos, coerções dos lugares de fala, formações discursivas).

Acredita-se que a vida política/social do município de Igarapé-Miri, que encerra em si embates sociais e, logo, as relações de poder que evidenciam uma decisiva participação da mulher na vida pública/política de Igarapé-Miri, é constituinte dessa prática discursiva que se materializa nas publicações do Miriense. Sem essa dimensão social, que é atravessada pelos embates históricos que constituem a arena política miriense, não haveria motivação para o Jornal Miriense empreender essa cobertura jornalística e a conseqüente tematização da mulher na política de Igarapé-Miri.

Na sequência deste texto, trata-se sumariamente do modelo de AD defendido por Dominique Maingueneau, objetivando-se apresentar e discutir conceitos de interdiscurso, prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva, os quais são adotados nesta pesquisa.

## **1.2 Conceitos fundamentais para a pesquisa: a propósito da perspectiva de Dominique Maingueneau**

Conforme já apontado anteriormente, são adotados nesta pesquisa conceitos operacionais apresentados/discutidos por Maingueneau (1997, 2008, 2011), entre os quais o próprio conceito de discurso. Por isso, inicia-se esta seção com a discussão do mesmo, para em seguida tratar de interdiscurso e dos demais conceitos que emergem dessa perspectiva.

O que é, por assim dizer, o discurso? Para esse autor, “na perspectiva da ‘escola francesa de análise do discurso’, entenderemos por ‘discurso’ uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 15); e é baseado nessa dispersão de textos que circularam entre 2005 e 2008, no Jornal Miriense, que este estudo trata de seu objeto específico: a tematização da atuação pública/política feminina em Igarapé-Miri, construída pelo fazer enunciativo do Miriense. Há diálogo com outros teóricos que trabalham ancorados na AD, como é o caso de Gregolin (2007) e Possenti (2009a, b, c, d).

Nesse período recortado, dada a sua historicidade para a trajetória política do município igarapemiriense, a produção jornalística do Miriense pode revelar enunciações singulares no que tange à atuação política da mulher no município de Igarapé-Miri, conforme se tenta evidenciar nas análises reunidas nesta dissertação. Isso pode ser corroborado pelo fato de a eleição da primeira mulher para ocupar a função de prefeita de Igarapé-Miri ter se dado quando o município já contava mais 100 anos de existência.

O discurso “é entendido, aqui, como um tipo de sentido – um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua, embora não mantenha uma relação biunívoca com recursos de expressão da língua” (POSSENTI, 2009d, p. 16). Esse autor ressalta que “o discurso se constitui pelo trabalho *com* e *sobre* os recursos de expressão, que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com posições e condições de produção específicas” (POSSENTI, 2009d, p. 16, grifos do autor). Espera-se que esse tensionamento existente entre condições de produção/posicionamentos e recursos de expressão (unidades linguísticas), dados os discursos veiculados pelo Jornal Miriense sobre a ação política da mulher miriense, possa ser evidenciado no conjunto de análises reunido neste texto.

A conceituação de discurso feita por Possenti (2009d) segue postulado de Maingueneau (1997), para quem o discurso é uma noção que “não é estável”, pelo que se entende um “conjunto de enunciados realizados, produzidos a partir de uma certa posição” (MAINGUENEAU, 1997, p. 23). Discurso é entendido, assim, não somente como um conjunto de enunciados, mas como manifestação linguajeira que está intimamente atrelada às posições de sujeito que um indivíduo pode/não pode assumir em determinadas situações, o que pode se dar em virtude das coerções impostas pelas formações ideológicas/discursivas às quais o mesmo pode/deve estar filiado<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Há que se considerar, ainda, a dimensão da relação interdiscursiva, nuclear nesta pesquisa. A esse respeito e/ou sobre a dimensão da alteridade, dizem Charaudeau e Maingueneau (2008) que o discurso “não é somente um

Possenti (2009a, p. 80) afirma que os discursos “não surgem apenas se certas condições são satisfeitas, mas também que eles podem afetar essas mesmas condições”. Com base nesse postulado teórico, pode-se pensar que os textos reunidos no *Miriense* são resultantes desse tipo de coerção. Em outras palavras, de um lado, os discursos veiculados pelo *Jornal Miriense* vêm a público porque há um cenário politicoeleitoral e administrativo subjacente, cenário esse marcado por relações de poder: ou seja, existem as “condições”, aquelas que afetam o discurso. De outro lado, essas mesmas condições (sócio-históricas, políticas/eleitorais) podem ser afetadas por tais discursos, na medida em que os posicionamentos veiculados pelo jornal interferem nas circunstâncias sociais e históricas que motivaram a produção das publicações do *Miriense* (disputas eleitorais, eleição de uma mulher etc.). Essas circunstâncias têm implicação no funcionamento discursivo jornalístico.

Portanto, tais discursos afetam esse cenário apontado, o que implica perceber a existência de um conjugado de forças que se movem, dialeticamente, nos dois sentidos apontados: do social para o discursivo e do discursivo para o social. A dimensão social, com seus atravessamentos ideológicos e as relações de poder, gera as condições para o surgimento dos discursos e, estes, ao existirem e circularem na arena social, afetam essas mesmas condições, na medida em que os sentidos veiculados permanentemente rearranjam os posicionamentos assumidos no curso da história.

Possenti (2009b) discute, também, sobre o papel do sujeito na atividade enunciativa. Tratar-se-ia de um sujeito totalmente assujeitado, cerceado de tal forma pelas formações ideológica e discursiva, ou de um sujeito livre, autônomo para enunciar segundo suas vontades? O explica:

Para o que aqui importa, significa que não acredito em sujeitos livres nem em sujeitos assujeitados. Sujeitos livres decidiriam a seu belprazer o que dizer em uma situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos(...). Nada é estanque, nem totalmente estruturado (POSSENTI, 2009b, p. 73).

Em estudo anterior, ao falar sobre sentido e efeitos de sentido, Possenti (2002, p. 181) esclareceu que “qualquer enunciação supõe uma posição, e é a partir dessa posição que enunciados (palavras) recebem seu sentido”. Na análise discursiva empreendida nesta

---

espaço no qual viria introduzir-se, do exterior, o discurso outro; ele se *constitui* através de um debate com a alteridade, independentemente de qualquer traço visível de citação, alusão etc.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 261 – grifo dos autores). Essa discussão será apresentada ainda na sequência desta seção.

pesquisa, o conjunto de enunciados realizados corresponde aos textos produzidos e veiculados pelo Miriense no interstício definido, em que se atenta para as posições de sujeito nas quais podem se inscrever os coenunciadores, quando discorrem sobre a atuação das mulheres na política de Igarapé-Miri.

Após tratar da noção de discurso e de sua relação com a noção de sentido e efeito de sentido, segue-se agora a proposição de Maingueneau (2008) acerca da precedência que o interdiscurso deve ter sobre o discurso, no que tange à ação do analista. Ao iniciar seus comentários sobre esse conceito, o autor afirma que “quando precisam encarar a heterogeneidade enunciativa, os linguistas são levados a distinguir duas formas de presença do ‘Outro’ em um discurso, que são a heterogeneidade *mostrada* e a heterogeneidade *constitutiva*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 31 – grifos do autor). Para ele, apenas a heterogeneidade mostrada é acessível aos aparelhos linguísticos. O caráter heterogêneo do discurso leva a considerar que o mesmo encontra-se atrelado a um pré-construído, isto é, a “uma marca, no enunciado, de um discurso anterior”. O pré-construído “se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação. Um sentimento de evidência se associa ao pré-construído, porque ele foi ‘já-dito’ e porque esquecemos quem foi seu enunciador” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 261).

Maingueneau (2008, p. 31) deixa claro que sua “hipótese do primado do interdiscurso se inscreve na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra (...) o Mesmo do discurso e seu Outro”. O autor esclarece que esse Outro não deve ser reduzido à figura do interlocutor (ou coenunciador) e que, em um discurso, a heterogeneidade constitutiva se dá “independentemente de qualquer forma de alteridade marcada” no texto (MAINGUENEAU, 2008, p. 37).

A discussão sobre a heterogeneidade apresentada sob a bipartição heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva vem de Authier-Revuz (2004), a partir de seus estudos das teorizações lacaniana e bakhtiniana. Em atenção a sua leitura psicanalítica sobre a heterogeneidade da palavra, ela afirma que “sob nossas palavras, ‘outras palavras’ sempre são ditas; que atrás da linearidade ‘da emissão por uma única voz’, se faz ouvir uma ‘polifonia’; que ‘todo discurso parece se alinhar sobre várias pautas de uma partitura’” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 68).

Diz a autora que essa primeira forma de heterogeneidade (a *mostrada*) é passível de ser identificada no texto; já a segunda deve ser pensada como “uma espécie de permeabilidade total à realidade da linguagem” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 78). A autora fala de um “jogo com o outro”, quando de suas discussões acerca da heterogeneidade presente

no discurso, pelo que se poderia entender a primazia do aspecto constitutivo sobre o mostrado no que tange à heterogeneidade.

A heterogeneidade constitutiva inscreve-se de tal forma na realidade enunciativa que independe da descrição linguística ou de sua materialidade para ser percebida, o que não se dá com a heterogeneidade mostrada, que é perceptível linguisticamente na materialidade textual e pode ser detectada pelas “formas marcadas que atribuem ao outro um lugar linguisticamente descritível, claramente delimitado no discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21).

No entanto, esse “outro” não é um objeto, elemento exterior do qual se fala, “mas uma *condição* (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 68, grifos na autora).

Aceitos esses posicionamentos de Authier-Revuz (2004), importantes para a compreensão da acepção de discurso à qual este estudo se filia, dada a posição de Maingueneau (2008) de inserir sua proposta do primado do interdiscurso sobre o discurso na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, volta-se a tratar da posição de Maingueneau acerca do interdiscurso. Rocha e Souza-e-Silva (2009) tratam dessa perspectiva, ao resenharem a obra *Gênese dos Discursos*. Segundo esses autores, há um princípio subjacente às hipóteses trazidas por Maingueneau, em *Gênese*, princípio esse que atravessa a tese da primazia do interdiscurso sobre o discurso, qual seja: “o da inseparabilidade do texto em relação a seu contexto sócio-histórico”. Na passagem seguinte, o próprio Maingueneau (2008, p. 17) explica esse inter-relacionamento: “nós nos situaremos no lugar em que vêm se articular um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma ‘enunciabilidade’ passível de ser historicamente circunscrita”.

Mais adiante, ele sustenta que o conceito de interdiscurso precisaria ser melhor definido, razão pela qual o autor decide substituí-lo por uma tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo (MAINGUENEAU, 2008, p. 33). Sobre o conceito universo discursivo, diz o autor que o mesmo é “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2008, p. 33)<sup>5</sup>.

Trata-se de um universo discursivo que é finito, mesmo que ele não possa ser apreendido em sua globalidade. O autor afirma que esse conceito é de pouca utilidade para o

---

<sup>5</sup> *Formação discursiva* teria sido empregado por Maingueneau (2008) com certa frouxidão, afirmam Possenti e Mussalim (2010). Atualmente, “já sealaria preferencialmente em posicionamento, noção que deve ser compreendida mais precisamente como uma identidade enunciativa forte, um lugar de produção discursiva bem específico no interior de um campo (por exemplo, o discurso do partido comunista de tal período)” (POSSENTI e MUSSALIM, 2010, p. 65 e 66).



analista do discurso e que define, apenas, uma extensão máxima, “um horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de ser estudados, os ‘campos discursivos’” (MAINGUENEAU, 2008, p. 33).

Por sua vez, o campo discursivo é definido como um “conjunto de formações discursivas” que se delimitam “reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 34). Para ele os campos discursivos são “domínios suscetíveis de ser estudados” e afirma que é “no interior do campo discursivo que se constitui um discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 33 e 34).

Por fim, ele afirma que o espaço discursivo “delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantém relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados” (MAINGUENEAU, 1997, p. 117). Na definição desse espaço tem crucial importância a decisão do analista do discurso, dados os seus propósitos de pesquisa. Assim, deve-se levar em conta que “*uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 117, grifos na obra). Além disso, há que se ter em conta que:

Tais restrições são resultado direto de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir (MAINGUENEAU, 2008, p. 35).

Dado o que se entende de Maingueneau acerca da primazia do interdiscurso sobre o discurso, todos os discursos que circularam no jornal *Miriense* nos anos cobertos pela pesquisa são resultado de relações interdiscursivas.

A circulação desses textos pode ilustrar o que Maingueneau (1997) afirma sobre a relação da AD com textos produzidos: “no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc.; que delimitam um espaço próprio no interior de um interdiscurso limitado” (MAINGUENEAU, 1997, p. 13 e 14). Isso porque é de se acreditar que conflitos históricos, de classe (perpassados por relações de poder), entre outros, são cristalizados nos textos, a exemplo daqueles materializados nas publicações que emergem do fazer jornalístico do *Miriense* e que evidenciam a ação política feminina e a correlata ação pública masculina.

Após a apresentação do conceito de interdiscurso e de sua relevância para o empreendimento analítico em que se constitui esta pesquisa, passa-se a tratar dos três outros

conceitos adotados para a análise do *corpus* desta pesquisa, sequencialmente, com a devida ressalva de que não estão sendo entendidos como operadores que pudessem funcionar isoladamente.

O segundo conceito a ser apresentado aqui é o de prática discursiva. Joubert (2011) afirma que a prática discursiva pode ser concebida “como uma atividade discursiva que institui a realidade social” na qual essa prática aparece e que, portanto, “se configura como uma forma de ação sobre o mundo e sobre os modos de existência humana” (JOUBERT, 2011, p. 33).

A adoção desse conceito remete aos postulados de Michel Foucault, que a concebe no âmbito de um “conjunto de regras” que podem definir o exercício enunciativo:

Não podemos confundi-la [a prática discursiva] com a operação expressiva pela qual um indivíduo reformula uma ideia, um desejo, uma imagem(...); nem com a competência de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2012, p. 143 e 144).

Ao falar da “instituição discursiva” e após problematizar o conceito de condições de produção, Maingueneau (1997) trata sobre o conceito de prática discursiva. A análise da discursividade, segundo ele, demandaria que se tomasse por “complexo” o conceito de condições de produção. Ainda tratando sobre condições de produção, afirma o autor:

Não se dirá, pois, que o grupo [associado a um discurso] gera um discurso do exterior, mas que *a instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces*, uma que diz respeito ao social e a outra, à linguagem. A partir daí, *as formações discursivas concorrentes em uma determinada área também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados(...)* (MAINGUENEAU, 1997, p. 55, grifos na obra).

Sob a perspectiva de uma prática discursiva, Maingueneau (1997) afirma a possibilidade de ver um processo de organização que, de uma só vez, estrutura as vertentes textual e social do discurso.

O entendimento é seguido em trabalho posterior. Em Maingueneau (2008), ao discorrer sobre esse conceito, ele trata de prática discursiva enquanto uma “imbricação semântica irreduzível entre aspectos textuais e não-textuais” inerentes ao discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 136). Essa “reorientação de conjunto” leva o autor a remodelar a

noção de discurso. Essa reorientação teórica postula uma superação em termos da concepção de discurso, do âmbito da “estrita textualidade” para o seu “ambiente”. É o que diz o autor, retomando parcialmente a noção foucaltiana de prática discursiva:

No início, nós o [discurso] concebemos como permanecendo na órbita da estrita textualidade. Agora, somos deslocados em direção a seu “ambiente”, para fazer aparecer uma imbricação semântica irreduzível entre aspectos textuais e não-textuais. Mais valeria definir nosso objeto não como o discurso, mas como a *prática discursiva*, seguindo nisso, em parte, a visão de Michel Foucault, que introduz precisamente esse termo para referir-se ao “sistema de relações” que, para um discurso dado, regula as localizações institucionais das diversas posições que o sujeito de um enunciado pode ocupar (MAINGUENEAU, 2008, p. 136, grifo na obra).

Já Charaudeau e Maingueneau (2008) afirmam que tal prática é uma noção frequentemente empregada em AD “desde o final dos anos 60 [1960]”. Na verdade, dizem, “quando se diz ‘prática discursiva’ em vez de ‘discurso’, efetua-se um ato de posicionamento teórico: sublinha-se obrigatoriamente que se considera o discurso como uma forma de ação sobre o mundo produzida fundamentalmente nas relações de força sociais” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 396).

Segundo o modo de Maingueneau (1997) de entender essa questão, o conceito de prática discursiva remete a uma integração entre dois outros conceitos: o de formação discursiva e o de comunidade discursiva. Comunidade discursiva “designa o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56). O autor afirma, igualmente, que a “comunidade discursiva” não deve ser entendida de forma exclusivamente restritiva, uma vez que ela “não remete unicamente aos grupos (instituições e relações entre agentes), mas também a tudo o que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56).

O conceito de prática discursiva é tido nesta pesquisa como dos mais relevantes, haja vista que é dele que se parte para o entendimento do fazer jornalístico do Jornal Miriense. Para os propósitos de investigar a tematização da atuação pública/política da mulher miriense, adotou-se conceber esse fazer jornalístico enquanto uma prática discursiva. Esta vem a ser a prática que se ocupa de publicar informações e assumir posicionamentos acerca dessa atuação pública/política. Entende-se essa prática discursiva como ancorada nas relações interdiscursivas que permitem constituir tal tematização. E é desse modo de entender a questão que dependem as análises das publicações selecionadas.

Outro importante conceito inscrito no modelo de AD de Maingueneau e que tem importância capital para a pesquisa é o conceito de cena de enunciação, sobre o qual se passa a discorrer aqui. A definição de texto feita por Maingueneau (2011) leva a considerar a fala no nível de uma encenação. Para ele, o texto vem a ser o rastro que é deixado por um discurso no qual a fala é encenada. Assim sendo, é por conta mesmo desse “rastro” e dessa encenação da fala que o conceito de cena de enunciação se reveste de grande relevância para esta pesquisa, posto que a mesma trata dos acontecimentos discursivos dados a conhecer pelo fazer jornalístico do Miriense.

Para falar de uma cena de enunciação instituída por um discurso, o autor trabalha uma tríade conceitual: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. Sobre o primeiro conceito, o autor explica que a cena englobante corresponde ao tipo de discurso com o qual o leitor entra em confronto. Exemplifica o autor:

Quando recebemos um folheto na rua, devemos ser capazes de determinar a que tipo de discurso ele pertence: religioso, político, publicitário etc.; ou seja, qual é a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para interpretá-lo, em nome de quê o referido folheto interpela o leitor, em função de qual finalidade ele foi organizado (MAINGUENEU, 2011, p. 86).

A cena genérica, como sugerido pelo próprio termo, refere-se a gêneros de discursos particulares, através dos quais o leitor entra em contato com gêneros concretos (ex. um panfleto recebido na rua), perceptíveis em sua dimensão prática, em suas finalidades (anunciar, convencer etc.). O autor explica a mudança de plano entre as duas cenas (englobante e genérica): segundo ele, dizer que “a cena de enunciação de um enunciado político é a cena englobante política, ou que a cena de um enunciado filosófico é a cena englobante filosófica etc. é insuficiente”. A explicação é a seguinte: “o coenunciador não está tratando com o político ou com o filosófico em geral, mas sim com *gêneros de discurso* particulares” (MAINGUENEU, 2011, p. 86, grifo na obra).

Maingueneau exemplifica essa relação leitor/gênero de discurso tomando por base uma situação hipotética, sugerida a partir de fatos do cotidiano. “Cada gênero de discurso define seus próprios papéis: num panfleto de campanha eleitoral, trata-se de um ‘candidato’ dirigindo-se a ‘eleitores’; numa aula, trata-se de um professor dirigindo-se a alunos etc.” (MAINGUENEU, 2011, p. 86). A somatória das cenas englobante e genérica define o que ele chama de quadro cênico. É esse quadro que “define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido” (MAINGUENEU, 2011, p. 87).

No entanto, não é com o quadro cênico que o leitor trava confronto, conforme dito pelo autor: “*Não é diretamente com o quadro cênico que se confronta o leitor, mas com uma cenografia*” (MAINGUENEAU, 2011, p. 87, grifos na obra). Por fim, ele afirma que a cenografia corresponde à cena construída pelo texto. Essa cenografia parece derivar da própria condição do discurso de precisar ser convincente (sendo ele mesmo instituído por uma cena), já que todo discurso, “por sua manifestação mesma, *pretende* convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (MAINGUENEAU, 2011, p. 87, grifo meu).

Acrescente-se que a tomada da palavra pode significar assumir um risco, como diz o autor, que acrescenta:

(...) a cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala (MAINGUENEAU, 2011, p. 92).

Outro conceito que dá sustentação teórica e analítica à pesquisa é o conceito de dêixis discursiva, conforme se expõe a seguir. Maingueneau (1997) trata do conceito de dêixis em analogia à dêixis pensada no nível da língua. Nesse nível, o da língua, “a ‘dêixis’ define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação, ou seja, o conjunto de referências articuladas pelo triângulo EU/TU – AQUI – AGORA” (MAINGUENEAU, 1997, p. 41). Logo, a função da dêixis linguística seria a de definir as coordenadas de espaço (aqui) e tempo (agora) que estão implicadas em um ato de enunciação, o ato do qual participam, por excelência, o par EU - TU.

O que ele chama de dêixis discursiva “possui a mesma função”, mas se manifesta em um nível diferente, que é aquele no qual se articulam universo de sentido e formação discursiva: é o nível “do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 41, grifo na obra). O autor distingue, no fenômeno da dêixis discursiva, o locutor e destinatário discursivos (o par EU - TU, na língua), a cronografia (o AGORA, dimensão do tempo, na língua) e a topografia (o AQUI, a dimensão do lugar, na língua).

A relevância desse conceito para a pesquisa pode ser indicada tendo em vista as implicações para o reconhecimento de lugares e tempos ideológicos reservados à ação política da mulher atuante em Igarapé-Miri. A ação praticada pelos principais sujeitos implicados no fazer jornalístico, jornalistas e leitores, pode revelar a dimensão subjetiva que é representada

pelo locutor e destinatário discursivos, conforme a categorização descrita acima e segundo o que se discute, a seguir, sobre esse conceito.

Além desses indicativos, pode ser destacada a implicação que há, para a análise, dada a inter-relação entre os dois últimos conceitos considerados nesta seção. Acredita-se que a percepção das cenas de enunciação postas nas publicações do Jornal Miriense serão permitidas exatamente em decorrência do manuseio dessa ferramenta analítica (dêixis), haja vista que o reconhecimento das cenografias presentes nos textos implica considerar a dêixis discursiva neles implicada. As coordenadas dêíticas são, por assim dizer, constituintes dessas cenas de enunciação.

É de se acreditar que uma forma de reconhecer qual cenografia está posta nos textos analisados é reconhecer a dêixis discursiva neles instituída. O reconhecimento dos tempos e lugares ideológicos reservados à mulher tematizada nos textos do Jornal Miriense deve funcionar como um dispositivo de análise que permitirá o reconhecimento da cena de enunciação como um todo. Assim, há de ser possível localizar em tais publicações regularidades enunciativas que ajudam a constituir a prática discursiva do citado jornal. O lugar ideológico de fala é constitutivo desses atos de linguagem e, como descrito, da própria dêixis discursiva. Maingueneau (1997) enfatiza a relevância do “lugar” enquanto categoria teórica de reconhecida importância para a AD, ao afirmar que a topografia social preexiste aos falantes: “Em geral, e isto desde seu início, a AD prefere formular as instâncias de enunciação em termos de ‘lugares’, visando a enfatizar a preeminência e a *preexistência da topografia social* sobre os falantes que aí vêm se inscrever” (MAINGUENEAU, 1997, p. 32, grifo meu).

Outro destaque a ser feito, aqui, é o que concerne à decisão de operar com os conceitos de interdiscurso, prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva. Todos os conceitos discutidos aqui estão sendo pensados em um nível de estrita interdependência e são concebidos como de grande relevância para a investigação das relações interdiscursivas que constituem o fazer enunciativo do Miriense e dão a conhecer a maneira pela qual a mulher que atua na política é tematizada no Miriense.

O recorte para o espaço discursivo no qual é apresentada essa ação política feminina publicizada pelo Jornal Miriense significa uma decisão de pesquisa que implica uma escolha perpassada por uma dimensão histórica à qual está atrelada a participação política feminina em vários espaços públicos e, em maior monta, especialmente no centro do poder executivo municipal, na função de prefeita de Igarapé-Miri. Os conceitos de interdiscurso, cena de enunciação e dêixis discursiva são adotados na pesquisa ancorados na adoção do conceito de prática discursiva, aqui tido como ponto de partida, haja vista que é como uma

prática discursiva, ao articular as dimensões social e textual do discurso, que a ação enunciativa do Miriense está sendo concebida.

Esses indicativos teórico/conceituais devem cumprir o papel de situar esta pesquisa quanto à opção teórica adotada, que se assenta na perspectiva de AD defendida por Dominique Maingueneau, conforme apresentado acima. Na sequência deste capítulo, trata-se do fazer jornalístico ou, como também entendido aqui, o trabalho de produzir/veicular notícias destinadas ao consumo social.

### **1.3 Sobre a prática jornalística: o trabalho de produção e veiculação de notícias**

A introdução deste texto trouxe uma breve contextualização da pesquisa e pontuou a dimensão da historicidade de que a mesma se reveste, em função da eleição da primeira mulher para governar o município de Igarapé-Miri e da consequente cobertura jornalística dessa ação política. O registro de que um jornal é produzido nesse município há mais de 35 anos também é considerado oportuno, nesse contexto.

Assim, na continuidade desta dissertação, é pertinente tratar sobre a produção jornalística, uma atividade profissional que pode ser entendida como uma prática discursiva e que se materializa no fazer jornalístico, fazer esse que deve ser pensado para além da sugerida atribuição de apenas veicular notícias que informariam a sociedade, haja vista que as produções jornalísticas convocam os leitores a acompanhar determinados posicionamentos assumidos pelas instituições e/ou pelos sujeitos responsáveis pela produção e veiculação das notícias.

Nesta seção estão reunidas algumas informações consideradas esclarecedoras sobre o jornalismo para propor uma discussão acerca dessa atividade. A atividade de imprensa jornalística é entendida nesta pesquisa como uma atividade humana de grande relevância para a constituição da vida em sociedade, dada a necessidade de consumo diário de informações julgadas (pelas empresas que produzem) relevantes para a vivência social. A ação dos veículos de comunicação na produção e veiculação de notícias, na interpelação dos seus públicos leitores e na formação de opiniões pode ser entendida como um importante dispositivo na constituição das tomadas de posição por parte dos sujeitos implicados na vida política de um dado território. Por isso, reconhece-se aqui a relevância e a importância de se realizar uma investigação acadêmica que a tenha como objeto de pesquisa, haja vista que a atividade de imprensa ajuda a estruturar a vida em sociedade, a organizar os lugares que os

sujeitos nela vão ocupar, a partir dos posicionamentos/sentidos veiculados e da inter-relação estabelecida entre os jornalistas e seus leitores.

Nesse sentido e dado o que já se pontuou anteriormente, ressalta-se que, nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que a ação da imprensa jornalística não se resume a um fazer informativo, haja vista os posicionamentos implicados na ação enunciativa dos sujeitos jornalistas. Não há que se negar que os jornalistas são formados para produzir e fazer circular notícias, nas mais variadas realidades midiáticas (veículos impressos, rádio, TV e meios virtuais). Os jornais têm em suas linhas editoriais alinhamentos e distanciamentos diversos, porque inseridos em complexas relações de poder que constituem a vida social, o que leva a no mínimo questionar as dimensões da “objetividade” e “imparcialidade” não raro sugeridas pelos jornalistas e, mais ainda, inscritas no imaginário popular.

Essa atividade jornalística pode ser abordada sob vários aspectos, sendo a enunciação da atividade política um dos que merecem maior destaque neste estudo, posto que se ocupa de produzir notícias, formar opiniões e interpelar (via sentidos que constrói) seus leitores a aderir a seus posicionamentos sobre a vida pública de uma sociedade e suas explícitas e/ou implícitas relações de poder, relações que implicam a atuação de personalidades políticas, partidos, a disputa por cargos etc. A própria realidade instituída pela circulação diária de jornais, e de outros veículos de informação, em um país ainda constituído por população de pouca escolaridade também pode ser tema de grande relevância quando se pensa na ação midiática e nas relações de poder que subjazem à mesma.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010,

a distribuição da população com 10 anos ou mais de idade por nível de instrução do País mostrou que a parcela que concluiu pelo menos o curso superior foi de 8,3% e, no outro extremo, a constituída pelas pessoas sem instrução ou com o [ensino] fundamental incompleto abarcou 50,2%. (...) na população de 10 anos ou mais de idade do País, o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto decresceu de 61,5% para 50,2%, de 2000 para 2010 (IBGE, 2010, p. 87 - 89).

Pessoas com dez anos ou mais de idade são, por assim dizer, o público-alvo das publicações da imprensa, em cujo extrato populacional estão os estudantes da educação básica, da educação superior e pessoas que, porventura, estejam fora da escola. A relação da pouca escolarização da população brasileira com a prática da leitura diária de jornais não é foco desta pesquisa. Mas há que se atentar para o fato de que a pequena escolarização de grande percentual da população brasileira pode ser um fator de relevância na recepção das



publicações da mídia jornalística pelo público-leitor. O menor tempo de escolarização deve ter suas implicações na leitura diária de publicações veiculadas pelas mídias<sup>6</sup>, como é o caso da veiculação de notícias, na forma de operar com os sentidos produzidos pelos sujeitos jornalistas e na própria maneira como os meios de comunicação conclamam os leitores para a adesão aos posicionamentos assumidos pelos jornais.

Para a construção desta seção, julgou-se importante foi recorrer a esclarecimentos acerca da atividade de produção jornalística, oriundos do lugar da prática jornalística ou da teorização acadêmica que trata desse fazer enunciativo. Para esta pesquisa, considera-se relevante marcar esse lugar de fala, ancorado na teorização sobre o fazer jornalístico e nas pesquisas acadêmicas produzidas nesse lugar. Assim sendo, a pesquisa dá lugar material aos posicionamentos vindos da área da produção jornalística para ajudar a compreender, sob esse ponto de vista, esse trabalho de produção de jornais. Essa exposição deve ser considerada em relação dialógica com a discussão anterior, cujos posicionamentos vêm do lugar da AD, para que a compreensão da produção dos sentidos veiculados pelos jornais se dê em atenção a essa dualidade teórica: fundamentação oriunda do campo da AD e fundamentação que se ancora na teorização sobre o fazer jornalístico.

Esse fazer constitui-se em uma prática mais que informativa, que tematiza a vivência política em Igarapé-Miri. A enunciação desse tema, realizada pela mídia impressa, pode ser apontada como revestida de uma permanente tensão entre a prerrogativa de informar sobre fatos políticos e formar opiniões/buscar a adesão dos leitores aos posicionamentos assumidos sobre a ação política praticada Brasil afora.

Dito de outra maneira, entende-se que a produção de um jornal e a respectiva circulação de suas publicações instituem uma prática discursiva (na qual estão articuladas uma formação discursiva e uma comunidade discursiva) que enuncia a atividade política, nos limites desta pesquisa a atividade política na qual participa, destacadamente, a mulher atuante em Igarapé-Miri. De uma certa maneira, é da problematização, do questionamento dessa prática instituída pelo Jornal Miriense que este texto se ocupa.

Esses investimentos podem permitir trazer a lume os muitos sentidos produzidos no Jornal Miriense acerca da atuação da mulher na vida pública/política de Igarapé-Miri. É com base nessa concepção que a pesquisa problematiza a maneira como é tematizada, nas

---

<sup>6</sup> “Quase metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não tem o ensino fundamental completo, segundo dados do Censo 2010” (UOL, 2012, não paginado). É de se acrescentar que esse percentual “representa 54,5 milhões de brasileiros”. É, igualmente, muito baixa a média de estudos do brasileiro maior de 15 anos: De acordo com dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) 2011, divulgados este ano [2012] pelo IBGE, o brasileiro com mais de 15 anos estudou em média durante 7,7 anos. O tempo médio de estudo não é suficiente para completar o ensino fundamental, que dura nove anos. (UOL, 2012, não paginado)

publicações desse veículo midiático, essa atuação política. Antes de focalizar a enunciação da atividade política no fazer jornalístico, discute-se, a seguir, o trabalho jornalístico de uma maneira mais ampla.

### **1.3.1 A origem e a relevância social do trabalho jornalístico**

Lage (2011) situa a origem do jornalismo no século XVII, quando o paradigma do texto informativo corrente era o discurso retórico. O discurso retórico adotado como paradigma da escrita jornalística estaria relacionado ao fato de a função de repórter ter sido inexistente ou sua atuação ter se dado de maneira irrelevante, durante os primeiros duzentos anos da história da imprensa. Segundo ele, o ano de 1609 marca a circulação dos primeiros jornais, “em centros de comércio, ligados à burguesia”, quando os jornalistas “incumbiam-se de difundir as ideias burguesas” (LAGE, 2011, p. 10). De qualquer forma, já se tratava de uma mediação entre as pessoas e o mundo, mediação essa propiciada pelo ato de informar, realidade “patente no caso da informação jornalística” (MIGUEL, 2002, p. 19).

O surgimento da atividade de imprensa trouxe significativas mudanças no modo de as famílias vivenciarem o dia-a-dia. É o caso, por exemplo, da imprensa diária que fez os jornais chegarem às casas e criarem um novo ritual matutino, o da leitura diária de jornais. O rádio e a televisão alteraram ainda mais essa gestão do tempo familiar, na medida em que permitem a simultaneidade da informação, ouvida e/ou assistida no momento em que o fato está acontecendo, além de que estes não exigem uma “parada” para a absorção da informação, já que é possível continuar com os afazeres e ouvir/assistir à transmissão das notícias. Ainda se pode registrar o caso da adequação do tempo familiar ao usufruto dos programas de TV. O tempo gasto com o consumo da mídia já se apresenta como uma das duas principais categorias de atividade na contemporaneidade, ficando atrás somente do trabalho. Nessa relação, pode ser registrado que o tempo destinado ao trabalho apresenta queda quando comparado ao que se destina ao consumo dos produtos da mídia, este em tendência oposta ao que se observa em relação ao trabalho (MIGUEL, 2002).

Esse autor chama a atenção para a necessidade do consumo das informações e, acrescenta-se, cada vez de um volume maior de informações dado o dinamismo da sociedade moderna. Esse dinamismo poderia até ser uma explicação possível para o surgimento do trabalho da imprensa. Assim se manifesta o autor:

Em pequenas comunidades autárquicas, é possível imaginar que o indivíduo obtenha todas as informações significativas de que precisa mediante sua vivência cotidiana ou o contato pessoal com testemunhas. No entanto, à medida que esta sociedade cresce e que amplia suas trocas com comunidades próximas (e remotas), as informações significativas deixam de estar diretamente disponíveis. E a partir do momento em que aumenta o dinamismo dessa sociedade(...) cada indivíduo passa a precisar de um volume maior de informação. O jornalismo supre essa necessidade (MIGUEL, 2002, p. 19 e 20).

Essa necessidade, que seria “suprida” pelo fazer jornalístico, pode ser pensada para além da simples necessidade da informação, uma vez que a relação dos sujeitos jornalistas não pode ser pensada como uma relação bipolar do tipo jornalistas informam e leitores consomem as informações. Nas publicações dos jornais há implicações que vão além da condição de os jornais(listas) informarem o sujeito que estaria sedento de notícias, pois a seleção das informações a veicular e a circulação de informações devidamente triadas pelas empresas e/ou pelos jornalistas ultrapassa esse simples exercício informativo. Afirma Martins Filho (1997) que nunca se deve esquecer “de que o jornalista funciona como **intermediário** entre o fato ou fonte de informação e o leitor” (MARTINS FILHO, 1997, p. 16, grifo na obra). Para além dessa posição que aponta para uma neutralidade ou objetividade constituindo o fazer dos sujeitos jornalistas, entende-se que o caminho trilhado nesta pesquisa é o da compreensão da atividade jornalística enquanto ação que se ocupa de produzir e veicular sentidos sobre os fatos sociais, assumindo posicionamentos revelados pelas diretrizes editoriais que as empresas jornalísticas adotam, para buscar a adesão dos leitores e, assim, interferir decisivamente na constituição da vida em sociedade.

Para Melo (1994), o jornalismo está articulado “em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa)” (MELO, 1994, p. 63). Em decorrência dessa concepção, o autor propõe uma classificação do jornalismo<sup>7</sup>, tendo em vista os gêneros “peculiares ao jornalismo brasileiro”, a saber, em: jornalismo informativo (no qual se inserem os gêneros: “nota, notícia, reportagem e entrevista”) e o jornalismo opinativo (aí inclusos os gêneros “editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta”) (MELO, 1994, p. 62 a 65).

O que pode ser considerado jornalismo, nos tempos atuais, época de forte atuação das mídias sociais e dos *blogs* pessoais, em que a popularização da informação é cada vez

---

<sup>7</sup> O autor informa que usou dois critérios para realizar tal classificação: [i] agrupamento de “gêneros em categorias que correspondem à *intencionalidade determinante dos relatos* através de que [tais gêneros] se configuram” e [ii] identificação dos “gêneros a partir da *natureza estrutural dos relatos* observáveis nos processos jornalísticos” (MELO, 1994, p. 62 e 64 - grifos meus).

mais crescente, de socialização instantânea de informações entre pessoas de todas as partes do mundo? Estaria a tradicional função de jornalista em desvantagem diante desse cenário? Como fica a profissionalização (o fazer profissional), nesse contexto de multiplicação de informações em tempo real, nas redes sociais?

Lage (2011) ajuda a encontrar possíveis respostas para essas indagações, na medida em que afirma que o jornalismo pode ser entendido como um discurso datado, capaz de refletir conflitos e interesses existentes na arena social, já que “cada texto parte de um contínuo que reflete o conflito entre os interesses de quem manda e as preocupações e angústias de quem obedece, em cada campo de relações da sociedade: governo e povo, médico e pacientes, escolas e estudantes etc.” (LAGE, 2011, p. 35).

Não é essa a posição de Kovach e Rosenstiel (2004), autores a quem pode atribuir uma concepção de não-criticidade à atividade jornalística, haja vista que a apresentam enquanto desprovida de tensionamentos entre a prerrogativa de noticiar, ou a condição de poder construir e veicular notícias, e a dimensão das intrincadas relações de poder que constituem a vida social. A definição que os mesmos apresentam acerca da atividade jornalística carrega os sentidos de independência (no fazer) e confiança (da parte do público leitor). O fazer jornalístico seria capaz de libertar o cidadão, segundo se manifestam os autores:

O jornalismo, afinal, fornece um elemento muito especial, único, a uma determinada cultura: *informação independente, confiável, precisa e compreensível*, elementos importantes para que o cidadão seja livre. O jornalismo destinado a fornecer outras coisas diferentes acaba subvertendo a cultura democrática (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 20, grifos meus).

Para eles, a imprensa deve ser uma “instituição independente, livre para vigiar as outras poderosas forças e instituições existentes na sociedade” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 24). Em decorrência dessa concepção e de um cuidadoso estudo realizado na realidade de imprensa dos Estados Unidos da América, os autores legam nove princípios que deveriam balizar a atividade profissional do jornalismo, que serão apresentados na sequência deste texto.

Para esses autores, o jornalismo deve “fornecer informações às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 22), o que pode ser interpretado como uma espécie de norte para a atividade de imprensa jornalística, posição que insiste em uma visão de neutralidade a caracterizar o fazer

jornalístico enquanto instituição que seria capaz de libertar ou redimir a sociedade, talvez das imposições dos agentes políticos ou centros de poder. Os nove princípios a balizar a atividade jornalística listados são: (i) *A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.* (ii) *A primeira lealdade do jornalismo é com os cidadãos.* (iii) *A essência do jornalismo é a disciplina da verificação.* (iv) *Os jornalistas devem manter independência daqueles a quem cobrem.* (v) *Os jornalistas devem ser como um monitor independente do poder.* (vi) *O jornalismo deve prover um fórum para a crítica e o comentário público.* (vii) *Os jornalistas devem apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.* (viii) *Os jornalistas devem apresentar as notícias de forma proporcional e compreensível.* (ix) [Os] *Jornalistas têm uma obrigação com sua consciência:* para os autores, todos os profissionais jornalistas, “da redação à sala da diretoria”, devem ter “um sentido pessoal de ética e responsabilidade – uma bússola moral”. Para eles, os profissionais jornalistas devem se responsabilizar por dar voz e voz “bem alta” às suas consciências e “permitir que outros ao seu redor façam a mesma coisa” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 274).

Entendido de maneira mais direta, o jornalismo poderia ser definido como um trabalho que “consiste em recolher informações dispersas (mediante uma rede de repórteres) e ‘empacotá-las’ segundo determinados processos técnicos (jornal, rádio, televisão) e, enfim, distribuir o produto final para uma audiência diversificada” (MIGUEL, 2002, p. 20). Essa função de informar estaria revestida de uma confiança (da parte do público-leitor) no trabalho dos jornalistas. Restaria ao leitor confiar no que está sendo noticiado, conforme dá a entender esse autor, na seguinte passagem:

O consumidor de informação que lê um jornal ou assiste a um noticiário não tem, via de regra, como checar se determinada reunião realmente ocorreu em Brasília, ou se um furacão realmente castigou a Ásia. Ele *confia* no jornal ou no noticiário (MIGUEL, 2002, p. 20, grifo na obra).

A “credibilidade” seria, logo, uma consequência direta da impossibilidade de os leitores poderem confirmar se, de fato, os fatos publicados aconteceram ou não. Há que se ressaltar, no entanto, que a relação dos jornalistas com os leitores não poder ser encarada como uma relação marcada pela equidade. A decisão de informar cabe às empresas donas dos veículos, a quem compete a decisão de linhas editoriais e pautas a seguir, o que implica no que será ou não será publicado.

No entanto, há que se atentar para uma dada interferência do público-leitor na decisão empresarial de publicar ou não publicar determinados fatos/temas: ao decidir sua

linha editorial, as empresas e/ou os editores dos veículos são levados a considerar um dado perfil de público-leitor, temas de interesse, focos a adotar na seleção e veiculação de notícias. Essa concepção é adotada levando-se em conta o fato de os veículos já reconhecerem um dado público-leitor. Em outras palavras, isso leva a reconhecer a existência de um contrato de leitura entre um dado veículo de imprensa e seu público-leitor, através do qual o veículo já tem em conta um perfil de publicação esperado por seu público e, este, espera uma dada linha de publicação empreendida por aquele.

Assim sendo, a produção e a circulação de notícias implica uma relação de poder na qual está subjacente uma tensão entre esses dois polos. Mesmo que o veículo possa definir suas pautas, coberturas de uns fatos (e silenciamentos de outros) e ângulos adotados nas coberturas/publicações, não se pode deixar de considerar que os sujeitos jornalistas não detém toda a força envolvida nessa relação. Há, logo, tensionamentos nessa relação de forças. Um exemplo dessa tensão estabelecida entre empresas/jornalistas e seu público-leitor está no canal aberto entre jornais e leitores, a seção *carta ao leitor* ou *espaço do leitor*, na qual não se pode falar de livre manifestação dos leitores de jornais, haja vista que os editores podem fazer recortes e até não publicar o material encaminhado por algum leitor à redação de dado jornal, mesmo que a posição desse leitor, quando publicada, pudesse contribuir para o estabelecimento de debates sobre fatos e/ou temas de interesse social.

Miguel e Biroli (2011) reconhecem essas muitas possibilidades que o fazer midiático encerra e afirmam haver, na palavra “mídia”, um plural escondido (as “mídias”), já que “os meios de comunicação não se resumem à grande imprensa e os fluxos de informação são variados”. Ainda assim, diante dessa realidade complexa, reconhecem a existência de mecanismos que contribuem para a homogeneização do conteúdo dos veículos de comunicação, “como a concentração da propriedade (incluindo aí a propriedade cruzada, isto é, o fato de que os mesmos conglomerados são donos de redes de televisão, rádios, jornais e revistas), os interesses comuns às empresas(...)” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 79)<sup>8</sup>. Os autores defendem que a *internet* pode ser um recurso capaz de promover as vozes no debate

---

<sup>8</sup> A título de exemplo desse poderio empresarial na área da comunicação, cite-se que as Organizações Globo são “formadas pelas seguintes empresas”: Rede Globo de Televisão (a “maior rede de TV do país e líder absoluta de audiência. Tem 5 emissoras próprias e 116 afiliadas”); Globosat (programadora de canais por assinatura, com 18 canais); Infoglobo (empresa jornalística “que edita os jornais O Globo, Extra e Expresso. Possui participação no *Valor Econômico* e *Planeta Móvel*”); Sistema Globo de Rádio (rede com 12 emissoras próprias e 116 afiliadas); Fundação Roberto Marinho (sociedade civil sem fins lucrativos. Dedicada-se “ao resgate do patrimônio histórico e cultural do Brasil e a vários projetos educativos e voltados para a preservação do meio ambiente.”) “Também fazem parte do grupo as empresas Som Livre e Globo.com” (Disponível em [http://editoraglobo.globo.com/empresas\\_grupo.htm](http://editoraglobo.globo.com/empresas_grupo.htm); acesso em 10/11/2014).

(sobre eleições e os mais diversificados tópicos abordados na mídia, diga-se de passagem), fazendo um contraponto ao trabalho da grande imprensa (MIGUEL; BIROLI, 2011).

Rodrigues e Costa (2012, p. 6) tratam das bases sociológicas da atividade jornalística. Afirmam eles que tais bases “da função social do jornalismo nas democracias foram, em boa medida, responsáveis pela incorporação paulatina ao longo dos anos do que podemos chamar de princípios”. Isso pode levar a entender que esses princípios e/ou valores teriam (ou devem ter) função norteadora no trabalho da imprensa. A constatação de que os princípios que norteiam a atividade jornalística estão em constante mutação e da constatação da dificuldade em haver consenso entre a categoria de jornalistas são fatores que oferecem obstáculos para que se faça um elenco de tais princípios. A posição desses autores, ressalte-se, encontra fundamento em Kovach e Rosenstiel (2004), conforme visto acima.

É possível aceitar que o jornalismo pode e deve ser considerado muito mais do que uma atividade que se dedica a publicar notícias e pode ser entendido como um dos elementos que constituem a vida em sociedade (MIGUEL, 2003b). Esse autor afirma que o jornalismo “não é mero reflexo da realidade, mas também um de seus elementos constituintes” (MIGUEL, 2003b, p. 306) e, de certa maneira, aborda a necessidade de se reconhecer uma tensão entre a exposição ou o relato de fatos constituidores da vida em sociedade e a interferência que esse fazer instala na vida social. Assim sendo, a prática jornalística, porque efetivada mediante escolhas, não poderia ser definida como uma ação humana ancorada na objetividade e/ou na imparcialidade, isso porque fazer escolhas já institui uma decisão, uma não-neutralidade, e os posicionamentos postos a circular socialmente, a definição de pautas a seguir, a linha editorial dessa ou daquela perspectiva e as decisões editoriais todas são ações tomadas mediante cenários a considerar. A esse respeito, esse autor é mais enfático, quando diz que:

Na medida em que toda notícia pressupõe uma seleção e uma hierarquização da informação, os veículos da mídia nunca podem atingir a neutralidade que por vezes postulam e, necessariamente, contribuem para a construção de uma determinada representação do mundo social (MIGUEL, 2003b, p. 306 e 307).

Para corroborar a ideia de que são imprescindíveis o profissionalismo e o preparo técnico na realização dessa função social, Martins (2012) sustenta que uma coisa é a transmissão de informações, o que é plenamente possível através dos comandos técnicos “copiar” e “colar” e, que, assim, não demandariam exatamente uma formação profissional e preparos técnicos subjacentes. A produção de informações, por seu turno, seria “outra coisa”,

posto que demanda atenção a determinados procedimentos. “O jornalista profissional(...) **PRODUZ** informação. Este profissional pesquisa dados, compara estatísticas, checa informação(...) e edita tudo isso para o leitor, [para que] o consumidor de notícias tenha informações mais claras e objetivas a seu dispor” (MARTINS, 2012, s/p, grifo do autor).

Essa produção de informações deveria estar balizada por valores éticos, além de e/ou em consonância com os princípios anteriormente elencados. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, por exemplo, caracteriza a função de jornalismo como atividade de “interesse social”. Em decorrência dessa caracterização e defendendo o posicionamento que legaria aos sujeitos jornalistas a condição de defensores de interesses sociais e de profissionais marcados pela “imparcialidade”, esse dispositivo normativo/legal determina o compromisso com “a verdade” no “relato dos fatos”, a luta “pela liberdade de pensamento e de expressão” e a denúncia de “todas as formas de corrupção”, entre outras:

Art. 3º O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética.

Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação.

(...)

Art. 6º É dever do jornalista:

(...)

II - divulgar os fatos e as informações de interesse público;

III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão;

IV - defender o livre exercício da profissão;

V - valorizar, honrar e dignificar a profissão;

VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha;

VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação;

(...)

IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas;(...). (FENAJ, 2007, não paginado)

O jornalismo é, sem dúvida, uma das atividades modernas de maior relevância para a vida em sociedade, dado que se ocupa da produção e publicação de notícias julgadas, pelos jornalistas e/ou empresas de jornalismo, como relevantes para adoção na vida diária das pessoas e para o convívio social. Dito a partir de Lage (2005), ele é, acima de tudo, um relato de experiências, construído sob dois aspectos, aqui entendidos como complementares:

- (a) É produzido às pressas, em sociedades estruturadas, com suas tensões, regras e leis, jogos de riqueza e poder; obrigado a tornar os fatos inteligíveis para um público aferido em quantidades médias e



qualidade perceptiva mínima – as interpretações que faz são datadas e efêmeras.(...)

- (b) Não lhe é permitido avaliar intenções e inferir a subjetividade dos personagens [como se dá nas artes, na literatura] ou o percurso secreto das decisões em estrutura de poder; torna-se difícil sugerir o que ninguém confessa (LAGE, 2005, p. 5).

A leitura dessas afirmações pode levar a entender que o autor tem em conta o “relato de experiências” (a atividade jornalística) que se ocupa da produção e publicação diária de notícias, por isso a referência a “pressas” que ajuda a caracterizar esse fazer, mas há que se considerar a produção de jornais de circulação semanal, quinzenal e mensal. Sobretudo para este último caso, pode-se questionar ou, ao menos, problematizar o aspecto da pressa, pois os editores e os jornalistas têm em torno de três semanas para editar/publicar uma dada notícia e para construir e publicar uma reportagem. No caso dos jornais diários, a pressa provocada pela necessidade de publicação do jornal (que deve circular logo no início da manhã ou mesmo no final da noite anterior) é um fator de destaque. Essa pressa, espécie de luta contra o tempo, constrói a conhecida a imagem que se tem da redação de um jornal, local de trabalho envolvendo pessoas com nervos à flor da pele, muita agitação e muito estresse, mas os jornais de circulação mensal, como é o caso do Jornal Miriense, certamente que experimentam outra dinâmica de produção.

Para o caso desse último grupo de periódicos, o maior espaço de tempo entre uma publicação e outra instala algumas realidades distintas. De um lado, permite que a equipe de edição selecione os fatos passados ao longo de mais de vinte dias e julgados, pelo jornal, como mais relevantes para o consumo de seu público-alvo para sobre eles escrever, produzir matérias, entrevistas etc. Essa dinâmica de circulação possibilita um tempo maior para apuração, tratamento de dados e finalização da produção. De outro lado, permite que trabalhos de “maior fôlego”, como reportagens que demandem maior tempo para preparação e publicações de articulistas convidados, possam ser produzidos e publicados. Também permite que se possa aguardar por determinados acontecimentos, como os da vida política, atuação de governos, que ainda estejam por se concretizar, para sobre eles escrever.

Essa realidade parece ser a vivida pelo Jornal Miriense, haja vista que é um veículo de circulação mensal e que costuma trazer em suas edições uma seleção de fatos e temas que mais se destacaram na sociedade miriense, segundo decisões editoriais. Há que se enfatizar, igualmente, que esse veículo não é produzido por uma grande empresa e, sim, por um editor-chefe e alguns colaboradores. Assim sendo, o maior tempo para apuração dos fatos e

tratamento dos mesmos até a publicação das notícias e matérias selecionadas contribui para que um número pequeno de sujeitos possa levar a público as publicações julgadas relevantes.

Depois de tratada a atividade enunciativa na qual se constitui o jornalismo, com especial atenção à relevância social desse fazer (entendido como para além da mera atividade objetiva de informar sobre fatos que se passam na vida em sociedade), discute-se, a seguir, a enunciação da atividade política nas publicações jornalísticas.

### **1.3.2 O trabalho jornalístico que enuncia sobre a atividade política**

O que é dito sobre a atividade política no jornal? Como é enunciada a atividade política nas páginas dos jornais? Essas são algumas formas de indagar sobre a articulação da atividade política com a prática discursiva jornalística questionamentos que podem ser considerados como motivações para a escrita deste tópico. Discutir o fazer enunciativo da mídia ou tratar de seu papel/seu poder na constituição da arena pública quando da cobertura da ação política, como forma de entender com mais densidade a ação política feminina realizada em Igarapé-Miri (e atentar para as intrínsecas relações entre discurso, sociedade, gênero e política), são propósitos que motivam a escrita deste tópico.

A política é entendida aqui enquanto a condição de participação dos sujeitos nas estruturas sociais, sejam estas de governo ou de exercício politicoeleitoral, seja também no que concerne ao exercício de funções públicas ou que demandem engajamentos coletivos, de classe etc. O exercício político, apesar de demandar ações individuais, tem sempre uma dimensão coletiva, pois as decisões e realizações de um dado agente político sempre têm implicações no conjunto de uma sociedade ou comunidade. Essa perspectiva do coletivo a atravessar a atividade política leva a cogitar a relevância de essa atividade ser publicada no jornal local, uma vez que a ação política de mulheres e homens, em Igarapé-Miri, têm implicações para toda uma coletividade.

A política é uma das principais atividades a serem enunciadas nos textos jornalísticos, dada a sua relevância para a vida em sociedade. Esportes, economia, cultura, entre outras, são de grande relevância para esse trabalho enunciativo, mas a atividade política pode até se destacar em relação às demais, não somente porque expõe figuras de destaque, bem visibilizadas em um município, estado ou país, mas igualmente por se tratar de uma atividade que tem o poder de mobilizar a vida em sociedade, uma vez que a ação dos atores

políticos e dos governos como um todo tem reflexo direto na vida das pessoas de um determinado território.

Não é sem motivo que os jornais sempre dão espaço em suas publicações para matérias que tratam da ação de parlamentares, prefeitos, governadores, presidente da República e outros agentes públicos, bem como constroem muitas publicações de destaque sobre a política. Entre outros motivos, a razão seria o cumprimento da prerrogativa de “informar” a sociedade sobre acontecimentos que a ela interessariam diretamente. Diz-se “entre outros motivos” porque as publicações da imprensa não são motivadas somente pela prerrogativa de informar, conforme se tenta discutir neste trabalho.

A relevância da política para esse fazer enunciativo jornalístico não passou despercebida para Lage (2011), autor que afirma: [a política é] “um discurso que se reporta à realidade de maneira particular. Nela(...)[ou nas enunciações sobre ela] importa o estabelecimento do quadro de situação, isto é, a apreensão de um aspecto global de realidade que importa ou pressupõe prognósticos para o futuro” (LAGE, 2011, p. 116).

O autor trata, também, da maneira de enunciar os fatos, pelos jornalistas, e das opções linguísticas correlacionadas a essa prática jornalística. Do ponto de vista das opções linguísticas à disposição dos jornalistas quando tratam da atividade política, afirma Lage (2005) que a enunciação de “questões muito variadas” costuma dar preferência à terceira pessoa, segundo ele diz:

O noticiário político gira(...) em torno de questões muito variadas e consiste basicamente em enunciados na terceira pessoa: fulano disse, beltrano manifestou-se etc. A crônica política (e a reportagem que, com frequência, faz as vezes dela) opera com enunciados ambíguos e imprecisos, informando em linhas e entrelinhas – dizendo ‘A’ para fazer entender ‘B’. Por mais que se queira, não é possível fugir inteiramente de fórmulas como ‘fontes informaram’, ‘funcionários admitem’ etc.” (LAGE, 2005, p. 149).

Há que se pontuar que a relação dos sujeitos jornalistas não se dá diretamente com seu público-leitor, uma vez que no meio desse percurso poder haver decisões editoriais, alinhamentos e/ou distanciamentos entre empresas de comunicação e partidos, figuras políticas e outras condicionantes que fazem com que uma sugerida relação direta jornalista-leitor seja questionada. Portanto, é preciso atentar para a existência de um tensionamento entre o trabalho de produzir notícias, isto é, o ato de cobrir e noticiar fatos à sociedade, que deveria estar balizado pela verdade no relato dos fatos e pautado na “precisa apuração” dos acontecimentos, e as inserções políticas desses mesmos sujeitos jornalistas e/ou das empresas

nas quais os mesmos atuam. É forçoso considerar que alinhamentos ou distanciamentos podem levar esses sujeitos a direcionar suas produções, a imprimir determinados focos e não outros, a interpelar seus leitores de certa maneira e não de outras, a defender ou não defender ações de políticos, de partidos. Enfim, essas considerações levam a concluir que esse fazer profissional é perpassado por uma tênue linha entre o informar e o formar.

É importante destacar que a atuação da mídia não se resume a difundir os discursos sobre a política, mas também que seu fazer de alguma maneira transforma esse discurso (MIGUEL, 2002), sobretudo pela necessidade de os agentes públicos se adaptarem à existência dos veículos midiáticos e aos novos recursos trazidos pelos avanços tecnológicos, quando no passado seus posicionamentos públicos eram apresentados numa situação de (quase) face a face com seus públicos, em palanques, comícios etc. Além disso, não é difícil supor o quão importantes são, para os agentes políticos, os curtos ou longos espaços que os jornais impressos dão para as notícias diárias sobre a atuação desses agentes, dos partidos políticos aos quais estão filiados e dos governos por eles comandados.

Portanto, o trabalho jornalístico deve ser entendido enquanto uma instituição que ajuda a constituir a vida em sociedade, mas que, não raro, é descrito como uma atividade a ser desempenhada objetivamente pela mídia. Assim entendido, pode-se levantar uma discussão sobre o fazer jornalístico enquanto instância que interfere na vida social, pois se trata de um fazer enunciativo que não se ocupa, apenas, de narrar fatos sobre essa vivência, uma vez que a sua forma de narrar fatos sociais e discuti-los pode interferir no modo como essa vida se organiza. Um exemplo pode vir do campo eleitoral, sobre a atuação da mídia na produção de preferências políticas.

Uma demonstração dessa interferência da mídia na constituição da vivência social pode ser encontrada em Miguel (2003a), que trabalha com a relação entre a atuação da mídia e carreira eleitoral no Brasil. O autor mostra o quão influente é, por exemplo, a televisão na elevação da imagem pública de pessoas que, por vários motivos e especialmente pela repetida visibilidade midiática, alcançam destacados mandatos eletivos e cargos de destaque na administração pública nacional, como podem ser citados casos de mandatos de deputado federal e postos em ministérios e secretarias de governo, por exemplo.

Podem ser referidos, a título de exemplo, as conquistas de Carlos Massa (o *Ratinho*), repórter e apresentador de programa policial que se tornou deputado federal, nos anos 1990, e a façanha do comediante Francisco Everardo Silva (o *Tiririca*), eleito deputado federal por São Paulo (em 2010), com mais de um milhão e trezentos mil votos, tendo sido o mais votado do país nessa eleição, e reeleito em 2014, com quase um milhão de votos. A

eleição de “Ratinho” e “Tiririca” seria uma maneira de mostrar como a mídia é capaz de produzir “opções” políticas para o país<sup>9</sup>.

A política recebe tematização nas páginas dos jornais sob os mais variados enfoques, o que pode levar os sujeitos jornalistas à adoção de diversos gêneros de discurso, entre os quais se destacam as reportagens que abordam centralmente esse tema, como se pode perceber no fazer jornalístico do JM<sup>10</sup>. A reportagem estritamente política estaria baseada em entrevistas, estas contando ou não com a identificação dos entrevistados. A exceção a essa regra são os “resultados eleitorais ou de votações”.

Essas entrevistas tratam de processos políticos em si (denúncias, sempre abundantes e que se amiam em tempos de crise ou perto de eleições; a organização de partidos; a constituição e o funcionamento de comissões parlamentares etc.) ou refletem questões não estritamente políticas, tais como problemas de saúde pública, aspectos da administração, da economia etc. O nível da análise admitido consiste em contextualizar declarações e os fatos a que se reportam (LAGE, 2011, p. 116).

Essas entrevistas seriam, por assim dizer, a base factual da reportagem jornalística de cunho estritamente político. É possível imaginar o impacto causado por uma reportagem política que enuncia sobre grandes fatos, ou sobre fatos considerados graves, quando a mesma tenha sido construída a partir de dados obtidos em uma entrevista exclusiva e que possa trazer a público revelações as mais impactantes possíveis. Tem-se visto inúmeros exemplos desse tipo de publicações, seja nos jornais e nas revistas, seja na mídia televisiva.

A relação entre os campos da mídia e da política está longe de ser de mão única, segundo defende Miguel (2003a), isso porque:

o campo político impõe resistências à interferência dos meios de comunicação e, ademais, também influencia-os. A relação entre os dois campos(...) obedece a um modelo complexo, que as simplificações

<sup>9</sup> Acrescente-se que “Tiririca” sobressaiu-se no cenário midiático por sua veia humorística, já que é um comediante com destacadas atuações na imprensa televisiva, além de ser dono de um polivalente repertório profissional marcado pela atuação como cantor e ator. Sua eleição poderia ser traduzida como uma votação de protesto aos demais políticos atuantes no cenário nacional (e notadamente no Congresso Nacional), já que se poderia supor que a política é coisa séria. Essa “seriedade” fora posta em xeque, haja vista a utilização de seus bordões “*O que é que faz um deputado federal? Na realidade, eu não sei. Mas vote em mim que eu te conto*” e “*Pior do que tá não fica, vote Tiririca*”. Tiririca e Ratinho são apenas dois dos exemplos mobilizados por Miguel (2003a). Miguel e Biroli (2011) afirmam que o ambiente no qual “as preferências políticas são produzidas é multifacetado”, uma vez que “grande imprensa, discurso político-partidário, comunicação dos agentes do Estado, mídia local, novas tecnologias, redes discursivas tradicionais” são instâncias que estabelecem entre si relações complexas (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 82).

<sup>10</sup> Tal fato deve ficar bem perceptível quando das análises reunidas no capítulo 4, em virtude de as reportagens, ao lado de editoriais, entrevistas e outros gêneros, constarem do material reunido no *corpus* de análise.

correntes em boa parte da análise política não permitem entender (MIGUEL, 2003a, p. 116).

A discussão feita até aqui apresenta o trabalho midiático/jornalístico enquanto uma atividade que guarda alguma relação de autonomia diante da atividade política. Dada a farta circulação de capas de jornais diários abordando fatos e/ou insinuações sobre fatos concernentes à atividade política no país como um todo, é possível supor que a atuação dos agentes políticos é uma das dimensões mais presentes nas manchetes de jornais Brasil afora. No entanto, essa autonomia também pode ser discutida, na medida em que a afirmação do autor, acima transcrita, já deixa ver um outro lado dessa relação, haja vista a caracterização de “modelo complexo” adotada por ele para dizer sobre a relação do campo político com os meios de comunicação. De maneira declarada, o autor afirma haver uma influência da parte do campo político sobre o fazer jornalístico e, além disso, diz ele que o campo da política tem resistências quanto à ação dos meios de comunicação.

Portanto, é de se acreditar na existência de uma tensa relação entre essas duas instituições que ajudam a constituir/estruturar a vida em sociedade. De um lado, a força dos sentidos veiculados pelos jornais, que pedem adesão dos leitores para os posicionamentos adotados pelos veículos e, de outro, a citada resistência do campo da política (entenda-se dos sujeitos que participam e decidem os rumos da atividade política) em relação à citada ação dos jornais. Olhando a problemática sob esse ângulo, tem-se aí uma relação dialética que se estabelece entre os dois principais sujeitos implicados nessa comunidade discursiva (jornalistas *versus* leitores), mas, olhando a questão na esteira da discussão cunhada por Rodrigues e Costa (2012), pode-se conceber a questão sob a ótica de uma “trilateral”, incluindo-se aí a figura de um importante centro de poder, o governo. Tal seria possível porque um dos agentes empíricos pertencentes ao campo político é a figura governamental e, os jornais, ao tratarem da ação política praticada no seio social, sempre fazem a cobertura da ação de agentes de governo que atuam em dado território.

Essa sugerida condição de a mídia se apresentar autonomamente é enfatizada por Miguel (2003a), que afirma:

é necessário reconhecer a persistência de certa autonomia do campo da mídia [em relação ao campo da política, ao exercício da política], o que faz com que os padrões de conduta compartilhados por seus integrantes sejam uma força atuante dentro dele. No caso específico do jornalismo, isso inclui um compromisso com a “verdade” e a “objetividade” que servem de critério para determinar a competência e a respeitabilidade entre os pares (MIGUEL, 2003a, p. 120).

No entanto, para além desse “compromisso” acima apontado, o que demandaria a consideração da “verdade” enquanto uma baliza a essa atividade profissional, há que se ter em conta que o trabalho jornalístico implica posicionamentos diante dos fatos políticos. A tensão existente entre a necessidade de levar determinadas informações ao público e a posição adotada pelos veículos também deve ser considerada. Mesmo que se deva falar em busca pela “objetividade”, os sentidos produzidos/veiculados certamente que ultrapassam os limites do informar e da busca pela “objetividade”.

Logo, essa sugerida autonomia só pode estar circunscrita ao âmbito de uma tensão que caracteriza o exercício profissional do jornalismo. Esse tensionamento pode ser entendido como o resultado de uma relação de forças que se estabelece entre a dimensão do que é instituído pelo campo teórico do jornalismo (formação do futuro profissional, busca pela objetividade, compromisso com a verdade etc.) e a dimensão do que é, de fato, efetivado nesse fazer (aqui materializados o alinhamento político, a adoção de uma ou outra linha editorial etc.), que se refere ao trabalho real, diário dos profissionais de imprensa. Essa tensão entre o que é instituído e o que se dá, no fazer prático do trabalho, pode ser vislumbrada sob o olhar ergológico, como descrito por Rodrigues (2013). Para essa autora, a Ergologia entende o trabalho “como uma prática social” que “envolve saberes acadêmicos e saberes práticos, advindos dos trabalhadores” (RODRIGUES, 2013, p. 114). A articulação entre os saberes instituídos ou teóricos e os saberes advindos da vivência laboral deve ser um elemento de vital importância na caracterização do trabalho jornalístico.

A sugerida ancoragem na “verdade” e na “objetividade”, atributos desse fazer enunciativo que já estão postos a distância por Miguel (2003a), poderá ser questionada e debatida no capítulo final deste texto, no qual é analisada a forma como o Miriense tematiza a atuação pública/política da mulher em Igarapé-Miri, segundo permitem conhecer as publicações desse jornal.

Depois de sumariamente apresentado o trabalho de produção noticiosa que a imprensa jornalística realiza e de discutida sua relevância para a circulação de sentidos sobre a atividade política, no capítulo seguinte é apresentada a maneira ou os procedimentos que o pesquisador adota para constituir o *corpus* de análise construído para a pesquisa. A maneira de organizar esses dados é entendida enquanto importante dispositivo de sistematização da pesquisa, sem a qual os rumos traçados inicialmente podem(riam) ser perdidos.

## CAPÍTULO 2 - SOBRE AS OPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

O *corpus* de análise desta pesquisa constitui-se de 43 (quarenta e três) publicações, as quais foram destacadas de um total de 130 (cento e trinta) textos selecionados na redação do Jornal Miriense, publicados entre os anos de 2004 e 2008. A seleção considerou o fato de os mesmos se referirem à atuação da mulher de Igarapé-Miri que mantém uma atividade pública/política. O montante de publicações selecionadas permitiu que fossem visualizados quatro grupos de textos, dada a maneira como o Jornal Miriense tematiza a ação política da mulher. Após definidos os textos explorados nas análises constantes dos Capítulos 4 e 5, os quais somam 43 (quarenta e três publicações), os quatro grupos definidos são: (G1) os textos que, centralmente, apresentam a mulher que ganha destaque na vida pública/política em Igarapé-Miri (oito publicações); (G2) os textos que tratam da ação política da mulher, a qual atua em diversas funções públicas (cinco publicações); (G3) publicações que, ao tematizarem a atuação da prefeita de Igarapé-Miri, defendem a sua atuação (nove publicações) e (G4) publicações que, ao tematizarem a atuação da prefeita de Igarapé-Miri, não defendem essa atuação (vinte e uma publicações). Dito de outra maneira, os dois primeiros grupos tratam da ação pública/política da mulher que atua em diversas funções públicas e, os dois últimos, da ação política da prefeita de Igarapé-Miri.

Importa atentar para o fato de que, do total de 130 publicações reunidas na Redação do Jornal Miriense, 70 tematizam a atuação da prefeita, dos quais 24 se referem ao seu trabalho de maneira favorável (G3) e 46 não defendem e/ou combatem essa atuação política (G4). Do montante de 70, somente 30 foram efetivamente analisados quando da exploração desses dois grupos referidos. Conforme se percebe pela contagem presente no *Quadro 3*, das 60 publicações restantes, foram exploradas apenas 13, as quais compõem (G1) e (G2). Há que se enfatizar que o exame das publicações não citadas na Dissertação foi de grande importância para reforçar a construção argumentativa apresentada nesta dissertação.

Quanto a (G4), há que se ressaltar uma significativa presença de publicações do JM perpassadas pelo humor e pela ironia, conforme se vê a seguir; portanto, dessa maneira a atuação política da prefeita de Igarapé-Miri é apresentada aos sujeitos leitores de duas maneiras distintas. Os textos não atravessados pelo humor, adotados na análise para ilustrar esse funcionamento discursivo de combate às ações da prefeita, compõem o *Quadro 1*:



**Quadro 01:** Textos não atravessados pelo humor, adotados nas análises desse subgrupo regular:

<i>Título</i>	<i>Data (seção ou coluna)</i>
<i>Discussão acirrada leva ao “racha” na administração municipal</i>	05/06/2005, p. 3 ( <i>Geral</i> )
Texto sem título (“ <i>A reunião da Câmara Municipal de Igarapé-Miri...</i> ”)	01 a 15/10/2005, p. 11 ( <i>Geral</i> )
Editorial – <i>O melhor jornal da região</i>	16 a 31/10/2005, p. 2 ( <i>Editorial</i> )
Tribuna Livre – Wlisses Marques. <i>Parece que não temos prefeita!</i>	dez. 2005, p. 10 ( <i>Geral</i> )
<i>Demitido pela prefeita por não fazer campanha para o seu candidato</i>	09/09/2006, p. 3 ( <i>Denúncias</i> )
Editorial – <i>Não posso me furtar ao comentário já que edito jornal neste município há 26 anos, e nunca tinha visto tamanha aberração</i>	05/08/2006, p. 2 ( <i>Editorial</i> )
<i>Ora, ora, vejam só!</i>	16 a 31/10/2005, p. 7 ( <i>Acontece</i> )

Além dessas publicações reunidas no Quadro 1, sobre esse quarto grupo é preciso destacar a presença de significativo número de textos atravessados pelo humor, pela ironia (quarenta publicações), o que é entendido aqui como dado importante na medida em que o jornal trata da ação política da prefeita de Igarapé-Miri ora em textos revestidos pelo humor, ora sem esse atravessamento. Isso permite que esse funcionamento discursivo peculiar seja investigado e se possa comparar as duas maneiras de tematizar essa ação política. Quando o Jornal Miriense veicula tais textos atravessados pelo humor, ele o faz mediante a publicação de quatro conjunto de publicações, todas de perfil provocativo: *No lombo do puraquê, Foto-fofoca, Ouvi Dizer..., Ora, Ora, Vejam Só!* (estes são chamados pelo jornal como “de ficção”) e algumas charges. Esse conjunto de textos pertencentes a (G4) têm uma feição provocativa, na medida em que mobilizam sentidos atravessados pela ludicidade, pelo humor ou pela ironia. Desse montante, catorze publicações foram selecionadas para as análises, as quais estão reunidas no Quadro 2, o qual traz os títulos, a data de publicação e informa de quais seções/coluna foram retiradas:

**Quadro 02:** Textos atravessados pelo humor, adotados nas análises desse subgrupo regular:

<i>Título</i>	<i>Data (seção ou coluna)</i>
<i>Ora, Ora, Vejam Só!</i>	05/08/2006, p. 9 (Geral) 05/11/2006, p. 5 (Geral) 2ª quinzena de fev. 2007, 4 (Geral) 1ª quinzena de março 2007, 6 (Geral) 10/07/2007, p. 15 (Atualidades)
<i>Ouvi Dizer...</i>	05/07/2005, p. 5; 16 a 31/10/2005, p. 7; janeiro de 2006, p. 9; 05/05/2006, p. 9; 05/07/2006, p. 4; 05/02/2007, p. 6
Charges	Bento Belém. “ <i>Mercearia MATA-FOME</i> ” (05/12/2006, p. 5, <i>Geral</i> ); “ <i>1º GRITO DO CARNAL DA P.M.I 2007</i> ” (05/02/2007, p. 7, <i>Geral</i> ); Bento Belém. “ <i>BEM VINDO À IGARAPÉ-MIRI CAPITAL MUNDIAL DO BURACO</i> ” (2ª quinzena de março 2007, p. 9, <i>Geral</i> )

É desses quatro grupos de publicações do Miriense que são retirados os enunciados<sup>11</sup> selecionados para as análises, usados aqui com a finalidade de demonstrar o funcionamento discursivo do Jornal Miriense quanto a sua maneira de tematizar a ação política da mulher miriense.

Uma comparação desses quantitativos revela um dado interessante, na medida em que o Miriense estaria dando maior destaque à aparição da mulher atuante na política quando investida na função de prefeita (setenta publicações) em cotejo com a cobertura da mesma ação política quando a mulher é investida em outras funções (dezesseis publicações). Portanto, há relativamente poucos textos que tratam da ação política da mulher. Pode-se sugerir que essa é uma decorrência da pequena participação feminina na política nacional, o que se repetiria em Igarapé-Miri e estaria sendo estampado nas páginas do JM. Pode-se postular também que se trata de uma questão de cunho editorial, de pauta, na medida em que o jornal estaria dando mais atenção à participação política do homem miriense.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a participação da mulher na política eleitoral é de pouco destaque ou tem visibilidade irrelevante quando o que se analisa são números dessa participação:

<sup>11</sup> Os trechos retirados das publicações integrantes do *corpus* de análise, quando citados aqui, serão chamados de enunciados e numerados (E1, E2...).

Em sua fala, o ministro Marco Aurélio [então presidente do TSE] citou dados que apontam que menos de 9% dos parlamentares eleitos para o Congresso Nacional são mulheres. Além disso, mostrou que o Brasil ocupa o 156º lugar, num total de 188 países, em relação à representação da mulher no Poder Legislativo (TSE, 2014, s/p).

A mesma pequenez é denunciada pela procuradora da mulher no Senado Federal:

A senadora Vanessa Grazziotin, que comanda a Procuradoria da Mulher no Senado Federal, afirmou(...) *que a mulher representa mais de 40% da força de trabalho* ativa no Brasil e mais da metade do eleitorado e da população, mas *a representatividade da mulher no parlamento é de menos de 10%.*(...) “Não podemos mais conviver com as mulheres subrepresentadas no parlamento brasileiro”, disse a senadora. Ela ainda citou Michelle Bachelet, presidente do Chile, ao dizer que “quando uma mulher entra na política, muda a mulher, mas quando várias mulheres entram na política, muda a política” (TSE, 2014, s/p, grifos meus).

Um levantamento informal realizado a título de comparação mostrou que, do material coletado, oito matérias tratam da atuação política do homem miriense investido em diversas funções políticas, ou seja, não atuantes na prefeitura. Além dessas matérias, há mais de uma dezena de aparições dessa atuação política masculina em *Ouvi Dizer...* e três em *Foto-fofoca*. Em muitas das aparições em *Ouvi Dizer...*, o homem aparece dividindo a publicação com a mulher que atua na política miriense<sup>12</sup>.

A atuação da mulher e do homem mirienses na arena municipal é denominada de pública, por envolver a dimensão da vivência coletiva, da vida social no seio da comunidade de Igarapé-Miri e, igualmente, a mesma é entendida aqui como um fazer político, com base no entendimento de que a vivência política é aquela que se dá no seio social, na vida comunitária municipal, seja no que diz respeito à atuação de agentes públicos que se envolvem nas disputas eleitorais (candidatas a cargos de vereadora, prefeita etc., têm inscrição nas atividades partidárias e podem disputar cargos eletivos em períodos de eleições), seja no sentido de atuar em espaços diversos nos quais a atuação humana se dá sempre perpassada por relações de poder (participação em sindicatos, confederações de trabalhadores, empresas, funções públicas em governos etc.), o que implica a inserção na vida política partidária.

<sup>12</sup> Ajuda a explicar esse número pequeno de aparições masculinas o fato de que as publicações foram selecionadas por uma atenção prioritária da pesquisa para a tematização da ação política feminina. Neste caso, a cobertura jornalística deu atenção especial, no período pesquisado, à participação política da mulher que atuava enquanto prefeita de Igarapé-Miri. Caso a seleção desse a mesma atenção à ação política masculina seria possível constatar até uma superioridade masculina, quando se trata de verificar a ação política não ligada à prefeitura e, assim, um bom dado poderia ser revelado: uma questão de gênero a caracterizar esse fazer jornalístico.

Assim sendo, nesta seção julga-se pertinente justificar o citado recorte temporal adotado na pesquisa, pois o Jornal Miriense tem mais de trinta e cinco anos de atuação na vida social de Igarapé-Miri, mas a pesquisa recorre a textos publicados nesses cinco anos referidos. O critério maior foi a dimensão histórica que envolve a participação da mulher na política miriense.

Após quatro disputas eleitorais realizadas no período pós-Ditadura Militar (1988, 1992, 1996 e 2000), isto é, depois da chamada abertura política, momento em que os cidadãos dos municípios voltaram a escolher seus gestores e representantes, é em 2004 que no município de Igarapé-Miri acontece a eleição da primeira mulher para governar esse território. Antes desse ano todas as eleições foram vencidas por candidatos homens. No ano de 2004, ocorre o período de campanha eleitoral, quando três mulheres participam do pleito e uma delas vence a disputa<sup>13</sup>. A vencedora foi a ex-vereadora Dilza Maria Pantoja Corrêa (PFL, atual DEM). Além da candidata vencedora, concorreram mais duas mulheres: Carmem Pantoja, a vice-prefeita na chapa com Dilza, e Graça Leão (PSDB), esta com Joca Pantoja na candidatura a vice-prefeito. A título de registro, cite-se que os prefeitos eleitos nas eleições anteriores a 2004 são: Raimundo Danda Lima da Costa (PMDB, em 1988), Miguel Tourão Pantoja (PDS, em 1992) e Mário da Costa Leão, por dois mandatos, em 1996 (PSB) e em 2000 (PP) (PINTO, s/d).

Em decorrência da eleição de uma mulher para governar Igarapé-Miri, percebe-se um crescimento de publicações no citado jornal que evidenciam a mulher com atuação pública/política em Igarapé-Miri. Passado o período de disputas eleitorais, os anos de 2005 a 2008 correspondem ao tempo da gestão da primeira mulher a atuar como prefeita de Igarapé-Miri e, como se podia esperar, o Jornal Miriense dá grande destaque a essa atuação política (e administrativa), o que se manifesta em grande visibilidade, nas publicações desse jornal, para a atuação da mulher que assume a prefeitura de Igarapé-Miri.

Novamente em 2008 ocorrem novas eleições municipais nos municípios brasileiros, incluindo Igarapé-Miri. Nesse ano, a então prefeita concorre à reeleição, em sua terceira candidatura à prefeitura, pois já havia se candidato em 2000, além da candidatura de 2004. Tal realidade mantém em alta a quantidade de publicações nas quais a mulher é tematizada nessa vida pública/política. Portanto, os anos de 2004 até 2008 constituem um dos períodos da

---

<sup>13</sup> Em CORRÊA; NERI; ABREU (inédito) há uma contextualização da atividade política na história recente de Igarapé-Miri, pois os autores recortam o interstício 1996 até 2015 e apresentam ao público-leitor uma “evolução do eleitorado e perfil dos candidatos” que disputaram os cargos de (e/ou se tornaram) vereadores e prefeitos de Igarapé-Miri durante os pleitos gerais e municipais implicados. Os autores fazem todo um cruzamento de variáveis, com as respectivas análises, acerca dessa movimentação política em Igarapé-Miri.

história jornalística do Miriense em que mais se produziu publicações nas quais a figura pública/política da mulher é destacada. Essa participação feminina na vida política local é um fato social de grande relevância, o que não poderia deixar de ser coberto jornalisticamente pelo Miriense, uma vez que esse jornal dá publicidade aos principais fatos da vida pública municipal entre os que se passam nas semanas que antecedem a sua publicação.

Não seria exagero afirmar que se trata, logo, de enunciações que revelam indiscutível fato histórico da vida igarapemiriense. De alguma maneira, essa atuação política se constitui em uma transgressão de gênero realizada, rompimento feito pela mulher miriense, dado o fato de que a vitória na política eleitoral em Igarapé-Miri, para o cargo de prefeito, era sinônimo de vitória política de homens.

Nesses anos, foram publicados textos que materializam relevantes discursos sobre essa participação feminina na política, que implicam a existência de interessantes e variadas cenografias discursivas, cujos posicionamentos dados a conhecer revelam a dêixis discursiva de que os enunciadores lançam mão para evidenciar essa participação política e articular o triângulo que a constitui: a dimensão dos sujeitos (eu/tu, enunciador/coenunciador), do lugar (aponta para a topografia discursiva) e do tempo (aponta para a cronografia discursiva) ideológicos (MAINGUENEAU, 1997).

Já ficou acentuado acima que a teorização proposta por Dominique Maingueneau (1997, 2008, 2011) tem papel crucial para a operacionalização das análises feitas nesta pesquisa. A seleção das publicações do Miriense que tematizam a ação política da mulher que atua em Igarapé-Miri foi orientada pelas seguintes categorias teóricas e analíticas propostas por esse autor, correlacionadas à perspectiva interdiscursiva: prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva.

A partir do conceito de cena de enunciação entende-se que tais publicações podem dar a conhecer diversas cenografias discursivas que permitem reconhecer a forma como é tematizada a atuação política da mulher atuante na política miriense, o que implica reconhecer uma encenação da fala (MAINGUENEAU, 2011) levada a público pelo Jornal Miriense. Já a dêixis discursiva é a ferramenta que dará a dimensão da topografia e cronografia discursivas reservadas à mulher que atua na política, as quais indicam o lugar e o tempo ideológicos nos quais se inscreve essa atuação feminina; isto é, operando-se com a ferramenta dêixis discursiva será permitido reconhecer o contexto ideológico no qual se insere a ação política da mulher miriense.

A adoção desses conceitos dá-se em virtude de a constituição do *corpus* precisar ser tecida em atenção à principal motivação desta investigação, que é o reconhecimento da

maneira como é tematizada essa atuação política em Igarapé-Miri, a partir do que é permitido reconhecer dadas as relações interdiscursivas que constituem essas publicações do Jornal Miriense. Logo, o conceito de interdiscurso de Maingueneau (2008) é tido como nuclear para esta pesquisa.

No que concerne ao montante de edições consultadas, pode-se afirmar que a quantidade de publicações recolhidas foi bastante significativa do ponto de vista numérico. O quantitativo de publicações selecionadas alcançou o montante de 130 (cento e trinta), entendendo-se por publicações pertinentes à pesquisa textos e imagens impressos e levados a público pelo jornal e reproduzidos (fotocopiados) pelo pesquisador. O grande volume obrigou à realização de recortes, haja vista a dimensão quantitativa e, acima de tudo, em razão dos propósitos da pesquisa, conforme citados já na introdução deste texto, o que demanda a necessidade de se ater às publicações julgadas mais específicas e significativas para a consecução desses propósitos.

Foram consultadas em torno de sessenta edições, pois são publicadas doze edições a cada ano, em um total de quatro anos, mais seis edições de 2004 e algumas circulações quinzenais em 2005/2006. A recolha foi feita entre os meses de agosto e dezembro de 2013. Inicialmente o pesquisador teve livre acesso às muitas edições arquivadas (encaixotadas) na redação do Jornal Miriense. Algumas semanas depois, o editor-chefe do jornal solicitou do pesquisador alguns documentos a serem emitidos pela Universidade Federal do Pará, com a finalidade de (segundo ele mesmo disse) “respaldar o trabalho” de coleta, uma vez que assim teria sido orientado pela assessoria jurídica do jornal.

A documentação foi providenciada junto à UFPA, o que incluía obrigatoriamente uma documentação assinada pela orientadora da pesquisa, ratificando a necessidade de coleta do material, e um documento da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras. Outra autorização solicitada já havia sido conseguida pelo pesquisador e estava assinada pelo próprio editor-chefe do jornal, ainda em 2013. Cumpridas essas exigências, a coleta (feita por meio de fotocópias, na própria redação do jornal) seguiu até o seu final.

A partir de uma análise preliminar do material recolhido na redação do Jornal Miriense, fora feita a constituição do *corpus* de análise, direcionada por um parâmetro geral, qual seja: existência de publicações que tematizam a política em Igarapé-Miri, nas quais é evidenciada a mulher atuante nessa vida pública/política. Nesse momento inicial de seleção das publicações, a seguinte pergunta ajuda a dar uma noção mais precisa dessa questão: *Como é tematizada a ação pública/política da mulher, nas páginas do Jornal Miriense, no período*

*delimitado pela pesquisa?* Portanto, nesse momento fazia-se necessário recolher todas as publicações que ajudassem a equacionar essa problematização.

Em seguida e em decorrência desse parâmetro mais geral, outros parâmetros foram adotados: (i) diversidade de gêneros textuais (fator muito presente na produção jornalística do *Miriense*); (ii) personagens femininas tematizadas (ex. gestoras, empresárias, líderes sociais/sindicais) e (iii) matérias que tematizam a mulher na condição de prefeita de Igarapé-Miri, seja quando a publicação faz uma exposição positiva de sua imagem, seja quando essa exposição lhe é desfavorável.

A adoção desses parâmetros permitiu uma seleção mais metódica, o que possibilitou a consulta a uma grande variedade de produções textuais acerca da vida pública miriense e da atuação política da mulher nesse cenário, um cenário de visível e histórica dominação masculina, alterado em sua existência em razão da conquista de espaços políticos ocupados pela figura feminina.

Para fins de demonstração quantitativo-formal, é dado a conhecer a seguir, em linhas gerais, os principais gêneros e seções encontrados nesse jornal, no período pesquisado. A intenção é mostrar a diversidade que caracteriza o fazer midiático e enunciativo desse veículo e a complexidade dessa produção linguageira, discursiva, que objetiva divulgar fatos julgados relevantes sobre a vida pública de Igarapé-Miri. É de se anotar que esse demonstrativo leva em conta apenas o material reproduzido para a análise, o que pode ajudar a explicar o fato de ter poucas ocorrências de *Editorial*, pois o jornal costuma trazer, em cada edição, uma ocorrência desse(a) gênero/seção.

Seguindo, na medida do possível, a classificação proposta por Melo (1994), o Quadro 3 sintetiza algumas das informações anteriormente elencadas sobre a presença dos gêneros e seções que mais circulam no *Jornal Miriense* e que foram decisivos para a constituição do *corpus* desta pesquisa. É oportuno destacar que, dos 12 (doze) gêneros propostos por Melo (1994), no fazer jornalístico do *Jornal Miriense* e nas edições consultadas foram encontrados apenas sete (nota, notícia, entrevista, editorial, coluna, caricatura e carta); nesse caso, fazendo-se a devida correlação entre a caricatura e algumas seções do jornal (*fotofoca, ora, ora...*) e entre carta e *Tribuna Livre*, no *Miriense*. Acrescente-se ainda que, em algumas edições do jornal, há gêneros que não aparecem (casos de editorial e entrevista, por exemplo). Segue o Quadro 3:

**Quadro 03:** Gêneros e seções encontrados no Jornal Miriense, edições 2004-2008:

<b>Gêneros e seções</b>	<b>Tipo</b>	<b>Quantidade selecionada</b>	<b>Observação</b>
Notícia	Informativo	40	Trata de um dado fato político ou se refere a personalidades atuantes na vida pública de Igarapé-Miri. Os principais temas tratados são: segurança pública/violência, política, gestão pública e sociabilidade. Nesse quantitativo estão incluídas mais de 20 matérias nas quais a principal figura tematizada é a da mulher-prefeita de Igarapé-Miri.
Editorial	Opinativo	03	Texto que traz posicionamento(s) da parte do jornal sobre algum fato ou personalidade atuante na vida pública de Igarapé-Miri ou outro tema de relevância para a comunidade leitora miriense.
Carta/Tribuna Livre	Opinativo	02	Espaço destinado à manifestação de opinião dos leitores sobre assunto(s) de seu interesse, julgado(s) relevante(s) e publicado(s) pelo jornal. Espécie de “Carta do Leitor”. Essa seção ou esse gênero presente no Miriense ilustra o que Melo (1994, p. 61) chama de veicular “o discurso autônomo do leitor na estrutura do processo jornalístico”.
Entrevista	Informativo	03	Traz um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado (geralmente uma pessoa com atuação pública), construído a partir de questionamentos da parte do jornal sobre temáticas de interesse da comunidade miriense.
Notas Sociais	Informativo	02	Nesses textos são divulgados fatos considerados de destaque sobre a sociabilidade no território miriense, como os que se referem a casamentos, aniversários, refeições de grau e vida política.
Informe Publicitário	Publicitário	13	Traz informações sobre a atuação de personalidades políticas (vereadores, deputados e outras) e acerca de atos do governo municipal miriense; em muitas



			ocorrências, a publicação não traz a identificação de <i>Informe Publicitário</i> .
Notícias (Coletadas no caderno <i>Delas</i> )	Informativo	14	Caderno especial, encartado em edições do <i>Miriense</i> , que traz publicações entendidas pelo jornal como de interesse das mulheres <sup>14</sup> . De alguns desses cadernos mensais, foram coletadas essas 14 publicações.
Coluna/ <i>Ouvi Dizer...</i> <sup>15</sup>	Provocativo <sup>16</sup>	19	Seção composta de textos curtos nos quais são publicadas informações pelas quais o jornalista não teria responsabilidade, já que ele apenas “ouviu dizer”.
Caricatura/Foto-Fofoca	Provocativo	04	A seção apresenta personalidades políticas flagradas em situações embaraçosas diante da sociedade, a partir de um registro fotográfico que mostra essas personalidades e uma legenda que poderia explicar esse registro. Segue o mesmo perfil discursivo de <i>No lombo do puraquê</i> .
Caricatura/ <i>Ora, Ora, Vejam Só!</i> ...	Provocativo	12	Publicação de uma breve história, dita no jornal como de ficção, na qual questões da vida pública miriense (como a atitude de governantes) são apresentadas e possíveis desvios de conduta tematizados.
Coluna/Repórter 60	Provocativo	01	Publica informações de interesse geral. De certa forma, personaliza a figura do editor-chefe do jornal, já que a seção

<sup>14</sup> Esse caderno circulou em muitas edições do ano 2005, primeiro ano da gestão da primeira mulher a governar o município de Igarapé-Miri, e trazia informações, discussões voltadas para os (possíveis) interesses das mulheres, bem como dava maior ênfase, em cada edição, para informações sobre uma mulher de destaque da sociedade miriense. Foram descartados os textos que não focavam a atuação política da mulher miriense (como os que se dedicavam à reprodução de receitas de pratos, bolos, à atividade da culinária). Outros cadernos especiais também circularam, por alguns períodos, encartados no *Miriense*, como “Maná”, “Miriense Polícia”, “Notícia” e “Curumim” direcionados, prioritariamente, aos leitores mais interessados em assuntos religiosos, policiais (segurança, violência), publicações da administração pública e temas de interesse das crianças (nessa ordem).

<sup>15</sup> Os textos publicados em *Ouvi Dizer...* são concebidos nesta pesquisa como provocativos, dada a sua maneira de abordar a ação política feminina em Igarapé-Miri, de modo a explorar efeitos de humor atrelados a esse fazer político. Essa denominação é uma opção do pesquisador para referir tais publicações do JM, as quais são predominantemente atravessadas pela crítica e/ou pelo humor. Não se trata, logo, de um gênero (como a matéria e a entrevista), mas de um modo de constituição de textos como: *No lombo do puraquê*, *foto-foca* e outros.

<sup>16</sup> Reconhecendo-se a terminologia de Melo (1994), acrescenta-se aqui essa maneira de caracterizar tais textos em atenção a um perfil enunciativo ou um modo de constituição dos mesmos, entre outros motivos, na medida em que deixam parecer que se destinam a provocar, estimular posições e gerar efeitos de sentido direcionados às disputas políticas/eleitorais que constituem a vida pública de Igarapé-Miri, conforme se discute nos Capítulos 4 e 5 e nas Considerações Finais deste trabalho.

			passou a circular depois que o jornalista completou 60 anos.
Caricatura/No lombo do Puraquê	Provocativo	01	A seção traz personalidades políticas comentadas em situações embaraçosas diante da sociedade, pois as publicações as deixavam em situação de desconforto público. Além de uma foto que mostra a personalidade pública em situação embaraçosa, há um pequeno texto que costuma falar sobre o(s) fato(s).
Charges	Provocativo	04	Publicações que tematizam a atuação da mulher-prefeita fazendo uso de imagens (desenhos) auxiliadas por pequenos enunciados linguísticos.
Chamadas de Capa	Informativo	12	Traz chamadas que despertaram a atenção do pesquisador, em virtude de evidenciarem a mulher em atuação política na cena pública miriense. Reporta-se às publicações que estão distribuídas nas páginas internas.
Total			130 (cento e trinta)

A enunciação jornalística do Miriense apresenta gêneros ou seções que não aparecem na classificação de Melo (1994), conforme se discute neste trabalho. Uma forma de agrupá-los em tipos leva a se encontrar correspondências como: a *Chamada de Capa* é considerado tipo informativo, *Repórter 60* e *Tribuna livre* são considerados tipos opinativos, enquanto que *Informe Publicitário* é considerado tipo publicitário. Nesse último grupo, também podem ser inseridos as seções que aqui são chamadas de tipo provocativo: *Ouvi Dizer...*, *Foto-Fofoca*, *Ora, Ora, Vejam Só!...*, *No lombo do Puraquê* e as charges.

Uma análise das informações reunidas no Quadro 3 permite perceber o destaque para a ocorrência de notícias de jornal, *Ouvi Dizer...* e *Ora, Ora, Vejam Só!*, com quarenta, dezenove e doze ocorrências, respectivamente. Entendendo que as notícias são textos de grande recorrência no fazer jornalístico, não se deve estranhar de todo o fato de terem sido reunidas quatro dezenas dessas publicações, mas há que se destacar a presença de textos atravessados pelo humor ou pela ironia (*Foto-fofoca*, *No lombo do poraquê*, charges, *Ouvi Dizer...* e *Ora, Ora...*), os quais somam quarenta publicações reunidas. Tais textos são formalmente caracterizados em virtude de se apresentarem com poucas informações textuais, em oposição às matérias, editoriais e entrevistas, que são construídas com maior detalhamento

de conteúdo. Esse modo de enunciar os fatos pela materialização de pequenos textos, caso dos textos de perfil provocativos, poderia levar os leitores do jornal a inferir que se trata de informações de menor relevância para a sociedade igarapemiriense ou que não seria preciso (na visão do jornal) produzir matérias jornalísticas para tratar dos mesmos. Ou pode-se supor que a constituição é mais marcada pelo caráter provocativo e pelas insinuações do que pela exposição detalhada de acontecimentos de fato presentes na cena política municipal.

Desse conjunto de notícias de jornal, a maioria trata da atuação da prefeita de Igarapé-Miri e, nas demais seções coletadas, a predominância de tratamento temático é para a figura política feminina, razão pela qual as mesmas foram recolhidas. Já era de se esperar por uma predominância dessas notícias no conjunto coletado, pois as mesmas são uma das publicações mais recorrentes no fazer enunciativo de um jornal. A mesma poderia, até, ser entendida como o carro-chefe do fazer enunciativo de um jornal, dada a relevância desses textos para a abordagem de temas de interesse social.

Ao ponderar sobre essa relevância, pode-se até indagar sobre a dificuldade de se conceber o fazer jornalístico sem a presença de tais textos. A formação dos jornalistas, inclusive, parece levar a essa dedução: os jornalistas são formados para produzir notícias, matérias e outros textos desse tipo, os quais permitem uma maior presença do sujeito jornalista, de seus posicionamentos, das posições defendidas pelo jornal, nas maneiras de entender fatos sociais, além da presença constante de posicionamentos de outrem que acabam por embasar a citada produção jornalística. Ainda assim, nas matérias, as citações de falas de outrem ocorrem em menor volume do que, por exemplo, nas entrevistas, o que contribui para um maior destaque da presença do sujeito jornalista nas publicações.

Outro dado interessante que se revela, quanto a essa diversidade de gêneros discursivos presentes no fazer jornalísticos do JM, é a grande presença de textos revestidos de humor e ironia, entendidos enquanto de perfil provocativos. Certamente que os efeitos de sentido que esses textos geram são diversificados e se diferenciam dos sentidos em que se constituem as matérias jornalísticas. Entendendo-os como textos que trazem algum desconforto para a figura política feminina atuante em Igarapé-Miri e particularmente para a mulher quando atua como prefeita, as análises aqui feitas poderão dar uma noção mais precisa de sua respectiva relevância para o funcionamento dessa prática discursiva jornalística que está sendo analisada nesta pesquisa, inclusive em atenção ao conceito de cena genérica (MAINGUENEAU, 2011) que integra a teorização de cena enunciativa proposta pelo autor.

Esses textos provocativos ainda podem favorecer uma comparação da atuação feminina na política com a atuação de seu Outro, o homem político atuante nesse cenário

político. As análises reunidas nos Capítulos 4 e 5 deverão evidenciar se são diferentes os modos de exposição das figuras políticas, ao se tratar de tematizar homens ou mulheres, e poderão mostrar como os leitores são interpelados na medida em que se tem um homem ou uma mulher como principal figura tematizada nas publicações.

O conjunto de 130 publicações selecionadas na redação do Jornal Miriense constitui-se, de fato, como um primeiro esforço de agrupamento das publicações, levando-se em conta a diversidade de gêneros e modos de interpelação dos sujeitos leitores que constituem o fazer jornalístico do Miriense. Em uma segunda etapa, foi feita a delimitação desse montante para a operacionalização das análises, o que resultou em 43 (quarenta e três) publicações às quais se lançou mão para explicar o funcionamento discursivo do JM ao cobrir a ação política da mulher em Igarapé-Miri. Por esse motivo, e devido aos propósitos desta pesquisa, foram estipuladas quatro categorias ou grupos de publicações, conforme descritos no começo deste capítulo.

Outra dimensão a ser apontada neste capítulo diz respeito à maneira como os dados da pesquisa foram organizados. Essa organização consistiu na observância a alguns procedimentos, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos para a pesquisa e na adoção de quatro conceitos operacionais, todos pertencentes à teorização proposta por Maingueneau em seu (defendido) modelo de AD, quais sejam: interdiscurso, prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2008, 2011), conceitos esses já discutidos neste trabalho. A maneira adotada para organizar o material de análise pode ser descrita, em linhas gerais, como segue.

Assim que o pesquisador pôde acessar as edições do Jornal Miriense publicadas entre 2004 e 2008, foi realizada uma seleção dos exemplares desse jornal publicados durante o citado período. A consulta foi feita objetivando-se encontrar publicações que tematizassem a atuação pública/política da mulher miriense, ou seja, textos que ajudam a configurar a prática discursiva jornalística do Miriense que enuncia sobre essa figura feminina. Essa empreitada foi corroborada pelo conhecimento, da parte do pesquisador, dos períodos de maior efervescência da política em Igarapé-Miri na qual a mulher teve papel de maior destaque (o ano de 2004 e os anos de 2005 até 2008), que contaram com a decisiva cobertura jornalística do Jornal Miriense<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> O autor desta Dissertação é leitor assíduo do Jornal Miriense desde o ano de 1992 até os dias atuais. Nesse ínterim, acontecem as disputas eleitorais municipais de 1992, 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e uma disputa em 2015 (Eleição Suplementar). Como decorrência desse percurso, tem-se os seguintes governos instalados em Igarapé-Miri: Miguel Tourão Pantoja (1993 a 1996), Mário da Costa Leão (1997 a 2000; 2001 a 2004), Dilza Maria Pantoja Corrêa (2005 a 2008), Roberto Pina Oliveira (2009 a 2012) e Ailson Santa Maria do Amaral

A seleção dessas publicações considerou o conceito de prática discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2008). Essa atenção deve-se ao fato de este trabalho explorar um exercício enunciativo que se inscreve em uma fronteira, que seria a fronteira muito tênue que separa os sentidos majoritariamente informativos sobre essa atuação política e os sentidos que implicam uma movimentação partidária/eleitoral da mulher política atuante em Igarapé-Miri. Nessa prática discursiva estão imbrincadas formações discursivas relativas à ação política e à mulher e uma comunidade discursiva, na qual se inserem como protagonistas os sujeitos jornalistas e os leitores do Jornal Miriense.

Acredita-se ser o caso de se falar em uma prática discursiva híbrida, já que os textos do jornal levam seus leitores ao espaço da informação e, ao mesmo tempo, ao espaço da vida política implicada da qual eles mesmos participam ativamente. Assim entendendo, é possível aceitar que os leitores do JM que lidam com as enunciações jornalísticas sobre a atuação política da mulher miriense acabam sendo, também, interpelados como eleitores de Igarapé-Miri, haja vista que a realidade política/partidária é transversal a esse fazer enunciativo/jornalístico<sup>18</sup>.

Essa pluralidade que atravessa todas as realidades políticas é perpassada por um jogo de poder, de interesses. É de se acreditar que os jornalistas não estão imunes a tais relações de poder, jogos de interesses e possibilidades de tomadas de partidos por umas ou outras figuras políticas. Entendendo que o sujeito jornalista é um agente desse cenário de disputas e interesses em jogo, sé resta o fato de se questionar a pseudo objetividade da mídia, ou a ideia que seu fazer enunciativo estaria marcado pela objetividade/imparcialidade. As comunidades discursivas se relacionam, pois os jornalistas podem também ser engajados em uma disputa política pelo poder no município, são formadores de opinião e, nessa relação de forças existentes na arena política local, a comunidade discursiva que seria constituída, em um primeiro plano, de jornalistas e leitores pode, em um segundo plano, ser formada pelos jornalistas como sujeitos políticos e pelos leitores das publicações, que se tornam eleitores nesse jogo de forças em disputa.

---

(2013 e 2014). Entre setembro de 2014 e junho de 2015, vários prefeitos interinos ocuparam o posto, sendo o primeiro o ex-vice-prefeito Edir Pinheiro Corrêa (por poucos dias), seguido de Ailson do Amaral (algumas semanas), José Roberto Corrêa, Rufino Corrêa Leão Neto e Ronélio Antonio Rodrigues Quaresma (todos esses três na condição de presidentes da Câmara Municipal, atuando interinamente na chefia do Executivo Municipal). Em 2015, volta ao cargo o ex-prefeito Roberto Pina Oliveira (PT). Ainda que esse relato extrapole o período compreendido na pesquisa, é oportuno atentar para o fato de que o Jornal Miriense acompanha e divulga uma versão desses fatos políticos passados em Igarapé-Miri. Em Corrêa; Neri; Abreu (ainda inédito) esses episódios e os respectivos fatos políticos/administrativos estão registrados e analisados com precisão e profundidade.

<sup>18</sup> Essa realidade será retomada nas análises apresentadas nos Capítulos 4 e 5, por meio das quais acredita-se ser possível perceber essa dupla interpelação à qual os leitores do jornal são submetidos.

Os textos produzidos e publicados pelo Jornal Miriense levam a comunidade discursiva por ele instituída a interagir em torno da construção de imagens de mulheres inseridas na arena política municipal. Dessa comunidade participam ativamente, pelos sentidos veiculados/sugeridos, jornalistas e (e)leitores, além de outros sujeitos inscritos nessa relação política. Os resultados dessa interação podem ser pensados em termos de significativas relações de poder nas quais essa figura pública feminina protagoniza relações de gênero na política de Igarapé-Miri.

Daí a importância de recolher publicações que, em seu conjunto, dessem uma precisa dimensão dessa prática discursiva. Logo, só podiam integrar o *corpus* de análise as publicações que tematizassem essa atuação e, igualmente, ajudassem a dar corpo a essa prática discursiva. Assim como algumas publicações que tratassem da atuação política de homens atuantes na arena política miriense. Neste último caso, é oportuno citar que o número de publicações desse período é bastante significativo, mas a seleção dos textos recorreu a uma quantidade numérica relativamente pequena, pois a reunião dessas publicações deveria servir para possíveis análises comparativas, no que concerne a comparar essa atuação política à correlata atuação masculina. Em todo o caso, era para as publicações que tematizam a ação da mulher atuante na política miriense que a seleção deveria se voltar com maior atenção, haja vista a intenção de investigar como a mulher que atua na política miriense é tematizada nos textos do JM.

Em virtude de as publicações reunidas somarem grande volume de textos, a atenção aos conceitos de dêixis discursiva e cena de enunciação (MAINGUENEAU, 1997, 2011), entendidos de maneira articulada a interdiscurso e prática discursiva, levou o pesquisador a selecionar uma amostra de publicações nas quais fosse bem perceptível a existência de um certo número de cenografias nas quais se destacava a figura política feminina e poderia ser revelada a dêixis discursiva construída. Esses dois últimos conceitos citados ofereceram considerável segurança no momento de selecionar as publicações para a composição do *corpus* de análise, já que eram entendidos como capazes de sustentar a análise discursiva a ser feita e conduzir o pesquisador nos meandros da prática discursiva em análise. A manipulação dos mesmos entende-se que pode levar ao reconhecimento das relações interdiscursivas constituintes dessa prática discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2008).

O primeiro empreendimento analítico considerou somente as notícias de jornal que tematizam a atuação da mulher na política de Igarapé-Miri. Tal decisão se deve ao fato de o *corpus* de análise ser constituído por uma grande variedade de textos e seções jornalísticas e por ser grande o volume de notícias, além do fato de que, nesses textos, é mais destacada a

presença do sujeito jornalista, conforme frisado anteriormente. Essas publicações sobre a ação política da mulher foram considerados textos não irônicos, não cunhados na ambiguidade e, por isso, acreditava-se que poderiam revelar cenografias igualmente não atravessadas pelo aspecto do riso, do deboche. O mesmo poderia se dizer sobre os tempos e lugares ideológicos revelados pela dêixis discursiva construída.

Depois desse exercício de análise, um segundo se dedicou à análise dos demais textos do jornal, como os textos atravessados pelo humor, pela ironia, as entrevistas e os editoriais. Essa seleção levou em conta a localização de publicações que tematizassem a ação política da mulher que têm duas principais ações em curso na arena política de Igarapé-Miri: a atuação em qualquer função política, não exclusivamente em espaços de governo municipal, e a atuação específica na função de prefeita de Igarapé-Miri. Neste caso, atentando-se para publicações que aderem à ação da mulher que se torna prefeita e publicações que não defendem, ou combatem, essa ação política governamental.

Esses procedimentos metodológicos realizados e o amparo na teorização adotada cumpriram importante papel na condução do trabalho, sem o que dificilmente a pesquisa poderia chegar a resultados satisfatórios e consistentes. Igualmente eles são tidos como indispensáveis para a condução dos trabalhos de seleção das publicações e constituição de um *corpus* mais delimitado para a posterior análise, em função da necessidade de sistematicidade na condução do trabalho de pesquisa, uma tarefa que exige planejamento, organização e atenção aos objetivos definidos. Além do mais, a obediência aos procedimentos metodológicos adotados deve obrigar o pesquisador a não se desviar do caminho que adotou para a realização da tarefa investigativa.

No capítulo seguinte, é apresentada uma síntese da realidade igarapemiriense, no que tange a sua constituição enquanto município e à realidade de acesso ao trabalho da imprensa, seja quanto à produção local, seja quando se trata de um fazer jornalístico realizado na capital, Belém. Além disso, trata-se da realidade de imprensa que se materializa no fazer do Jornal Miriense, desde o surgimento do jornal Mensageiro do Miri até os dias atuais. O JM materializa um projeto noticioso que ultrapassou os 35 anos de existência e, além disso, dá lugar à materialização de discursos jornalísticos que tratam da atuação feminina na política local, os quais abordam a correlata participação masculina e, dado o contexto maior, apontam uma dimensão histórica na política desse lugar, ao indicar o lugar reservado à mulher nesse campo.

## CAPÍTULO 3 - SOBRE O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI E O JORNAL MIRIENSE

Neste capítulo faz-se uma discussão acerca de dois aspectos que são evidenciados por este texto e que mantêm correlação com o problema da pesquisa: o município de Igarapé-Miri e o Jornal Miriense, um dos principais veículos de imprensa produzidos nesse município. Na primeira seção é apresentado o município de Igarapé-Miri, em seus aspectos históricos, localização geográfica e em suas realidades de acesso à informação, cujo foco está na experiência de imprensa jornalística vivenciada desde o ano de 1902 (LOBATO, 2007). E, na segunda seção, é discutida a realidade de imprensa materializada no projeto do Jornal Miriense, veículo de imprensa escrita produzido em Igarapé-Miri e que sucede o jornal Mensageiro do Miri, cujo início de atividades midiáticas inscreve-se ano de 1980. Portanto, em curso há mais de 35 anos<sup>19</sup>.

Discute-se o trabalho de noticiar sobre o município de Igarapé-Miri enquanto uma atividade enunciativa de grande relevância para a vida pública desse município, evidenciando-se que a discussão proposta pelo jornal aborda os mais diversos aspectos da sociabilidade do município, com destaque para a tematização da política local e da atuação feminina nessa vivência pública.

### 3.1 O município de Igarapé-Miri e realidades de acesso ao trabalho da imprensa

Antes de iniciar as considerações que aqui serão feitas sobre o Jornal Miriense, julga-se importante tratar, sumariamente, do município de Igarapé-Miri, no que tange à sua instalação e às suas realidades de usufruto das publicações resultantes do trabalho da imprensa jornalística. É o que segue.

---

<sup>19</sup> Conforme Fernandes e Seixas (2010, p. 2), na região amazônica, “catorze anos depois [da chegada da família real ao Rio de Janeiro], surge o primeiro jornal editado e impresso em Belém, *O Paraense*, com a sua primeira edição publicada no dia 22 de maio de 1822. Quando a imprensa brasileira completou 100 anos, um catálogo de jornais que circularam entre 1822 e 1908, na capital e no interior do Estado do Grão-Pará, registrava o expressivo número de 730 jornais (BELLIDO, 1908), ‘dos quais 722 foram impressos em português, quatro em espanhol, três em italiano e apenas um em francês’ (FIGUEIREDO, 2008, p. 37)”. A inauguração da imprensa na região se dá, conforme os autores, com *O Paraense*. “Felipe Patroni, principal idealizador do jornal, estudava em Coimbra e vivenciou a eclosão da Revolução Constitucionalista de Portugal, em 1820. (...) o bacharel arquitetava o projeto de instalar em Belém uma tipografia que fizesse circular o jornal e, por meio de suas páginas, formar e conduzir a opinião pública a partir das conquistas dos revolucionários portugueses” (Fernandes; Seixas, 2010, p. 3). Acompanhando esse percurso histórico, pode-se dizer que o Jornal Miriense surge com mais de um século de distância temporal em relação a *O Paraense*. No entanto, em 1902 já se pode constatar a presença de jornal em Igarapé-Miri (Lobato, 2007), conforme se discute neste texto.



O município de Igarapé-Miri é um dos mais tradicionais da região tocantina<sup>20</sup> e tem sua origem inscrita nos idos de 1700, conforme esclarece Lobato (2007, p. 10), em uma passagem em que afirma que Igarapé-Miri “tem seu início desde 10 de Outubro de 1710, data da Sesmaria em favor de João de Melo Gusmão, concedida pelo então Governador Capitão Geral do Maranhão Cristóvão da Costa Freire, confirmada pelo El-rei Dom João Rei de Portugal”<sup>21</sup>. Essa informação acerca da origem desse município é compartilhada por Araújo e Souza (2011, p. 12), que ainda acrescentam que o mesmo está “situado na Mesorregião Nordeste do Pará, na Microrregião de Cametá” e que “o município de Igarapé-Miri pertence ao (culturalmente chamado) Território do Baixo Tocantins”. Trata-se de um município que tem pouco mais de 59.000 (cinquenta e nove mil) habitantes, dos quais mais da metade habita a cidade, a zona urbana (IBGE, 2013).

Segundo as informações contidas nos folhetos do Tenente-Coronel Agostinho Monteiro Gonçalves de Oliveira (*apud* LOBATO, 2007), intitulados *Chronica de Igarapé-Miry*, no território hoje conhecido como Igarapé-Miri existia uma fábrica nacional para aparelhamento e extração de madeiras de construção, que eram comercializadas em Belém. Em 10 de outubro de 1710, João de Melo Gusmão conseguiu do Governador, o Capitão-General Cristóvão da Costa Freire, a cessão de uma sesmaria, contendo duas léguas de terra situadas no lugar atualmente conhecido por Igarapé-Miri. Mais de um século depois, em 1843,

Como Freguesia(...) viu Igarapé-Miri proceder-se à Independência do Brasil de Portugal. O Decreto Legislativo número 113, de 16 de outubro de 1843, deu à Freguesia a categoria de Vila e com ela criou o Município, cuja extensão ficou definida no ano seguinte com o Decreto Legislativo número 118, de 11 de setembro, que nela incluía as Freguesias de Igarapé-Miri, Abaeté e Cairarí (LOBATO, 2007, p. 31)<sup>22</sup>.

O nome “Igarapé-Miri” vem da tradição indígena. Ao ser “traduzido para o português, quer dizer CAMINHO DE CANOA PEQUENA” (LOBATO, 2007, p. 182 - grifo

<sup>20</sup> Assim chamada em virtude de estar envolta pelo grande rio Tocantins, um dos principais rios da Amazônia paraense. Igarapé-Miri pertence à microrregião de Cametá e está distante da capital, Belém, 78km por via rodofluvial. Seus limites territoriais são: ao Norte, com Abaetetuba; a Leste, com Moju; ao Sul, com Cametá e Moju; a Oeste, com Cametá e Limoeiro do Ajuru (IGARAPÉ-MIRI, 2011).

<sup>21</sup> Conforme Lobato (2007, p. 149), a data de 23 de maio de 1896 marca a elevação da Vila de Igarapé-Miri à categoria de Cidade de Igarapé-Miri, mediante Lei de iniciativa do Senador Estadual José Garcia, conforme diz esse autor: “lei de sua iniciativa do Congresso Estadual”.

<sup>22</sup> Artigo 1º do Decreto Lei número 113, de outubro de 1843: “Fica elevada à categoria de Vila a Freguesia de Igarapé-Miri, que será denominada VILLA DE SANTANA DE IGARAPÉ-MIRI” (*apud* LOBATO, 2007, p. 32). Essa elevação à categoria de Villa de Santana de Igarapé-Miri só teria efeito “depois que o povo dela construir casa para a Câmara [Municipal] e Cadeia”. O mesmo autor informa que no dia “26 de julho de 1845 teve lugar essa cerimônia, depois de satisfeita aquela exigência” (LOBATO, 2007, p. 33).

do autor). Pode-se concluir pela relevância histórica de um território que tem mais de dois séculos de reconhecida trajetória social e política, inclusive envolto por grandes episódios da história paraense, como o que se passou na luta travada pelos “cabanos” no século 19, da qual Igarapé-Miri fora palco, fato histórico revelado, em tom de narrativa literária, na obra *Igarapé-Miri no contexto da Cabanagem* (QUARESMA JR., 2005)<sup>23</sup>.

Em Igarapé-Miri, o aspecto concernente à prática da comunicação jornalística é um dos que mais se destacam. É possível afirmar que se trata de um dos municípios dessa região que mais se destacou, dada a sua atividade de comunicação midiática, uma vez que o mesmo tem uma tradição de imprensa jornalística que ultrapassou três décadas de produtividade, com a contribuição de um mesmo projeto editorial, o *Jornal Miriense*, sobre o qual se discorre nesta seção. Esse percurso, não apenas das três décadas aqui referidas (anos 1980, 1990 e 2000), mas também dos anos 1902 em diante, será brevemente apresentado ainda neste capítulo, como segue.

O passado recente de Igarapé-Miri, no que tange à atividade jornalística, é evidenciado por Lobato (2007), autor que cita jornais existentes em Igarapé-Miri a partir de 1902. Afirma o autor que o município de Igarapé-Miri, “através da palavra escrita, exprime o sentimento de seu povo, em demonstração de confiança no seu progresso” (LOBATO, 2007, p. 192). Tal prática jornalística, sustentada na palavra escrita, impressa – que na visão do autor está atrelada à possibilidade de esse município progredir – é uma realidade histórica desde 1902, ano em que Igarapé-Miri ganhou seu “primeiro semanário (...), de propriedade de uma Associação”. Interessante notar que o autor cita em sua obra que: (i) o semanário em questão era intitulado “IGARAPÉ-MIRI” e (ii) o exemplar de “número dez, de data de 19 de Outubro de 1903, descreve a biografia do Barão de Cairarí, industrial Antonio Manoel Corrêa e Miranda” (LOBATO, 2007, p. 192). Já aqui chama a atenção o fato de que é um homem, industrial/político, o “Barão de Cairarí”, quem ganha destaque nessa edição, mesmo que se saiba o quanto era apagada, para não dizer nula, a participação da mulher na política Brasil afora e em Igarapé-Miri mais ainda.

Lobato (2007) registra uma lista de jornais que eram ou são editados em Igarapé-Miri. Diz que em 1909 surge um segundo jornal, de circulação semanal, mas não diz o nome do veículo. O autor apenas cita seu proprietário, Jacinto Boniele, e informa os nomes dos três redatores. Segue o autor afirmando que, em 1924, “foi lançado o primeiro número do terceiro

---

<sup>23</sup> Informa o autor que essa obra “tem como objetivo resgatar uma lacuna da história do Município [de Igarapé-Miri] que, por quase dois séculos, ficou esquecida no tempo. É o resgate do contato do nosso povo com o maior movimento revolucionário da história do Pará...” (QUARESMA JR., 2005, p. 3), a Cabanagem, como já referido aqui.

órgão mensário, independente, informativo e comercial, denominado ‘MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI’” (p. 192)<sup>24</sup>, sendo que este já seria o terceiro jornal da história igarapemiriense. O ano de 1964 marca, segundo esse autor, o surgimento do primeiro jornal de circulação mensal produzido no município de Igarapé-Miri, que é o quarto de sua listagem, denominado O DEMOCRATA, “que trouxe conceituadas reportagens e uma bela arrumação que imitava os jornais da Capital” (LOBATO, 2007, p. 192).

O autor não deixa de enfatizar o que deveria ser, em seu ponto de vista, o parâmetro de produção jornalística: a imitação do fazer jornalístico praticado em Belém do Pará. É o único jornal citado por ele que recebe esses predicativos, além das destacadas considerações que ele faz acerca do jornal “Correio de Igarapé-Miri”, jornal que defenderia o município miriense.

O penúltimo jornal, e quinto da sua listagem, citado por Lobato (2007, p. 193) é por ele denominado “MIRIENSE” e está registrado como “Jornal informativo do baixo Tocantins de DORIVAL PEREIRA GALVÃO”. Trata-se do Jornal Miriense, veículo que tem a sua prática discursiva investigada neste estudo, jornal que traz como *slogan* “O Jornal mais lido do Baixo Tocantins”. Por fim, afirma Lobato (2007) que em 2002 é instalado em Igarapé-Miri mais um jornal (o sexto listado), o Correio de Igarapé-Miri, “jornal informativo de circulação mensal, em defesa de Igarapé-Miri (...) havendo uma mala direta para os igarapemirienses residentes nas cidades de Belém, Macapá, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e onde houver filhos de Igarapé-Miri residindo(...), sendo a distribuição gratuita em virtude das contribuições das empresas da região que vêm prestigiando o informativo” (LOBATO, 2007, p. 193)<sup>25</sup>.

O autor não cita outros três jornais que circulam(ram) mensalmente em Igarapé-Miri, nos últimos anos. Um deles é denominado A Folha de Maiauatá, jornal que teve circulação mensal, entre os anos de 2005 e 2008. O segundo deles é o Jornal Sementes, também de circulação mensal, o qual não tem circulado em Igarapé-Miri nos últimos anos. Já o terceiro jornal intitula-se Tribuna Popular e veio a público no ano de 2014, ou seja, este jornal é posterior à publicação da citada obra. Os fundadores e também editores-chefes dos três veículos citados são, na ordem: Antonio Marcos Quaresma Ferreira, José Jorge Lobato Coelho e Isaac Fonseca Araújo.

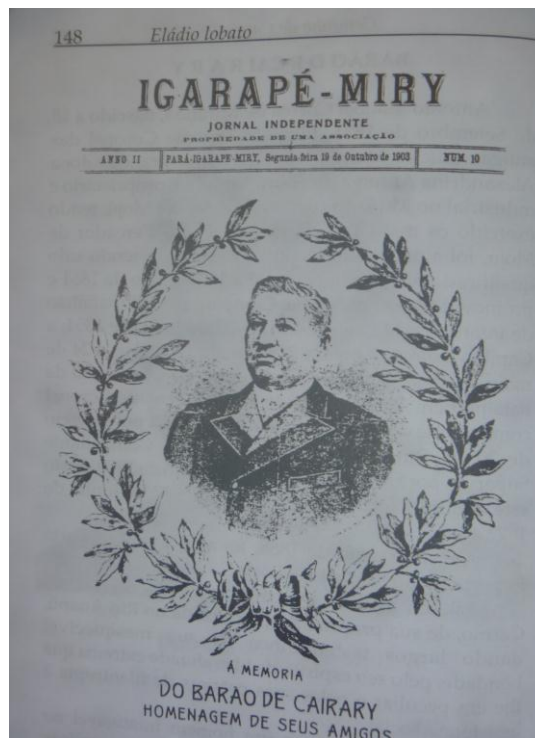
<sup>24</sup> Chamam atenção os títulos das matérias, de forte cunho religioso, publicadas por esse jornal: “a festa de Senhora. Santana, padroeira do Município”, “Sermão do Vigário Cônego Pinheiro, um relatório acerca da festividade de São Pedro(...), além de reportagens propriamente comerciais, sociais e administrativas do Município” (LOBATO, 2007, p. 192).

<sup>25</sup> A produção/edição do jornal *Correio de Igarapé-Miri* costumava ser feita em Belém (PA), por um grupo de igarapemirienses residentes na capital paraense, contando com a colaboração de pessoas residentes no município de Igarapé-Miri. Por isso, é possível supor que se trata de um jornal com produção menos ligada ao território miriense. Atualmente, não se tem notícia da produção e circulação do jornal Correio de Igarapé-Miri.

A contagem feita por Lobato (2007) dá a conhecer a existência de seis jornais produzidos em Igarapé-Miri, desde 1902. Somando esses seis a mais três, não citados pelo autor, chega-se ao total de nove jornais produzidos e com circulação em Igarapé-Miri, até os dias atuais.

A reprodução abaixo (Imagem 01) mostra uma página do jornal “IGARAPÉ-MIRY”, com grafia diferente da registrada por Lobato (2007), em edição de 19 de outubro de 1903:

**Imagem 01:** reprodução de Capa do jornal “IGARAPÉ-MIRY”, de 19/10/1903:



Fonte: Lobato (2007, p 148).

Trata-se de uma edição que trouxe uma homenagem pública ao Barão de Cairary, como já frisado, homenagem essa assinada por “seus amigos”. Importa observar, ainda, o tom distanciado que o jornal evidencia quando se trata das responsabilidades pelas publicações, já que não há uma chefia de edição tornada pública pelo jornal e, sim, a autoridade de “uma associação”.

No que tange à realidade de imprensa na atualidade de Igarapé-Miri, registre-se que o município conta com serviços de comunicação de massa, de imprensa, em várias de suas

formas, por meio das quais a população tem acesso diário às informações, às notícias produzidas pela mídia jornalística.

Para os propósitos desta pesquisa, considera-se a atualidade o período pós-1980, marco histórico definido na imprensa de Igarapé-Miri pela aparição do Mensageiro do Miri, veículo que, nos anos 1990, veio a ser sucedido pelo Jornal Miriense. Em anos anteriores a 1980, é possível supor que as informações chegavam ao município por, basicamente, duas fontes: o rádio e os jornais impressos produzidos e vindos de Belém. O rádio proporcionava a veiculação de notícias via produção de emissoras de Belém, sendo das mais tradicionais e com maior cobertura no território miriense as emissoras Rádio Liberal, Rádio Clube do Pará e Rádio Marajoara, todas operando na frequência AM. Quanto aos jornais impressos, registre-se que vinham de Belém por vias marítimas, em embarcações como a “Coronel Sampaio”, e chegavam à cidade de Igarapé-Miri duas vezes por semana. Além dos períodos mais pontuais nos quais os jornais aqui citados tiveram circulação em Igarapé-Miri, desde 1902 (LOBATO, 2007).

Quanto à imprensa televisiva, por exemplo, Igarapé-Miri conta com retransmissoras da TV Record, TV Cultura do Pará e TV Liberal, além da veiculação de programações de emissoras de TV de outros estados, TV por assinatura e outras formas de acesso às informações. Há algumas rádios em funcionamento na cidade miriense, entre as quais podem ser citadas as rádios: Comunitária Natureza FM, Progresso FM, Nativa FM e Constelação AM. Mesmo tendo em vista todas essas possibilidades de acesso às informações nos dias de hoje, a comunicação jornalística impressa é um dos meios que mais se destacam na tarefa de informar a população de Igarapé-Miri. Por exemplo, quanto ao consumo de informações veiculadas por jornais, cite-se que o jornal Miriense circula mensalmente com uma tiragem de um mil (1000) exemplares, o jornal Tribuna Popular circula mensalmente com esse mesmo quantitativo, além da circulação e consumo diário de jornais publicados em Belém: Diário do Pará, O Liberal e Amazônia Jornal, entre outros.

No que se refere a essa imprensa escrita, ao menos a partir dos anos 1990, o município já vem sendo servido diariamente por jornais da capital, Belém, mais destacadamente O Liberal e Diário do Pará e, ultimamente, o Amazônia Jornal, que atualmente chegam com mais facilidade, dada a atuação das empresas de transportes coletivos que fazem percursos diários Igarapé-Miri/Belém/Igarapé-Miri. É preciso registrar que tais jornais demonstram, dado seu menor volume de publicações que tratam sobre Igarapé-Miri, preocupações mais centradas em fatos que se passam bem mais distantes do município e que as realidades igarapemirienses ficam quase totalmente apagadas em suas páginas.

Fato bem marcante no que tange à relação da mídia paraense com o município de Igarapé-Miri é a publicação, feita por esses grandes jornais da capital, de matérias que dão ênfase à realidade da violência urbana, enunciando mortes, assaltos e outros tópicos mais apelativos, que acabam por construir e/ou reforçar uma imagem negativa do município miriense, assim como de outros municípios pequenos, territórios que são pouco visibilizados nas páginas dos grandes jornais do Pará. Não é o caso de se afirmar que o tema da violência é o que dá esse tom, pois a realidade política de Igarapé-Miri também costuma ganhar espaço nas publicações desses jornais. Mas a cobertura noticiosa de fora, quando fala sobre Igarapé-Miri, sobretudo depois dos anos 2000, vem sendo muito marcada pela aparição da realidade instalada pelo crescimento da violência urbana e, assim, por uma vinculação mais direta entre a mesma e a cobertura jornalística que fala sobre Igarapé-Miri.

Visivelmente é bem menos recorrente a publicação de matérias que enunciem positivamente o município do que as que o colocam em situação de vulnerabilidade social. Exemplifica essa relação o fato de que, em dias subsequentes a mortes e a outros fatos correlatos, o jornal Diário do Pará chegar a ser vendido com aumento de 50% ou 100% em comparação ao preço praticado nos outros dias, sendo que o valor praticado diariamente deixa de ser majorado do dia seguinte em diante. Outra linha de cobertura jornalística que trata de Igarapé-Miri tem se dado, nos últimos anos, acerca da cobertura da movimentação política nesse município, principalmente em razão de uma instabilidade política vivida entre 2013 e 2015, com as seguidas alterações no comando político municipal<sup>26</sup>.

Nos dias atuais, há outra vertente midiática que empreende concorrência com a mídia mais tradicional, que agruparia os jornais e as revistas impressas, o rádio, a TV. Trata-se da presença da mídia social nesse contexto, a qual, para Assis (2009, p. 19), vem a ser “uma mídia que aproxima as pessoas, acelera a disseminação de conteúdo e integra tecnologias”. Pode-se pensar na mídia social como a instância que reúne os *blogs* pessoais, os *sites*, as redes sociais e suas variadas ferramentas de interação, comunicação e socialização de informações em tempo real, consumidas e compartilhadas instantaneamente: realidade essa que se constata em Igarapé-Miri, dadas as condições permitidas pelas ferramentas de *internet*, o que facilita a proliferação de mídias sociais e/ou alternativas<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Sobre essas alterações e as circunstâncias que, provavelmente, as produziram e/ou delas decorrem, pode-se consultar Corrêa, Neri e Abreu (s/d).

<sup>27</sup> Além do *blog* do Jornal Miriense, há vários outros que se dedicam à produção noticiosa no município miriense, conforme podem ser citados: [www.gazetamiriense.wordpress.com](http://www.gazetamiriense.wordpress.com); [www.folhaigmiri.blogspot.com](http://www.folhaigmiri.blogspot.com); [www.poemeiromiri.blogspot.com](http://www.poemeiromiri.blogspot.com); [www.afolhademaiauata.blogspot.com](http://www.afolhademaiauata.blogspot.com); [www.blogpontodevistadaamazonia.blogspot.com](http://www.blogpontodevistadaamazonia.blogspot.com); [www.blogdorobsonfortes.blogspot.com.br](http://www.blogdorobsonfortes.blogspot.com.br); [www.pontodevistaamazonida.blogspot.com.br](http://www.pontodevistaamazonida.blogspot.com.br), entre outros.

Uma breve discussão e/ou caracterização do Jornal Miriense, objetivando-se reconhecer sua prática de produção e circulação, é o foco da discussão que se segue. Conforme Dorival Galvão, no documento intitulado “Jornal Miriense: Breve Histórico”, os idos de janeiro de 1980 marcam o surgimento de um jornal intitulado Mensageiro do Miri<sup>28</sup>, jornal que teria como propósitos principais produzir e levar informações à sociedade miriense. Dorival Pereira Galvão é fundador e editor-chefe do Mensageiro do Miri, veículo que veio a ser sucedido pelo Jornal Miriense.

É oportuno observar que no período posterior a 1964 e anterior a 1980 o município miriense não teria contado com os serviços de imprensa escrita, mesmo porque a fonte mais segura à disposição desta pesquisa (LOBATO, 2007), quando se trata de atentar para a historicidade dessa atividade de imprensa, não cita a continuidade do trabalho de imprensa jornalística no território miriense. É o projeto de imprensa iniciado com o Mensageiro do Miri que dá seguimento a essa atividade, de maneira duradoura, desde 1980 até os dias atuais. No período citado, Igarapé-Miri contava com poucos meios de divulgação de informações à coletividade, contexto no qual as emissoras de rádio da capital exerciam papel fundamental no trabalho de informar a população miriense. Em 1980, com o surgimento do embrião do Jornal Miriense, o Mensageiro do Miri, essa realidade sofre alteração. É sobre esse trabalho jornalístico, que tematiza a ação de homens e mulheres em seus diversos espaços de atuação em Igarapé-Miri, que o tópico seguinte irá tratar.

### **3.2 O Jornal Miriense: uma experiência de mídia impressa no Igarapé-Miri pós-1980**

Há pouquíssimas fontes para consulta sobre a atividade jornalística existente no município de Igarapé-Miri, ganhando destaque nessa realidade de escassez a obra *Caminho de Canoa Pequena*, de Eládio Lobato (2007), obra de referência sobre a trajetória do município miriense em seus mais variados aspectos, tais como: religiosidade, economia, sociabilidade e fatos históricos. Por esse motivo, a listagem de jornais produzidos e publicados em Igarapé-Miri foi feita exclusivamente com base nas informações desse historiador.

---

<sup>28</sup> Documento encaminhado ao autor desta dissertação em junho de 2013 (via *e-mail*), a pedido deste. Conforme informação contida em sua página virtual, o início da atividade do Mensageiro do Miri se dá precisamente a 01/01/1980. (cf. [http://jornalmiriense.zip.net/arch2012-09-09\\_2012-09-15.html](http://jornalmiriense.zip.net/arch2012-09-09_2012-09-15.html); acesso em 30/03/2015). O jornal Miriense é o sucessor do Mensageiro do Miri. Para os fins deste estudo, o Mensageiro e o Miriense constituem um só projeto jornalístico, tendo havido apenas a mudança de nome.

Quanto ao Jornal Miriense, pode-se afirmar que o mesmo é um veículo da mídia impressa produzido no município de Igarapé-Miri desde janeiro de 1980, ou seja, tem mais de trinta e cinco anos e possui circulação mensal, embora em alguns meses desse seu percurso histórico tenha havido edições quinzenais, estas mais notadamente em 2005 e 2006.

O fato de ter circulação mensal pode sugerir que o Miriense cumpra um importante papel na reunião de muitas das principais notícias sobre a vida pública miriense, em uma só edição. Nessa publicação mensal podem estar estampados os principais fatos que se passaram nas semanas que precederam a sua publicação.

Em linhas gerais, pode-se dizer que se trata de um jornal que veicula matérias que são de interesse geral da população, sejam publicações da área “social” (aniversários, casamentos, formaturas...), sejam receitas/curiosidades, matérias esportivas, educacionais, descobertas científicas, da política partidária, violência (que recebe ênfase, geralmente com chamadas bem destacadas na primeira página), sejam notícias de interesse mais geral para a sociedade paraense/brasileira: política pública/administrativa, violência, corrupção etc., pois há colaboradores(as) de outras localidades, outros estados, que encaminham textos para serem publicados no Jornal Miriense.

A distribuição do referido jornal costuma se dar em carro-som, pelas ruas de Igarapé-Miri, e em vários pontos de venda espalhados pela cidade. É vendido também em outros municípios, como Abaetetuba, Moju e Barcarena, em Belém e em outros estados (São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo). O editor-chefe do Miriense tem uma prática de divulgá-lo em todas as oportunidades em que se faz presente e, preferencialmente, quando pessoas de outras cidades e outros estados estão em visita a Igarapé-Miri. Por exemplo, na maioria dos eventos realizados em Igarapé-Miri e que reúnem autoridades dos poderes constituídos, pesquisadores, líderes religiosos, entre outros, o editor distribui gratuitamente exemplares do Jornal Miriense para esses visitantes. A partir do ano de 2012, o Jornal Miriense passou a contar com uma página na *internet*, a saber: <http://jornalmiriense.zip.net>.



**Imagem 02:** Reprodução da página de entrada do *Blog* do Jornal Miriense na *internet*:



Fonte: <http://jornalmiriense.zip.net>. Acesso em 27/03/2015.

A página de entrada do *blog* do Jornal Miriense data de 2012 e, até o final de março de 2015, continuava com as mesmas informações, situação constatada, também, com uma leitura das notícias publicadas na versão virtual do citado jornal. Ou seja, não se percebe uma permanente atualização do *blog* do Jornal Miriense de modo que o mesmo pudesse replicar ou refletir, na *internet*, o conjunto de notícias postas a circular no formato impresso.

Em sua trajetória de imprensa, o Jornal Miriense adotou como *slogan* “A Verdade em Primeiro Lugar”, o que não significa dizer que seja nessa perspectiva que esta pesquisa esteja ancorada quando da concepção do trabalho midiático realizado pelo Miriense. Na mesma, procura-se ver criticamente as relações sociais e discursivas que constituem a vida social/política em Igarapé-Miri e que implicam a ação política local e a materialização dessa ação no trabalho jornalístico que constitui a prática discursiva aqui analisada.

No que concerne às configurações adotadas pelo Jornal Miriense, é possível dizer, em linhas gerais, que esse jornal costuma circular em um bloco único (sem a divisão em vários blocos de cadernos), em um total dez ou doze páginas (mais raramente vem com 14 ou 8 páginas, neste último caso, quando circulava em edições quinzenais), costuma trazer a primeira página colorida, assim como algumas das páginas internas, principalmente as páginas ímpares: 3, 5, 7..., que seriam as primeiras a serem lidas, páginas essas que costumam trazer as matérias julgadas mais relevantes e/ou sedutoras aos leitores, como os acontecimentos inseridos na seção *Polícia* e os fatos do mundo político, seja o que concerne à

administração pública, seja a atividade político-partidária, eleitoral, notícias relacionadas ao mundo empresarial e similares. A última página, também impressa em cores, costuma trazer as mais variadas notícias que enunciam fatos relacionados à sociabilidade no território miriense, constituindo por isso mesmo uma seção intitulada *Sociais*, na qual são publicadas notícias que versam sobre casamentos, aniversários, refeições de grau, festas etc.

As configurações físicas do Jornal Miriense o encaixam bem na definição de jornal, formulada por Lage (2006, p. 11), qual seja: “cadernos de papel não-grampeados, em formato *standard* (58cm x 36cm), tablóide (36cm x 29cm) ou intermediários”. Suas estruturas permitem inseri-lo nos formatos intermediários, dado que as dimensões de página adotadas equivalem a 46cm x 33cm. Há que se destacar que a aparência dos jornais, suas preferências por cores etc., gera uma espécie de identificação entre seus leitores e o veículo, que o reconhecem a distância e podem ser seduzidos, também, pelo aspecto visual, sem desmerecer a importância das informações que veiculam.

No que diz respeito à distribuição de suas seções, o Jornal Miriense não costuma apresentar uma regularidade em suas edições. Nas edições desse jornal há algumas seções que sempre aparecem e outras que ora aparecem, ora estão ausentes das publicações.

As seções que são encontradas regularmente são:

- *Editorial*, que geralmente vem na página 2 e busca passar aos leitores do Miriense uma posição do jornal sobre fatos e/ou temas de interesse coletivo;
- *Geral* (ou *Gerais*), a qual traz, algumas vezes, as notícias sobre a política partidária ou ainda podem ser encontradas discussões sobre temas que estão inseridos em seções que tratam de política e esportes, entre outras;
- *Ouvi Dizer...*, seção que ultimamente tem estado ausente das edições e parece ter perdido lugar para a seção *Repórter 60*; a mesma costumava trazer a público um elenco de notas mais provocativas, como se se tratasse de notícias que estariam autorizadas pelo que se anda(va) dizendo pela cidade. Tal estratégia jornalística estaria ancorada em uma espécie de dispensa de consulta às fontes e a comprovação prévia à publicação, ainda que se saiba que a checagem de fontes e a apuração dos fatos são indispensáveis ao fazer jornalístico;
- *Sociais*, presente em todas as edições consultadas, em cujo espaço são divulgados acontecimentos considerados de destaque na vida pública miriense (festas, aniversários etc.);

- Notícias da área *policial*, em cujo espaço são reunidas as informações relacionadas a crimes, que sejam sinônimo de mortes e demais eventos que impliquem investigação policial, julgamentos na justiça etc.

Quanto ao segundo caso, o das seções ou espaços do JM que podem ou não integrar uma dada edição, podem ser citadas a título de exemplo as seguintes:

- *Entrevistas*, que são mais raras nas edições do jornal;
- *Saúde do Homem*, que costuma ser constituída por informações que interessam ao público masculino, coletadas em *sites* da *internet*, em outros jornais e publicadas no *Miriense* com citação de fonte/créditos;
- *Saúde da Mulher*, em que se aplica a estratégia adotada para constituir a seção *Saúde do Homem*, mas com notícias que interessariam preferencialmente ao público feminino.

Depois de 2012, surge *Repórter 60*, espaço do jornal que parece guardar simbologia com a personalidade do editor-chefe do Jornal *Miriense*, Dorival Galvão, uma vez que vem a público tão logo ele completou 60 (sessenta) anos de idade. A imagem pessoal do editor, reproduzida em uma foto usando chapéu (Imagem 03), parece reforçar essa leitura.

Há que se atentar para outra simbologia que envolve esse espaço do Jornal *Miriense*: o jornal *O Liberal*, órgão de imprensa das Organizações Rômulo Maiorana (ORM), um dos maiores jornais do Pará que já conta, em 2015, 70 anos de circulação, traz em suas edições diárias uma coluna intitulada **repórter70**. Esta é uma coluna de opinião, de grande relevância daquela empresa e que integra o caderno *Atualidades*. A mesma surgiu na década de 1970, o que deve justificar o citado nome.

No Jornal *Miriense* e em *O Liberal* esses espaços do jornal exploram aspectos da vida pública/política, tais como: cultura, política partidária, meio ambiente e atuação dos governos. *O Liberal*, em sua seção *repórter70* traz, também, uma sub-seção intitulada “**EMPOUCASLINHAS**”, que faz circular notícias em formato de pequenos textos.

A *Repórter 60* parece ter substituído *Rapidinhas*<sup>29</sup> e *No lombo do Puraquê* (esta, uma seção criada para informar sobre fatos que deixariam “em choque” as pessoas que nela fossem referidas). Também há espaço no *Miriense* para notícias de responsabilidade do poder público

---

<sup>29</sup> No *corpus* de análise, optou-se por adotar publicações de *Ouvi Dizer...*, as quais se confundem, em termos de conteúdo e formatação, com as *Rapidinhas*; além das demais seções aqui descritas.

municipal, notadamente dos poderes Legislativo e Executivo, que publicam atos, documentos, chamadas etc.

Os excertos transcritos abaixo exemplificam o que se costuma(va) publicar em *Rapidinhas* que, na edição consultada, estava inserida em *Gerais*:

**SIMPRIM TEM NOVA DIRETORIA.** Em uma festa muito bonita, tomou posse a nova diretoria do **Sindicato dos Produtores Rurais de Igarapé-Miri – SIMPRIM**, eleita para o triênio de março de 2008 a março de 2011. Junto com a posse da nova diretoria aconteceu também a inauguração da sede do SINPRIM (...).

**GERAÇÃO EMPREENDEDORA.** Igarapé-Miri é uma terra conhecida pelo tino de empresarial de seu povo. É algo inexplicável, que vai passando de geração a geração(...).

**COMO NO VELHO OESTE AMERICANO.** A falta da prática de publicação de editais e de notas administrativas de interesse público nos meios de comunicação (...) torna claro e evidente o desconhecimento de nossas autoridades e seus assessores, da obrigatoriedade dessa prática (Jornal Miriense, 05/05/2008, p. 9, grifos no jornal).

Trata-se da publicação de notícias mais diversificadas, que não comporiam uma matéria à parte e, por isso, estão inseridas em *Gerais*, mas que foram consideradas importantes de serem enunciadas à população. Nelas há desde notas a respeito de instituições sediadas no município, como o SINPRIM, da atuação de empresários locais, até comentários do jornal sobre as práticas da administração pública e da relação dos gestores públicos com a sociedade local, como ilustra a breve notícia intitulada “Como no Velho Oeste”.

O estilo de *Ouvi Dizer...* guarda nítida semelhança com o de *Rapidinhas* e parece sugerir uma falsa liberdade no trabalho jornalístico, que se daria de maneira mais descompromissada com a verificação e/ou com a checagem de fontes. Os seguintes enunciados ilustram essa questão:

**OUVI DIZER...**

... **que** mais uma vez o dr. Ítalo Mácola reivindicou o título de “princesinha do Baixo Tocantins” para a cidade de Igarapé-Miri, na festa da Ascim(...).

... **que** no festival do camarão a barraca do IDÊPÊ arrasou!...

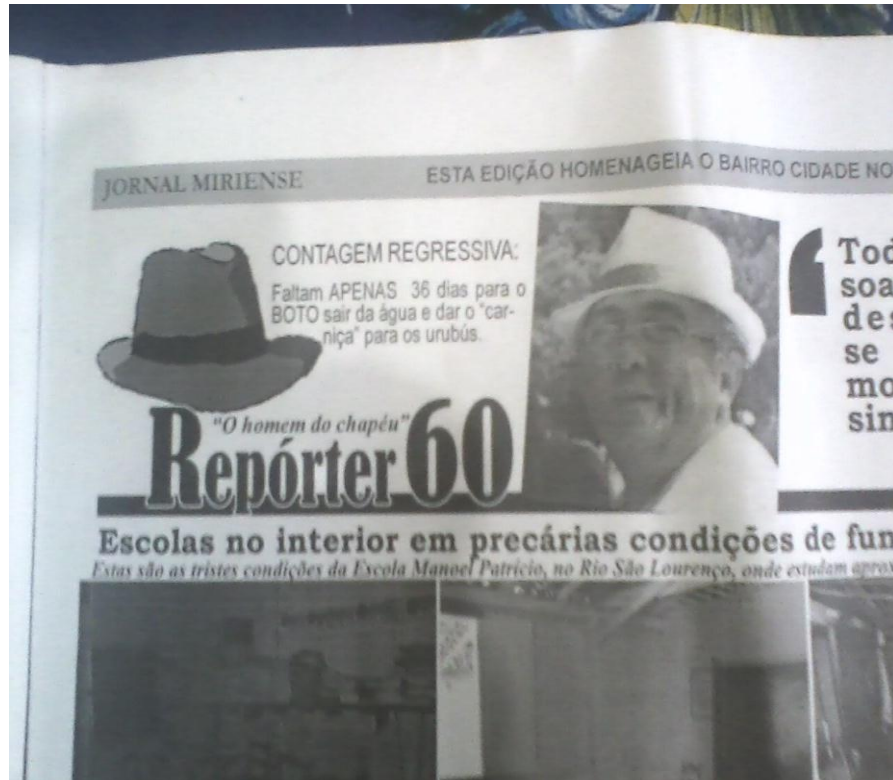
... **que** em Igarapé-Miri tem gente também recebendo **mensalão** do PT. Vamos descobrir quem são?

... **que** no Brasil se cria dificuldades para vender facilidades.

... **que** depois de tanto “embrulho”, o presidente Lula lança um pacote contra a corrupção... (Jornal Miriense, 05/07/2005, p. 05, grifos no jornal).

Abaixo, reprodução de duas páginas do Jornal Miriense que ajudam a exemplificar a constituição de *Repórter 60* e *No lombo do puraquê*:

**Imagem 03:** Página do Jornal Miriense da coluna *Repórter 60*:



Fonte: Jornal Miriense, 31/08/13, p. 13.

**Imagem 04:** Página do Jornal Miriense que traz a seção *No lombo do puraquê*. O veículo apresenta quem teriam sido, segundo o jornal, os agentes públicos “dorminhocos do ano” de 2012:



Fonte: Jornal Miriense, 31/08/13, p. 13.

O editor-chefe do Jornal Miriense, Dorival Pereira Galvão, encaminhou ao autor desta dissertação o documento intitulado “Jornal Miriense: Breve Histórico”, no qual fala sobre o percurso histórico do Miriense e oferece alguns indicativos do posicionamento desse

veículo diante da comunidade leitora. Nas palavras desse editor, o *Jornal Miriense*, em razão da “responsabilidade em seus noticiários”, teria aumentado “a credibilidade de seus leitores, patrocinadores e autoridades municipais e estaduais, pois esse jornal continua sendo autêntico elo de ligação entre o povo e as autoridades” (GALVÃO, 2013, s/p). Diz ainda o documento, que o “**Jornal Miriense** continua a sua missão de defensor dos interesses de Igarapé-Miri, seguindo a sua estrada, sempre documentando a história desse município, com profissionalismo, imparcialidade e independência” (GALVÃO, 2013, s/p).

De pronto já chamam a atenção alguns enunciados que resumiriam a missão institucional do *Jornal Miriense*: “credibilidade”, “autêntico elo” entre população e autoridades, “missão” de defender os interesses do município, “documentar” a história. Mais destaque ainda poderia ser dado para os princípios que, na visão do editor-chefe, norteiam a atuação jornalística/social do *Miriense*: “profissionalismo, imparcialidade e independência”. O posicionamento assumido pelo jornal, nas palavras de seu editor-chefe, veicula sentidos que apontam para um comprometimento profissional, atrelado à demanda da “defesa” do município e ao objetivo maior de sua atuação, que seria documentar a história de Igarapé-Miri, contando com “a credibilidade de seus leitores, patrocinadores e autoridades municipais e estaduais”.

Esse posicionamento poderia ser traduzido em uma visão da atuação jornalística que aparece atravessada por uma postura apolítica, marcada pela objetividade, traduzida em termos como “documentar”, “imparcialidade”, “independência”. Assim, a comunicação do *Miriense* não interferiria nas disputas existentes na cena política municipal.

Miguel (2003a) pode ajudar a explicar esse posicionamento do *Jornal Miriense* acerca de sua atuação jornalística em Igarapé-Miri. O autor, ao tratar da necessidade de se compreender a relação existente entre os meios de comunicação de massa e a política, afirma que é preciso superar os “esquemas simplistas em que, muitas vezes, caem tanto o discurso do senso comum quanto o acadêmico”. Ele registra a posição da própria mídia acerca dessa realidade e afirma que a mesma “alardeia sua irrelevância, fiel à ideologia da objetividade de seu jornalismo e do caráter apolítico do entretenimento que oferece a seus espectadores” (MIGUEL, 2003a, p. 118).

Um esquema simplista pode ser conceituado como uma forma reducionista de conceber a atuação midiática na sociedade, seja por agentes alheios a esse fazer (leitores, grosso modo), seja pela ação dos próprios sujeitos nele inscritos profissionalmente (jornalistas, por exemplo). Trata-se de uma simplificação que só pode empobrecer a discussão, na medida em que não considera a tensão existente entre a possibilidade de

informar seu público-leitor e os posicionamentos adotados por um determinado veículo de informação.

Quanto à trajetória do Jornal Miriense na divulgação da vida pública de Igarapé-Miri, conforme levantado aqui, acredita-se que a mesma pode motivar a realização de estudos que objetivem problematizar a maneira como é tematizada a atuação da mulher na vida pública/política miriense. Sendo que o aspecto explorado na pesquisa é apenas um exemplo da riqueza do fazer jornalístico aqui analisado. Tal constatação levou o pesquisador a se indagar sobre a tematização da mulher nas páginas do Jornal Miriense, sobre a forma como a referida atuação política é retratada no jornal. Além disso, acredita-se que a cobertura seja perpassada por uma transversalidade de gênero de que se reveste a atuação política feminina em Igarapé-Miri, haja vista a relação que implica as movimentações de homens e mulheres nessa arena. Esses e outros aspectos devem ser evidenciados nas análises reunidas nos Capítulos 4 e 5.

No próximo capítulo, estão reunidas análises realizadas sobre as publicações que constituem (G1) e (G2), anteriormente referidos, nas quais se entende que a ação pública/política da mulher é o tema central da publicação. Essa atuação motivou a veiculação de discursos que se relacionam no mesmo espaço discursivo selecionado pela pesquisa: aquele que permite dar a conhecer essa participação política e os sentidos/posicionamentos tecidos e veiculados sobre a mesma. Acredita-se que são vários discursos que se tocam, nesse espaço, e dizem sobre a citada ação feminina e que podem tecer um perfil dessa ação política praticada em Igarapé-Miri, constituinte da prática discursiva do Jornal Miriense. Além disso, as análises feitas acerca dessa movimentação política feminina devem levar a considerar, pela presença nos textos ou pela ausência registrada, a ação política do homem que tem atuação inscrita nessa arena política municipal; dito de outra maneira: o considerar a ação feminina leva a que se tenha em conta uma relação de gênero constituinte da arena política municipal.



#### **CAPÍTULO 4 - SOBRE A ENUNCIÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA FEMININA EM IGARAPÉ-MIRI NAS PÁGINAS DO JORNAL MIRIENSE: DA TEMATIZAÇÃO DA MULHER MIRIENSE QUE ATUA EM DIVERSAS FUNÇÕES PÚBLICAS**

A investigação das relações interdiscursivas constituintes do fazer jornalístico do *Miriense*, dado o modo de tematizar a ação política feminina em Igarapé-Miri, é propósito central para esta pesquisa. São essas relações que podem evidenciar a articulação da prática jornalística com a ação política e as questões de gênero em curso na arena política de Igarapé-Miri. É desse conjunto de articulações que este capítulo trata, além do que a ele se complementa o próximo, os quais reúnem as análises de publicações do *Jornal Miriense* que tematizam a citada ação política. Neste capítulo, especificamente são analisadas as publicações reunidas em (G1) e (G2), que tratam da atuação pública/política feminina em diversas funções e não na função de prefeita de Igarapé-Miri.

As análises do material coletado na redação do *Miriense* foram realizadas em atenção aos objetivos propostos para a pesquisa e à teorização que dá sustentação à mesma, conforme já ressaltado ao longo deste texto. Um primeiro esforço de análise resultou na organização de quatro grupos de textos, agrupados em função das regularidades enunciativas que os caracterizam e que dizem respeito às posições veiculadas pelo jornal no que tange à ação política da mulher miriense. Os quatro grupos de textos organizados são (G1), (G2), (G3) e (G4), conforme descrito no capítulo metodológico.

Inicialmente, pode-se ressaltar uma pluralidade que caracteriza o funcionamento discursivo do JM, quando cobre a ação política da mulher miriense: (i) quando os textos analisados pertencem aos grupos (G1) e (G2), a predominância é para textos não atravessados pelo humor, cuja cobertura jornalística centra-se em notícias/matérias e algumas entrevistas; (ii) quando essa cobertura se volta às ações da prefeita nos grupos (G3) e (G4), tem-se uma segmentação nesse funcionamento discursivo: quando sua ação é defendida (G3), as publicações são majoritariamente formatadas em notícias/matérias e algumas entrevistas, mas quando a cobertura não lhe é favorável (G4), a maioria das publicações é formada por textos atravessados pelo humor, caracterizados por uma feição provocativa, e somente seis dessas publicações correspondem ao gênero matéria jornalística. Dito de outra maneira, trata-se de textos que pertencem a gêneros mais prototípicos das práticas jornalísticas, como matérias e entrevistas, em que estão incluídos os textos de (G1) a (G3), e textos que pertencem a gêneros atravessados pelo humor, textos mais breves, mais provocativos e também menos assertivos,

os quais veiculam mais insinuações sobre a ação da prefeita do que apresentam fatos, em que estão incluídos os textos de (G4).

Do ponto de vista do alinhamento teórico, há que se considerar que estas análises se inscrevem na articulação de um funcionamento discursivo com uma inscrição histórica, em que se requer que sejam consideradas as condições de uma enunciabilidade capaz de ser historicamente circunscrita (MAINGUENEAU, 2008). Assim sendo, a pesquisa articula uma investigação do discurso jornalístico e a histórica participação da mulher na política miriense. Para tanto, os conceitos de cena de enunciação e dêixis discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2011), entendidos em correlação aos conceitos de interdiscurso e prática discursiva (MAINGUENEAU, 2008, 1997), foram adotados para a operacionalização das análises aqui reunidas. A topografia e a cronografia discursivas devem indicar que coordenadas dêiticas constituem as cenografias de que o Miriense lança mão para se referir a essa ação política. Tais coordenadas ajudam a entender o funcionamento dessa prática discursiva jornalística e a maneira como, interdiscursivamente, a mulher atuante na política miriense é tematizada nas publicações analisadas. Por isso, parte-se do pressuposto de que é preciso encontrar, nas publicações analisadas, as marcas linguístico-enunciativas que constroem o perfil do sujeito atuante na política e traços que marcam uma singularidade de gênero, sem desconsiderar as determinações próprias ao campo midiático, *locus* onde os textos são produzidos, onde os sentidos emergem e são postos a circular.

É possível registrar que a enunciação jornalística sobre a ação política feminina leva o Miriense a se posicionar de várias maneiras acerca dessa ação, ora de maneira favorável, ora desfavoravelmente, seja por meio de dizeres sobre os quais o veículo se responsabiliza, seja dando voz ao discurso do leitor, em textos assinados, ou mesmo por meio da criação de uma realidade (pseudo)ficcional para falar das ações da prefeita. Entendidas em estreita articulação com a proposição teórica e metodológica derivada dos conceitos anteriormente citados, a configuração da cena de enunciação de que o jornal lança mão (dadas a cena englobante, as cenas genéricas e as respectivas cenografias instituídas) e as coordenadas da dêixis discursiva são apresentadas quando dos exames das publicações analisadas nos grupos regulares já identificados.

De que maneira o fazer político da mulher que atua na arena política de Igarapé-Miri é tematizado nos textos do Jornal Miriense, dado o período histórico de 2004 a 2008? Quais são as relações interdiscursivas que balizam essa tematização e expõem o exercício da política e as questões de gênero? A condução da pesquisa pode apontar possibilidades de

respostas para essas indagações e, talvez, insinuar possibilidades de novas perguntas acerca desse fazer jornalístico.

Quando as publicações analisadas pertencem ao conjunto de textos que tratam da mulher que atua em diversas funções públicas, e não especificamente na condição de prefeita, é possível agrupar os textos em dois grupos, conforme descrito no capítulo metodológico, e reconhecer algumas regularidades enunciativas. Este capítulo tem duas seções, as quais buscam mostrar as angulagens distintas, adotadas pelo JM, para tratar da participação feminina na política de Igarapé-Miri: inicialmente, com base em um processo que enfatiza a própria figura feminina em detrimento de ações efetivamente políticas e/ou coletivas; em seguida, pela análise de um conjunto de textos nos quais são mais evidentes as ações políticas empreendidas pela mulher miriense ou os processos políticos em que elas se acham envolvidas.

#### **4.1 (G1) O processo de individualização na enunciação da função pública/política feminina no Jornal Miriense**

Para ilustrar o funcionamento desse grupo de textos, são considerados enunciados pertencentes a um conjunto de publicações do Miriense, como é o caso de notícias/matérias de jornal, a maioria inscrita em um caderno do Miriense intitulado *Delas*. A existência do caderno *Delas* já é um dado a se destacar quanto a essa cobertura jornalística. O *Delas*, que é descrito pelo próprio Jornal Miriense como “*o caderno da mulher miriense*”, circulou no Jornal Miriense durante o ano de 2005 e coincide, por isso mesmo, com a chegada de uma mulher para governar Igarapé-Miri. Tal dado, que aponta para a história política de Igarapé-Miri, já sugere uma vinculação entre esse contexto histórico de mudança na gestão municipal e a inscrição na cena jornalística de um caderno específico para tratar da presença feminina no JM. Esse destaque dado à aparição da mulher em um espaço específico e exclusivo do jornal parece sinalizar para um reconhecimento institucional quanto a essa movimentação feminina na vida política e a consequente conquista de espaços de poder. Portanto, a nova maneira de aparição pública feminina no Miriense já sinaliza um atravessamento da importância da visibilidade da figura feminina no cenário de Igarapé-Miri. É, por assim dizer, um atravessamento de gênero que ajuda a constituir esse fazer jornalístico. Tal constatação permite pensar na construção, pelo jornal, de efeitos de sentido, na medida em que a

separação de um espaço exclusivo do Jornal Miriense para enunciar questões sugeridas como de interesse central do público feminino permite pensar na maneira como a instituição jornalística conceberia o papel social da mulher na arena pública de Igarapé-Miri.

Pensando em que perfil de textos jornalísticos mais circulam nesse caderno, é possível atentar para o fato de que a maioria dessas publicações se ocupa de homenagear figuras públicas de destaque no cenário miriense, tais como empresárias, agentes políticas e professoras, e veicular informações sobre culinária, vida sexual, entre outros temas. Atentar para essa reserva de espaço para a aparição feminina no JM leva a avaliar o reverso disso. Isto é, a existência de um espaço exclusivo para expor a figura feminina implica o reconhecimento de sua exclusão dos demais espaços da publicação jornalística? Implica a circunscrição em um espaço menor e exclusivo para a aparição feminina e, por consequência, o reconhecimento de que os demais espaços do jornal não seriam centralmente dedicados a elas?

A configuração das publicações selecionadas do caderno *Delas* permite observar alguns dados importantes para entender esse funcionamento discursivo e suas regularidades enunciativas. Com exceção de um texto sobre a participação da mulher na política brasileira, os seis restantes vêm acompanhados de fotos, que ilustram o conteúdo dos mesmos. Uma breve análise dessas imagens sugere que o *Delas* enfatizou as próprias figuras, que parecem posar para as lentes do Miriense em tons de apresentação das figuras homenageadas, em detrimento de um perfil de ação política que pudesse ser construído para falar das homenageadas. Enfim, os textos selecionados mostram que o caderno mais homenageia a mulher miriense do que informa ao público leitor suas ações políticas.

Esse conjunto de publicações selecionadas permite examinar um pouco mais detidamente a questão de como a mulher que tem atuação política na cidade miriense é tematizada no fazer jornalístico do JM. Em uma das publicações<sup>30</sup>, na qual o perfil político dessa ação é relativamente destacado, mas não centralmente, o *Delas* trata das mulheres reunidas em uma ação coletiva, organizada pelo MODEMI<sup>31</sup>, cujos sentidos veiculados respaldam a citada ação coletiva de liderança política feminina instalada em Igarapé-Miri: “*mais de 500 mulheres reuniram-se na Casa da Cultura...*”. Mesmo que a posição do jornal seja de reforço a uma ideia segundo a qual as mulheres, organizadas pelo MODEMI, estão reunidas para uma ação de cunho politicossocial, o que se percebe no funcionamento discursivo é que a mulher ganha destaque em função de sua própria figura e não de uma ação de luta política. E é esse o modo de enunciar a presença da mulher que o caderno adota. A

<sup>30</sup> *DIA INTERNACIONAL DA MULHER, Delas*, 11/03/2005, p. 3. (cf. Anexos 1e 2)

<sup>31</sup> Movimento em Defesa da Mulher de Igarapé-Miri, conforme descrito na citada publicação.

publicação tem um funcionamento discursivo que mais se aproxima da homenagem à mulher miriense, dado o dia 08 de março de 2005, do que aponta para a fala de luta ou para um posicionamento que implicasse uma luta coletiva declaradamente inscrita na enunciação do Miriense e que fosse flagrada pelo sujeito jornalista. Não se trata de mostrar uma ação política que, por exemplo, venha a combater um problema social, mas predominantemente de apresentar a figura institucional que é o MODEMI à sociedade miriense. O falar sobre a mulher empresária já sugere essa menor ancoragem nas disputas políticas em curso na arena miriense (cf. Anexos 1 e 2).

Segundo o jornal, o movimento teria instruções importantíssimas para instrumentalizar a ação privada e social da mulher miriense. Para além dessa apresentação notadamente favorável à organização desse movimento, importa perceber que essa ação tem muito menos o caráter de luta e mais de organização de um evento coordenado pelas mulheres de Igarapé-Miri. Inclusive é possível perceber certo apagamento da ação política, já que o texto que cobre a ação do MODEMI aborda temas gerais – comemorações no congresso nacional, premiação para mulheres de todas as regiões do país, entre outras. Dados os enunciados seguintes, pode-se perceber a inscrição da marca assistencialista que caracteriza a citada ação:

**(E1) DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

O dia 08 de março [de 2005] foi de muita festa em Igarapé-Miri. Mais de 500 mulheres mirienses se reuniram na Casa da Cultura *atendendo ao chamado* do **MODEMI – Movimento em Defesa da Mulher de Igarapé-Miri**, ali ouviram *instruções importantíssimas* para a mulher nos dias de hoje.(...) (Jornal Miriense, *Delas*, 11/03/2005, Capa – grifos em negrito são do jornal; outros grifos são meus; cf. Anexo 1).

**(E2)**(...) Falou-se da mulher enquanto empresária e foram *dadas orientações* para casos de violência no lar e fora dele. *As mulheres foram também para as ruas em grande caminhada*. Houve sorteio e *distribuição de brindes e cestas básicas*. Da Casa da Cultura as mulheres foram para a frente da cidade, em frente ao Leão do Norte, espaço que será destinado para esses movimentos (Jornal Miriense, *Delas*, 11/03/2005 p. 3, grifos meus; cf. Anexo 2).

O Miriense apresenta seus leitores à ação do MODEMI, organização não-governamental que atende e orienta as mulheres sob vários aspectos, espécie de instrumentalização da organização feminina em Igarapé-Miri. Por isso, teriam ido às ruas em grande caminhada, o que seria sugestivo de um embrião da ação política, expectativa que vem a ser frustrada, em virtude da ação assistencialista/comemorativa materializada nas distribuições de brindes e cestas básicas.

Outras publicações do citado caderno demonstram a maneira como o JM apresenta a seus leitores a mulher que se destaca na cena miriense. Nesses textos, são apresentadas personalidades públicas de Igarapé-Miri que ganham as páginas do caderno em função de suas trajetórias profissionais. Ao destacar a trajetória profissional das mulheres que ganham espaço no caderno *Delas*, a cenografia construída aponta para uma espécie de idealização da ação política. Tal modo de se posicionar sobre esse fazer profissional pode ser entendido como a insinuação de uma questão de gênero, a apontar para uma distribuição dos lugares ocupados pelas mulheres no mundo do trabalho, isto é, como se o magistério carregasse a sinonímia do trabalho feminino. Por assim dizer, tal dado apontaria para relações de poder que antecedem a prática jornalística e que se relacionam a mecanismos de distribuição, por gênero, das práticas políticas. Em duas dessas publicações<sup>32</sup> o foco está na atuação pública inscrita no campo de trabalho educacional. Ressalte-se que o foco dessas coberturas para a área educacional e nas ações de personalidades políticas que atuam nesse campo profissional é ilustrativo, no fazer jornalístico do Miriense, da recorrência de textos que tematizam a atuação política feminina nesse campo.

É oportuno atentar para o fato de que, nas publicações sobre as professoras “Vavá” e “Zazá” e em outras duas do mesmo caderno, a primeira página expõe uma destacada foto da personalidade política tematizada e informações sobre sua trajetória de vida e atuação profissional: esse conjunto formado por foto mais texto descritivo sobre as personalidades apresentadas constitui a publicação como um todo. Tal funcionamento pode ser constatado em seis textos pertencentes a (G1), dos quais quatro estão inscritos no caderno *Delas*.

Em (G1) há seis matérias com destacada foto na capa, sendo que quatro estão no caderno *Delas* e duas em outros espaços do jornal, com a ressalva de que nenhuma dessas quatro fotos adota o expediente da legenda. Os grupos (G2) e (G3) também registram, em menor proporção, essa recorrência da centralidade na exposição da figura particular em questão para ilustrar as publicações, o que não se constata em (G4) (no sentido que essa exposição não é favorável à figura pessoal da prefeita, conforme se discute aqui), possivelmente em razão de a cobertura jornalística desfavorável à prefeita estar predominantemente ancorada em efeitos de sentido de natureza provocativa.

Das quatro ocorrências de destaque nas imagens pessoais citadas, alguns exemplos são transcritos a seguir:

---

<sup>32</sup> Publicadas no caderno *Delas*, nesta ordem: *PROFESSORA “VAVÁ”*: *a bisa-mestra que se doou para crianças e idosos* (01 a 15/10/2005, capa) e *Professora “Zazá”* (16 a 31/10/2005, capa). (Anexos 6 e 5, nessa ordem)

**(E3) Educação em boas mãos.** Érica Augusta Moraes Gonçalves, tem 27 anos, é pedagoga formada pela Universidade Federal do Pará – UFPA(...) (*Delas*, 05/06/2005, capa; cf. Anexo 3).

**MÔNICA LIMA: 50 anos de atividade na educação no Estado do Pará.** A pedagoga Maria Mônica Pinheiro Lima, é a secretária de educação do governo dilziano. Professora aposentada das salas de aula, Mônica tenta repassar para a educação do município, toda a experiência adquirida nesses quase 50 anos de atividade.(...) É formada em Pedagogia pela Universidade da Amazônia – UNAMA, em Letras pela Universidade Federal do Pará – UFPA(...) (*Delas*, 15/08 a 30/09/2005, capa; cf. Anexo 4).

**O Jornal Miriense destaca no caderno “Delas”: a Professora “ZAZÁ”.** Crisálida Pantoja Soares, conhecida por “professora Zazá” (...) lançou-se aos estudos e concluiu o curso de Magistério em Abaetetuba.(...) Iniciou o Curso de Pedagogia nas Faculdades Integradas do Colégio Moderno (FICOM) onde estudou até a segunda série e continuou na Universidade Federal do Pará (UFPA) o Curso de Letras que lhe garantiu o título de “Professora Zazá” (*Delas*, 16 a 31/10/2005, capa, grifos do jornal; cf. Anexo 5).

As imagens adotadas para ilustrar os textos reforçam as respectivas figuras políticas. Portanto, considerando essa cena englobante, é possível constatar o funcionamento de um discurso de enaltecimento, pois não são flagrantes que marcam um momento da ação política feminina, mas o registro exclusivo das personalidades em destaque. Tais registros ganham a caracterização de enunciado-imagens e se equiparam aos textos verbais nos quais o caderno faz evidente homenagem às mulheres que ganham as capas do caderno *Delas*.

Intimamente relacionada ao trabalho docente, a maternidade atravessa textos do caderno *Delas* sobre o percurso de vida profissional/política de mulheres mirienses e estabelece uma evidente ligação estereotipada entre a condição feminina e a ação profissional no campo educacional. Trindade (2007), em texto assinado publicado no JM, enumera uma série de atributos profissionais e pessoais da professora Eurídice Marques, ao que destaca a perspectiva maternal a atravessar seu agir docente. Diz a autora que Eurídice foi “*a mulher que gerou em seu ventre uma única vez, mas foi mãe dezenas de vezes*”. Portanto, para além de ser uma trabalhadora de educação em Igarapé-Miri, a figura da professora Eurídice ganha essa inscrição da autora, uma espécie de processo metafórico que leva o alunado à categoria de filhos e lega à professora tematizada a condição maternal. Mais uma vez está-se diante de uma maneira estereotipada de tratar o fazer docente. Não apenas a maternidade, mas também a condição matrimonial é conclamada para ajudar nessa configuração de perfil da mulher que ganha as páginas desse caderno. Para uma das professoras tematizadas, a publicação reserva a seguinte declaração, de responsabilidade do próprio jornal:

(E4) Mãe de 4 filhos legítimos (uma mulher), três adotivas, *esposa dedicada* (Jornal Miriense, *Delas*, 01 a 15/10/2005, capa, grifo meu; cf. Anexo 6).

Sobre tais personalidades políticas, o *Miriense* dá destaque para a apresentação da figura individualizada, que não assume uma atitude de enfrentamento de problemáticas que atingem o coletivo profissional de educadoras. O destaque é para a própria pessoa em exposição e para as dificuldades pessoais e familiares enfrentadas pela figura política homenageada, uma vez que a cobertura jornalística centra-se na mesma, conforme dado a conhecer na seguinte passagem:

(E5) Aos dezoito anos foi nomeada professora para uma escola primária; Aos vinte anos, lecionou no interior mas desistiu do cargo porque sentiu muita falta do aconchego maternal fora de casa (Jornal Miriense, *Delas*, 01 a 15/10/2005, capa; cf. Anexo 6).

Além de trazer à cena a dimensão da afetividade maternal relacionada à atuação no magistério público, o caderno *Delas* também dá voz diretamente a uma das educadoras tematizadas, a qual relembra a sua trajetória laboral como um percurso árduo: “*foi uma trajetória árdua, mas gratificante, pois estudava, trabalhava e cuidava do lar*” (destaque do jornal)<sup>33</sup>. Tal lugar do atravessamento de gênero ou do exercício da maternidade, ao ser inscrito na materialidade discursiva do caderno *Delas*, pode sugerir que se trata de um reconhecimento da instituição jornalística quanto a uma função social devidamente instalada no imaginário coletivo, o exercício da maternidade, e reflete e/ou reforça uma crença de que a mulher tem como função precípua a maternidade. Os discursos sobre um perfil feminino se tocam no espaço discursivo que apresenta a ação política feminina em Igarapé-Miri.

Atente-se para o fato de que não se trata somente de referir a condição de servidora pública, mas também de apontar para o quão decisivo fora a figura maternal na trajetória de trabalho de uma educadora. A maneira de apresentar a citada professora à sociedade é construída pelo *Miriense* com adjetivações visivelmente positivas: “profissionalmente, *pode ser considerada uma guerreira*”,

(E6) pois naquele tempo não existia hora-aula, o professor recebia turmas de 50 a 60 alunos por sala de aula, e a carga [jornada de trabalho] era das 7 da manhã às 6 da tarde para ganhar 100 mil réis(...) (Jornal Miriense, *Delas*, 01 a 15/10/2005, capa, grifos meus; cf. Anexo 6).

<sup>33</sup> “Professora ‘Vavá’: a bisa-mestra que se doou para crianças e idosos”, *Delas*, 01 a 15/10/2005, capa; cf. Anexo 6.



A apresentação da figura política feminina também é feita por autores que publicam no JM. Estes se distanciam do fazer jornalístico cotidiano, mas, ao encontrarem espaço em uma dada publicação, certamente têm seus discursos endossados pelo jornal. A esse respeito, citem-se as publicações que versam sobre a trajetória de uma personalidade política atuante na área cultural/educacional, já anunciados anteriormente no que tange à articulação de sentidos sobre maternidade e atuação no magistério. Tais textos mostram a maneira positiva adotada pelo jornal para apresentar a figura política feminina em Igarapé-Miri, dessa vez com uma particularidade de se tratar de publicações assinadas, à maneira de artigos de opinião, nas quais dois sujeitos não pertencentes ao fazer profissional do Miriense falam sobre o falecimento de uma professora<sup>34</sup>. Esses posicionamentos entram no tecido discursivo do próprio jornal e a ele se somam. Tais publicações apontam para uma significativa relação de pertencimento leitor – jornal, uma vez que, dada a comunidade discursiva instituída pelo Miriense, tais sujeitos leitores não estão externos ao fazer do Miriense, pois participam da comunidade discursiva instituída pelo veículo. Os enunciados transcritos a seguir ilustram o espaço que o Miriense deu, em apenas uma publicação, para esse fato histórico inscrito na vida pública de Igarapé-Miri:

(E7) **Eurídice**: a mulher que gerou no seu ventre uma única vez, mas foi mãe dezenas de vezes.(...) que *desempenhou um trabalho significativo* em seu município, começando pelas creches que atendem centenas de crianças(...); *o pilar mais forte*, podemos dizer até então, na cultura deste município(...).

*Mulher de fibra*, que por onde andou plantou sementes, que com certeza produzirão frutos cem por um. Deixou um *leque de bons exemplos*: de *determinação, coragem, dedicação, amor, respeito, cidadania*(...). (TRINDADE, 2007, in: Jornal Miriense, 05/02/2007, p. 7; grifo em negrito no jornal, os demais são meus; cf. Anexo 7)

(E8) A cidade era pequena e algumas famílias residentes no interior, também pretendiam que seus filhos viessem estudar na cidade e a **PROFESSORA EURÍDICE**, abrigou muitos deles(...). **PROFESSORA EURÍDICE**, não limitou suas atividades apenas às salas de aula. *Ela tinha uma visão cultural muito grande*, uma visão muito larga das coisas, onde veio a criar as pastorinhas, que era uma espécie de teatro(...); criou a festa de Santo Antonio dos Inocentes(...); foi uma das fundadoras e coordenadoras do **Círculo Operário São José**, que era uma forma de dar

<sup>34</sup> Trindade (2007) e Carvalho (2007), nessa ordem. Em ambos os textos, os autores tratam da atuação política e da trajetória de vida da professora Eurídice Soares Marques de Sousa, um dos grandes nomes da militância cultural/educacional de Igarapé-Miri, até os anos 2000. À época das publicações, a mesma havia falecido recentemente. Seus feitos em defesa da educação pública em Igarapé-Miri ficaram registrados no nome de uma escola existente no bairro da Cidade Nova, na cidade miriense, a Escola Municipal “Professora Eurídice Soares Marques de Sousa”. (cf. Anexos 7 e 8)

amparo aos operários, trabalhadores em geral, como se fosse precursora de um sindicato, que viriam ampliar-se mais tarde, pois afinal, estávamos no regime militar; coordenou por muito tempo a festa de **Santa Maria da Boa Esperança**, hoje extinta(...) (CARVALHO, 2007, in: Jornal Miriense, 05/02/2007, p. 7; grifos em negrito no jornal, os demais são meus; cf. Anexo 8).

Assim como em outras passagens, as publicações revelam posições de sujeito implicadas, notadamente a posição que defende e enaltece a trajetória profissional e de vida da professora em questão. Esse funcionamento discursivo já fora constatado em textos pertencentes ao caderno *Delas*. Tal sujeito político que militou na área educacional participou decisivamente da história política miriense e esse registro é dado a conhecer acerca dessa trajetória de ação política.

Os sentidos construídos reportam-se a atos de “*coragem*” e “*determinação*”, por meio dos quais é apresentada a trajetória de uma liderança visionária na área cultural/religiosa, que deixou um legado exemplar em Igarapé-Miri. Sua atuação profissional é anunciada, pelos autores a quem o Miriense dá espaço, como um “*trabalho significativo*”, logo por meio de uma cobertura declaradamente favorável à ação noticiada. Está encenada uma participação política decisiva na história municipal, capaz de servir de parâmetro para outros(as) agentes políticos que viessem a lhe suceder.

Assim sendo, é possível visualizar um funcionamento discursivo de todo favorável à figura política tematizada, espécie de matéria construída com propósitos de homenagem a ela. A forma de se reportar à professora em questão em muito se assemelha à maioria dos textos do caderno *Delas*. As publicações assinadas fazem eco a todo um conjunto de dezesseis publicações selecionadas, nas quais a posição do jornal é de engrandecimento da figura política feminina, quer se trate de homenageá-la, quer se trate de apresentar aos sujeitos leitores do Miriense a respectiva ação política.

O modo de tematizar a ação pública da mulher miriense pode ser observada, também, em algumas publicações nas quais a mulher atua na gestão pública e desenvolve trabalhos de liderança na área técnica-governamental. Para ilustrar esse funcionamento, recorreu-se a um conjunto de três publicações em que há mais destaque para a centralidade na própria figura política que lidera os processos gerenciais do que nas ações por ela realizadas. Para exemplificar essa maneira de o Miriense tematizar a ação política feminina, são analisadas três publicações selecionadas do *corpus*. As publicações são as seguintes: *Projeto*

“Miri Sorridente”, MÔNICA LIMA: 50 anos de atividade na educação no Estado do Pará, e Educação em boas mãos<sup>35</sup>.

A primeira publicação trata de um programa do governo federal que foi “abraçado” pela prefeita de Igarapé-Miri, segundo o jornal, devido a uma “preocupação da prefeita Dilza Pantoja em relação as crianças (sic) menos favorecidas e de pais mais pobres”. Referindo a figura pessoal da prefeita apenas no início da publicação, é a figura da coordenadora do projeto que recebe destaque na cobertura até o final da matéria. No texto, são apresentadas três citações diretas de falas atribuídas à coordenadora, além de uma indireta e dois registros fotográficos. O Jornal Miriense fez cinco referências à figura da coordenadora do projeto e apenas uma à prefeita, além do mais todas as informações do projeto (...) em Igarapé-Miri, inseridas na publicação, são de responsabilidade da coordenadora, que tem sua figura pessoal destacada em um registro fotográfico:

(E9) (...) A coordenadora do programa, Dalva Costa, falou sobre o programa “Miri Sorridente”, “Já atendemos em torno de 3.600 crianças e adolescentes, que foram beneficiadas pelo programa”(…). O programa oferece exame epidemiológico para detalhar o índice de cárie, palestras educativas(...). A parte curativa é somente para crianças mais necessitadas. (sic) Dalva informa que o “Miri Sorridente” já passou pelas escolas(...). “Nós temos uma dentista e uma auxiliar nesse projeto – diz a coordenadora, que realizam todos os procedimentos.(...) Nós não atendemos sem a autorização dos pais das crianças” – finaliza (Jornal Miriense, 15/10/2007, p. 4, grifos meus; cf. Anexo 9).

A centralidade da cobertura na figura da coordenadora do “Miri Sorridente” permite à mesma um grande espaço na matéria construída, para o empoderamento de sua personalidade no campo político-governamental, o que pode ser percebido pelos vocábulos que denotam a atenção com o outro, como o *beneficiar* crianças, *atender* crianças mais necessitadas e outros. Essa centralidade na figura da gestora, que será percebida nos outros dois textos, já foi apontada em textos pertencentes ao caderno *Delas* e outros textos de homenagem, incluindo os assinados.

Aceitando-se que o espaço reservado à figura da coordenadora e às suas falas é de destaque, a cena enunciativa ancorada na matéria jornalística enquanto gênero de discurso adotado para interpelar o sujeito leitor, reserva à ação por ela realizada um plano secundário, em detrimento da personificação da sua figura de coordenadora e do destaque atribuído à

<sup>35</sup> Jornal Miriense, 15/10/2007, p. 4 (cf. Anexo 9); *Delas*, Jornal Miriense, 15/08 a 30/09/2005, capa (cf. Anexo 4); *Delas*, Jornal Miriense, 05/06/2005, capa (cf. Anexo 3), respectivamente.

mulher que gere o “Miri Sorridente”. O enunciado seguinte ilustra essa centralidade na figura e nas falas da própria coordenadora:

(E10) A coordenadora do programa, Dalva Costa, falou sobre o programa “Miri Sorridente”, “Já atendemos em torno de...” (...) Dalva informa que o “Miri Sorridente” já passou pelas escolas Eurídice Marques de Souza (...). “A clientela desse programa – diz Dalva, são as crianças de família de baixa renda (...) Não atendemos sem a autorização dos pais das crianças – finaliza” (Jornal Miriense, 15/10/2007, p. 4; cf. Anexo 9).

Para tecer essa cenografia, o jornal publica um texto aparentemente informativo (uma notícia), constituído de enunciados do próprio jornal e de declarações da coordenadora tematizada, a qual apresenta ao sujeito leitor a ação governamental que traz benefícios a crianças e jovens mirienses e que empodera o agir político da personalidade destacada. Acrescente-se que, mesmo que a opção enunciativa de que lança mão a coordenadora se traduza em expressões verbais que marcam uma ação coletiva praticada por integrantes do projeto, o que a publicação mais destaca é a personalidade política tematizada e seus pontos de vista, destaque percebido na adoção de um registro fotográfico no qual está destacada a pessoa da coordenadora e nas diversas inserções de fala da mesma. Tal construção linguístico-discursiva reserva, aos coenunciadores da notícia, o papel de convocados a aderir ao posicionamento de defesa dessa ação de governo, liderada pela gestora, conforme já apontado em outras passagens deste texto.

Já a segunda e a terceira publicações dão a conhecer a trajetória de “*quase 50 anos de atividade*” na educação de uma professora miriense que estava à frente da secretaria de educação de Igarapé-Miri (*MÔNICA LIMA: 50 anos de atividade...*) e a ação de uma gestora da educação municipal (*Educação em boas mãos*). As publicações do Miriense apresentam as personalidades políticas, trajetórias, formação acadêmica e tratam de suas ações políticas/profissionais, isto é, dos processos por elas liderados e que implicam impactar positivamente os sujeitos atendidos pela política educacional. Trata-se de duas matérias de responsabilidade do Jornal Miriense, inseridas no caderno *Delas*.

As cenas enunciativas construídas por essas publicações dão espaço para um texto que trata do trabalho realizado pelas trabalhadoras da educação, nos quais há informações sobre a trajetória de vida e da carreira profissional das mesmas. Em ambos os casos há uma destacada fotografia que acompanha cada uma das publicações, as quais estão carregadas de valor simbólico (sugestão de liderança, atuação aguerrida etc.), o que também implica um modo particular de o caderno funcionar discursivamente.

A imagem da secretária de educação dá destaque a sua figura pessoal, dividindo o espaço com as informações escritas sobre seu currículo pessoal/profissional e a imagem usada para ilustrar a publicação sobre a gestora escolar também dá destaque exclusivo à mesma, sentada em uma mesa, em posição de comandante<sup>36</sup>.

O caderno *Delas* registra, em paralelismo, a trajetória de formação acadêmica e a vida profissional das mesmas, o que as teria levado, segundo a sugestão do caderno, a assumir postos de comando e de destaque na esfera de governo em Igarapé-Miri. É perceptível o quanto a enunciação jornalística se volta para as respectivas personalidades, em tom de homenagem às mesmas:

(E11) Érica Augusta Moraes Gonçalves, tem 27 anos, é pedagoga formada pela Universidade Federal do Pará – UFPA, e é especialista em coordenação e supervisão escolar(...). Trabalhou na coordenação da Escola Acesso (Belém), sendo depois convidada para integrar a equipe da Universidade Vale Acaraú (Belém), onde foi coordenadora de Licenciatura. Érica faz parte da equipe da Secretaria de Educação em Igarapé-Miri(...) (Jornal Miriense, *Delas*, 05/06/2005, capa; cf. Anexo 3).

(E12) A pedagoga Maria Mônica Pinheiro Lima, é a secretária de educação do governo dilziano. Professora aposentada das salas de aula, Mônica tenta repassar para a educação do município toda a prática adquirida nesses quase 50 anos de atividade(...) É formada em Pedagogia pela Universidade da Amazônia-UNAMA, em Letras pela Universidade Federal do Pará-UFPA e Metodologia da Educação Superior pela Universidade do Estado do Pará-UEPA, onde fez pós-graduação (Jornal Miriense, *Delas*, 15/08 a 30/09/2005, capa; cf. Anexo 4).

Cotejando as três publicações, pode-se afirmar que o discurso jornalístico enfatiza as figuras políticas em destaque mais do que o objeto das respectivas publicações, isto é, as ações de governo, desenvolvidas em Igarapé-Miri. Fica sugerido, por esse modo de construir as matérias, que as figuras políticas têm mais relevância para as publicações do que as funções que estejam desempenhando. E esse modo de se reportar às figuras tematizadas ocorre não apenas no *Delas*, mas também em outros textos do Miriense, incluindo publicações assinadas.

Esse tempo de uma gestão liderada pela mulher miriense é apresentado aos sujeitos leitores do JM como sendo o momento de receber e se beneficiar dos investimentos, sem a reserva, aos coenunciadores, das cobranças atreladas a essa política pública. É construído no plano ideológico um tempo de enaltecimento no qual as personalidades vêm se inscrever. O

---

<sup>36</sup> Nos Anexos 3 e 4 é possível perceber esse destaque que é dado às figuras pessoais das educadoras, as quais aparentemente são “clickadas” para ilustrar a publicação.

funcionamento discursivo em acontecimento apresenta aos sujeitos leitores das publicações um lugar de direcionamento, que é ocupado pelas mulheres gestoras, e um lugar de passividade no qual vem se inserir a população atendida. A mesma rede de sentidos de exaltação se faz perceber no que tange aos demais textos deste grupo, uma vez que se ocupam de uma apresentação das personalidades ao público leitor. As mesmas não ocupam funções de destaque na administração municipal no período em que os textos foram publicados, mas adquiriram a condição de destaques no cenário municipal em virtude de suas inscrições na vida pública miriense, majoritariamente no cenário educacional.

Assim sendo, as cenografias construídas pelos textos mostram as respectivas figuras pessoais em destaque, para além do que as matérias vêm dizer sobre suas ocupações de trabalho. Por isso, além de textos verbais, as fotografias funcionam como decisivo recurso discursivo auxiliar no enaltecimento das figuras políticas e na centralização da enunciação em suas personalidades, em detrimento de possíveis ações políticas por elas realizadas. Por isso mesmo essas imagens tenham destaque igual ou, talvez, superior ao destaque das informações verbais.

Portanto, as publicações analisadas aqui encenam a ação política da mulher miriense sob a perspectiva da exaltação das próprias figuras políticas, com destaque para o fato de que o plano apresentado é o da vida privada, individualizada, o que permite falar de uma oposição aos textos do próximo grupo, cuja abordagem centra-se na relação de coletivo.

Conforme observado na análise desse grupo de textos, as publicações do caderno *Delas* e algumas inseridas em outros espaços do Miriense levam a observar um funcionamento discursivo em que predomina a homenagem a essas figuras políticas, a romantização de uma imagem de mulher que tem atuação política em Igarapé-Miri.

Em outras palavras, a aparição das figuras tematizadas centralmente em função de suas próprias personalidades e a relevância para a constituição da vida pública miriense aponta para a dimensão da individualidade. O que está mais distante da cobertura das ações de luta assumidas pela mulher miriense, líder de processos políticos, notadamente coletivos, conforme se discute no grupo seguinte. Espécie de conforto entre uma posição individualista, marcada na centralização feita nas personalidades homenageadas, e uma posição coletiva, marcada nas ações de lutas no território miriense e por todo o país, nas quais a mulher miriense toma lugar de comando.

## 4.2 (G2) O processo de engajamento na enunciação da função pública/política feminina no Jornal Miriense

Os enunciados retirados do *corpus* de análise pertencentes a este grupo ajudam a entender a ação da mulher que atua na política e que tem seu fazer identificado às lutas sociais. Sobre essas figuras políticas, percebe-se que as publicações do JM parecem flagrá-las em ações que implicam processos por elas liderados. Análises das publicações selecionadas permitem visualizar a maneira como o jornal se posiciona sobre essa ação: o funcionamento discursivo que aciona em relação a essa realidade e os contextos ideológicos nos quais a mulher é inscrita pelo sujeito jornalista quando da tematização dessa ação. Além disso, percebe-se a maneira como a própria mulher miriense atuante na política se posiciona sobre seu agir político.

De uma maneira geral, os textos que compõem (G2) estão formatados em matérias de jornal e duas entrevistas. Em tais publicações, a mulher aparece atuando, entre outros espaços, nos movimentos sociais, no sindicato (no Sintepp, na CUT), como dirigente de órgão de controle social (no Conselho Municipal de Alimentação Escolar), em funções de liderança na área educacional, na política partidária e no parlamento municipal, entre outros espaços de ações políticas.

As ações políticas capitaneadas pela mulher miriense podem ser observadas quando se analisa a cobertura jornalística do JM em atenção a um conjunto de publicações que evidenciam, por exemplo, a atuação de duas sindicalistas, uma que coordena o Sintepp<sup>37</sup> em Igarapé-Miri e que evidenciam um posicionamento de defesa de interesses de uma coletividade, e outra que dirige a CUT nacional<sup>38</sup>. No que tange à primeira, tem-se uma longa matéria sobre uma greve de trabalhadores da educação que é finalizada com uma entrevista com a coordenadora do sindicato. O jornal apresenta a seus leitores o contexto maior da greve, sua motivação, duração, término e justificativa para o término da mesma. E apresenta diversos posicionamentos de agentes políticos direta ou indiretamente envolvidos nesse processo de lutas políticas, introduzidos por um enunciado que diz “*A greve na visão de cada um*”: são dois representantes do governo municipal, um parlamentar, um líder de movimentos sociais e três membros pertencentes ao sindicato. Esse modo de cobrir a ação política feminina em Igarapé-Miri se volta para ações desempenhadas no sindicato e com fulcro na

<sup>37</sup> Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (www.sintepp.org.br).

<sup>38</sup> Central Única dos Trabalhadores. A expressão *CUT nacional* indica que essa ação se dá na referida central sindical e implica a luta política em todo o país, pois há estruturas sindicais da CUT nos estados, o que é definido como CUT-Pará, CUT-Amapá e assim por diante.

área educacional. O destaque que o *Miriense* dá a essa ação política na educação já pode ser indicativo do quanto isso representa para a posição do jornal de apoio a essa ação política feminina, assim como estabelece um interdiscurso com os sentidos da feminização do magistério enquanto carreira historicamente feminina, que carregaria os atributos da doação, da acolhida e da maternidade, por exemplo.

Como decorrência de uma maneira de relatar tal fato político com ênfase na ação da mulher com atuação política, o jornal publica uma longa matéria na qual há uma entrevista com uma professora que coordena a entidade classista. Por meio de seis indagações, a coordenadora é interpelada pelo sujeito jornalista e tem a oportunidade exclusiva de manifestar os pontos de vista que o sindicato defende quanto à greve:

(E13) Por que a paralisação?  
 Como a senhora vê a presença do Instituto Santana no movimento?  
 E sobre os concursados?  
 (...)  
 Como a senhora avalia a paralisação?  
 (Jornal *Miriense*, 1ª quinzena de março de 2007, p. 3; cf. Anexo 10)

Essa defesa que o *Miriense* faz da ação política em destaque pode ser constatada na maneira como questiona a sindicalista, por meio de indagações bem gerais e/ou mais específicas, mas sempre favoráveis a respostas que positivizam a ação por ela realizada. Como decorrência de uma posição de luta marcada no coletivo, a materialidade discursiva dada a conhecer se expressa linguisticamente no plural, mesmo que as perguntas do jornal sejam marcadas no plano da individualidade: “*Como a senhora vê...?*”, “*Como a senhora avalia...?*”. Além do mais, é o sujeito jornalista quem seleciona as vozes que serão levadas a público em uma dada cobertura, ou seja, os excertos transcritos já foram submetidos às restrições do fazer jornalístico, entre as quais o trabalho de seleção/edição das vozes e de segmentos dessas vozes que serão, por fim, levadas ao público leitor. A voz em destaque, isto é, a da sindicalista coordenadora do Sintepp, põe em cena um enunciador ideologicamente envolvido em um processo de lutas sociais por melhorias para esse segmento social:

(E14) “*nós reunimos*”, “por isso *ficamos* acampados até o dia 6”, “*Nós* até entendemos isso”, “*Pedimos* revisão da lotação porque tem escolas que não há necessidade de diretor”, “Tudo o que a prefeita acertou lá, ela não cumpriu com nada, por isso *nós ficamos* solicitando audiência com ela, mas nada *conseguimos*” (Jornal *Miriense*, 1ª quinzena de março de 2007, p. 3, grifos meus; cf. Anexo 10).

(E15) [JM] Por que a paralisação?



**Delfina:** “Só paralisamos por não haver diálogo por parte da administração com o Sindicato [Sintepp] representante da categoria...”  
 (sic) “Um dos pontos fortes que nos levou a paralisação foi a merenda escolar.”  
 “O que nós achamos é que o Concurso Público foi uma farsa, foi só fachada”  
 “(...) por isso ficamos solicitando audiência com ela, mas nada conseguimos” (Jornal Miriense, 1ª quinzena de março de 2007, p. 3, grifos em sublinhados são meus; cf. Anexo 10).

A maneira de enunciar sobre suas atuações políticas chama atenção quando se trata de considerar a posição, muito parecida, de ambas as sindicalistas. A marca linguística adotada pelas lideranças sindicais é de primeira pessoa do plural (“nós”), cuja enunciação sugere que a ação implica o fortalecimento de todo um segmento social, toda uma coletividade. A materialidade linguística empregada, ou o rastro deixado pelo discurso no qual a fala é encenada (MAINGUENEAU, 2011), dá a conhecer posições de sujeito neles implicadas, uma vez que tais sujeitos se inscrevem em lutas por melhorias coletivas. Em outras palavras, é a sugestão da demanda coletiva em sobreposição às demandas individuais, o que implica uma luta de todos. Evidencia-se o lugar da representação classista ou da direção de toda uma coletividade, o que é verbalizado pela liderança sindical. Assim, os sentidos construídos nas falas das sindicalistas são de convite à adesão popular, extensão daquele “nós” que se volta aos sindicalistas, que agora vem seduzir o coenunciador dessa fala política, pois não se estaria mais tratando de uma luta por melhorias para somente uma coletividade de profissionais da educação e, sim, implicaria a coletividade daqueles que se envolvem com a realidade educacional miriense: indiretamente, toda a sociedade miriense. É para todo esse segmento municipal que o discurso sindical se volta, chamando os munícipes a aderir aos posicionamentos veiculados e bem localizados na materialidade discursiva do JM.

Esse mesmo caráter plural é marcado tanto no posicionamento da sindicalista do Sintepp quanto nas posições defendidas pela presidente da CUT nacional, cujas posições permitem visualizar um ir além dessa verbalização linguístico-plural, na medida em que a mesma apresenta um tensionamento singular/plural em seu plano enunciativo classista. Tal publicação noticia um importante fato histórico inscrito na vida pública de Igarapé-Miri, que é a atuação de uma sindicalista do município na presidência da CUT nacional, um fato histórico indicador de uma transgressão de gênero a estabelecer o rompimento de uma tradição que legou apenas aos sujeitos políticos homens, e homens do centro-sul do país, o comando da maior central sindical da América Latina. A matéria jornalística, que é acrescida com uma “entrevista exclusiva” ao Jornal Miriense, noticia que:

(E16) *Pela primeira vez em sua história, a CUT nacional é presidida por uma mulher.* Por dez dias, Carmem Helena Foro vice-presidente da Central [CUT] e [ex]dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri, assume interinamente a Presidência, enquanto Artur Henrique [presidente da CUT, à época] participa de atividades na Noruega (Jornal Miriense, 2ª quinzena de março de 2007, p. 5, grifos meus; cf. Anexo 11).

Já no começo da narrativa jornalística, o Jornal Miriense enfatiza a constituição histórica dessa participação política feminina e a singularidade de que a mesma se reveste: nenhuma mulher e de nenhuma parte do país já havia dirigido a CUT nacional. Logo, o jornal evidencia um fato histórico revelador de uma realidade de gênero das mais significativas para a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras organizadas: a primeira mulher a presidir a CUT é uma liderança política de Igarapé-Miri. O discurso jornalístico de exaltação dessa figura política estaria, assim, muito bem justificado em virtude do rompimento de uma hegemonia política masculina. Rompimento esse que marca e/ou atravessa esse exercício político nos movimentos sociais e, segundo a enunciação construída, é a liderança política miriense quem protagoniza esse rompimento. Mesmo que se leve em consideração que a gestão da liderança miriense se restrinja a poucos dias, o que se percebe é que o Jornal Miriense inscreve esse destaque de uma maneira visivelmente positiva para a militância da citada sindicalista, conforme sugerido pelo título da publicação: “*Carmem Helena: a primeira mulher presidente da CUT nacional*”.

É dessa posição de fala política, que bem exemplifica uma identidade de luta, que trata o enunciado anteriormente destacado, o qual a inscreve nesse campo sindical, em cuja publicação a centralidade está da própria liderança sindical. Quanto a sua opção linguístico-discursiva, já é sabido que a mesma se traduz em uma materialidade linguística plural, denotando um coletivo, que se traduz em um “nós” linguístico. Assim, a sugestão é a de que as lutas sociais lideradas pelas sindicalistas não sejam individuais, particulares, mas ações traduzidas em “missão” coletiva a realizar.

(E17) JM – Como é essa história da Presidente da CUT nacional?

**Carmem** – É uma história de trabalhadoras e trabalhadores.

(...) Eu acho que enquanto liderança política que eu sou hoje, essa construção é coletiva(...), *eu apenas sou porta-voz* de todo esse sentimento e fortalecimento da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, com o desejo de querer mudar o mundo(...).

(...) então eu acho que *tenho uma missão política* de continuar *organizando o povo* pra arrancar conquistas inclusive seja no governo que for. O governo passa e a organização dos trabalhadores tem que continuar e das trabalhadoras também.

(...) Estar na CUT, estar na CONTAG, representar os trabalhadores do Brasil(...), esse lugar nunca foi meu, e não é meu, é de representação política nesse momento não é eterno(...) (Jornal Miriense, 2ª quinzena de março de 2007, p. 5, grifos em itálico são meus; cf. Anexo 11).

Tal marcação no plural ainda se mostra mais polivalente quando do exame da enunciação dessa liderança cutista, uma vez que a mesma estabelece uma tensão entre uma condição de ação política individual e as implicações coletivas dessa mesma ação. A cena englobante que é construída para expor essa participação na vida política nacional também favorece essa polivalência, uma vez que a entrevista construída tem marcas de um gênero de discurso híbrido, pois a angulação adotada pelo Miriense foca de uma só vez duas perspectivas, a de uma enunciação focada na luta política e, logo, na dimensão das posições coletivas que tratam dessa participação (daí as expressões que se voltam para um “nós”) e a de uma enunciação que se volta para a apresentação de sua figura pessoal ou para sua valorização individual, o que já destoa do caráter coletivo da luta política (o que produz as expressões linguísticas no singular).

Nesse sentido, a citada ambivalência produz em seu discurso um tensionamento posto na materialidade linguística, na medida em que ora a enunciação se traduz em um singular, ora essa manifestação se concretiza no plural linguístico. Ao mesmo tempo em que há uma marca de coletivo

**(E18)** *eu apenas sou porta-voz de todo esse sentimento; organização dos trabalhadores e das trabalhadoras ou Estar na CUT, estar na CONTAG, representar os trabalhadores* [cf. Anexo 11],

alguns enunciados produzidos pela líder política indicam um enunciador que apresenta e intensifica, de maneira positiva, uma ação política individual. Portanto, a um só tempo é revelado um enunciador que enfatiza sua trajetória particular de lutas e conquistas, cuja marcação linguística é materializada na primeira pessoa do singular, e igualmente se apresenta como uma “porta-voz” de todo um segmento social, ou seja, os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil, e enuncia a partir de um lugar de coletividade, cujas marcações linguístico-enunciativas se inscrevem na primeira pessoa do plural e/ou se reportam a “elas”:

**(E19)** (...) *eu fui; eu assumi, eu sou mãe; eu me sinto muito com o pé aqui, eu faço questão de não tirar o pé daqui [Igarapé-Miri, região tocantina]*  
 (...) *agora as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil a [da] década de 90 conseguiram botar o pé na estrada e transformar muita coisa da relação social, de ter políticas públicas. Nós tivemos na última década, agora no*

início de 2000, *grandes conquistas*, mas essas conquistas *não foram dadas pra nós*, foi graças a *nossa capacidade* de organização social, estadual e nacional (Jornal Miriense, 2ª quinzena de março de 2007, p. 5, grifos meus; cf. Anexo 11).

Tais dados encontrados na materialidade linguística do JM apontam para um perfil híbrido a caracterizar sua fala, o que implicaria assim conceber a sua ação política, pois, ao mesmo tempo em que está voltada para si mesma, o que institui esse “eu” linguístico, a sindicalista também se volta para a dimensão do coletivo, da luta classista, e traduz seu agir político na dimensão de um “nós” linguístico. Enfim, a comunidade leitora instituída pelo Jornal Miriense é interpelada por meio de uma publicação de perfil polivalente, na qual se articulam a enunciação que foca na imagem particular da cutista, semelhante ao que se dá com os textos do *Delas* que prestam uma homenagem à mulher miriense, e a enunciação da atuação política, está voltada a mostrar uma dimensão de atuação política aguerrida e que tem de refletir no seio de toda uma categoria: a de trabalhadores do Brasil:

(E20)(...) hoje o fato de *ser presidente* da CUT tem um significado político muito grande pra *minha vida pessoal*, não posso deixar de falar disso(...).  
 (...) então *eu acho que tenho* uma missão política de continuar organizando o povo pra arrancar conquistas inclusive seja no governo que for.  
 Na vida política *alguns até me* provocam, no meu município, na minha região.  
 (...)  
 A articulação que *nós temos* forte aqui que era a realização de um sonho nosso do sindicato, e só foi possível quando *eu estava* na direção da CUT, articulando com *nossos irmãos* da Itália(...) (Jornal Miriense, 2ª quinzena de março de 2007, p. 5, grifos meus; cf. Anexo 11).

Esse tensionamento também poderia ser explicado como decorrência da cena genérica adotada, na medida em que a entrevista com a líder cutista em muito se parece com uma matéria jornalística, a qual apresenta um tema e sobre ele discorre, inclusive com a recorrência a posições de especialistas. Essa entrevista, ao focar no tema da direção da CUT por uma miriense e da trajetória pessoal de luta da citada sindicalista, favorece que se dê destaque central a essa figura política e, assim, seja possível centrar o discurso do jornal em homenagear a dirigente cutista, tal como o discurso do *Delas* centrava na imagem pessoal das figuras tematizadas no citado caderno. Para além da enunciação que demonstra sua atividade política coletiva, a apresentação da própria personalidade também é destacada pelo JM:

(E21)(...) os debates em torno da eleição presidencial [de 1989] que se aproximavam a entusiasmar. Passa a se dedicar cada vez mais à

participação em assembleias de sua categoria e à leitura. Em 1991, é eleita 2ª secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri. Numa dessas passagens, em 1992, Carmem ocupou interinamente a presidência do sindicato, por oito meses.(...)

Essa caminhada a trouxe até a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag e à vice-presidência da CUT, posto que compartilha com o metroviário Wagner Gomes (Jornal Miriense, 2ª quinzena de março de 2007, p. 5; cf. Anexo 11).

Polivalente no modo de interpelar o leitor, em tons de apresentação e homenagem ao mesmo tempo, a exposição que o Miriense faz da líder cutista evidencia a mesma marca de uma identidade de luta já observada quando da tematização da ação da coordenadora do Sintep. Aliás, identidade essa que caracteriza o grupo regular que constitui (G2) como um todo. Tais construções noticiosas do JM positivizam a ação política da mulher de Igarapé-Miri, quando esta lidera os movimentos sociais com a diferença de que a líder cutista também ganha destaque nessa cobertura jornalística em função de se destacar nacionalmente nesse cenário político. Se em textos anteriormente elencados há destaque para a ação política interna ao território de Igarapé-Miri, o que se constata com a exposição positiva dessa personalidade política é que a sua ação se realiza externamente a Igarapé-Miri. Talvez por isso mesmo, essa cobertura seja marcada por um tom de exclusividade pelo Jornal Miriense.

Portanto, a atuação política da sindicalista miriense que preside a CUT recebe ênfase do jornal para a sua própria ação, o que acaba por levar o nome de Igarapé-Miri a conquistas nacionais e/ou internacionais, espécie de processo metonímico pelo qual a figura individualizada de uma mulher acaba por materializar a própria conquista igarapemiriense. Os enunciados citados aqui exemplificam, mais uma vez, essa maneira favorável de tematizar a ação política da mulher miriense.

A própria maneira de interpelar a liderança cutista já chama atenção para esse dado da cena genérica. O Miriense noticia que a sindicalista lhe concedeu uma entrevista exclusiva, isto é, está feita a sugestão, ao sujeito leitor e coenunciador do JM, de que a fala a ser colhida dessa liderança se reveste de muita importância para a formação de posições dentro da comunidade discursiva instituída pelo jornal, isto é, dentro da comunidade local/política que constitui a arena política de Igarapé-Miri. Seria por esse motivo que o Miriense teria envidado esforços a fim de entrevistar, com exclusividade, a presidente da CUT nacional e divulgar seu discurso de classe. O veículo a indaga sobre a sua trajetória e organização das lutas das mulheres, sobre a condição de cidadania miriense, entre outras maneiras de lhe interpelar:

(E22) JM – Fale sobre as mulheres trabalhadoras de Igarapé-Miri e da região?

**Carmem** (...) *Minha experiência* de vida dialoga com isso, desde que *eu fui* presidente do meu sindicato em Igarapé-Miri, em 92, presidente em exercício, depois que *assumi a luta* a nível do Estado do Pará, e *hoje coordeno* uma Confederação Nacional(...)

*eu sou* um ser humano que *nunca almejei* chegar a lugar nenhum de forma proposital. Estar na CUT, estar na CONTAG, representar os trabalhadores do Brasil, tem sido talvez *uma característica de ser uma mulher que sempre enfrentou os problemas* de forma *com muita coragem*, *eu sou mãe* de quatro filhos, e esse lugar nunca foi meu, e não é meu, é de representação política nesse momento(...).

**JM** – O que é ser cidadã miriense?

**Carmem** – Eu sou igarapemiriense de corpo e alma, *eu amo essa cidade*. Eu sinto saudades do açaí como eu sinto saudades dos meus filhos(...) (Jornal Miriense, 2ª quinzena de março de 2007, p. 5, grifos meus; cf. Anexo 11).

O uso de imagens na publicação que tematiza a liderança cutista é um dado importante a destacar, pois há quatro registros fotográficos, três de maior e um de menor destaque<sup>39</sup>. Nos três, tem-se o reforço da figura pessoal da liderança política, em posição de fala com um microfone empunhado, sendo observada por alguns homens em uma mesa de debates, e em um registro que a apresenta com exclusividade, concedendo entrevista ao Miriense, seguido da legenda “*Carmem Helena: uma mulher de fibra*”. Pode-se pensar que o JM sugere uma forte identificação entre a conquista pessoal e a ascensão do município de Igarapé-Miri. Como afirmado antes, o lugar conquistado por Igarapé-Miri é, metonimicamente, o lugar ao qual chega a liderança cutista. Com ancoragem na matéria de jornal acrescida de uma entrevista, a cenografia construída pelo jornal apresenta as várias falas que se originam do lugar da prática jornalística e da organização sindical/classista. Portanto, além da enunciação de uma destacada atuação política que segue de Igarapé-Miri para conquistar o plano da luta nacional, a ênfase no registro de quem é essa personalidade política que está sendo apresentada ao povo de Igarapé-Miri, isto é, os coenunciadores da publicação.

Outra demonstração dessa regularidade na enunciação do Jornal Miriense, que é o destaque para a identidade de lutadora atrelada à mulher de Igarapé-Miri, está materializada na cobertura da atuação de uma mulher que preside o Conselho de Alimentação Escolar em Igarapé-Miri (CAE). A ação política feminina em defesa da coletividade miriense é

<sup>39</sup> As publicações que dão corpo aos Anexos 10 e 11 não puderam ser *escaneadas*, em função da configuração dos textos na página inteira do Jornal Miriense, motivo que obrigou a uma transcrição dos mesmos para o formato *Word*, conforme aqui anexados. Assim sendo, esses anexos não têm os registros fotográficos. O mesmo se deu com o texto do Anexo 19.

materializada na figura de um enunciador que se mostra indignado, reclama e denuncia problemas que existiriam na gestão da educação de Igarapé-Miri. Um sujeito político que se distancia do seio governamental e se torna a figura central de uma reportagem que trata da problemática da alimentação escolar em Igarapé-Miri. A agente de controle social se posiciona em defesa do povo miriense, dada a polarização que faz, indiretamente na matéria, entre o povo e a gestão municipal. Portanto, pode-se reafirmar que a figura da mulher que preside uma importante instituição social de abrangência municipal ganha destaque e exposição positiva na cobertura do jornal.

As opções linguístico-discursivas de que o sujeito jornalista lança mão mostram que o jornal acaba se posicionando de maneira favorável à ação política da mulher que preside o conselho, defesa já reconhecida no título da publicação: “*Conselho de Alimentação Escolar denuncia administração municipal*” (grifo meu). A matéria registra uma configuração peculiar: a voz da liderança do conselho, denunciando a gestão municipal, e do presidente da associação comercial são citadas diretamente, mas não há espaço para manifestações vindas da prefeitura municipal, sendo que o destaque à posição da presidente já é percebida no título, transcrito anteriormente. A publicação traz, grosso modo, a conjugação de um texto aparentemente informativo e uma foto. Mesmo que a iniciativa social que deu condições de surgimento a essa publicação tenha sido da Associação Comercial de Igarapé-Miri (ASCIM), o que se destaca no texto é a ação combativa do CAE, sob forte liderança da sua presidente. A publicação traz informações sobre custo anual da alimentação escolar em Igarapé-Miri, uma fala do presidente da ASCIM e duas falas diretas e uma indireta da presidente do CAE sobre sua atuação à frente desse conselho e sobre a problemática da alimentação escolar. Dada essa visível maior aparição à liderança feminina em comparação com a aparição do presidente da associação comercial, é possível observar que o funcionamento discursivo em questão intensifica uma aparição positiva para a liderança:

(E23) A presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Joana Pinheiro, *reclamou veementemente* da falta de interesse do governo municipal em relação ao assunto. Segundo ela, o executivo nunca respondeu aos seus ofícios(...) (Jornal Miriense, fev. 2006, p. 9, grifo meu; cf. Anexo 12).

O veículo, acrescenta:

(E24) Joana Pinheiro vai pedir ao Ministério Público a suspensão do fornecimento da merenda escolar que vem de Belém por falta de qualidade e irregularidades. *Outra denúncia feita por ela é que já estamos em*

fevereiro e a prefeitura ainda não encaminhou a prestação de contas do ano passado (Jornal Miriense, fev. 2006, p. 9, grifo meu; cf. Anexo 12).

Essa construção de uma cenografia favorável à liderança do CAE permite ao JM passar a seus leitores a informação de que haveria “*falta de interesse do governo*”, sem preocupações em modalizar a afirmação, e se apoia em uma fala atribuída a presidente do conselho de alimentação, por meio da qual faz uma denúncia sobre a compra de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. Como contraponto, o jornal veicula uma informação, em formato de discurso indireto, que dá conta da posição do governo municipal acerca da ausência de habilitação do comércio local para fornecer gêneros alimentícios à prefeitura miriense. A matéria contém um registro fotográfico no qual a presidente do CAE se pronuncia e é observada por quatro homens, um dos quais é o presidente da Associação Comercial de Igarapé-Miri que, nessa cena, se torna um coadjuvante na ação política da presidente.

A atuação da mulher igarapemiriense que atua politicamente no parlamento municipal é outro exemplo desse funcionamento discursivo do Jornal Miriense, quando o que se discute é a cobertura da ação política feminina. Nesse sentido, o seguinte exemplo colhido do *corpus* ajuda a entender o como essa atuação política é coberta e enunciada aos sujeitos leitores do veículo<sup>40</sup>. A publicação expõe ao público seis vereadores que atuam na Câmara de Igarapé-Miri, entre os quais o presidente da mesma. Todos os seis são referenciados positivamente na publicação, cada um aparece em um registro fotográfico, e os mesmos são apresentados aos leitores com entradas do próprio jornal, a saber:

(E25) Para o **vereador Jhay**, a saúde de Igarapé-Miri(...).  
 O **vereador Danda** trouxe a tona o caso(...).  
 A **vereadora Norma** iniciou sua falação(...).  
 A **vereadora Maria José** se pronunciou para(...).  
 O **vereador Vavá Martins** agradeceu o apoio dos companheiros(...)  
 (Jornal Miriense, 05/07/2006, p. 9, grifos do jornal; cf. Anexo 13).

Há um espaço visivelmente maior para se referir ao trabalho do presidente da casa de leis, que tem seis entradas na matéria, o que seria explicado em virtude de a mesma tratar dos trabalhos dos legisladores no primeiro semestre de 2006, o que implica uma maior liderança desse sujeito político que comandava o parlamento de Igarapé-Miri.

Em atenção ao propósito de verificar a maneira adotada pelo JM para apresentar a ação da mulher miriense que atua nesse espaço de poder, deve ser destacada aqui a presença

<sup>40</sup> Câmara Municipal de Igarapé-Miri: encerramento do 1º período. JM, 05/07/2006, p. 9. (cf. Anexo 13)



de duas mulheres. Ao tratar sobre a posição da primeira vereadora inscrita na publicação, o *Miriense* registra:

(E26) A **vereadora Norma** iniciou sua falação apoiando os mototaxistas(...). A vereadora *pediu que todos os vereadores fiscalizem a construção desse Posto de Saúde* [“conseguido” pelo vereador Vavá Martins]. Norma *denunciou também* os maus tratos porque têm passado os pacientes do Hospital Municipal, e relatou a recente morte de uma senhora dentro de uma ambulância do município(...) (*Jornal Miriense*, 05/07/2006, p. 9, negrito do jornal; cf. Anexo 13).

A exposição da citada liderança política no fazer noticioso do *Miriense* é, como dito, bastante favorável, o que imprime a sua figura pública uma marca de defensora do povo, cuja construção discursiva se apoia nas falas de autoria da própria instituição jornalística e em uma foto da mesma, sem citações diretas de pontos de vista da parlamentar, o que não ofusca sua visibilidade na matéria. O mesmo não se dá quando da exposição da segunda vereadora, haja vista que à mesma foram reservadas apenas três linhas (além de uma pequena foto) que formam o seguinte enunciado:

(E27) A **vereadora Maria José** se pronunciou para dar seu apoio ao movimento dos mototaxistas (*Jornal Miriense*, 05/07/2006, p. 9, negrito do jornal; cf. Anexo 13).

Enfim, uma constatação da ausência de equidade na exposição das figuras políticas atuantes na Câmara de Igarapé-Miri, com visível vantagem para a primeira agente política apresentada. Além de a listagem de seis vereadores trazer apenas um terço de mulheres e de a visibilidade dada ao presidente ser bem maior do que a dos demais cinco, a aparição dessas duas lideranças femininas é muito desigual entre si. É possível insinuar que, dessa maneira, está construído o sentido de que a primeira tem atuação parlamentar consistente, o que não seria possível perceber no que diz respeito ao trabalho da segunda vereadora. Em outras palavras, há um lugar de muito atuante para a primeira e pouco atuante para a segunda.

Outros exemplos desse funcionamento discursivo que caracteriza (G2) podem ser apresentados quando se recorre a outras publicações, as quais dão a conhecer a maneira positiva e favorável adotada pelo *Jornal Miriense* para cobrir a ação política da mulher atuante em Igarapé-Miri. Por exemplo, a ação política capitaneada pela mulher miriense que ganha as ruas de Igarapé-Miri também encontra destaque nas páginas do JM. Outra demonstração dessa regularidade enunciativa, aqui discutida, vem de uma publicação que recebeu o formato de

notícia de jornal, composta de um pequeno texto e seis destacadas fotos, todas legendadas. Intitulado *Professores e alunos fazem apitação pelas ruas da cidade*<sup>41</sup>, a mesma traz seis registros fotográficos, dos quais cinco ilustram a ação política da mulher que se insere no lugar da oposição ao governo do estado do Pará e uma dá a conhecer a presença de um agente político ligado ao governo do Pará, um professor que atuava na gestão da Escola-Sede estadual. É importante destacar a configuração dessa publicação na página do Miriense. As informações textuais se restringem a um pequeno texto de vinte e uma linhas, que torna pública a motivação da ação política, parcialmente reproduzida a seguir:

(E28) A horrível situação em que se encontra a Escola Estadual Enedina Sampaio Melo, fez com que professores, alunos e pais de alunos realizassem um apitação pelas ruas da cidade(...) (Jornal Miriense, 20/08/2008, p. 5; cf. Anexo 14).

Já as seis legendas que acompanham os registros fotográficos destacam a centralidade da figura feminina em posição de luta pelas ruas de Igarapé-Miri: três mulheres pronunciando-se ao povo, com microfone empunhado, alunos e demais sujeitos representantes do povo miriense e dois agentes políticos, o secretário municipal de educação e diretor da escola-sede estadual.

Os enunciados retirados desse texto do “apitação” realizado nas ruas mirienses apresentam a mulher como a figura central dessa relação política, notadamente atuante e lutadora por melhorias para esse segmento social. São exemplos de elementos linguísticos/verbais: *Professora reivindicava...*; *Vice-diretora também aderiu e foi pra rua protestar*; *Funcionários de todas as idades...* Já os homens aparecem em posição secundária e não têm ação nesse jogo de forças: *Diretor da escola sede Janilson se limitou só a ouvir...*; *Os aplausos do secretário de educação*. Considerando-se que a publicação explora majoritariamente registros fotográficos, conforme dito antes, nos quais a ação política feminina é apresentada ancorada em sentidos como “ir às ruas”, “reivindicar” e “protestar”, é possível aceitar que o fazer jornalístico do JM reserva destaque para a veiculação de um discurso de reivindicação, publicado pelo jornal em virtude da ação política feminina que lhe dá corpo.

Portanto, tais expressões verbais apontam para uma posição de ação política que se volta para o coletivo, haja vista que os sentidos possíveis para protestar, denunciar e reivindicar e outros adotados neste grupo seguem na direção de apontar para conquistas em

<sup>41</sup> JM, edição de 28 de agosto de 2008, p. 5, *Notícia*. (cf. Anexo 14)

direção à coletividade, que se materializariam no povo miriense. O que já de início se distancia de um perfil linguístico-enunciativo adotado nos textos do primeiro grupo explorado, pois os sentidos apontavam muito mais para as próprias figuras destacadas do que para ações políticas realizadas, segundo fora constatado nas análises realizadas.

As análises dos exemplos explorados levam ao reconhecimento da dêixis discursiva (MAINGUENEAU, 1997) nela instituída, conceito que se refere à existência de três instâncias no discurso, nas quais se apoia a enunciação: a instância subjetiva (enunciador/coenunciador), a dimensão do tempo (cronografia discursiva) e do espaço (topografia discursiva) de onde enunciam esses participantes. Essa dêixis permite a percepção da topografia e da cronografia discursivas, já que as figuras políticas tematizadas ou são levadas pelos sentidos veiculados pelos enunciadores dos textos ou, elas mesmas, a se inserir no lugar da luta coletiva, da organização classista, da autoridade/liderança de que se revestem suas respectivas funções e enunciam enquanto representantes máximas das organizações às quais pertencem; enfim, estão inseridas no lugar da transformação esperada no seio popular, quer se trate da temática educacional, da luta de trabalhadores mirienses/brasileiros ou de outros segmentos sociais. Quando suas falas não têm lugar físico nas publicações, é o próprio modo como o JM o diz o dispositivo que permite às mesmas ocuparem tais lugares. É o caso da enunciação que se materializa nas legendas de fotos inseridas para ilustrar publicações, como a ação de rua publicada no texto do “*apitação*”:

(E29) Vice-diretora também aderiu [à ação] e foi pra rua protestar.  
 Professora reivindica melhorias.  
 [Uma professora fala ao telefone] Funcionários de todas as idades apoiaram o protesto (Jornal Miriense, 20/08/2008, p. 5; cf. Anexo 14).

Assim sendo, aceita-se que a cronografia discursiva aponta para um tempo ideológico no qual as mesmas vêm se inserir: o tempo do exercício democrático, da “luta” em defesa de conquistas coletivas. Quanto à topografia discursiva, acredita-se que a mesma aponta para o lugar da liderança ou da militância política, que institui o espaço da cobrança e da defesa de direitos, predominantemente em espaços coletivos de atuação, nos quais a participação feminina se destaca, conforme exemplificado acima (conselho, sindicato, ações de rua etc.).

Tais coordenadas dêiticas levam à percepção da encenação instituída pelos discursos veiculados nos textos analisados. Aceita-se que a cena englobante restringe-se ao discurso jornalístico, enquanto o tipo de discurso adotado para tratar dessa ação política,

sendo que a cena jornalística é a cena englobante na qual o coenunciador deve se inserir para lidar com os sentidos e posicionamentos a ele dirigidos. Tal posição jornalística reserva à figura da mulher miriense um tempo de conquistas particulares ou coletivas, seja para intensificar os sentidos de uma conquista pessoal, seja para sugerir o alcance de propósitos coletivos. Por sua vez, as cenografias apresentadas ao público leitor mostram embates existentes na cena política miriense, com maior destaque para a militância no campo educacional, segundo apontam as publicações selecionadas.

Conforme observado até aqui, os textos deste grupo majoritariamente apontam para um alinhamento do Jornal Miriense às ações políticas da mulher atuante em Igarapé-Miri, realizadas em diversos espaços de poder, o que pode ser exemplificado pela atuação no Sintepp, nas ações de rua, na CUT nacional e no CAE. As publicações permitem constatar que há um reforço ou uma positivação da figura política da mulher que atua na cidade miriense, dado o seu mover na arena pública municipal e/ou nacional.

Considerando-se a articulação de (G1) e (G2), aceita-se que estão participando dessa construção discursiva de evidência à aparição política feminina no JM o sujeito jornalista, os leitores do jornal e outros sujeitos que, também sendo coenunciadores das publicações do jornal, se colocam em alguns momentos enquanto colaboradores desse fazer jornalístico, posto que assumem a autoria de publicações assinadas, como visto em (G1). Além do que já se registrou sobre os mesmos, importa perceber que a conjunção de textos do jornal e textos assinados por outrem reforça mais a posição favorável do jornal acerca da ação política da mulher miriense que, nos textos de (G1), tem sua dimensão identitária atrelada a uma homenagem e/ou à centralidade na figura pessoal das personalidades tematizadas e, nos de (G2), tem a identidade atrelada à luta por Igarapé-Miri. Em outras palavras, importa destacar que tal tematização positiva aparece nos textos explorados e pertencentes a ambos os grupos, como se pode observar na exposição feita acerca dos dezesseis textos que compõem esses dois grupos de publicações, quer se trate de uma exposição da ação política, quer se apresente a mulher sob o prisma da homenagem, como é mais comum nos textos do caderno *Delas*.

No próximo capítulo, é apresentada a maneira adotada pelo Jornal Miriense para enunciar sobre a ação política da mulher que assume a prefeitura de Igarapé-Miri, o que implica considerar mais dois grupos regulares, aqui identificados como (G3) e (G4), os quais são complementares aos dois grupos anteriores, (G1) e (G2). A consideração desses dois grupos deve resultar em um olhar macro sobre todo o conjunto de publicações que constituem o *corpus* analisado nesta pesquisa. Como é feita a cobertura jornalística das ações políticas e

administrativas da prefeita de Igarapé-Miri, nas páginas do Jornal Miriense (2004-2008)? Esta é uma maneira de indagar sobre esse exercício enunciativo jornalístico, para o qual algumas respostas podem ser apontadas.

## **CAPÍTULO 5 - SOBRE A ENUNCIÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA FEMININA EM IGARAPÉ-MIRI NAS PÁGINAS DO JORNAL MIRIENSE: DA TEMATIZAÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA DA PREFEITA DE IGARAPÉ-MIRI**

Os dois últimos grupos de textos analisados neste capítulo se referem à ação política da mulher igarapemiriense quando esta atua na condição de prefeita de Igarapé-Miri, definidos aqui como (G3) e (G4). São apresentados e discutidos, assim, em obediência aos mesmos procedimentos teóricos e metodológicos já explicitados neste texto. Esses dois grupos são constituídos por setenta textos coletados dentre os publicados pelo Jornal Miriense entre 2004 e 2008, os quais tematizam a ação política da prefeita de Igarapé-Miri. Entre esses setenta, trinta são analisados aqui.

Em atenção aos dois grupos, há que se considerar a existência de uma polarização entre os mesmos, posto que apresentam uma relação de antagonismo entre si. O primeiro deles (G3) é formado por publicações que, pelos sentidos construídos e veiculados, indicam um alinhamento do jornal às ações da mulher que governa Igarapé-Miri; já o segundo grupo (G4), é constituído pelas publicações que indicam um combate ou uma não adesão às ações políticas da prefeita, mediante a veiculação de textos de feição provocativa, conforme destacado neste trabalho. As publicações que compõem (G3) e (G4) a público entre os anos de 2005 e 2008, em cujo período há publicações que indicam um alinhamento às ações políticas da prefeita e há, igualmente, outras que mostram um combate às suas ações políticas. Considera-se relevante destacar que os sentidos construídos e veiculados pelo Jornal Miriense, quando de seu não alinhamento ao trabalho da prefeita de Igarapé-Miri, acabam por serem propagados majoritariamente como se fossem de cunho diversional. Por essa estratégia enunciativa é possível perceber que a (enunci)ação midiática reveste-se de uma não-seriedade, da provocação ou da ironia para se referir à ação política noticiada. Além disso, pode-se sugerir ao leitor, coenunciador inscrito nesse exercício enunciativo, a realização de ações des governadas e que, por isso mesmo, não seriam dignas de credibilidade.

A seguir, são analisados textos que compõem (G3), cujos sentidos e posicionamentos veiculados, à luz da teoria/metodologia adotada neste estudo, indicam que a cobertura que o Miriense faz dessa ação política é notadamente favorável à ação política que o veículo estampa em suas páginas. Os dispositivos teóricos/metodológicos adotados nas análises são os mesmos já apontados na introdução do Capítulo 4: interdiscurso, prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2008, 2011).

### 5.1 (G3) A ação política da prefeita é tematizada positivamente nas páginas do Jornal Miriense

Quando a ação da prefeita é tematizada de maneira favorável pelo Jornal Miriense, é possível perceber um grande conjunto de regularidades enunciativas, apresentado e discutido a seguir. Nas publicações que constituem (G3), o agir político da prefeita é enunciado por meio de sentidos que apontam para trabalhos responsáveis, sendo a mesma apresentada como provedora, atenciosa, solidária e prestativa ao povo de Igarapé-Miri. Quanto à caracterização formal, esse conjunto de publicações é formado por vinte e uma notícias/matérias de jornal (uma dessas é texto assinado), uma entrevista do JM com a prefeita, uma destacada chamada de capa e uma foto acompanhada de legenda. Tal dado indica que o Miriense privilegiou uma cena englobante na qual a ação da prefeita é defendida por meio da enunciação que se materializa em notícias produzidas sob a responsabilidade do próprio veículo, isto é, textos não revestidos de humor e que se constituem no “relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (MELO, 1994, p. 65).

A um primeiro olhar, tais textos podem ser entendidos como publicações de tipo informativo. No entanto, dados os sentidos veiculados, fica entendido que extrapolam o limite da sugerida objetividade que constituiria o fazer noticioso e buscam a adesão dos leitores para a defesa das ações da gestora municipal.

Nesse conjunto de textos, a tematização da governante miriense é realizada por meio de diversas estratégias. Em uma delas, a liderança é apresentada como uma “*senhora prefeita*”, homenageada pelo jornal em uma publicação de capa do caderno *Delas*<sup>42</sup>. Conforme já descrito e discutido aqui, esse caderno faz um largo elogio às figuras públicas apresentadas à sociedade, ao prestar homenagens a essas personalidades femininas. Os sentidos veiculados por essa publicação levam os sujeitos leitores do JM a conhecer a prefeita enquanto uma mulher “*preocupada*” com o povo, desde os 15 anos de idade, que teria ingressado na política para trabalhar “*junto ao povo*”. A sua vitória na eleição para a prefeitura de Igarapé-Miri é informada no caderno *Delas* como a realização de um “*grande objetivo*” pessoal e os resultados dessa empreitada, sugere a publicação, só poderiam ser “*grandes coisas*” para Igarapé-Miri:

(E30)(...) Com **15 anos**, *preocupada com a sociedade*, ingressou no processo de alfabetização de crianças e paralelamente vendia produtos da já famosa Avon, para ajudar a sua mãezinha a sustentar seus irmãos.(...)

<sup>42</sup> *Dilza Pantoja: uma senhora prefeita*. Jornal Miriense, *Delas*, 16/07/2005, capa (Anexos 15).

Aos **24 anos**, começou o *gosto pela política* e conseqüentemente pelo *trabalho junto ao povo*.

(...) Em 2005, conseguiu seu grande objetivo e se elegeu a prefeita de Igarapé-Miri. Em apenas seis meses de governo, **Dilza Pantoja** tem conseguido grandes coisas para o município(...). Essa SENHORA PREFEITA já iluminou toda a cidade, principalmente os pontos considerados de maior risco, e pretende ainda este ano tornar real a iluminação do Estádio Municipal, cujo material já está sendo adquirido.(...) Resta-nos somente homenagear a SENHORA PREFEITA **Dilza Pantoja**, nos seus primeiros seis meses de governo (Jornal Miriense, *Delas*, 16/07/2005, capa, grifos em itálico são meus; negritos são do jornal; cf. Anexo 15).

A narrativa jornalística reserva à “senhora prefeita” um lugar exclusivo, em cujo espaço de divulgação nenhuma outra figura política é inserida. Não é o governo municipal quem consegue as sugeridas coisas grandiosas para Igarapé-Miri e, sim, a própria prefeita, tamanha é a feição exaltadora desse discurso jornalístico construído para tratar de sua ação política. Não há hesitação quanto à adjetivação adotada para mostrar ao público leitor as virtudes pessoais da mulher que realizou seu grande objetivo e se tornou prefeita de Igarapé-Miri: os enunciados produzidos por esse discurso de exaltação a tematizam como liderança preocupada com a sociedade, uma senhora prefeita que é lutadora e busca conseguir “*grandes coisas*” para o município.

O Jornal Miriense apresenta aos seus leitores os feitos da prefeita de maneira tão favorável que a sua chegada para governar Igarapé-Miri instala, segundo o veículo, “*a certeza de uma nova era*”<sup>43</sup>. Dada a posição do jornal, não haveria dúvidas quanto às mudanças para Igarapé-Miri, em virtude dessa mudança de governante.

A matéria que anuncia a certeza de uma nova era para Igarapé-Miri não se vale de posicionamentos outros que não os do próprio sujeito jornalista, ou seja, na mesma não há espaço para posicionamentos da prefeita, que é tema central da publicação, ou para outros agentes políticos, nem para especialista e/ou sujeitos leitores que viessem a se posicionar a respeito dessa mudança de governo ou divergir da própria posição do jornal. É, por assim dizer, a construção discursiva inicial de uma caminhada do Jornal Miriense na defesa das ações comandadas pela prefeita, o que não se dá por todo o mandato, mas que não pode ser negado, dados os textos selecionados para compor este grupo regular.

Nessa publicação, o discurso de exaltação ao agir político da prefeita apresenta aos mirienses uma transformação de “*um velho município*” para uma terra “*com novos rumos*”.

---

<sup>43</sup> *Igarapé-Miri: a certeza de uma nova era* (Jornal Miriense, 31 de janeiro de 2005, p. 3) é o título da publicação que inaugura a série de coberturas da ação da prefeita de Igarapé-Miri, empossada dia 01/01/2005, objeto da citada publicação. (cf. Anexo 16)



Tal construção jornalística aponta para a mudança, sinonímia da nova era indicada no título-afirmação do sujeito jornalista. Há toda uma construção que reforma esses sentidos: é o velho Igarapé-Miri que estaria entrando nessa nova era<sup>44</sup>:

(E31) a prefeita e seus assessores estão a mil por hora em Belém, buscando projetos, assinando convênios e trazendo melhorias para o município (Jornal Miriense, 31 de janeiro de 2005, p. 3; cf. Anexo 16).

Para reforçar essa construção é convocado, pelo jornalista, um conjunto de elementos. É o caso de dez imagens usadas na publicação: sete fotografias pequenas que mostram lideranças religiosas/cristãs exercendo a liberdade de crença em apoio à prefeita, mais uma foto maior, centralizada na página, a qual mostra a prefeita ladeada pelo presidente da Câmara Municipal e pela vice-prefeita, os três fazendo hasteamento do pavilhão, e mais duas fotos, uma na qual a prefeita faz seu juramento de posse, diante do presidente da Câmara, e a última, também de grande destaque, que traz o posicionamento de uma comunidade cristã/católica para a publicação. Nesta, é possível ler: “*POVO DE DEUS, RENOVAÇÃO E ESPERANÇA. REZA, TRABALHA E CANTA. C.C. STA. BÁRBARA*”. Outro elemento, já referido, é a não inclusão de outros posicionamentos na matéria, além da forma de construir o enunciado-título, entre outros. Enfim, a tematização dessa ação política lega aos leitores do Jornal Miriense a construção de um perfil de líder/governante responsável e provedora da “mudança” na cidade miriense, realizada através de um intenso trabalho (“*realizado a mil por hora*”).

A ação da prefeita também é apresentada de maneira a mostrar que seus feitos políticos ou sua presença política se faz sentir e receberia tratamento de todo favorável em outras partes do território nacional, como em Brasília (DF). A “marcha dos prefeitos” contou com a presença da prefeita de Igarapé-Miri, conforme noticia o JM:

(E32) Igarapé-Miri também se fez presente nesse momento de fundamental importância para o País, representado por sua *gestora Dilza Pantoja*, que aproveitou para visitar vários *gabinetes ministeriais*, onde foi muito bem recebida, e conseguiu entregar pessoalmente aos ministros, suas reivindicações em prol de Igarapé-Miri(...) (Jornal Miriense, 11/04/2005, p. 5, os grifos são meus; cf. Anexo 17).

<sup>44</sup> Desde sua instalação, Igarapé-Miri foi governado por homens (prefeitos). A única experiência de governo de uma mulher nesse município deu-se entre 2005 e 2008, experiência tematizada nas páginas do Jornal Miriense, conforme discutido neste texto. A publicação acaba por fazer uma relação de antagonismo entre o passado de governos mirienses, colocados sob o prisma da velhice, e a “nova era”, que seria o momento instalado pela chegada de uma mulher para governar Igarapé-Miri. Uma espécie de jogo de conteúdo reducionista que funcionaria muito bem para cativar os leitores do Miriense no sentido de defender a ação política em questão.

A publicação sugere que é a figura pessoal da gestora o que mais se destaca nessa intervenção em defesa de Igarapé-Miri. Há toda uma personificação da figura da gestora, espécie de cobertura de homenagem, o que em muito se aproxima do funcionamento discursivo do caderno *Delas* quando expõe aos leitores algumas mulheres que se destacam na cidade de Igarapé-Miri. Por isso mesmo o JM afirma que a prefeita foi bem recebida e entregou pessoalmente as suas reivindicações em defesa de Igarapé-Miri. É, por assim dizer, a materialização do apagamento da dimensão pública que denota uma coletividade em detrimento de uma intensificação da dimensão da pessoa da prefeita, o que carrega a sinonímia da individualidade.

Outras publicações às quais se recorre permitem destacar mais exemplos dessa cobertura, cujos enunciados selecionados permitem ver a veiculação de sentidos que insistem em apresentar aos leitores um trabalho que merece “*agradecimentos*”, cuja posição do Jornal Miriense reserva aos munícipes o lugar de agradecidos e não de quem está na condição de exigir melhorias para a população. Conforme o discurso construído e veiculado aos coenunciadores, aos sujeitos leitores ou, em outras palavras, aos igarapemirienses, é indicado o lugar da passividade quando exatamente tais sujeitos estão arrolados em um jogo de forças políticas que constituem a arena pública municipal. Em relação à prefeita, o veículo constrói uma figura positiva de agente de governo com a face da doação: é ela quem se doa ao povo, nos trabalhos a mil por hora, e é ela mesma quem faz a doação de serviços ou outros investimentos ao povo, sugere o JM.

Tal discussão do caráter assistencialista que caracteriza seu agir político é levantada neste tópico, em mais de uma passagem, na medida em que a enunciação do JM constitui essa perspectiva da doação, da parte da líder política, e da passividade ou não cobrança, da parte da população, com a ressalva de que os sujeitos políticos implicados nas ações de governo se identificam aos mesmos sujeitos coenunciadores das publicações do Miriense.

Nas páginas do Jornal Miriense, a tematização positiva da ação política da prefeita leva o sujeito jornalista a falar em “agradecimentos” de partes da população miriense à própria prefeita, em virtude de a mesma ser, segundo o JM, atenciosa:

**(E33) Comunidades agradecem a prefeita de Igarapé-Miri**

Moradores do bairro do São Paulo se reuniram para tornar público seu agradecimento a nova prefeita de Igarapé-Miri Dilza Pantoja, pela limpeza geral realizada em todas as ruas do bairro da Cidade Nova.(...) O povo está imensamente feliz e faz um pedido à prefeita: “*Queremos que a prefeita*

*providencie iluminação pública e a visita constante da polícia em nossas ruas(...)*”.

No bairro da Santa Clara, os moradores também agradecem a prefeita pelo carinho para com aquele povo.(...) o pastor Pablo Ramom e alguns membros da sua igreja Nova Jerusalém de Deus também [se mostram] agradecidos pela atenção da prefeita Dilza Pantoja (Jornal Miriense, 31/05/2005, p. 2 – sublinhados são meus, demais grifos são do jornal; cf. Anexo 18).

A publicação é constituída de informações textuais e duas fotos que mostram a dimensão da gratidão da população de dois bairros mirienses e de membros de uma igreja evangélica em relação à prefeita. Os membros religiosos estão liderados por um homem político, um pastor, figura que ajuda a reforçar a cena do agradecimento. Observa-se que a cena enunciativa reserva ao pastor uma posição secundária, posto que a ele cabe apenas a cena do agradecimento e sua liderança em relação aos membros da igreja é apenas sugerida, haja vista que é para a figura da prefeita que se voltam as principais atenções, pois é ela quem está sendo “*atenciosa*” para com o povo de Igarapé-Miri. Uma das fotos recebe a posição principal na publicação, no topo da mesma, a partir da qual segue um texto e mais uma foto abaixo. As duas legendas são, nessa ordem: *O agradecimento da população beneficiada (São Paulo)* e *Santa Clara também agradece à Prefeita Dilza Pantoja*.

Essa publicação mostra uma imbricação entre religião e política, em que a primeira ajuda a legitimar a segunda: um pastor da Igreja Nova Jerusalém de Deus e “*seus fieis*” também agradecem à prefeita. A figura do líder religioso cristão fortalece a imagem positiva, construída pelo jornal, da mulher que governa Igarapé-Miri. A título de ilustração, registre-se que esse atravessamento da dimensão religiosa enquanto constituidora da ação política da prefeita também pode ser percebido no texto que trata da posse da prefeita, *Igarapé-Miri: a certeza de uma nova era*, já citado anteriormente. Nele, há toda uma rede de lideranças cristãs se posicionando na posse da mulher que começa a governar Igarapé-Miri, incluindo-se oito registros fotográficos que intensificam essa relação religião cristã e política na cidade miriense, na qual ocupa o lugar central a prefeita municipal. Note-se que, dos dez registros que reforçam a cena favorável à figura da prefeita, oito apontam para a dimensão da religiosidade cristã. Isto é, oitenta por cento das fotos levam os coenunciadores do Miriense para esse campo de sentidos que favorecem a figura da prefeita.

Funcionamento favorável à figura política da prefeita também pode ser percebido na publicação que trata da greve na educação. Mesmo que a matéria intensifique a imagem de mulher que atua fortemente na política miriense como sendo a da sindicalista do Sintepp, na

entrada da publicação o sujeito jornalista registra que a prefeita pediu a uma pessoa de sua equipe para que fizesse uma oração, em cuja cena é inscrita a Bíblia Sagrada:

(E34) Para a abertura da reunião a prefeita [de Igarapé-Miri] solicitou que a senhora Natelma Martins fizesse uma oração, o que aconteceu com a leitura da Bíblia (Jornal Miriense, 1ª quinzena de março de 2007, p. 3; cf. Anexo 10).

Esses indicativos, colhidos entre outros inscritos nas publicações, mostram a maneira adotada pelo JM para articular a dimensão da crença religiosa cristã à ação política da mulher miriense com destaque para o agir político da prefeita de Igarapé-Miri que, não raro, aparece em cenas que sustentam sua ação em uma dimensão de grandeza muito superior à condição dos munícipes governados, pois essa dimensão religiosa aponta para um Deus, agente supremo ao qual se liga a própria figura da prefeita. A proposta de conclusão deste texto ainda pretende retomar, para exemplificação das relações interdiscursivas percebidas na enunciação do Jornal Miriense sobre a ação política feminina em Igarapé-Miri, esses indicativos de que a crença religiosa também mobiliza a construção/veiculação de discursos sobre a essa ação política praticada na arena municipal.

Nas matérias, o sujeito jornalista dá voz diretamente aos moradores, que agradecem à prefeita pelo “*carinho*” e pela “*atenção*”. O ato de agradecer é reforçado pelo próprio jornal que, de maneira indireta e mediante uso de recursos linguísticos que marcam distanciamento do jornal em relação a essas falas (“*diz um dos moradores*”, “... e *conclui*”, “*Diz um morador daquele bairro*”), repassa aos sujeitos leitores a cena do agradecimento de parte da população à figura da prefeita. Dar voz aos cidadãos, aos sujeitos do povo, é recurso de que costuma lançar mão o JM em suas matérias jornalísticas, publicações que permitem uma polivalência de presenças de sujeitos no corpo do texto: jornalista, que escreve e publica; personagens de inúmeros segmentos sociais; autoridades consultadas, entre outras.

Mesmo que esteja em uso o recurso da inserção de vozes da população na cena enunciativa construída, é preciso atentar para a peculiaridade dessa cena publicada pelo Jornal Miriense. Trata-se de uma cena de individualização da ação política, haja vista a ênfase atribuída à figura pessoal da prefeita. Percebe-se que é para a sua própria personalidade que se volta a construção e é em virtude dessa centralidade, tal qual se deu nas construções do caderno *Delas*, que a publicação atribui à mesma adjetivações como *atenciosa*, *cuidadosa*, *carinhosa*, *generosa*... Não é o trabalho em benefício de toda uma coletividade o que ganha a centralidade dessa enunciação, pois o destaque está, mais uma vez, na figura particular da

gestora e não em um trabalho direcionada à coletividade. Isso leva o JM, em várias oportunidades, a expor a figura pessoal da prefeita de Igarapé-Miri em poses para fotos no veículo, em tom de registros exclusivos, tal qual se dá em publicações do caderno *Delas* nas quais há exposição de diversas figuras políticas femininas de Igarapé-Miri.

Nas publicações analisadas, a mulher que governava Igarapé-Miri também aparece envolta em ações de bondade, praticante do assistencialismo. Os sentidos veiculados se distanciam muito da ideia de responsabilidades ou tarefas que uma prefeita tem a cumprir junto à sociedade e são, portanto, complementares aos sentidos de doação já percebidos e apresentados anteriormente. Assim procedendo, aceita-se que o Miriense veicula posicionamentos de defesa das ações da prefeita e apela à sensibilidade dos sujeitos leitores. Alguns enunciados são transcritos a seguir, com a finalidade de melhor entender esse funcionamento discursivo que caracteriza mais um segmento de regularidades enunciativas constituintes do trabalho do Jornal Miriense. Os trechos foram transcritos de três publicações, uma de 2005 e duas de 2007:

**(E35)** *O povo do Icatu*, dentro da festividade de sua padroeira Santa Maria, *recebe um presente* da prefeita Dilza Pantoja, a total urbanização da Vila, com passarelas, limpeza, pintura de árvores(...), em cumprimento a uma *promessa de campanha*.(...) Em ação integrada à Secretaria de Saúde se fez presente com o comando médico(...). A Secretaria de Administração trabalhou na organização do local com sua equipe. A segurança esteve presente efetivamente com as Polícias Militar e Civil(...). O trabalho foi executado pela Secretaria de Obras, sob a direção do secretário João Batista e equipe (Jornal Miriense, 15/08 a 30/09/2005, p. 9, grifos meus; cf. Anexo 19).

**(E36) Tenison Miranda Lobato**, conhecido por Moju, saiu do governo dilziano no início de setembro do ano passado e está de volta desde o dia 1º de junho, na sua antiga posição de administrador da feira-livre (shopping)(...). Convidado pela prefeita Dilza Pantoja a reassumir sua função, Moju *volta como o filho pródigo*, e já chegou mostrando trabalho.(...) Moju *agradece* primeiramente *a Deus* e em seguida “*pela prefeita ter bom coração* e por reconhecer as pessoas que trabalham e ajudam nosso município” [disse Moju], chamando-o de volta para a sua função (Jornal Miriense, 22/07/2007, p. 3, grifos em itálico são meus; cf. Anexo 20).

**(E37)** Na tarde do dia 25, Dia do Natal, a Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri promoveu o seu já tradicional “**Dia do Papai Noel**”. Segundo informações oficiais da assessoria da prefeita, foram entregues na cidade 8.000 brinquedos. Em Vila Maiauatá, foram entregues 1.000 e no Suspiro, 500.(...) *É preciso ressaltar* que em todos esses *atos de solidariedade e amor*, a prefeita Dilza Pantoja se fez presente com sua equipe de apoio, entregando os brinquedos pessoalmente.(...) Ouvimos algumas pessoas

sobre o “Natal da prefeita”, como o povo cognominou [o jornal cita, entre aspas, quatro depoimentos atribuídos a pessoas beneficiadas](...) Assistimos a entrega dos brinquedos e observamos quão grande alegria estampada na face de cada ganhador, fosse criança ou mãe(...). Foi um dia de muita festa, merecedor de nossos sinceros elogios e parabéns (Jornal Miriense, 29/12/2007, p. 10, grifos em itálico são meus; cf. Anexo 21).

Tais ações de bondade, carinho e atenção encontram materialidade nas publicações do Jornal Miriense por meio de uma longa lista de adjetivações nitidamente positivas ao seu fazer político. Uma demonstração desses adjetivos mais recorrentes usados para defini-la reúne vocábulos como: *trabalhadora, firme e decisiva, vitoriosa, acolhedora, solidária, prestativa, amorosa, atenciosa, carinhosa, bondosa, elogiada e senhora prefeita*. Enfim, considerados de forma conjunta e inscritos na materialidade discursiva do JM, esses elementos linguísticos acabam por construir um perfil de governante trabalhadora, mas, acima de tudo, solidária e atenciosa para com o povo de Igarapé-Miri. Portanto, esse perfil se aproxima em muito de uma figura de agente política maternal. Sua atuação na política também pode ser observada em virtude da listagem de verbos empregados nas publicações, os quais dizem sobre a maneira adotada pelo JM para se referir a seu agir político/administrativo. Neste grupo regular, foram encontrados principalmente os seguintes: *doar*/doação à Vila do Icatu, *prometer* ajuda, *cumprir* as leis e *entregar*. Há a ressalva de que abundam os adjetivos, quando se busca comparar estes com os verbos empregados, e chama atenção a carga semântica de *entregar*, uma vez que em muitas ocasiões é este vocábulo a opção para se referir às ações políticas em tela: sua proximidade com os sentidos de doação e bondade já é bem sugestiva das posições apresentadas pelo JM.

É importante destacar que essas três publicações tratam de ações políticas na Vila do Icatu, da recepção a um servidor afastado e da distribuição de brinquedos, todas comandadas pela agente política tematizada, e que já haviam acontecido e produzido efeitos sociais na cidade miriense. Somente depois dos fatos concretizados é que o Jornal Miriense os relata e se pronuncia sobre os mesmos, convidando os sujeitos leitores a aderir a seu posicionamento de defesa dessas ações. Os enunciados selecionados ajudam a entender como essa atuação política está sendo tematizada no conjunto de publicações. Sentidos como os seguintes ajudam a entender o alinhamento do JM com as ações políticas da prefeita: cumprimento de “*promessa*” e realização de um “*sonho*” da prefeita; povo recebendo presente da pessoa da prefeita, e não investimentos de governo ou de Estado.

A analogia feita pelo sujeito jornalista à parábola do “filho pródigo” pode remeter o sujeito leitor do Miriense a pensar no quão atenciosa e acolhedora seria a líder política que

comanda a prefeitura de Igarapé-Miri. Se na mensagem bíblica do filho pródigo quem acolhe o herdeiro que havia saído e desperdiçado toda a sua fortuna é o pai, na cena construída pelo JM é a prefeita, espécie de mãe do povo ou pessoa caridosa, que pratica atos de solidariedade e é capaz de trazer de volta o funcionário que foi demitido por ela mesma<sup>45</sup>. A remissão ao discurso bíblico/cristão e a aproximação feita, pelo JM, entre o pai/personagem bíblico e a gestora/“mãe” de Igarapé-Miri só faz reforçar uma vez mais a postura de defesa que o Jornal Miriense faz de sua governança municipal. Inserir na cena jornalística o discurso sobre a relação familiar ou sobre a (in)gratidão entre seus membros é uma forma adotada pelo veículo para apresentar aos seus coenunciadores uma figura positiva da governante e convidar tais sujeitos a assumir seus pontos de vista e defender os feitos políticos da mulher que governa o município.

À ação da prefeita também são atrelados atos de solidariedade e amor, que contam com a presença constante da prefeita. O discurso jornalístico produzido defende as respectivas ações de afetividade, como no “*presentear*” o povo do Icatu; de trato pessoal para com um funcionário ou de atos “*de solidariedade e amor*” para com o povo. Percebe-se um posicionamento do jornal que convida os sujeitos interpelados, seus coenunciadores, a aderir às ações de assistência ao povo, praticadas pela governante, e os afasta da posição de cobrança por melhorias para a cidade de Igarapé-Miri. O Jornal Miriense reforça o sentido da doação atrelada ao agir de governante que a prefeita realiza.

Nessa ação de defesa do agir político da governante miriense, o jornal veicula enunciados que apontam para uma dimensão coletiva, dados os vocábulos mais enfatizados na publicação: *assistimos*; *observamos*; *nossos* elogios e parabéns, como se inserisse os coenunciadores desse discurso em uma mesma rede de sentidos pró-ação da mulher que governa Igarapé-Miri. A defesa do veículo às ações da governante se manifesta, ainda, em enunciados que exploram os diminutivos muito usados no linguajar direcionado às crianças: *a felicidade estava estampada em cada rostinho que esperava com ansiedade o momento de ganhar o seu brinquedinho de natal*. Constrói-se, assim, um discurso de infantilização da relação política que se estabelece entre sujeitos leitores do jornal, os cidadãos atendidos pelas políticas públicas municipais, e os agentes políticos de governo, que nesse caso se restringe à figura da prefeita de Igarapé-Miri. Em um processo de aproximação metafórica, tem-se uma rede de sentidos de infantilização para se reportar ao povo miriense, inclusive como quem

---

<sup>45</sup> *Moju volta com mais força e mostra mais trabalho ainda*. Jornal Miriense, 22/07/2007, p. 3; a outra publicação, na qual é noticiada a demissão do mesmo servidor, intitula-se: “*Demitido pela prefeita por não fazer campanha para o seu candidato*” (JM, 09/09/2006, p. 3, “Denúncias”).

pede algo e não como quem cobra ações, como quem está no lugar da passividade e não no lugar da cobrança. É um funcionamento discursivo de todo favorável à figura da prefeita e que intensifica uma ação política de feição assistencialista, ao modo de uma função testemunhal em relação aos atos praticados por ela.

O funcionamento discursivo empreendido enfatiza a condição pessoal da prefeita, pois é ela que pode trazer de volta o servidor que já tinha sido afastado, demitido da função por ela mesma. Segundo o *Miriense*, o servidor readmitido “*está de volta desde o dia 1º de junho, na sua antiga posição de administrador da feira-livre (shopping)(...)*. Convidado pela prefeita Dilza Pantoja a reassumir sua função(...)”<sup>46</sup>. A enunciação institui a anulação do limite entre o que é público e a coisa particular: a função pública era “*sua*”, isto é, do servidor afastado, e a volta ou não ao trabalho depende da vontade/decisão da mulher que governa Igarapé-Miri, pois é ela quem realiza a ação de trazer de volta. É possível perceber que não se trata de atos impessoais, o que enfatiza mais uma vez o caráter de exaltação desse funcionamento discursivo. Assim como se dá no funcionamento do caderno *Delas*, tais publicações apontam para a relevância da figura particular da agente política que comanda a prefeitura de Igarapé-Miri. Já não se trata de homenagear uma personalidade política, como no citado caderno, mas é possível observar que a cobertura da ação política e de governo da prefeita miriense recebe uma centralidade e uma intensificação positiva que a deixa em maior visibilidade do que os atos administrativos/políticos por ela realizados.

O conjunto de textos analisados constrói as coordenadas dêiticas implicadas nesse fazer jornalístico. Neles, é revelado o tempo do assistencialismo e da prática da caridade, permitida segundo a vontade da governante em realizar tais feitos. Institui-se um lugar de não-cobrança ou da passividade, que está reservado aos cidadãos mirienses, coenunciadores da ação jornalística, uma vez que o agir (assistencialista) está nas mãos da prefeita e depende de sua vontade. As cenas construídas nas publicações do *Miriense* mostram a líder política em posição de centralidade em relação à totalidade dos mirienses, sujeitos que são a um só tempo os coenunciadores das publicações do jornal e o público-alvo a quem as ações políticas da prefeita se destinam. Tais coenunciadores são interpelados de uma maneira bastante favorável ao trabalho dessa liderança política e são, dados os sentidos veiculados, seduzidos a defender tais feitos da prefeita de Igarapé-Miri. Na mediação entre os sujeitos leitores/cidadãos de Igarapé-Miri e os agentes políticos, simbolizados na pessoa da prefeita, o jornal passa aos primeiros a imagem de que tais ações políticas são a manifestação de importantes atos de

---

<sup>46</sup> Jornal *Miriense*, 22/07/2007, p. 3. (cf. Anexo 20)



amor, carinho e solidariedade para com eles, o que pode(ria) levá-los a defender tal agir político.

Como visto, o terceiro grupo é marcado pela centralidade da enunciação jornalística na figura pessoal ou na personalidade de própria liderança tematizada, a prefeita de Igarapé-Miri. Quase não há um atravessamento de gênero a marcar esse agir político, mas sim a marcação nos atributos pessoais da líder política que governa Igarapé-Miri, o que se constata pela significativa listagem de adjetivos usados para se referir a seu modo de agir político. Essa marca do funcionamento discursivo do Miriense pode ser a indicação de uma concepção estereotipada dos agentes políticos. Grosso modo, estes seriam, e a prefeita miriense apenas exemplificaria esse dado, atenciosos, caridosos e prontos a atender e a se doar ao povo de modo a lhes satisfazer as necessidades pessoais, diárias ou sazonais.

Eis aí a percepção de mais uma relação interdiscursiva a ajudar na constituição de um perfil de agentes políticos que se movimentam nas arenas políticas municipais. Essa constatação parece bem se aplicar ao caso da cobertura nitidamente favorável que o JM faz acerca da ação pública da prefeita miriense. Enfim, o conjunto da cena enunciativa é de total apoio às ações da personalidade política que governa Igarapé-Miri. Entretanto, esse quadro sofre mutação, quando a ação da prefeita é combatida e/ou tematizada de maneira desfavorável pelo Miriense. Nesse conjunto de publicações que constitui (G4), é possível constatar uma grande regularidade enunciativa, conforme discutido a seguir.

## **5.2 (G4) A ação política da prefeita é tematizada negativamente nas páginas do Jornal Miriense**

Quando a ação da prefeita de Igarapé-Miri é tematizada desfavoravelmente pelo Jornal Miriense, é possível perceber também um conjunto de regularidades enunciativas, apresentado e discutido neste tópico. As publicações do *corpus* de análise registram um conjunto de quarenta e seis três que não defendem e/ou atacam a ação política da prefeita municipal (G4). A maneira como estão caracterizados formalmente pode ser apontada da seguinte forma: esse conjunto de publicações é formado por textos de uma coluna (pseudo)ficional, intitulada *Ora, Ora, Vejam Só!*, textos da seção *Foto-Fofoca*, *Rapidinhas* e *Ouvi Dizer...*, algumas charges, além de um texto assinado (*Tribuna livre*), matérias, editoriais do JM, entrevistas e uma foto legendada. Quanto ao seu modo de interpelar os sujeitos

leitores, há que se considerar que são textos que podem ser atravessados pelo humor ou pela ironia<sup>47</sup>.

Esse dado possibilita o entendimento de que o Jornal Miriense adotou, em linhas gerais, duas maneiras para apresentar aos seus coenunciadores a ação política da prefeita de Igarapé-Miri. De um lado, com textos não assentados em uma construção jornalística de cunho irônico ou de feição humorística, o que dotaria as publicações de maior seriedade no modo de apresentar os fatos políticos e de maior profundidade no tratamento dos mesmos. De outro lado, a cena englobante jornalística é a de uma feição mais provocativa quando as publicações estão assentadas no humor ou na ironia, através dos quais a ação da prefeita é combatida e os sentidos levados aos sujeitos coenunciadores os convidam a não aderir às posições políticas da liderança tematizada.

A título de exemplo desse funcionamento discursivo, inicialmente são explorados enunciados de sete publicações pertencentes ao grupo que não explora o humor em sua constituição. São três matérias jornalísticas, dois editoriais do Miriense, um texto assinado (*Tribuna livre*) e um exemplo da coluna *Ora, Ora, Vejam Só!*. Do ponto de vista do posicionamento, há que se atentar para o fato de que os editoriais passam ao público leitor uma posição do próprio jornal acerca da atuação política da prefeita de Igarapé-Miri, as matérias são textos centrados em uma dada problemática, cuja abordagem é de responsabilidade do jornal, a *Tribuna livre* é uma publicação assinada e que *Ora, Ora...* constitui uma coluna que o jornal caracteriza como “de ficção” mas que, no caso explorado, a crítica ao trabalho da prefeita é expressa de maneira bem explícita, o que torna mais polissêmica a sua configuração.

As sete publicações adotadas para essa análise devem permitir uma discussão sobre esse funcionamento discursivo do JM e as implicações trazidas pelos sentidos construídos e postos a circular. Quando a ação política da prefeita é tematizada de maneira desfavorável, o Miriense aborda temas como os seguintes: problemas na administração, brigas entre os sujeitos da administração municipal, confusão das dimensões público-privado, entre outras. Para exemplificar o funcionamento desse discurso de combate que o Miriense veicula acerca da ação política da prefeita de Igarapé-Miri, são citados a seguir alguns enunciados colhidos

---

<sup>47</sup> Entende-se, neste trabalho, que o humor diz respeito aos efeitos de sentido construídos no fazer jornalístico do JM que buscam apresentar a ação política da prefeita sob o aspecto do riso, da provocação. Em cuja construção a ênfase é dada para o aspecto do riso ou da provocação, em detrimento da apresentação mais aprofundada de seus feitos políticos. A ironia é vista, nos termos de Maingueneau (2011), como espécie de negação do próprio discurso, posto que, de certa maneira, o discurso irônico desqualifica-se a si mesmo, já que visa a negar aquilo que está prestes a enunciar.

das publicações acima referidas. Quando assim se posiciona, o Miriense veicula notícias que dão conta, por exemplo, de um desentendimento entre prefeita e vice-prefeita de Igarapé-Miri:

(E38)(...) [a prefeita] solicitou a presença de Carmem em seu [da prefeita] gabinete na sua residência na Avenida Carambolas. Lá o desentendimento tomou conta daquilo que seria apenas uma conversa de “ajuste” da situação.(...) para Carmem Pantoja [a vice-prefeita], “*Já tivemos outras discussões antes, mas eu não tinha sido tão ofendida, eu não posso perdoar uma pessoa que me ofendeu da maneira que ela (a prefeita) me ofendeu*”(…). Assessores da prefeita tentam convencer de que tudo já está normalizado(...), porém observa-se na postura do falar que a coisa não é bem assim (Jornal Miriense, 05/06/2005, p. 3, grifos do jornal; cf. Anexo 22).

O jornal evidencia que há, no agir político das personagens em disputa, uma significativa confusão entre a dimensão da coisa pública, dadas as funções de prefeita e vice-prefeita, e da coisa particular, quando noticia que a prefeita convoca a vice para ir a “*seu gabinete*”, na “*sua residência*” ou quando divulga a declaração do marido da vice-prefeita sobre desgastes políticos da líder da prefeitura e insinuações de ofensas contra a vice-prefeita. O título já funciona como forte indicativo de que a tematização não será positiva, uma vez que a notícia do “racha” é constituída por uma série de enunciados atribuídos aos agentes tematizados. Os enunciados veiculam sentidos que apontam para ofensas pessoais e coisas do gênero, o que está sendo levado aos sujeitos leitores como semas do descontrole, de agressões etc.

Subjacente a esse “racha” noticiado, e bem contextualizado pelo jornal, está a motivação do desentendimento: uma festa para as mães, cuja realização foi liderada pela vice-prefeita, e os desentendimentos pessoais, na medida em que as relações das duas governantes são atravessadas por brigas pontuais e pela presença do marido da vice-prefeita. Tem-se, portanto, para além de uma confusa relação da governança com as pessoas que lideram processos políticos, um atravessamento da dimensão das relações pessoais, no qual está implicada a presença feminina em Igarapé-Miri. O seguinte trecho permite visualizar essa imbricação:

(E39) A programação era uma comemoração ao dia das mães e teve a participação dos programas mantidos no município através da SEMAS<sup>48</sup>: API, PETI e Mãe Saudável.(...)

---

<sup>48</sup> Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Igarapé-Miri. A vice-prefeita, Carmem Pantoja (esposa do ex-prefeito de Igarapé-Miri, Miguel Tourão Pantoja), era a titular dessa Secretaria entre 2005 e 2006.

Para Miguel Pantoja, “... *foi aí que ela (a prefeita) se queimou, ao ofender a minha mulher do jeito que ela ofendeu...*” (Jornal Miriense, 05/06/2005, p. 3, grifo em negrito é meu; cf. Anexo 22).

A enunciação jornalística do JM permite perceber uma confusão entre as dimensões da vida privada, exemplificada com o casamento, e das ações políticas de que participa, como líder, a prefeita. Tal imbricação entre o aspecto da governança com a vida privada, aí instalada, aponta para uma relação interdiscursiva sobre papéis sociais de que participam homens e mulheres em Igarapé-Miri, tal como o casamento e visibilidade da liderança masculina em uma relação matrimonial. Tal confusão está sugerida pela defesa que o marido da vice-prefeita faz de sua esposa. Conforme se percebe, essa notoriedade da dimensão particular a implicar na gestão do município é flagrada pelo Jornal Miriense e apresentada aos sujeitos leitores. Assim sendo, o instituto do casamento auxilia nessa intrincada relação entre as mulheres que governavam Igarapé-Miri. É em decorrência dessa realidade que o marido da vice-prefeita entra na cena para responder ao sujeito jornalista sobre a maneira como a prefeita teria tratado a sua esposa: “... *ofender a minha mulher...*”. Mesmo em se tratando de um ex-prefeito, o JM não dá evidência a esse dado, uma vez que a enunciação se volta para a tensão instalada em virtude de o esposo da vice-prefeita sair em defesa dela. Essa defesa ilustra papéis sociais tais como os lugares atribuídos ao homem e à mulher em uma relação matrimonial. A ênfase dada pelo jornal para a expressão de posse sobre a esposa (*minha...*) sugere que os problemas políticos que a prefeita tem com esse “racha” se devem à ofensa para a pessoa da esposa do ex-prefeito, o que secundariza a dimensão da vida pública/comunitária e dos atos de governo em relação a questões de ordem pessoal.

Esse discurso de cunho desfavorável à ação política da prefeita se manifesta em várias outras publicações, como em um texto que tem formato de matéria e se aproxima, dado o conteúdo veiculado, de uma carta-denúncia, na qual o jornal dá espaço a um sujeito inscrito na coletividade miriense (um funcionário demitido), que relata a sua versão acerca da postura da prefeita de Igarapé-Miri. O espaço reservado na publicação é de exclusividade ao denunciante, materialidade que permite o atravessamento de um discurso outro na tessitura discursiva do jornal, na medida em que o discurso do sujeito denunciante é inscrito na publicação do JM e se soma a uma posição de momento em que o veículo combate as ações da prefeita. Conforme observado, na matéria não é reservado espaço para a posição do governo miriense e/ou da própria prefeita, figura política que é citada de maneira indireta, seja pelo sujeito jornalista ou pelo cidadão que denuncia:

(E40) Tenyson Miranda Lobato(...), de 28 anos de idade, compareceu à redação do Jornal Miriense para fazer denúncia contra a prefeita Dilza Pantoja, detê-lo demitido de sua função de administrador da feira livre da frente da cidade onde trabalhava(...), por não fazer a propaganda do candidato dela à Câmara Federal...(.)

**Denúncia** – Tenyson disse que a prefeita o tirou da administração no dia 20 de julho e o colocou por conta da prefeitura no carro som nas ruas para fazer a campanha dos candidatos dela. *“quando ela me humilhou na frente da casa dela, tinha muita gente assistindo a tudo, eu tenho testemunha.(...) Ela está pressionando os trabalhadores da prefeitura para trabalhar para os seus candidatos.(...) Eu autorizo a publicação dessa matéria e assumo o que estou dizendo”* (Jornal Miriense, 09/09/2006, p. 3, grifos sublinhados são meus; os demais são do jornal; cf. Anexo 23).

Esse modo de interpelar o leitor é sugestivo de uma postura combativa às ações políticas da prefeita, uma vez que a postura monológica adotada pelo jornal inscreve na materialidade discursiva um significativo silenciamento da parte afetada pelo discurso do denunciante. O teor de denúncia reserva à gestora a condição de quem ultrapassa os limites legais impostos a uma prefeita, o que a faz usar os serviços de um funcionário público para fins pessoais. Decorre dessa extrapolação a figura da humilhação, na medida em que o sujeito denunciado afirma que a governante o *“humilhou na frente da casa dela”*, o que ilustra uma vez mais uma confusão entre a dimensão das coisas pública e privada. Por meio da fala exclusiva do sujeito-denunciante, fica sugerido que a gestora perde o controle e demite um servidor municipal na rua, em meio à multidão (*“tinha muita gente assistindo a tudo, eu tenho testemunha”*). Sem a presença do contraponto na publicação, a cena apresentada interpela os sujeitos leitores para que combatam tais feitos por ela praticados. Assim, o trabalho de mediação povo-agentes políticos é realizado de modo a sugerir ao primeiro que as ações empreendidas pela prefeita não devem ser aprovadas pelos sujeitos a quem são, prioritariamente, destinadas as publicações do veículo.

Esses mesmos sentidos de denúncia de abusos de poder, uso da vontade pessoal acima da função de governança, indicação de conduta irregular ou ilegal, sugestão de desequilíbrio e outras podem ser encontrados em outras passagens, como bem exemplifica um editorial do JM, no qual o próprio jornal se posiciona de maneira contrária às ações da governante miriense, conforme se pode observar:

(E41)(...) [durante uma reunião com o editor do JM] a prefeita pediu que todos se retirassem para que ela conversasse a sois comigo, momento em que anunciou o seu desinteresse em publicar matérias da administração [no Miriense], que segundo ela *“em um jornal que vive me detonando”*. Considerei rompimento com o jornal(...). a prefeita preferiu tomar partido e ficar contra o povo.(...) *A prefeita se aborreceu porque o jornal publicou a*

*nota [sobre picadinho podre encontrado no meio dos alimentos da alimentação escolar], sem antes passar com ela para comunicar o que estava para ser publicado, tem cabimento?*

(...) Parabéns aos vigilantes [funcionários da Vigilância em Saúde] que cumpriram o seu papel: Benedito Quaresma (seu Benoca) e *Cristiano Gonçalves*, este, covardemente demitido e logo em seguida readmitido, sendo ameaçado de demissão a qualquer momento, por estar presente condenando a carne. Que vergonha perfeita! *Demitir um jovem funcionário que foi um batalhador em sua campanha*, e ser demitido justo por estar cumprindo fielmente o seu dever?

(...) Outro dia foram 22 quilos de picadinho da escola Maranata, depois na escola da senhora Mita, e pela segunda vez no Instituto Santana, sem contar as escolas que enterraram picadinho podre e nada falam com medo de represálias(...).

Prefeita, o **JORNAL Miriense** contribuiu bastante para sua eleição sem ganhar um único centavo, e a senhora sabe bem disso, e sempre se manifestou favorável ao seu governo, porém foi tratado dessa maneira. O que eu não entendi dona Dilza Pantoja por que a senhora vai pra televisão local e pra defender o seu marchante chama o **JORNAL Miriense** de “jornaleco”?(...) *todos nós fomos feridos quando a senhora depreciando o nosso trabalho chama de “jornaleco” para o melhor jornal da região, jornal que já lhe acompanhou em tantos eventos, até fora do município, e que já lhe serviu de escada. Mas é bom saber que quem ajuda a subir, também ajuda a descer*, e pra baixo todo santo ajuda(...) (Jornal Miriense, 16 a 31/10/2005, p. 2; os grifos em negrito são do jornal, os demais são meus; cf. Anexo 24).

O trecho permite a localização não apenas de um posicionamento desfavorável à administração da prefeita, mas também ajuda em uma reflexão sobre os efeitos de sentido que um texto dessa natureza gera no seio da comunidade discursiva do Jornal Miriense, na medida em que as afirmações feitas no editorial impactam significativamente a figura política da prefeita. O próprio gênero de discurso editorial mobiliza um já-dito sobre o fazer jornalístico, posto que sua função é veicular a posição do jornal diante da sociedade. Há um rompimento do jornal com a administração municipal, assim como ficam patentes as graves denúncias ditas sobre o comportamento da prefeita. Além disso, o discurso do jornal reveste-se de um cunho de ameaças. Tal se comprova, por exemplo, quando o jornal a ameaça, afirmando que quem ajuda a subir ajuda também ajuda a descer (*e, pra baixo, todo santo ajuda...*). Essa configuração do fazer jornalístico ajuda a refletir sobre a prática discursiva em que se constitui o Jornal Miriense e a dimensão do poder que o veículo julga ter sobre o andamento da cena política municipal.

O enunciado ilustra uma vez mais o discurso do jornal, que é de combate às ações da prefeita de Igarapé-Miri, posição que se materializa na voz de um enunciador que não se alinha às decisões da agente política. A feição do editorial também pode favorecer a manifestação de um discurso contrário ao trabalho da prefeita e, sendo essa seção o lugar de a

instituição jornalística se posicionar sobre tópicos de seu interesse, os mais variados problemas que interferem diretamente no seio da comunidade miriense podem ser levados a público. Neste caso específico e no próximo a ser demonstrado, essa posição da instituição JM pode ser observada. Neste exemplo, pode-se apontar que está implicado, acima de tudo, um sugerido descontrole que caracterizaria a ação de governo de prefeita. Isso leva o JM a noticiar que a agente política “rompe” com o jornal, já que o mesmo não teria se submetido a uma avaliação prévia quanto ao que seria publicado, o que é traduzido no discurso do jornal como uma espécie de censura, a qual é veementemente combatida no editorial: a “*prefeita se aborreceu porque o jornal publicou a nota (...), sem antes passar com ela para comunicar o que estava para ser publicado, tem cabimento?*” (cf. Anexo 24). O sugerido desequilíbrio se traduz na demissão de um servidor que realizava seu labor e que, em seguida, fora readmitido. Enunciado como *covardemente* demitido, o fato leva a aceitar que o sujeito jornalista atrela a covardia à ação da governante, o que remete aos textos de outros conjuntos de publicações anteriormente analisadas, nas quais a adjetivação é recorrente. Além da covardia, à gestora é atribuída a ingratidão, na medida em que o jornal a teria ajudado, o que é levantado pelo editor, ao dizer: [o Miriense] “*já lhe serviu de escada. Mas é bom saber que quem ajuda a subir, também ajuda a descer, e pra baixo todo santo ajuda*” e “*o **JORNAL Miriense** contribuiu bastante para sua eleição sem ganhar um único centavo*” (negrito no jornal; cf. Anexo 24).

Desse mesmo lugar do exercício da prática jornalística, o sujeito-editor do Jornal Miriense manifesta a posição do veículo, contrária à maneira como a prefeita conduz o trabalho de divulgação dos atos de seu governo. É um jornal produzido e publicado pelo governo da gestora que recebe duras críticas e, por tabela, a própria gestora, seja pela escolha do nome (“AÇAIZITO”), seja pela não adoção do espaço do próprio Miriense e/ou de outras mídias locais para publicação dos atos de governo. Em outro editorial, o Jornal Miriense noticia que o governo municipal lançou um jornal, se posiciona sobre o mesmo e reproduz o discurso da prefeitura acerca de sua própria publicação. O jornal editado pela prefeitura seria, segundo descrito nele mesmo:

(E42) “*a forma encontrada por nós [prefeita e agentes do governo] para repassar ao povo de Igarapé-Miri a maneira adotada pelo Executivo local, principalmente na aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento do município*” (Jornal Miriense, 05/08/2006, p. 2; grifado pelo próprio jornal; cf. Anexo 25).

No citado editorial do JM, para além de se dar lugar a um outro discurso, que apresenta a posição oficial do governo liderado pela prefeita, o que notadamente se destaca é a voz de um enunciador que é representado na materialidade textual pela primeira pessoa verbal, sujeito que dirige a instituição jornalística. Assim este se posiciona:

(E43)(...) durante a festividade de Santana, ocasião em que a cidade está fervilhando de tanta gente, principalmente de fora, a Prefeitura Municipal no comando da senhora Dilza Pantoja, lança nas ruas um informativo de sua responsabilidade, cujo título serviu e continua servindo de chacota: **AÇAIZITO**.

Ora, *se somos* a **CAPITAL MUNDIAL DO AÇAÍ**, por que ridículo diminutivo? O que será que está acontecendo?

(...) o *jornal da prefeita* trocou o lamaçal em que foi realizado o Festival do Camarão de Igarapé-Miri, por uma foto, que segundo o povo da cidade, pertence ao município de Muaná na Ilha de Marajó, entre outras(...)

Finalizando, *o que consegui entender* em relação a esse AÇAL... (*não consigo escrever* título tão pejorativo), *é que a prefeita está usando um informativo para se auto promover*, o que é CRIME, sem contar o quanto denigre essa terra de homens valentes e orgulhosos por seu passado (Jornal Miriense, 05/08/2006, p. 2; grifos em negrito são do jornal, os demais são meus; cf. Anexo 25)<sup>49</sup>.

O mesmo tom de combate se dá em uma publicação da seção *Ora, Ora...*, a qual publica uma demonstração de descontrole por parte da prefeita de Igarapé-Miri ao se dirigir, de maneira pejorativa, ao povo miriense<sup>50</sup>:

(E44) **Povo Linguarudo** – A prefeita de Igarapé-Miri ao participar de Belém por telefone no programa do grande Ari Santos no domingo, dia 30 passado, disse que vai pagar a conta do INSS para fechar a boca “*desse povo LINGUARUDO*”. Esqueceu ela que estava falando ao vivo no programa de maior audiência nas manhãs de domingo. Agora, tem gente querendo saber quem é o “povo linguarudo”? Será que são seus eleitores? Depois dizem que nós da imprensa é que somos linguarudos... (Jornal Miriense, 16 a 31/10/2005, p. 7, grifos do jornal; cf. Anexo 26).

A estratégia de veiculação se constituiu na adoção de um gênero de discurso apresentado, aos leitores, como ficcional para falar das ações da governante. Neste momento,

<sup>49</sup> Em *Ouvi Dizer...*, o Miriense publicou umas notas sobre esse veículo governamental, em tom de desaprovação, conforme se pode ler em “... **que** lendo o **AÇAIZITO (não tinha outro nome, não?)**, serviu de grande gozação na boca do povo, principalmente pelas fotografias do município de Muaná, identificadas pelos leitores(...)” ou (“... **que** lendo o **AÇAIZITO (cruz, credo)** em um grupo de jovens, um deles exclamou: - ÉGUA!!!..., **SERÁ QUE ATÉ FOTOGRAFIA DE EVENETOS TÊM QUE VIR DE FORA, NESSE GOVERNO!?!...**”) (JM, 05/08/2006, p. 10; os grifos são do jornal).

<sup>50</sup> Essa coluna é definida pelo JM como “de ficção”, cujos personagens nela inseridos seriam personalidades criadas pelo sujeito jornalista (“*Qualquer semelhança com pessoas, locais ou atitudes, não passa de mera coincidência*” – JM, 05/08/2006, p. 9, *Geral*). No entanto, esse detalhe não foi registrado no caso específico dessa publicação. E foi justamente por não haver essa reserva de anonimato que esse enunciado foi reproduzido.



tem-se a demonstração de um modo peculiar de o Jornal Miriense tematizar a ação política da agente em tela, dado que se utiliza de um discurso coletivo e anônimo para mediar a relação dos sujeitos leitores com a administração municipal. Mesmo que se saiba que *Ora, Ora...* é uma coluna revestida de humor e que a enunciação se vale de uma sugerida liberdade ficcional, o que acontece nesse registro é peculiar quando observadas as várias dezenas de publicações selecionadas: em todos os demais registros dessa coluna a caracterização é de “obra de ficção”, o que viria sugerir a desobrigação da parte do sujeito jornalista quanto ao noticiado. Mas tal não se dá nessa passagem, pois o JM diretamente inscreve a figura da prefeita de Igarapé-Miri na sua materialidade textual e a expõe, dessa forma, a seus sujeitos leitores. Portanto, nesse caso a coluna *Ora, Ora...* desfaz o próprio expediente utilizado por ela para se dirigir aos leitores do JM, que é o de não se referir diretamente à pessoa da prefeita e, sim, a uma “rainha”.

Essa posição de não alinhamento às ações da prefeita miriense pode ser observada quando o jornal publica fatos relacionados à relação institucional da prefeitura de Igarapé-Miri com a Câmara municipal. Em uma matéria jornalística, há destaque para a posição de um sujeito do legislativo, que presidente a Câmara de Igarapé-Miri, um vereador que também é apresentado ao povo como pastor. O sujeito político que lidera o legislativo municipal ganha longo espaço na publicação que noticia ao povo de Igarapé-Miri uma cena de embates políticos entre o agente político da vereança e a gestora municipal, com a ressalva de que as falas diretamente reproduzidas na matéria são apenas as do vereador. O jornal noticia que, segundo o presidente da Câmara, o governo liderado pela prefeita estaria “baratinado”:

(E45)(...) o vereador Amorim considera que o governo da prefeita Dilza está ‘baratinado’, pois no dia 20 de setembro foi repassado para a Câmara 8 mil reais, e isso é crime de responsabilidade, diz o presidente Amorim(...)  
(...)  
*Como eu ia acionar a justiça* – diz Amorim, eles providenciaram até duas horas da tarde e mandaram o dinheiro todo; a intenção dela (a prefeita) é, diminuir [a verba destinada à Câmara] para 6%, e o restante, dar R\$ 2.000,00 [dois mil reais] pra cada vereador do grupo e querem ficar com o resto (Jornal Miriense, 01 a 15/10/2005, p. 11; grifo do jornal; cf. Anexo 27).

A sugestão de que a conduta da prefeita de Igarapé-Miri seja de perfil criminoso é feita pelo sujeito político da câmara municipal (“... e isso é crime de responsabilidade”), líder político que tem toda a liberdade para se manifestar na publicação do Miriense e que encontra lugar privilegiado para a exposição de sua voz à sociedade implicada pelo fazer político da prefeita. Sugestão que também é apresentada aos sujeitos leitores do JM pela própria

instituição jornalística, na medida em que é essa a construção noticiosa apresentada aos coenunciadores.

A cobertura jornalística permite localizar um discurso que valoriza a instituição da maternidade enquanto identificador de papéis sociais concebidos socialmente para a figura feminina, conforme se percebe nos enunciados reproduzidos abaixo constituintes do mesmo texto. É esse sujeito participante da arena política de Igarapé-Miri que permite aos leitores, inscritos na comunidade discursiva instituída pelo JM, o acompanhamento de um debate sobre a ação política da prefeita, sendo que a cena construída por esse discurso apresenta com clareza a rivalidade entre ambos os agentes. Está-se diante, mais uma vez, de uma convocação da maternidade para que possa falar sobre o trabalho da governante. É a esse lugar tão recorrido que volta à pauta do Jornal Miriense, sem os sentidos do humor, apresentada a convocação em uma robusta matéria de jornal. Já que se trata de uma prefeita, a estratégia usada para fins de negativização de seu trabalho é recorrer à figura social da mãe. Por meio desse expediente, a mulher que governava o município tem sua gestão administrativa apresentada de maneira ineficiente, cuja estratégia discursiva consistiu em ligar a governança a uma maternidade mal sucedida. A enunciação, assumida por um homem político e destacada pelo sujeito jornalista (aspas e itálico), se dá em virtude de a prefeitura estar sob a direção de uma mulher. Portanto, uma recorrência comum a atravessar esse discurso midiático sobre a prática política. É possível constatar que a recorrência se dá em um momento em que uma mulher está assumindo o poder executivo local, espécie de deslocamento de sua atuação de prefeita em atenção ao papel social de mãe, como se a maternidade pudesse (primeiramente) se atrelar à figura da mulher, o que deixa em segundo plano a função política de prefeita. Portanto, esse discurso sobre o trabalho político da prefeita se vale de uma estratégia de secundarização de sua ação política, em detrimento do papel social traduzido na equação que vincula a figura da mulher à condição da maternidade. É ilustrativo dessa realidade o espaço que o JM concedeu na matéria, e o destaque dado, à seguinte posição do presidente da Câmara:

(E46) *“Eu pensei que no governo nós teríamos uma transformação em Igarapé-Miri(...). Já estamos com nove meses, e essa é a idade que uma mãe gera uma criança: fabrica, gera a criança e dá a luz em nove meses, e em Igarapé-Miri não houve isso”* (Jornal Miriense, 01 a 15/10/2005, p. 11, grifo do jornal; cf. Anexo 27).

Acrescente-se que, sem a reserva de lugar para a posição da prefeita e/ou de seu governo, a subversão do gênero matéria de jornal é realizada em virtude de não se conceder

espaço para posicionamentos outros, que não sejam os do próprio jornal ou do sujeito que lidera a câmara municipal. Sem a existência de contraponto, o que chega aos sujeitos leitores é a enunciação de cunho desfavorável à líder política que governa Igarapé-Miri e que, pelos sentidos veiculados na publicação (desorganização, ineficiência, ilegalidade etc.), tem o seu agir político apresentado sob o sema da avaliação negativa.

Outra demonstração desse modo de apresentar as ações políticas da prefeita aparece configurada de outra maneira, isto é, com a caracterização de um funcionamento discursivo que busca mostrar aos sujeitos leitores do Miriense um discurso que é produzido pelo próprio sujeito leitor do JM. A publicação que exemplifica esse funcionamento discursivo do Miriense materializa, assim, um atravessamento do discurso de um leitor/coenunciador no discurso do próprio veículo<sup>51</sup>, cuja posição reforça o combate às ações da prefeita. O posicionamento do sujeito que está do outro lado do fazer jornalístico ganha espaço em uma *Tribuna livre*, espécie do gênero carta do leitor, na qual a sua voz ganha lugar material e reverbera sentidos para toda a comunidade leitora do JM. A *Tribuna* criada pelo Jornal Miriense constitui-se em espaço do jornal que é caracterizado, acima de tudo, por demonstrar a heterogeneidade a constituir essa prática jornalística, pois uma outra voz vem se inscrever no tecido enunciativo do jornal, com destaque para a identificação de autoria. A posição do sujeito leitor e a do próprio jornal se unem e reforçam mais a posição do JM acerca das ações políticas da prefeita. Melo (1994, p. 66) afirma que, em relação ao ângulo adotado, a carta “distancia-se totalmente [da coluna e da crônica, por exemplo], reproduzindo o ângulo de observação que resgata o outro lado do fluxo jornalístico: o do receptor, o da coletividade”.

Valendo-se dessa *Tribuna*, o sujeito leitor do Miriense combate veementemente a atuação da mulher que governa Igarapé-Miri, materializando mais uma vez a circulação de um discurso oposicionista em relação às ações de governo realizadas pela prefeita. Dado o problema coletivo apontado (serviço coletivo de viagens Igarapé-Miri – Belém – Igarapé-Miri), o sujeito leitor dá voz a um enunciador que se manifesta no jornal, com indignação, contra a sugerida postura omissa da gestora. Já é produzido, no enunciado-título (“*Parece que não temos prefeita!*”), o sentido da dúvida ou ausência de governo comandado pela prefeita de Igarapé-Miri. Assim, é feita uma dura crítica ao governo por ela comandado, cujo sentido veiculado se aproxima da ironia (*Parece que...*) enquanto recurso expressivo adotado para tematizar a sua ação política nas páginas do Jornal Miriense. Tal enunciador atribui sentidos de irresponsabilidade (“*eles são muito bons para fazer festa*”) e complementa, com apoio em

---

<sup>51</sup> JM, dez. 2005, p. 10 (*Tribuna livre*). (cf. Anexo 28)

uma materialidade linguístico-discursiva que denotaria posicionamento coletivo: “o que notamos é uma verdadeira falta de atividade e respeito com a população que a elegeu” (grifos meus). Assim como nos editoriais, a *Tribuna livre* exemplifica uma prática discursiva noticiosa que se caracteriza por uma feição mais próxima do monólogo, como se o discurso produzido não permitisse a presença de outras posições ao seu lado. Nessas três publicações, no texto sobre a denúncia do servidor demitido e na matéria que trata da ação do sujeito político da câmara municipal, há toda uma configuração que se assenta em um fechamento a outras vozes. Ou há espaço exclusivo para os sujeitos que se manifestam, negativamente, sobre as ações políticas da prefeita ou a voz apresentada é a da instituição jornalística. Nesse grupo de publicações, a inscrição da posição da própria prefeita e/ou de seu governo é quase inexistente.

Em atenção à cena de enunciação construída (MAINGUENEAU, 2011), tem-se, grosso modo, o discurso jornalístico que é apresentado aos coenunciadores enquanto cena que os engloba e na qual os mesmos devem se inserir para poder lidar com os sentidos veiculados. As cenas genéricas adotadas, como visto, indicam a existência de editoriais, matérias, carta/*Tribuna livre* e uma notícia (em formato de texto-denúncia). Como frisado antes, tais cenas genéricas mostram uma significativa pluralidade no modo de se reportar à ação política da mulher que governa Igarapé-Miri. O público-leitor tem acesso a textos construídos pelo jornal, no qual há espaço para posicionamentos de outrem, assim como a posição única do jornal e espaço para o discurso do leitor ou para a sua manifestação denunciadora, permitindo-se que seu discurso possa atravessar o fio discursivo do jornal. Para além de seus formatos, o que os caracteriza é, como apontado acima, um perfil de fechamento discursivo, no qual há muito espaço para posicionamentos do jornal, de agentes políticos que se opõem à prefeita e de sujeitos não pertencentes ao fazer jornalístico do JM, desde que sejam contrários às ações da líder política da prefeitura. E as cenografias construídas apresentam a prefeita em situação política de desvantagem, cujos sujeitos leitores são interpelados enquanto ouvintes de uma longa cena noticiosa na qual a figura da prefeita recebe uma cobertura desfavorável.

Outra ferramenta teórica que auxilia no entendimento desse funcionamento discursivo é a dêixis discursiva (MAINGUENEAU, 1997), a qual ajuda a entender como tais cenas enunciativas estão construídas e de que maneira os sentidos veiculados ajudam a construir a relação da prática jornalística com a prática política por ela anunciada. A dimensão dêitica inscrita nesse fazer do JM revela que o funcionamento discursivo desses textos evidencia que há, entre a prática política e a prática jornalística que fala sobre o fazer político, uma relação desigual sobre o modo como cada uma interfere na outra. Está-se diante de uma

tensa relação entre ambas as práticas, com a ressalva de que à ação política praticada pela prefeita de Igarapé-Miri está reservada apenas a condição de ser descrita e comentada pela prática jornalística. É esta quem tem a condição fazer emergir e veicular os sentidos que intensificam a conduta negativa atrelada à prefeita, a sugestão de irregularidades e descontrole, e é a prática jornalística quem pode construir e/ou selecionar as denúncias para fazer circular.

Assim sendo, fala-se do lugar do próprio fazer jornalístico, na medida em que os diversos textos são construções do próprio Jornal Miriense, ou da posição ocupada pelo sujeito leitor, caso do manifesto individual de um cidadão/leitor que se posiciona por meio de uma *Tribuna livre*. É essa instituição, o jornalismo, o que permite aos sujeitos leitores conhecerem esse conjunto de ações lideradas pela prefeita, apresentação feita sob o ângulo da tematização negativa de seus atos, posto que há toda uma organização da cena enunciativa que leva os sujeitos leitores a conhecer as ações políticas da prefeita sob um ângulo marcadamente negativo, conforme observado nas publicações selecionadas. Como um todo, tem-se um discurso de combate à ação política da prefeita miriense, através de uma cena enunciativa que procura não explorar sentidos irônicos e ambiguidades no modo de tematizar a ação política da governante.

Os demais textos selecionados para as análises exemplificam a maneira de o JM cobrir a ação da governante miriense, quando a mesma tem sua ação política combatida pelo veículo. São textos que totalizam trinta e nove publicações. São textos aqui entendidos como publicações atravessadas pelo humor, pela ironia. De uma maneira geral, é de se aceitar que, nesses textos, o sujeito jornalista e outros sujeitos que encontram lugar para publicação no JM acabam por subverter a sua própria enunciação, na medida em que

A enunciação irônica apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida. Classifica-se tal fenômeno como um caso de polifonia, uma vez que esse tipo de enunciação pode ser analisado como uma espécie de encenação em que o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula que falasse seriamente e do qual [ele] se distancia(...) (MAINGUENEAU, 2011, p. 175).

Entendido dessa maneira, aceita-se de início que o exame dessas publicações permite a localização de um discurso jornalístico que marca uma distância entre o veículo e a figura da prefeita, agente político que agora tem suas ações contestadas de diversas maneiras.

Instala-se um outro lugar, agora não mais marcado pela profundidade de tratamento dos fatos e temas, o que poderia ser dar nas matérias jornalísticas e, sim, pelo humor ou pela ironia:

A alteração desse lugar institucional no contexto da prática discursiva midiática garante ao texto [constituído pelo humor] um perfil diferenciado(...). *Tem-se um texto marcado pelas adjetivações, que explicitam o posicionamento do jornalista frente ao confronto entre poder público e população local(...)* (ARAÚJO; PESSOA, 2015, p. 12, inédito, grifo meu).

É nesse grupo regular que o uso de adjetivações ganha maior destaque, na medida em que o sujeito jornalista se posiciona e (des)qualifica o agir político em tela, tal como já foi percebido pelo exame de publicações do caderno *Delas* e de textos que defendiam a ação da prefeita. Nesses textos as adjetivações eram de todo favoráveis, o que não seria de se esperar neste conjunto de publicações que combatem a ação política da governante. Este atual conjunto regular é apresentado, aqui, com base na exploração de um total de trinta e nove publicações, colhidas das seções *Ora, Ora, Vejam Só!, Ouvi Dizer...* e de algumas charges. Conforme frisado antes, dentre as trinta e nove publicações selecionadas, catorze foram adotadas para exemplificar esse funcionamento discursivo, conforme descrito no capítulo metodológico.

Em todo esse grupo regular a posição do jornal em relação à ação política da prefeita é de não alinhamento aos seus feitos governistas. Esse funcionamento discursivo do Jornal Miriense é operacionalizado de várias maneiras, entre as quais três são destacadas aqui: a criação e veiculação de charges, a veiculação de uma seção intitulada *Ouvi Dizer...* e, por fim, a veiculação de uma coletânea de textos chamados pelo jornal como “de ficção”, os quais tematizam a ação política da prefeita sob o ângulo da (pseudo)ficção, na qual uma “rainha” tem seus feitos políticos/administrativos divulgados e (des)qualificados ante os sujeitos leitores da coluna *Ora, Ora...* A seguir, é possível perceber o modo como o jornal tematiza a ação governista da prefeita em cada uma delas.

Quando o Jornal Miriense veicula textos pertencentes à coluna *Ora, Ora...* é possível constatar uma equivalência direta entre a “rainha”, personagem alegórica principal e geralmente tematizada como “malvada”, e a figura da própria prefeita, assim como entre Igarapé-Miri e a terra do “*Tão, Tão, bem distante...*”:

(E47) Notícias nos chegam daquela terra do tão, tão, bem distante, dando conta de que a “rainha” continua com suas festas e farras noite adentro(...) Contratou logo todas as aparelhagens sonoras da capital e mandou ver: 5 mil pra um, 7 mil pra outro, teve aparelhagem que levou até 15 mil pilas

(**pilas** é o valor monetário do reinado da tal rainha) (Jornal Miriense, 05/08/2006, p. 9, grifo do jornal; cf. Anexo 29).

O veículo se reporta à ação política do sujeito político que governa Igarapé-Miri de maneira indireta e com foco em problemáticas locais, as quais atingem diretamente a vida comunitária. Sobre essa construção jornalística é necessário destacar que a “rainha” pode ser entendida enquanto uma figura de poder, haja vista que é possível estabelecer uma correlação entre essa alegoria e a figura da prefeita, pois assim como esta exerce poder político no âmbito do município a “rainha” também o exerce no seu reino. É em decorrência desse exercício de poder que se pode falar, como bem marcado nas publicações, em abandonar os súditos, construir ou inaugurar obras, entre outros. Conforme se pode perceber pela exposição que se segue, também é possível se pensar nessa figura alegórica sob o prisma de uma metáfora: a analogia remete à figura da mãe, no caso a uma espécie de mãe às avessas, a qual desampara as crianças. Se em (G3) a prefeita é descrita como uma líder que acolhe, cuida, é solidária e realiza atos de solidariedade e amor, no caso de *Ora, Ora...* (em (G4)) é ela quem não trata bem e abandona seus súditos. Na imbricação entre os campos semânticos da maternidade e do poder, os sentidos produzidos enfatizam ações negativas, o que permite ao JM falar em crianças abandonadas ou que a governante “*nada fez*”, somado aos posicionamentos que remetem a crianças desamparadas/abandonadas.

A sugestão de que a figura da “rainha” corresponde à de uma mãe às avessas encontra apoio na insinuação de abandono e mau tratamento quanto ao público infantil do município, expediente que pode ser constatado a partir de um levantamento das principais expressões verbais adotadas em *Ora, Ora...* para se referir ao agir político em questão. Em ao menos dois títulos é possível perceber a ênfase em expressões que negativizam essa ação política. “*Quem diria: súditos infantis foram abandonados pela ‘rainha’ malvada!*” é um deles, no qual é feita uma correlação entre crianças e abandono. No segundo título destacado, “*A ‘rainha’ malvada está ficando boazinha*”<sup>52</sup>, a correlação se dá entre o principal modo de a coluna retratá-la (malvadeza) e uma sugestão de que, ao menos em um momento, a governante estaria mudando de perfil. O exame de outras publicações da coluna leva à constatação de que se trata de uma momentânea mudança de tom, pois outras expressões selecionadas indicam que o perfil de mãe ao contrário é a regra, por isso, fala-se em “*esbanjar*” recursos com farras noite adentro ou que a “*corte desinteressada*” nada fez pelas crianças, e a explicação dada pelo veículo seria que a “‘rainha’ malvada *não está nem aí* para

<sup>52</sup> Destaques em sublinhado são meus.

os baixinhos” (“a ‘rainha’ malvada não faz nada, nem uma festinha...”), como uma mãe que não cuidasse bem de seus filhos e os deixasse passar fome (“os *suditozinhos* não têm merenda nas escolas”). Trata-se, por fim, de uma maneira provocativa de falar sobre uma governante que não teria sensibilidade com o povo e, destacadamente, com as crianças.

De uma maneira geral, pode-se aceitar que os sentidos veiculados por *Ora, Ora...* seguem na direção de desaprovar a ação política e sugerir um descontrole na gestão, como se vê em “*contratou logo todas as aparelhagens...*”. É construído outro sentido, o de um distanciamento do sujeito jornalista, autor de *Ora, Ora...*, e o próprio território miriense, já que “*notícias nos chegam daquela terra do tã, tã, bem distante...*”, como se dá na estratégia adotada em *Ouvi Dizer...*, talvez com a finalidade de isentar o narrador/jornalista da obrigação de checagem e/ou comprovação da informação que está para publicar. A principal estratégia de interpelação é apresentar os atos políticos de maneira (pseudo) ficcional e distanciada, o que se materializa em enunciados que marcariam tal caráter fictício e o citado distanciamento: “*notícias nos chegam...*”, “*há quem diga que a ‘rainha’ malvada não teve infância...*”. A cobertura das ações da governante encontra materialização em adjetivações, através das quais o JM veicula sentidos de “malvadeza” e falta de comprometimento com o sugerido bem-estar infantil, além de outros posicionamentos correlatos, como pode ser constatado nas seguintes passagens:

**(E48) Quem diria: súditos infantis foram abandonados pela “rainha” malvada!**

(...) 12 de outubro é consagrado nacionalmente o Dia das Crianças. Só que no país do *Tã, tã bem distante*, a “rainha” malvada não estava nem aí para os “baixinhos”. Lá não existe locais próprios para as crianças brincarem, nos festivais as crianças pagam entrada e quando chega o Dia das Crianças, a “rainha” malvada *não faz nada*(...). Vem aí o Natal, vamos ver se ela não vai dar nada para as crianças pobres. Mas tomem cuidado, pois quando a “rainha” dá com u’a mão, ela toma com a outra. Com certeza ela dará sim *uns brinquedinhos fajutos*, mas *com segundas intenções* (Jornal Miriense, 05/11/2006, p. 5; itálicos são meus, negritos são do jornal; cf. Anexo 30).

**(E49) A “rainha” malvada quer seus sábios mais “burros”**

Quem diria!... a “rainha” que tem como lema “*todos pelo Tã, tã, bem distante*”, está cada vez mais distante dos seus súditos. Os *sábios e instrutores daquele reino*, não conseguem mais trabalhar *sem ganhar uma pila sequer*(...). Os instrutores do reino, contratados anteriormente por outros reis, estão há muito tempo sem ver a cor de seus pagamentos, os *suditozinhos não têm merenda nas escolas*(...).

Quem vai perder nós já sabemos, agora vamos ver quem vai ganhar essa parada... (Jornal Miriense, 2ª quinzena de fev. 2007, p. 4; itálicos são meus, negritos são do jornal; cf. Anexo 31).



Além de a malvadeza ser o sema que identifica seu agir político, o sujeito jornalista não esconde a sua desaprovação quanto à prática assistencialista, ou a não existência desta, quando se trata de falar de relação da governante com as crianças. Tal qual uma mãe que não se preocuparia com seus filhos e filhas, a “rainha” abandona o público infantil ao não distribuir brinquedos aos mesmos e porque “*não está nem aí para os ‘baixinhos’*”. Seria a materialização de uma maternidade às avessas, na medida em que o estereótipo de mãe largamente aceito é o de agente bondosa e prestativa para com seus filhos. A imagem de doação entra em confronto com a apresentada nos grupos anteriormente apresentados, sobretudo em (G3), quando os feitos políticos da prefeita eram visivelmente aprovados pelo JM.

A aparição negativa encontra reforço por meio do atravessamento do discurso irônico na enunciação jornalística do Miriense, conforme exemplificado por uma narrativa que invoca a figura papal para apresentar aos sujeitos leitores uma gestão ineficiente, a qual acentua uma feição negativa ao governo da prefeita. Por meio do estabelecimento de uma relação entre os discursos sobre a religiosidade cristã e vida política em Igarapé-Miri, o veículo cria um diálogo entre a “rainha” governante e a figura do papa, autoridade máxima da igreja católica, o que reforça a tematização negativa implantada por *Ora, Ora...* e outros espaços do JM. Se a autoridade papal é invocada para a cena construída, restam à “rainha” a condição de filha, as cobranças e/ou as lições a aprender. Através desse expediente criado, a cena permite ver uma diminuição da condição de autoridade máxima de que dispõe a governante diante da cidade de Igarapé-Miri. Portanto, nessa construção há um sentido de diminuição de sua autoridade hierárquica, na medida em que ela é apresentada como inferior à outra autoridade alegoricamente construída, a do papa.

Constrói-se, dessa maneira, um efeito de sentido de oposição aos veiculados em (G1) e (G3), os quais apresentavam a mulher de uma maneira positiva, em muitas passagens sob o manto da maternidade e com feição assistencialista. Agora, no conjunto de *Ora, Ora...* a governante passa da condição de mãe (quem gera e leva ao mundo) à de quem deve obediência e precisa aceitar a caracterização de dependente (filha). Se nos textos de (G1) e (G3) a enunciação se vale de adjetivações para bem qualificar a aparição da mulher e o trabalho da prefeita, nos textos de (G4) e em especial nos de *Ora, Ora...*, o que se percebe é a recorrência a adjetivações que caracterizam a “rainha” como malvada. Tal efeito remete a uma polarização direta com os textos desses dois primeiros grupos: nos textos de (G1) e (G3) a caracterização de atenciosa, caridosa e bondosa nem de longe se aproximam à alcunha de malvada, fartamente adotada em textos pertencentes a (G4).

Após ouvir a “rainha” e tomar conhecimento de vários problemas que ela enfrentava em seu “reinado”, o papa aconselha a gestora:

(E50) *“Filha, deixe de ser malvada. Os pobres trabalhadores do seu reino já ganham tão pouco e ainda, todo mês, têm descontos absurdos em seus salários. Já tem gente por ai dizendo que vai entrar na justiça, ai o bicho vai pagar(...). É por isso que o Wlad está lhe chamando de ‘Barbie’”* (Jornal Miriense, 10/07/2007, p. 15; grifos sublinhados são meus, os demais são do jornal; cf. Anexo 32).

O sujeito criador de *Ora, Ora...* explica o motivo dessa busca de apoios superiores:

(E51) Acontece que a “rainha” malvada, *que está cada vez pior*, foi ver o papa Bento XVI, e teve audiência com ele. Será que ela anda *querendo ser canonizada “santa rainha malvada”*? Não. Ela foi buscar a bênção do sumo pontífice. O papa lhe perguntou: “O que queres filha”? E a “rainha” lhe disse: “Já que o senhor é 16, não dá pra me fazer ser pelo menos a metade, ou seja, 8”? (...) *“me abençoe para que eu me reeleja*, então serei a rainha **oito** anos no poder”. “Ah, filha, *isso está mais difícil do que acabar com a guerra* lá pras bandas do Iraque.”, finalizou Bento XVI.

(...) A “rainha” malvada pediu para o papa ir visitar o Tão, tão, bem distante, mas ele foi incisivo: “Filha, você está louca?! Quer acabar com a o meu papa-móvel naquela buraqueira.”(...)

Diante de tamanha verdade, a “rainha” malvada se ajoelhou e chorou muito...

*... lágrimas de crocodilo.*

(Jornal Miriense, 10/07/2007, p. 15; os grifos em itálico são meus; cf. Anexo 32)

O modo de apresentar as ações políticas da governante, nas publicações pertencentes a *Ora, Ora...*, permite a inscrição de um efeito de distanciamento da parte do jornal em relação aos supostos fatos noticiados. Algo parecido com o expediente que se materializa em *Ouvi Dizer...*, com a diferença de que, neste caso, a primeira pessoa verbal insinua a localização da figura do enunciador diretamente na cena apresentada, estratégia ausente nas construções da coluna *Ora, Ora...* As publicações dessa coluna inscrevem uma marca negativa nos atos praticados pela governante, sobretudo pela insinuação da malvadeza enquanto principal sema a identificar a sua personalidade e sua ação política. A construção identitária da malvadeza pode ter levado o jornal a vincular, à figura da governante, a caracterização da loucura e do egoísmo (ela está *“cada vez pior”*, só pensa em ficar *oito anos no poder*). O expediente é reforçado pelo emprego do discurso (pseudo)ficcional que se ampara no exagero e se materializa, na narrativa, na entrada alegórica da figura papal, a qual passa a dominar a cena e informa aos leitores do JM, de maneira indireta e com a justificativa

de estar dialogando com a “rainha”, que seu projeto de reeleição “*está mais difícil do que acabar com a guerra lá pras bandas do Iraque*” (cf. Anexo 32). Está criado um efeito de sentido que se ancora no riso e que comenta a gestão da governante de modo a sugerir aos sujeitos leitores a desvantagem da mesma no conjunto das disputas políticas existentes em Igarapé-Miri.

*Ora, Ora...* recorre ao expediente da ironia em várias passagens, o que inclui a adoção da linguagem do exagero e pode levar os sujeitos leitores da coluna a atrelar, à figura da governante, o aspecto do riso e da ridicularização quando se trata de avaliar os feitos administrativos e políticos da mesma. Como forma de exemplificar essa estratégia discursiva, podem ser retomadas algumas passagens dessas publicações, seja quando o sujeito jornalista noticia o desejo da governante de ser canonizada “*santa rainha malvada*”, seja quando do fingimento no choro diante da autoridade papal (*a “rainha” malvada se ajoelhou e chorou muito... lágrimas de crocodilo*), seja quando do “conselho” creditado pelo JM a um especialista acerca dos cuidados com a aparência pessoal da governante:

(E52) mas um especialista de um lugar distante garantiu que não precisaria tirar todo o estômago dela, bastava tirar só 90% que resolveria o problema. Feita a operação, ela ficou macérrima(...) (Jornal Miriense, 09/09/2006, p. 11, *Ora, Ora...*; cf. Anexo 33).

O enunciado representa bem uma posição sobre o corpo feminino, nesse caso uma maneira de o JM vincular a atuação política em tela à questão de gênero. Tais considerações externadas pela alegoria construída reforçam o efeito de sentido de provocação à figura da governante, na medida em que parece restar claro que ironizar uma atuação pública, e com fundo na ironia, leva a afetar a condição de mulher.

Uma última demonstração desse funcionamento discursivo que se assenta no riso ou na ironia vem de uma publicação construída para apresentar ao povo de Igarapé-Miri o projeto de construção de uma obra municipal. A materialidade verbal adotada mostra que o criador de *Ora, Ora...* fala diretamente aos sujeitos leitores, cujo público-alvo são os cidadãos de Igarapé-Miri, expondo as intenções da “rainha” (ela lança um convite *a você*, que *se inscreva...*) e ironizando acerca de seu governo e dos possíveis resultados políticos disso (“*está preparando o local de enterro de sua política daqui a dois anos*”):

(E53) A ‘rainha’ já está pensando em quem vai inaugurar a sua obra [um cemitério...] e lança um convite a você amigo leitor ou leitora, para que se inscreva. Tem quem diga que a ‘rainha’ está preparando o local de enterro de sua política daqui a dois anos.(...) A ‘rainha’ já está cadastrando

interessados para a *inauguração do novo cemitério*. Você não quer ser o primeiro? (JM, 05/12/2006, p. 6, *Ora, Ora...*, grifos meus; cf. Anexo 34).

Quando se analisam os textos do JM identificados como *Ouvi Dizer...*, é possível perceber um discurso de não alinhamento às ações da prefeita de Igarapé-Miri, de maneira semelhante à adotada em *Ora, Ora...*, percebida uma diferença nuclear: *Ouvi Dizer...* não reúne publicações (pseudo)ficcionais e, sim, textos apresentados ao público como de responsabilidade do próprio jornal, com a peculiaridade de o sujeito jornalista apresentar a seus leitores um discurso coletivo e anônimo, na medida em que apenas teria ouvido “dizer”. Assim procedendo, está instalada uma situação um tanto paradoxal do ponto de vista teórico/conceitual, já que o jornal precisa checar fontes, buscar comprovações prévias à publicação mas, no caso dessa seção, fica sugerida uma espécie de plena liberdade no ato de noticiar, o que imprime uma sugestiva peculiaridade ao fazer noticioso do Jornal Miriense, no que tange à criação da cena genérica de *Ouvi Dizer...*: é publicação do jornal, não se trata de criação (pseudo)fictícia, mas o veículo não estaria se responsabilizando pelo que vem a noticiar. Pode-se emendar com a anotação de que, já que apenas *ouviu dizer*, seria possível noticiar a ação política da prefeita de uma maneira mais livre, sem ter de se comprometer com as devidas comprovações. Quanto à configuração adotada, os textos desse espaço do JM se resumem a pequenas notas de jornal, nas quais são noticiados supostos fatos e insinuadas situações um tanto embaraçosas, nas quais estaria envolvida a prefeita de Igarapé-Miri.

Os seguintes enunciados mostram um discurso oposicionista levado a público pelo Jornal Miriense, via de regra sob a voz de um enunciador anônimo que sugere a presença de um sujeito que não está no lugar institucional desse fazer jornalístico, o qual saberia de informações e fatos constituintes da cena política de Igarapé-Miri. Atuando no papel de mediar a relação dos agentes políticos com seu público-leitor, o Miriense divulga a seus leitores os episódios políticos de que teria tomado conhecimento, respaldado no fato de que a responsabilidade pelas informações prestadas seriam de responsabilidade de outrem:

**(E54)** ...**que** no primeiro dia do Festival do Camarão, a *prefeita chegou a ameaçar a retirada de uma faixa* que estava na barraca da Assistência Social. **Motivo:** o nome da vice [-prefeita de Igarapé-Miri] bemmmmm grannnnnde. Mas nada aconteceu. Ainda bem... (Jornal Miriense, 05/07/2005, p. 05, grifos do jornal; cf. Anexo 35)

**(E55)** ...**que** a prefeita da Igarapé-Miri não suportou ver o início da construção da escola que o Governo do estado está fazendo na Cidade Nova, e foi lá brigar com os engenheiros querendo saber quem os mandou

fazer aquela obra ali sem a **ORDEM** dela. *O que é isso, prefeita? Esse tempo já passou...*

... Também, o que mais ela queria(...) era uns **três lugareszinhos** para servente de pedreiro, pois *ela prometeu emprego na campanha* e agora está fazendo ao contrário, **demitindo todo mundo** (Jornal Miriense, 16 a 31/10/2005, p. 7; grifos em negrito são do jornal, os demais são meus)<sup>53</sup>.

**(E56)** ...**que** o apelido da prefeita da Igarapé-Miri por aí é a **senhor quebra protocolo**. Por que será, hein?...

...**que** a prefeita nunca acerta o nome do vereador Alberto Amorim. Na confraternização da Câmara ela chamou de Luiz Amorim. Por que será? Será por que o Luiz Sefer estava lá?

(...) **que** já tem *um montão de miriense* esperando o informativo da Prefeitura, para *comparar o que vem escrito com o que a prefeita não tem feito até hoje* (Jornal Miriense, dez. 2005, p. 10; grifos em negrito são do jornal, os demais são meus; cf. Anexo 36).

Importa atentar para esse funcionamento discursivo jornalístico empreendido pelo Jornal Miriense. Mesmo em se tratando de uma publicação de jornal, em formato de notícia, pois divulgaria o relato de um fato social ocorrido na comunidade miriense, é possível registrar que a suposta liberdade quanto às comprovações leva o jornal a noticiar aos seus leitores os mais diversos fatos sociais, entre os quais aqueles que falam sobre atitudes pessoais da governante, sem que a devida responsabilização fosse exigida. Ameaçar, prometer, demitir e nada fazer em sua gestão são algumas das sugestões que o jornal faz em relação ao governo comandado pela prefeita, sem que esse posicionamento tivesse de ser atribuído ao próprio jornal e sim a outrem.

Os trechos reproduzidos indicam que o sujeito jornalista tenta afastar de si a responsabilização pela comprovação dos eventos noticiados aos leitores do Jornal Miriense. Ele teria apenas “ouvido” dizer: que ... *a prefeita chegou a ameaçar a retirada de uma faixa...*; que ela *não suportou saber* de uma construção de escola, começada sem *a ordem* dela; que os mirienses queriam comparar o que o *jornal da Prefeitura* vai dizer sobre construção de obras etc. Espécie de contradição, o mesmo sujeito acaba noticiando que “já passou” o tempo de ameaçar<sup>54</sup>; por isso, indaga à agente de governo, *O que é isso...?*, e afirma, em formato de discurso didático, que esse tempo já passou.

<sup>53</sup> Este tópico corresponde ao todo desse exemplo de *Ouvi Dizer...*: por isso, sua reprodução não foi feita em formato de Anexo.

<sup>54</sup> Esse posicionamento do sujeito jornalista estabelece um intertexto com o que se afirma(va) sobre períodos de maior cerceamento de liberdades individuais e coletivas, durante os quais não era raro constatar os excessos cometidos por agentes políticos em relação ao conjunto da sociedade. É o caso do regime militar (a Ditadura Militar, entre 1964 até 1985). Posicionando-se assim, o Miriense leva a gestora municipal e esse tempo e sugere que sua ação política tenha um perfil antidemocrático.

Dessa maneira, o sujeito jornalista convida a comunidade leitora a um não alinhamento aos feitos administrativos e políticos levados à frente pela prefeita. Na mediação das ações tomadas pela agente política e da relação desta com os sujeitos leitores do JM, tais sujeitos passam a ser os conhecedores das ações pouco equilibradas que teriam sido tomadas pela referida governante e a conhecer uma versão apenas dos supostos fatos, uma vez que a seção sob análise não instala o expediente do contraditório e, portanto, não apresenta posições vindas do lado do governo ou da prefeita, posto que reúne apenas os dizeres da parte da instituição jornalística. Instalado está um combate a tais feitos políticos, sem que a outra parte possa tomar assento material nas publicações de *Ouvi Dizer...*

A exposição da figura política da prefeita é também realizada de maneira negativa por meio do destaque que o veículo dá a uma discussão sobre a própria aparência da rainha, espécie de discussão de seus atos políticos perpassados pelo olhar da vigilância sobre o corpo feminino, em atenção às cobranças sociais. Por esse expediente, em algumas passagens de *Ouvi Dizer...* é possível localizar apontamentos sobre a questão de gênero atravessando o agir político da prefeita ou o que se diz, na enunciação jornalística, sobre essa ação política. Podem ser citadas duas inserções, as quais permitem visualizar tal discurso que versa sobre a aparência da governante. No primeiro caso, cite-se que a vinda de um famoso cantor da música religiosa/evangélica para se apresentar ao público de Igarapé-Miri foi noticiada pelo Miriense, nos seguintes moldes de *Ouvi Dizer...*:

(E57) ... **que** quando o cantor Matos Nascimento chamou a prefeita de irmã da Xuxa, alguém gritou lá no meio da multidão: “Xuxa?! Ela tá mais pra **XÔXA**, há, há, há...” (Jornal Miriense, jan. 2006, p. 9, grifos do jornal; cf. Anexo 37).

A maneira de o JM vincular a imagem da prefeita à de uma celebridade leva a uma discussão sobre a vinculação de seu trabalho político com a sugestão de beleza física que estava sendo referida na publicação. O trocadilho “Xuxa” por “Xôxa” também é significativo dessa postura midiática instalada nesse espaço do JM, na medida em que não apenas retoma um discurso sobre a cobrança feita para que a mulher se adéque a um determinado padrão de beleza, como também insinua que seu governo está distante de alcançar esse padrão, ou seja, o veículo sugere que a valorização da personalidade e da beleza da apresentadora de TV seja um contraponto ao trabalho e, talvez, à figura pessoal da governante.

A passagem permite questionar a associação da beleza ou aparência física a papéis sociais ou ao trabalho da prefeita, sua ação política, pois a publicação realiza uma espécie de

ridicularização da atuação política baseada em avaliação da aparência pessoal, do corpo em questão. Para além de apontar a discussão jornalística na direção de algum padrão de beleza, que poderia ser requerido massivamente, importa atentar para o quanto a condição de governante e o respectivo papel social é ridicularizado com base na discussão da aparência: um atravessamento da perspectiva de gênero na enunciação da questão política em curso em Igarapé-Miri. O expediente de *Ouvi Dizer...* é adotado para que se possa provocar a figura da governante de uma maneira a avaliar o corpo feminino, a aparência física, e por em jogo um estereótipo do corpo, o que pode ser exemplo de um funcionamento discursivo que se detém em provocar, aqui sob o prisma de uma avaliação da figura pessoal ou da aparência. Assim fazendo, o discurso jornalístico passa a se centralizar na dimensão do corpo pessoal, em detrimento de uma discussão sobre a ação que impacta o funcionamento do corpo social.

Quanto ao segundo caso, é possível citar que o Jornal Miriense levou a público mais um exemplo dessa vinculação da figura pessoal da prefeita e da ligação de uma avaliação sobre a aparência da mesma com o seu trabalho político/administrativo. Há que se registrar que o JM não costumava fazer recorrentes inserções sobre a aparência física da governante. Porém, em umas passagens de *Ora, Ora...*, é possível constatar comentário parecido, o que pode explicar essa exposição irônica de sua figura pessoal. Tal pode ser localizado em uma passagem de *Ouvi Dizer...*, na qual é feita a insinuação de que um deputado estaria se referindo à governante de maneira irônica, chamando-a de “*prefeita Barbie*”. Atente-se para o seguinte enunciando:

(E58) ... **que** o deputado federal Wladimir Costa está fazendo a prefeita de Igarapé-Miri muito conhecida no estado [do Pará] quando... que no seu programa de rádio fala sobre a “*prefeita Barbie*” (2<sup>a</sup> quinzena, fev. 2007, p. 5; cf. Anexo 38).

A deixa para a boneca famosa é questão secundária, pois o que centralmente importa é que se trata de falar da aparência física e provocar com base em sentidos que apontam para a dimensão particular. A figura política inserida na cena (“*deputado*”) é de destaque, o que daria conotação de força maior a esse posicionamento provocativo. A imagem suscitada pela boneca jovem e magérrima é colocada em oposição à aparência da prefeita, conforme insinuado em “*A rainha está engordando de novo*”<sup>55</sup>, o que sugere um efeito de sentido calcado no riso e na ironia. Instala-se um processo por antíteses, pois se o padrão de

<sup>55</sup> (sic) “Conversando com um nativo da terra do tão, tão, bem distante, fiquei sabendo que a rainha está engordando de novo(...), que para fazer uma única calcinha para a ela, [no passado] era preciso três metros de pano, de tão grande que ela era” (JM, 09/09/2006, p. 11, *Ora, Ora, Vejam Só!*). (cf. Anexo 33)

beleza simbolizado na figura da Barbie é internacional e largamente aplaudido, o mesmo não é sugerido para a figura pessoal da governante, cuja imagem de mulher é mostrada em *Ora, Ora...* sob o manto do riso e do deboche. O assento ideológico é retirado de seu agir político para ser inscrito no campo do humor e da ironia (fazer uma operação, retirar “*apenas 90% de seu estômago...*”). Assim sendo, a figura da prefeita é apresentada para instalar um processo calcado no humor e na ironia, dado o estereótipo de beleza física representado pelas figuras citadas. Estrategicamente, o procedimento é feito de maneira a atrelar o discurso sobre um padrão de beleza física que é largamente requerido para a mulher a sua ação política, enquanto governante de Igarapé-Miri. Em outras palavras, a enunciação jornalística sugere que, se o governo está desajustado e fora de um padrão de satisfação, o mesmo se daria com a própria aparência da mulher que governa Igarapé-Miri.

Pelo exposto, aceita-se que esse efeito construído para tratar de sua aparência física, com a convocação dos perfis de celebridade loura e boneca magérrima ou da insinuação de mudança no próprio corpo da “rainha”, instala mais uma vez uma confusão entre as dimensões da vida pessoal com a ação pública/política. Uma recorrência que se mostra mais direcionada à avaliação dos corpos femininos do que para uma tematização que focasse diretamente na atuação política em questão. Assim sendo, fica apontado pelo veículo que a questão de gênero está perpassada pela recorrência à figura pessoal da líder política, por isso mesmo, a gestão política fica esvaziada nesses espaços de noticição dos atos políticos da prefeita.

Outra questão a apontar é sobre a enunciação jornalística acerca da ação política da mulher, quando a mesma se materializa em *Ouvi Dizer...*, e sua relação com uma discussão acerca do papel das fontes na construção e divulgação de notícias. Existem sujeitos, quer inseridos na arena política miriense, quer distanciados desta, que alimentam o discurso jornalístico sobre as ações da mulher que governa Igarapé-Miri. A perspectiva do anonimato no que tange às publicações dessa seção não pode ser entendida como inexistência das fontes, uma vez que o sujeito jornalista sugere ter ouvido alguém dizer que tais fatos políticos estariam acontecendo em Igarapé-Miri e implicavam a figura da prefeita, além disso, sem tais fontes a alimentar a produção noticiosa, seria improvável produzir tantas publicações desse gênero. Dito de outra maneira, aceite-se que não se questiona, aqui, a prerrogativa da liberdade de expressão de que goza a imprensa. Essa liberdade não está sendo questionada; o que se registra é a posição de que é possível discutir a responsabilização pelo conteúdo noticiado sobre a movimentação política dos agentes políticos, como é o caso da governante de Igarapé-Miri.



Além de *Ora, Ora...* e *Ouvi Dizer...*, as seguintes charges<sup>56</sup> ajudam a entender esse funcionamento discursivo de desaprovação que o Jornal Miriense veicula, quando a ação da prefeita de Igarapé-Miri é tematizada em textos atravessados pelo humor, pela ironia. Ou seja, as mesmas ilustram esse modo de o JM apresentar à sociedade as ações políticas e administrativas da governante. As três criações exploradas aqui ajudam a entender a forma irônica adotada pelo JM para falar dos atos da prefeita, cujo fio discursivo já se fez perceber em *Ora, Ora...* e em *Ouvi Dizer...*

As três charges selecionadas para esta demonstração indicam que, além de próprio posicionamento contrário a tais ações, o Miriense também cedeu espaço a outros sujeitos para que pudessem se manifestar sobre o governo comandado pela mulher, não exatamente como denunciante que se responsabiliza pelo conteúdo de uma matéria ou como um sujeito leitor que usa uma *Tribuna* do JM para falar sobre o governo da prefeita, mas como criadores de obras que se valem do humor e da ironia para tematizar tais atos governistas. Isso já tinha sido constatado quando do exame da seção *Tribuna livre* (“*Parece que não temos prefeita!*”), em discurso de desaprovação ao trabalho político da prefeita, assim como nos exemplos materializados em Carvalho (2007) e Trindade (2007) que, em ambos os casos, intensificam discursos de exaltação da figura política feminina em Igarapé-Miri. Neste caso específico das charges, há a ressalva de que duas charges são identificadas por autores; na outra produção não é possível identificar uma marca de autoria<sup>57</sup>. Assim sendo, a interpelação dos sujeitos leitores do JM se dá no sentido de apresentar aos mesmos o posicionamento de outrem sobre a ação política da prefeita, uma sugestão de que há outros sujeitos implicados na comunidade discursiva instituída pelo JM que não se alinham aos feitos políticos da governante e que a eles se soma a posição do próprio veículo.

Para analisá-las, recorre-se às dimensões da cena enunciativa (MAINGUENEAU, 2011) e da dêixis discursiva (MAINGUENEAU, 1997), enquanto ferramentas teóricas e analíticas que podem dar a noção do modo como os leitores são interpelados, nas charges, acerca das ações políticas da prefeita. Nas cenas construídas pelas charges, o discurso apresentado segue em uma só direção, da parte do espaço do jornal para a figura da prefeita. Além disso, ressalte-se que as charges se amparam na conjunção dos enunciados verbais somados às imagens não-verbais, o que pode ser concebido um fator de maior sedução aos

<sup>56</sup> As três charges são, nessa ordem (i) “*Mercearia MATA-FOME*” (JM, 05/12/2006 (p. 5)); (ii) “*1º Grito de Carnaval da PMI 2007. “Fome, Fome, Fome*” (JM, 05/02/2007 (p. 7)); (iii) “*BEM VINDO À IGARAPÉ-MIRI a Capital Mundial do BURACO*” (JM, 2ª quinzena de março 2007 (p. 9)). Os grifos são do JM.

<sup>57</sup> As charges 1 e 3 têm assinatura de “Bento Belém” (05/12/2006 e 2ª quinzena de março/2007, na ordem), mas charge 2 (05/02/2007) não permite ver a assinatura.

leitores do jornal do que um texto integralmente constituído de enunciados linguísticos. Isso, ao menos quando se pensa em um sujeito leitor que apenas folheia rapidamente as páginas de um jornal e se detém minimamente em algumas publicações. Entendendo-se que a cena englobante se vale do discurso jornalístico, assentado na dimensão do humor e da ironia, aceita-se que a cena genérica adotada explora a charge para a veiculação de um discurso de reprovação do trabalho realizado pela agente de governo, dadas as três obras aqui citadas, em atenção à ordem em que foram apresentadas.

Seguem as criações publicadas no JM, acompanhadas de comentários sobre cada uma e, em seguida, apontamentos da dimensão da dêixis discursiva:

Charge 1 - “*Mercearia MATA-FOME*”:

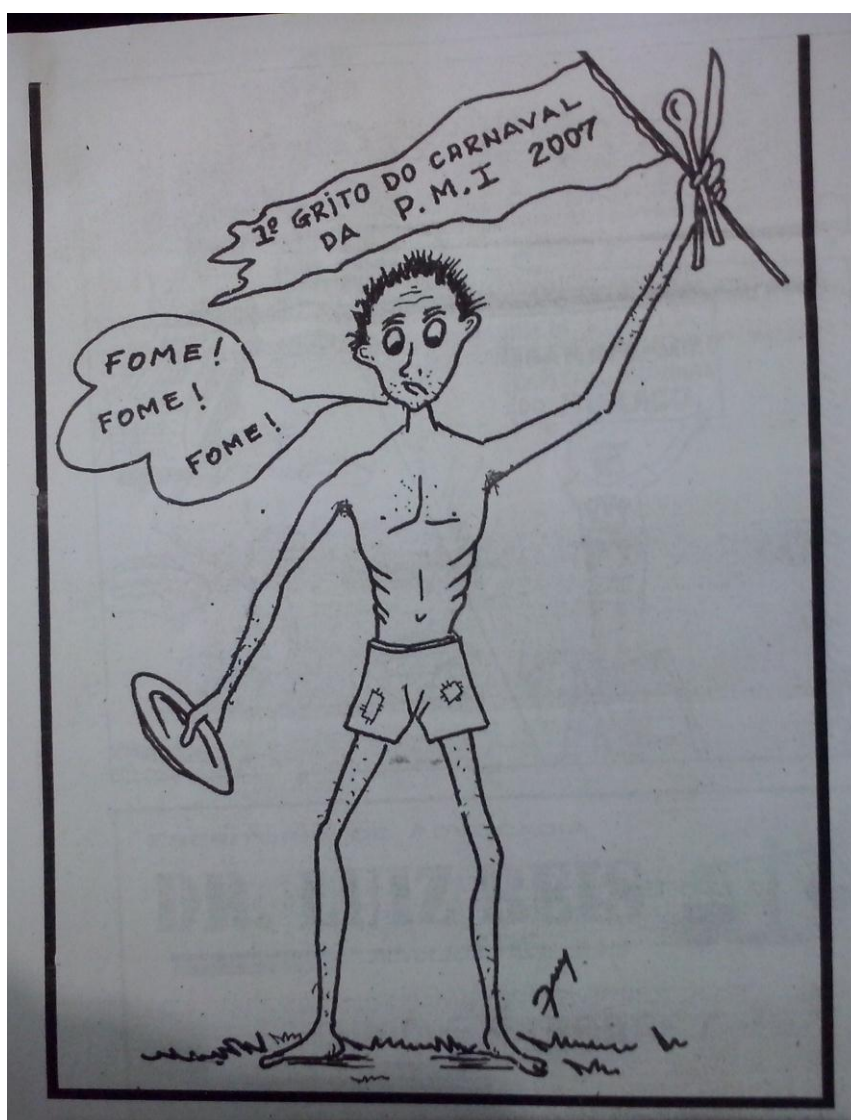


Fonte: Jornal Miriense, 05/12/2006, p. 5.

Assim que chega à “*Mercearia MATA-FOME*”, o “*Funcionário da P.M.I.*” ou um sujeito participante da comunidade dos mirienses vê a indicação de “FECHADO” em uma placa. Sua complicada situação social já está, alegoricamente, apontada pelo modo de chegar à casa comercial: de joelhos e chorando. A conjunção da imagem do sujeito trabalhador

ajoelhado e em choros à sugerida impossibilidade de adquirir bens na casa comercial carrega um sentido de desaprovação da gestão da prefeita, agente político que tem sua imagem atrelada ao sofrimento do povo miriense, ainda que sua presença na publicação esteja posta a distância na cadeia enunciativa construída. O sujeito servidor público exemplificaria a condição coletiva de sofrimento em decorrência do governo da prefeita, no que está sugerida uma construção metonímica implicada: esse sujeito representa uma coletividade de igarapemirienses, os quais aparecem em situação de humilhação diante dos leitores do JM.

Charge 2 – “1º Grito de Carnaval da P.M.I 2007”:

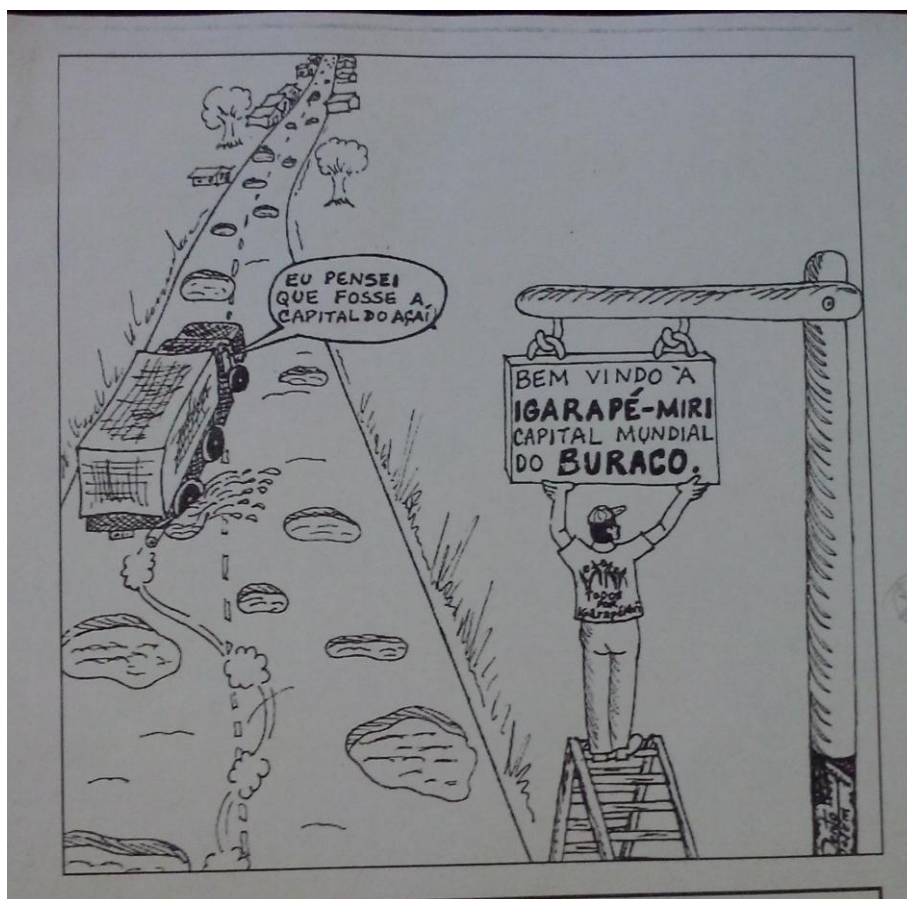


Fonte: Jornal Miriense, 25/12/2006, p. 9.

A prévia do período festivo de carnaval, em Igarapé-Miri, é anunciada no Jornal Miriense de maneira a preocupar seus sujeitos leitores. No discurso veiculado pelo JM, o “primeiro grito” desse carnaval anuncia a “fome”, que estaria tomando conta do dia-a-dia dos

municípios. A cena de enunciação mobiliza a imagem de um homem magérrimo, que empunha uma bandeira, a qual anuncia textualmente o “1º Grito do Carnaval da P.M.I 2007”, segura um prato vazio e alguns talheres. É esse sujeito criado pelo chargista que anuncia, por meio de substantivos que carregam forte carga semântica negativa, o período carnavalesco (“*Fome!, Fome!, Fome!*”), de uma maneira a sugerir aos coenunciadores das imagens o caos social enquanto decorrência direta do trabalho da prefeita. Esses elementos, em conjunto, compõem a cena genérica como um todo, através da qual o criador da charge tematiza a ação de governo da prefeita de Igarapé-Miri.

Charge 3 – “*Bem Vindo à Igarapé-Miri. Capital Mundial do Buraco*”:



Fonte: Jornal Miriense, 2ª quinz./março de 2007, p. 9.

O governo comandado pela prefeita, entre 2005 e 2008, definiu como *slogan* “Todos Por Igarapé-Miri”, época em que esse território já era chamado de “capital mundial do açaí”. Essa identificação pode ter levado o chargista à construção da terceira obra irônica aqui apresentada. A imagem construída mostra um veículo que adentra à cidade de Igarapé-Miri e passa por um servidor municipal (identificado pela inscrição *Todos por Igarapé-Miri* na

camisa), que está pendurando uma faixa, na qual se pode ler: “*BEM VINDO À IGARAPÉ-MIRI CAPITAL MUNDIAL DO BURACO*”. Pela janela do veículo, um balão de fala indica a posição de uma pessoa que segue nele, a qual enuncia: “*EU QUE PENSEI QUE FOSSE A CAPITAL DO AÇAÍ*”. Os inúmeros buracos na via pública e a faixa afixada pelo servidor sugerem uma péssima situação de urbanização na cidade de Igarapé-Miri. O modo de interpelar os sujeitos leitores da charge se vale de um jogo intertextual com o título atribuído a Igarapé-Miri, cujo complemento apresentado pelo agente do governo é *do buraco* e, não, *do açai*, como esperado pelo viajante que chega à cidade. Tem-se, assim, um contra discurso ou uma negação do discurso que prega uma imagem positiva para o município.

No caso específico dessa charge, a obra construída aponta bem um movimento discursivo paradoxal, uma vez que o título *capital mundial do açai*, que deveria ser dito pelo sujeito da prefeitura, deixou de ser registrado por ele. A charge aponta para as péssimas condições de trafegabilidade nas vias públicas, o que se reitera na imagem dos buracos e é apontado centralmente no texto provocativo que o JM veicula. De agente que estava inserido no lugar da governança, ele assume uma enunciação que carregaria dos sentimentos os sentimentos do povo, conforme sugere a obra em exame.

Conforme apontado acima, as três publicações adotam a charge enquanto cena genérica que mobiliza efeitos de sentido de combate às ações da prefeita, com base na conjunção de elementos imagéticos e verbais. Tal gênero de discurso orienta o posicionamento do jornal e convoca o seu público leitor a combater os feitos políticos e de governo apresentados nas mesmas. Na mesma proporção da tematização negativa anteriormente empreendida em *Ora, Ora...* e *Ouvi Dizer...*, as charges apresentadas, dada a configuração desse gênero discursivo, reservam espaço apenas para as posições do sujeito autor (ou do próprio jornal), o que anula uma possível participação da parte da figura política tematizada e/ou da prefeitura. Isso permite apontar, mais uma vez, para o fazer jornalístico do Miriense enquanto caracterizado por um fechamento à pluralidade de posições, o que pode ser constatado em outros textos de perfil provocativo (*Ouvi Dizer...*, *Ora, Ora...*), os quais compõem (G4), na *Tribuna livre* e em matérias de jornal.

Entendendo-se que o fazer jornalístico implica a tomada de decisões e de escolhas, aceita-se que tais publicações materializam, assim, o resultado de uma dada linhagem editorial, no que está implicada a seguinte realidade, apontada por Melo (1994):

A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para

expressar a sua opinião. É através da seleção [do que será ou não será publicado] que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos (MELO, 1994, p. 70, grifos do autor).

Notadamente, pode-se acrescentar à discussão do autor, com base nos vários exemplos explorados aqui e à luz da teorização adotada, o fato de que, para além de toda a construção noticiosa e de uma seleção feita ou de um ângulo adotado, o que se diz (o conteúdo das publicações) recebe as condicionantes do modo como se diz na enunciação jornalística ou do funcionamento discursivo que faz emergir efeitos de sentido pretendidos. Esse investimento feito pelo sujeito jornalista inscrito no trabalho do JM, no intuito de apresentar a seus leitores o trabalho da prefeita de Igarapé-Miri, é nitidamente impactado não somente pela adoção de um ângulo e da seleção de fatos a noticiar (se combate ou não os seus feitos, se divulga favoravelmente a posse ou desfavoravelmente as brigas entre lideranças políticas), mas acima de tudo pela maneira de apresentar aos sujeitos leitores tais ações: quer se trate de maneira mais aprofundada (matérias que tratam de fatos) ou ainda com fundo em uma abordagem calcada no humor e na ironia (cuja ênfase está em sugerir, insinuar).

Após apresentadas análises dos quatro grupos de textos descritos no capítulo metodológico, atentando-se para a existência de uma cobertura jornalística mais focada nas próprias figuras femininas que exercem ações públicas e não em flagrar ações políticas, tais como as ações coletivas (G1), e de outra cobertura mais focada na atuação política da mulher miriense, quando esta não atua na prefeitura (G2) e quando assume o comando do governo municipal (G3) e (G4), e discutidos seus funcionamentos discursivos empreendidos pelo JM, no tópico seguinte são apresentadas algumas indicações sobre a relação entre os discursos que foram localizados no fazer enunciativo do Jornal Miriense, as quais apontam para o modo de constituição do exercício enunciativo do Jornal Miriense ao falar sobre a atuação política da mulher em Igarapé-Miri. Acredita-se que os mesmos dão a dimensão da maneira como esse veículo apresenta mulheres que se tornam(ram) personalidades públicas de Igarapé-Miri e tematiza a ação política feminina que se inscreve na arena política municipal. Tais relações interdiscursivas podem ser constatadas a partir das análises reunidas que, por sua vez, foram realizadas em atenção aos conceitos de interdiscurso, prática discursiva, cena de enunciação e dêixis discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2008, 2011), conforme já apresentado neste texto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma instituição jornalística ocupa-se de apresentar a seus coenunciadores, os sujeitos leitores, uma diversificada gama de publicações, as quais abordam os mais diversos assuntos que envolvem o cotidiano de sua comunidade leitora. Longe de se tratar de simples e objetiva veiculação de notícias, já se sabe de longe que a enunciação jornalística apresenta temas para o debate coletivo e conclama seus sujeitos leitores a aderir a seus posicionamentos, a sua linhagem editorial, aos seus objetivos institucionais. Acredita-se que assim se dê com o trabalho jornalístico em curso nas maiores redes de comunicação, com os maiores jornais do país, mas também com pequenos jornais, muitos dos quais mensários ou semanários, que se desdobram financeira e estruturalmente para se manter em um mercado decisivamente alterado nas últimas décadas pelos investimentos midiáticos que se valem da *internet* para levar seu trabalho adiante. Tendo em mente essas dificuldades estruturais, o quanto a ação jornalística implica a vida social e a realidade específica do Jornal Miriense, estas derradeiras considerações sobre a pesquisa registram e discutem, em linhas gerais, as principais relações que se estabelecem no fazer enunciativo do citado jornal quando da cobertura da ação política ou da exposição feminina em Igarapé-Miri, isto é, tratam de algumas regularidades que se fazem mais recorrentes nesse fazer noticioso sobre a arena política miriense.

A proposição de Maingueneau (2008) acerca do objeto de análise de que o analista do discurso deve se ocupar, ou seja, a relação entre os discursos que circulam em um dado espaço discursivo, é o postulado teórico adotado nesta pesquisa quando do tratamento dos vários discursos que se tocam no espaço discursivo instituído pelo Jornal Miriense para expor a atuação política da mulher em Igarapé-Miri. E é essa proposição do autor o que mantém pulsante a tarefa de encontrar resposta(s) para a indagação sobre quais relações são estabelecidas entre os discursos que circulam no JM sobre a mulher que atua na política em Igarapé-Miri.

Já é sabido que as publicações do Jornal Miriense tratam da atuação feminina na política de duas maneiras principais, a saber: indiferentemente de quais funções públicas/políticas são desempenhadas pela mulher e quando da atuação política na função de prefeita de Igarapé-Miri, via divulgação de sentidos que defendem e de outros que não defendem a sua ação política. Já o modo de interpelar os sujeitos leitores acerca dessa atuação ainda requer que se atente para o fato de que tal cobertura jornalística lança mão de textos atravessados ou não atravessados pelo humor, pela ironia e, que, quando o discurso do jornal ou os discursos de outrem não apoiam a ação política da prefeita, há significativo destaque



para a veiculação de um discurso irônico ou diversional, adotado como estratégia para tematizar desfavoravelmente essa ação política. Assim sendo, entende-se que o fazer jornalístico do Miriense evidencia uma imbricação entre diversos posicionamentos, haja vista que há defesa das ações políticas tematizadas e combate às mesmas, incluindo-se a variável tematização da ação política da prefeita e de outras lideranças, além do que a dimensão do humor também tem implicação nessa rede de sentidos construída.

Por exemplo, quando investigado o conjunto de publicações que tematizam a atuação feminina em diversas funções, percebe-se que os sentidos construídos são essencialmente favoráveis à ação política da mulher miriense ou a apresentam em virtude de suas trajetórias de vida e profissionais, em publicações que se materializam em homenagens às mesmas. Inclui-se aí o destaque para a construção identitária apoiada em sentidos que tratam da luta política, seja quando se fala da mulher professora, da dirigente classista ou sindicalista, seja quando se fala da ação política da prefeita miriense, nos textos que (grosso modo) defendem a sua ação pública/política. Além disso, também é forçoso atentar para o fato de que a identidade construída pelos discursos do jornal, em diversas ocorrências, está circunscrita às suas próprias personalidades e trajetórias de vida, motivo que leva o JM a tecer publicações que as homenageiam.

Esses sentidos que tendem à homenagem prestada a algumas figuras de destaque e à cobertura de ações políticas podem ser apresentados com base nas passagens do Jornal Miriense que falam sobre as mulheres que se reúnem no MODEMI (E1), em publicações do caderno *Delas* (aqui referidas as ações de três professoras (E3, E4, E5, E6, E11, E12)), nas homenagens a uma professora então recentemente falecida (E7, E8), assim como quando informa de sua ação na luta sindical (E13, E14, E15), em ações de rua durante um “apitação” (E28), entre outras. Tal constatação leva a perceber que, em muitas dessas passagens, a cobertura jornalística foca a temática educacional, conforme já apontado neste texto. Em todo esse grupo de publicações o sentido que prevalece é o de um convite aos sujeitos leitores para que façam adesão ao reconhecimento público que o jornal realiza acerca de tais personalidades e de tais ações políticas. Tal postura do JM configura um discurso jornalístico/midiático que apresenta, majoritariamente, agentes políticos sem ligação com a prefeitura de Igarapé-Miri, os quais recebem menos os sentidos da cobrança ou da desaprovação. Ao lado desses agentes não ligados à prefeitura, tem-se a presença de algumas lideranças políticas que atuam em espaços de governo, a exemplo das que desenvolvem funções técnicas ligadas à temática educacional. Estas agentes de governo, por seu lado,



recebem uma tematização de toda favorável e estão afastadas das cobranças que são constatadas em (G4).

A pesquisa mostrou outro dado sobre a maneira de o JM se referir à movimentação política feminina em Igarapé-Miri, na medida em que, quando o veículo tematiza especificamente a ação política da prefeita de Igarapé-Miri, o discurso jornalístico se bifurca entre defender e/ou combater os feitos políticos/governistas de responsabilidade da prefeitura de Igarapé-Miri. Sobre esse mesmo dado, apontou-se que a enunciação se dá, majoritariamente, por meio de um discurso atravessado pelo humor e pela ironia.

Conforme já demonstrado antes, a defesa da ação política da gestora ganha destaque em publicações que apresentam aos coenunciadores uma governante bondosa, trabalhadora e pronta a assistir o povo miriense (E30 até E33, E35 até E37). Há uma longa lista de publicações do Jornal Miriense que fazem farto apoio às ações desempenhadas pela prefeita de Igarapé-Miri, nas quais é possível localizar dois principais discursos que se materializam nas páginas do Jornal Miriense: o discurso de adesão, que é enunciado pelo próprio sujeito jornalista, e um discurso dos sujeitos leitores, os coenunciadores dessas publicações, que são chamados a se manifestar nas páginas do jornal, geralmente com a reprodução de falas em citação direta, o que testemunharia em favor das ações políticas tematizadas. Um dos dados que chama a atenção quando do exame desses discursos é a seleção verbal para indicar e respaldar as ações apresentadas (... comunidades *agradecem...*; prefeita *desmente...*; prefeita *entrega...*), ou de adjetivações para bem qualificar os feitos tematizados (olhando *melhor...*, uma *senhora* prefeita, [a prefeita] foi  *muito bem recebida*; Moju agradece(...) “pela prefeita ter *bom coração...*”; ... *a dona Dilza dá brinquedos no Natal(...)* e os *brinquedos que ela dá, são de boa qualidade, olhe aqui(...)*).

Já no quarto grupo o discurso jornalístico se manifesta enquanto lugar de apontar ou sugerir erros, irregularidades e demais condutas inadequadas atribuídas à liderança política tematizada (E38 até E58). Nesse modo de funcionamento discursivo, o discurso de combate encontra materialidade de duas maneiras principais: (i) através do discurso enunciado pelo sujeito jornalista e (ii) por meio de um discurso outro, o discurso dos sujeitos/leitores do jornal, cujos posicionamentos divulgados atravessam a materialidade discursiva do Jornal Miriense e ganham espaço de veiculação para os sujeitos leitores, que podem conhecer acima do tudo um discurso de desaprovação da ação política da mulher que governa Igarapé-Miri. Neste caso em particular, o discurso jornalístico se vale de expedientes outros para se materializar, a exemplo da criação de uma narrativa jornalística (pseudo)ficcional, *Ora, Ora...*, e de uma espaço do jornal no qual o discurso que seria enunciado pelo sujeito

jornalista ganha a voz de um sujeito anônimo/coletivo, expediente que se destaca na invenção de *Ouvi Dizer...* Esse conjunto de textos provocativos permite a construção de sentidos diversos dos veiculados em textos como as entrevistas e/ou matérias jornalísticas, em virtude do uso/abuso de adjetivações para se referir à figura da gestora ou a atos de governo por ela praticados.

Quanto às publicações que formam um grupo constituído pelos discursos do sujeito jornalista, ganha destaque a postura adversária em dois editoriais do *Miriense*, os quais atacam veementemente a postura da liderança governante, em uma demonstração do discurso oriundo do próprio lugar da prática jornalística em posição de combate à ação política por ele tematizada (E41, E42, E43). O discurso do sujeito jornalista ganha reforço na veiculação da fala de um sujeito político que lidera o poder legislativo, de fiscalização das ações da prefeita, que “desafia” a figura pessoal da gestora, discurso materializado em uma matéria de jornal (E45, E46), ou ainda recebe reforço do discurso denunciante do jornal, por meio do relato de um cidadão que usa a *Tribuna livre*. Nesses e em outros exemplos que poderiam ser retomados, a materialidade discursiva do JM, externada na fala do sujeito jornalista, recebe apoio de outras falas, que vêm se inserir em publicações de responsabilidade da instituição jornalística, textos que se destinam ao sujeito-alvo de um fazer jornalístico: o leitor/coenunciador das publicações do jornal.

A prática de recorrer a posicionamentos e/ou depoimentos de outrem para respaldar as publicações de um jornal é recorrente no fazer jornalístico, o que pode(ria) dar maior teor de profundidade a uma matéria de jornal. No entanto, o caso específico do *Miriense* torna-se sugestivo no sentido de que, em várias publicações, há destacado espaço para posicionamentos de outrem para combater o agir político da prefeita local, sem que sejam reservados espaços correspondentes para a fala da parte dessa liderança e/ou da prefeitura que, em tese, seria da posição de defesa dessa liderança tematizada, o que instalaria a importante instituição do contraponto para ampliar a discussão apresentada aos leitores.

Quanto ao caso do discurso de combate e que se vale do discurso dos sujeitos/leitores do jornal, é possível explicá-lo como indicativo de recurso à função testemunhal de que se vale o fazer jornalístico. A dimensão do testemunho é muito pertinente, nesse caso, na medida em que o discurso do jornal pode se ancorar na função testemunhal, a qual “lhe confere uma legitimidade socialmente reconhecida” (CASADEI, 2013, p. 212).

Dessa maneira, a voz do outro, a dos sujeitos leitores, pode ser uma âncora para o trabalho jornalístico e pode ser, mesmo, a base maior para publicações nas quais outros sujeitos dão o mesmo tom de desaprovação da ação política tematizada. O *Jornal Miriense*,

por meio de posicionamentos diversos inseridos em matérias e outras publicações, ou de charges e de uma *Tribuna livre*, reforçou esse discurso de combate às ações da prefeita com a inserção de posições dos sujeitos leitores no sentido de intensificar esse combate.

Uma das relações que marcam bem o fazer noticioso do Jornal Miriense e que ajudam a configurar o seu funcionamento discursivo é a que articula a dimensão da prática política com a vida religiosa em curso na cidade de Igarapé-Miri. Em várias passagens da cobertura jornalística sobre a mulher com atuação pública/política em Igarapé-Miri, o Miriense veicula discursos que permitem uma imbricação entre política e religião, pelo que se percebe uma significativa contribuição da vida religiosa para a ação política praticada pela mulher. Assim fazendo, os sentidos construídos e levados a público inserem os sujeitos leitores no entremeio da cena eleitoral da qual tomam parte os sujeitos políticos atuantes na arena municipal. Sobre essa perspectiva de enunciação jornalística, em vários momentos a cobertura jornalística do JM inscreveu as ações políticas que estavam sendo noticiadas ou comentadas em uma interface com a ação religiosa/cristã em curso na cidade de Igarapé-Miri, espécie de estratégia de reforço de sua posição de defesa ou de combate a tais feitos políticos.

É o caso da publicação sobre a posse da prefeita<sup>58</sup>, na qual o jornal enfatiza que tal ato público se deu em praça pública e contou com a presença de vários agentes líderes religiosos (tais como pastores evangélicos e corais de diversas igrejas), os quais cantaram, fizeram pregação de discursos bíblicos e se manifestaram de outras maneiras, enfatizando que esses agentes religiosos estavam, todos, oferecendo apoio à posse da prefeita. Essa publicação é uma matéria de jornal, em cujo gênero de discurso é comum haver, além do discurso do jornal, a inserção de outras vozes para fundamentar a publicação, a exemplo da posição de autoridades e especialistas que se manifestam sobre os fatos em discussão. Assim sendo, é significativo constatar uma diversidade de vozes religiosas/cristãs, não inseridas diretamente no tecido enunciativo que apresenta a citada posse, mas inscritas de maneira indireta, ou seja, pelas falas do próprio sujeito jornalista. Além do mais, sete registros fotográficos pequenos são inseridos nessa publicação e um registro maior, centralizado na página, os quais apresentam aos sujeitos leitores as ações de pessoas/lideranças e grupos religiosos católicos e evangélicos, que se somam à cena jornalística construída. Além desses oito registros, há um nono, mais destacado na página, que mostra um pastor evangélico, então presidente da câmara municipal, o qual empossa legalmente a prefeita para iniciar seu mandato.

---

<sup>58</sup> Jornal Miriense, 31/01/2005, p. 3. (cf. Anexo 16)

Outras demonstrações se materializam em duas publicações formatadas em matérias de jornal e, assim, publicadas sob a responsabilidade da própria instituição jornalística. Nas mesmas, nesta ordem, a primeira apresenta à comunidade leitora do JM a cena de um agradecimento público à prefeita, o qual foi feito por duas comunidades, os bairros da Santa Clara e do São Paulo. Nessa publicação, ganha destaque a presença de outro sujeito político, um pastor evangélico, o qual reforça a cena do agradecimento e é registrado na publicação do JM, juntamente com integrantes da igreja: o pastor Pablo Ramon e alguns membros de “sua igreja Nova Jerusalém de Deus também agradecidos pela atenção da prefeita dilza Pantoja”<sup>59</sup>.

A outra publicação trata, centralmente, de uma greve na educação, mas logo no início da mesma está registrado um detalhe que chamou atenção na análise. O veículo noticia que, antes de ter início a reunião entre membros do Sintepp e a prefeita de Igarapé-Miri, esta solicitou a uma integrante de sua equipe que “fizesse *uma oração*, o que aconteceu com a *leitura da Bíblia*”<sup>60</sup>. Em outro exemplo, o Jornal Miriense publica um desentendimento que houve entre a prefeita e a vice-prefeita de Igarapé-Miri. O tema era esse desentendimento, mas há uma referência, construída pelo sujeito jornalista ao final da publicação, que remete ao tempo de Cristo, na medida em que o veículo afirma esperar que, dessa vez, o povo de Igarapé-Miri não seja o “cristo” na história, razão desse desentendimento entre as lideranças políticas, inscrito no título como um “racha” na administração municipal.

A figura do papa, conforme exemplificado no capítulo 4, sobre a coluna *Ora, Ora...*, uma presença que reforça os sentidos de avaliação negativa sobre a ação da prefeita, mostra a relação entre os discursos da mídia (jornal) e a aproximação deles com a posição da crença religiosa/cristã da qual parecem partilhar o sujeito jornalista e agentes políticos tematizados. O representante máximo da instituição religiosa católica é a autoridade que chama a atenção da prefeita para seus feitos, adjetivados pelo veículo no campo da malvadeza. Se o desejo da “rainha” é ser abençoada com mais um mandato de quatro anos, a resposta da personagem é que isso seria quase impossível, principalmente porque ele já lhe pedia que deixasse de ser “malvada” com os munícipes (E50, E51). Articulação à qual recorre, em muitas passagens, o fazer noticioso do Jornal Miriense.

São, portanto, passagens que trazem à materialidade das publicações e à memória coletiva do povo miriense o instituto da prática religiosa para, de alguma maneira, ancorar a enunciação jornalística sobre as ações políticas praticadas pela mulher atuante em Igarapé-

<sup>59</sup> Jornal Miriense, 31/05/2005, p. 2, grifos meus. (cf. Anexo 18)

<sup>60</sup> Jornal Miriense, 1ª quinzena de março de 2007, p. 3, grifos são meus. (cf. Anexo 10)

Miri. São cenografias que evidenciam um discurso jornalístico marcado, em sua maior porção, pela adesão aos feitos políticos que se iniciam (exceção é o caso trazido pela alegoria do papa), discurso esse que apela a uma das dimensões mais caras à vida humana, que é a vivência ou a crença religiosa/cristã. A ação política é ancorada em um lugar de fala (a prática jornalística) que tem na dimensão superior a sua sustentação máxima, razão pela qual o sujeito jornalista recorre diversas vezes aos sentidos que apontam para essa dimensão superior. Portanto, os exemplos reunidos permitem a constatação de que a política praticada em Igarapé-Miri aparenta ter, na religiosidade cristã, uma matriz de sustentação.

No plano dos elementos linguísticos, é possível constatar que os semas cantar, agradecer, orar e outros são demonstrações materiais dessa imbricada relação, tecida pelo Jornal Miriense, entre a política e a vivência religiosa em curso em Igarapé-Miri. Percebe-se que o discurso do jornal sobre a ação política feminina toca-se, nesse espaço discursivo, com um discurso outro, que traz os sentidos da apelação para a posição ideológica religiosa/cristã. A religiosidade seria, assim, uma dimensão a diferenciar esse agir político feminino, o que é intensificado positivamente pelo JM, agente que confere legitimidade a essa relação. Assim entendido, é possível conceber essa relação enquanto um movimento interdiscursivo através do qual o discurso religioso dá legitimidade ao discurso sobre a política praticada em Igarapé-Miri. Assim fazendo, o JM passa a seu público leitor a impressão de que há todo um conjugado de forças, humanas e superiores, que estão alicerçando as ações políticas o que, por extensão, o convida a participar desse coletivo de forças pró-ação política da mulher.

De igual maneira, o processo político eleitoral, por sua vez, mantém forte relação com a enunciação do jornal, conforme se pode retomar aqui. É sabido que as análises realizadas nas publicações reunidas no *corpus* permitiram que se constatasse uma relação interdiscursiva que articula a enunciação jornalística com a prática política na cidade de Igarapé-Miri. Nesse sentido, a posição construída e levada ao público, em virtude da materialidade apresentada nas edições consultadas (matérias, colunas, editoriais e outros “rastros deixados pelo discurso”), reserva aos coenunciadores das publicações do JM a posição de participantes da arena eleitoral que se passa em Igarapé-Miri. Por essa postura midiática, o Jornal Miriense interpela seus leitores no sentido de chamá-los a aderir à postura da própria instituição jornalística e os inscreve no seio das ações políticas noticiadas ou comentadas. Está criada uma interface entre a prática de noticiar fatos para a comunidade leitora e as implicações desse fazer jornalístico no entremeio das ações ou embates políticos que constituem essa arena eleitoral. Diferentemente da postura anterior, que era

majoritariamente de defesa das ações políticas da mulher, neste caso o discurso do jornal pode defender ou combater esses feitos políticos.

O que foi pontuado anteriormente pode ser demonstrado pela referência a algumas publicações do *Miriense*, as quais permitem que se faça uma síntese a esse respeito. Em duas publicações de 2007, uma matéria e uma entrevista, o JM discute uma greve na educação de Igarapé-Miri e a participação de uma sindicalista de Igarapé-Miri que estava na direção da CUT nacional, respectivamente. Ainda que os temas propostos não focassem a cena eleitoral, o sujeito jornalista não deixa de inserir essa discussão no centro dos comentários que realizava nos dois textos. Quanto ao primeiro caso, ao indagar a prefeita de Igarapé-Miri sobre a ação grevista em curso por meio dos enunciados “*A senhora acha que está havendo discriminação?*”; “*A senhora é contra as reivindicações?*”<sup>61</sup>, o sujeito jornalista pergunta se ela seria ou não candidata nas disputas eleitorais que se aproximavam (“*Dilza foi perguntada se está pensando e reeleição...*”) e obtém resposta afirmativa da governante (“... e categoricamente [ela] respondeu que sim”).

A segunda demonstração exemplifica esse mesmo expediente de inserção do debate político eleitoral no centro da cena (aparentemente) noticiosa, cujo tópico, nesse caso, versava sobre a atuação sindical da líder política que presidia a CUT nacional. Durante uma entrevista exclusiva que a sindicalista concedeu ao *Miriense*, a mesma é indagada sobre diversos temas gerais que dimensionariam a sua atuação política enquanto dirigente da CUT e liderança política inscrita no cenário de Igarapé-Miri: “(sic) *Como é essa história da Presidente da CUT nacional?; Fale sobre os seus sonhos; Fale sobre as mulheres trabalhadoras de Igarapé-Miri e da região?; Como você vê a desigualdade no Brasil?; Fale da violência no Brasil*”<sup>62</sup>. O expediente adotado para interpelar a prefeita é usado no final da entrevista, com a última indagação. O JM transcreve, na conclusão da entrevista, uma pergunta que se mostra, aparentemente, mais distante do debate central da publicação, que versava sobre a atuação da líder cutista nos movimentos sociais. De maneira bem direta, Carmen Helena é indagada sobre a movimentação política eleitoral dos bastidores da política miriense, “*Roberto Pina governará Igarapé-Miri?*”, e obtém resposta dada ao jornal de que o seu “sonho” seria “*ver o Pina prefeito*”.

A imbricação entre o fazer jornalístico e a inscrição política eleitoral também pode ser sentida em publicações que expõem a posição do jornal sobre determinados fatos, os editoriais. Em um primeiro exemplo, aceite-se que o impacto do fazer jornalístico na arena

<sup>61</sup> JM, 1ª quinzena de março de 2007, p. 3, grifos do jornal. (cf. Anexo 10)

<sup>62</sup> JM, 2ª quinzena de março de 2007, p. 5 (cf. Anexo 11)

política de Igarapé-Miri pode ser demonstrado através da referência à postura do JM acerca dos atos políticos da prefeita, através da retomada a uma publicação de 2005<sup>63</sup>. Em uma das principais passagens, o jornalista dirige fortes críticas à pessoa da prefeita e sugere ao público leitor uma relação muito próxima do próprio veículo com a então candidata: “o Jornal Miriense *contribuiu bastante para sua eleição* sem ganhar um único centavo, e a senhora sabe bem disso” (cf. Anexo 24). Espécie de diálogo ou carta à mesma, as duras críticas à governante permitem que os sujeitos leitores tomem conhecimento de que: “e [o Miriense] *sempre se manifestou favorável* ao seu governo” ou que “já lhe acompanhou em tantos eventos(...) e que *já lhe serviu de escada*”. Em outra passagem, o editorial fala em “*rompimento com o jornal*”, informação que remete o leitor a um tempo passado, não declarado pelo veículo, no qual o mesmo teria vínculo com o governo ou com a própria governante. Ainda que nesse editorial o jornal combata veementemente os feitos da prefeita, o que necessariamente não levaria à discussão sobre as realidades eleitorais, o sujeito jornalista não deixa de ligar a demissão do servidor à campanha eleitoral de 2004, a qual deu vitória à candidata que se tornou prefeita. Assim, a política eleitoral é colocada no centro da cena de governo e do evento noticiado, o que leva o veículo a interpelar os sujeitos (e)leitores acerca dessa problemática.

Em outra demonstração desse funcionamento discursivo, a qual evidencia a postura da instituição jornalística (outro editorial), o sujeito jornalista afirma que quem “*serviu de escada*” para o sucesso da prefeita também pode “*ajudar a derrubar*” e que, para isso, “*todo santo ajuda*”. A postura do jornal diante dos fatos que apresenta à sociedade vem acompanhada de sentidos que sugerem uma desestabilização na fronteira, caso tal fosse possível de acontecer, entre o sentido do informar e o sentido de seduzir, os quais se destinam aos coenunciadores, sujeitos que compõem o outro lado desse fazer enunciativo. Uma disfarçada conclamação da instituição jornalística para que os sujeitos (e)leitores não tomem partido pela agente de governo que, na hipótese levantada pelo jornal e confirmada pela própria prefeita, iria pedir votos em pleito futuro. Esse discurso do jornal, que seria concebido inicialmente como de matriz informativa, ganha o tom de posição institucional sobre a governança em questão e sua enunciação sobre a política feminina toca-se, no espaço discurso construído, com outro discurso: aquele que veicula os sentidos da apelação aos leitores para que venham aderir à posição política (momentânea) do jornal sobre a movimentação da agente política que comanda a prefeitura municipal.

---

<sup>63</sup> Jornal Miriense, 16 a 31/10/2005, p. 2, grifos meus. (cf. Anexo 24)

Esse modo de formatar os editoriais deixa evidente a articulação da prática jornalística com as disputas eleitorais de Igarapé-Miri. Neste caso particular, é a própria instituição jornalística que está se posicionando quanto ao fato levantado no texto. Contribuir bastante com a eleição da prefeita e lhe servir “*de escada*” seriam práticas merecedoras de um tratamento melhor, segundo a posição externada pelo veículo. Portanto, a própria instituição jornalística insiste em declarar seu exercício enunciativo enquanto favorável à ação política tematizada e, por seus motivos, agora fala em rompimento. Para além de noticiar feitos de governo, o veículo sugere a importância de se atentar para uma relação anterior e alertar seus leitores quanto à postura da figura política tematizada, que agora rompe com seu parceiro de até então. Novamente, é a condição de interferir na cena política municipal o que está em questão. Até que ponto o fazer jornalístico materializado no trabalho do JM e exposto, sobretudo nos editoriais, resulta em impactos nessa arena é uma questão que pode ser levantada, ainda que as suas respostas não possam ser, todas e plenamente, respondidas aqui. Mas fica a percepção acerca da maneira contundente e combativa que o mesmo adota para se referir aos feitos políticos da prefeita.

A vinculação com a realidade eleitoral também é sentida em publicações de *Ora, Ora...* Nesse caso, é possível perceber toda uma regularidade de sentidos que vinculam a prática jornalística à realidade eleitoral da “rainha”. Em várias passagens, o discurso segue na direção de combater a ação política da agente de governo, a qual tem seu capital politicoeleitoral posto em dúvida. Algumas passagens de *Ora, Ora...* sugerem a morte, o enterro, a ida para a “balsa” (derrota eleitoral), a esperteza (característica que negativiza seu agir) e a sede de poder (governar por oito anos) enquanto destinos ou características a definir tal sujeito político. Mais do que noticiar feitos de governo, capazes de implicar decisivamente a vida comunitária, o veículo articula as ações da prefeita e o porvir que deve ser marcado pelas eleições vindouras, de 2008, e nisso estabelece uma mediação diferenciada entre a população e a prefeita miriense, pois a sugerida desvantagem eleitoral ou a conduta imoral são apresentadas aos (e)leitores enquanto alertas acerca da postura política em destaque. Em virtude dessa maneira de apresentar as ações públicas ou de governo, com fundo na vinculação eleitoral e, possivelmente, direcionada para uma sedução dos sujeitos leitores a aderir à posição do veículo, é possível falar de um fazer enunciativo de perfil híbrido, na medida em que tais sujeitos se tonam participantes de uma rede de sentidos que os inscrevem diretamente no entremeio das cenas públicas e eleitorais.

Além da vinculação do discurso jornalístico com discursos sobre a política, outra articulação é sentida quando se analisam as publicações do Miriense que foram objeto de



investigação nesta pesquisa. Trata-se da visualização da dimensão de gênero que tem implicações na constituição do agir político em Igarapé-Miri.

As análises empreendidas durante a pesquisa levaram à constatação dessa outra relação interdiscursiva, a qual ajuda a constituir a prática discursiva instituída pelo Jornal Miriense, na qual estão articuladas a dimensão da prática política em curso em Igarapé-Miri e a dimensão do gênero a atravessar essa ação política. De que maneira e/ou até que ponto essa articulação se faz sentir nas publicações do JM é objeto principal que ajuda a estabelecer as bases desta pesquisa, razão pela qual o recorte adotado volta-se para a ação política feminina em Igarapé-Miri e/ou para os apontamentos passíveis de serem percebidos a partir de um olhar investigativo que se debruça sobre a condição de ser mulher e de, como tal, atuar nessa arena política. Para se reportar ao modo como essa relação se dá no fazer jornalístico em discussão são retomadas algumas publicações pertencentes ao material analisado, nas quais a condição de ser mulher ou de ser mãe, por exemplo, é sugerida ou afirmada enfaticamente, seja quando o jornal sugere reconhecer essa condição, seja quando a própria fala da mulher, citada pelo jornal, dá a conhecer essa realidade.

Conforme já indicado no capítulo 4, o conjunto de publicações do Jornal Miriense sobre a ação política ou sobre as personalidades políticas aponta um importante dado acerca dessa atuação feminina e da própria cobertura em questão, uma vez que é possível perceber que o veículo fala mais enfaticamente da mulher que atua na política quando há uma ligação direta com a prefeitura de Igarapé-Miri, em comparação com outras ações políticas femininas e/ou masculinas. Ajuda nessa leitura o fato de que setenta publicações selecionadas tematizam a ação política da prefeita de Igarapé-Miri e que somente outras dezesseis tematizam a ação política da mulher miriense que se ocupa de diversas funções públicas ou de sua própria imagem (constroem um perfil de homenagem, o qual está marcado na individualização). É muito destacado o volume de publicações que dizem sobre a mulher quando esta se move politicamente na função de prefeita, em comparação às outras publicações que as apresentam atuando em outras funções ou as divulgam em textos que têm perfil de homenagens.

Um apontamento diz respeito à aparição da mulher nos sete textos que compõem (G1), os quais trazem seis que apresentam a mulher diretamente ligada ao magistério, seja como atuante nesse campo de trabalho, no tempo presente, seja para se referir a uma atuação apontada no passado. De todas essas sete, uma apenas publicação apresenta uma liderança feminina que atua na prefeitura, sem ligação com o trabalho educacional. Tal dado leva a indagar sobre a aparição política feminina nas páginas do JM e o lugar profissional do magistério. Conforme já pontuado anteriormente, fica-se com a impressão de que o caderno

*Delas* e algumas publicações do Jornal Miriense identificaram a figura feminina que ganha destaque em Igarapé-Miri à atuação política no campo educacional e a este campo de trabalho vincularam as figuras políticas que ganharam destaque nesses espaços noticiosos. Como visto, além de textos publicados no *Delas*, duas publicações sobre a carreira docente da professora Eurídice Marques, a publicação sobre o “apitaco” e uma matéria com entrevista anexada tratando sobre uma greve na educação vincularam, centralmente, a figura da mulher ao fazer docente.

No caso dos textos sobre a professora Eurídice Marques, Trindade (2007) aponta para a sua personalidade aguerrida, pois liderou vários processos profissionais e culturais, e acolhedora, posto que foi, segundo a autora, uma mãe para seus alunos: “*mulher que gerou em seu ventre uma única vez, mas foi mãe dezenas de vezes*”. É um texto-homenagem de perfil exclusivamente enaltecedor à figura tematizada. O tom de exaltação e de marcação em sua conduta acolhedora se repete em Carvalho (2007), autor que se refere à professora Eurídice Marques sob o prisma da militância cultural e religiosa, mas também enquanto professora afetuosa e acolhedora, pois informa que a mesma abrigava, em sua casa, filhos de famílias do interior que os mandavam estudar na cidade: “*e a **PROFESSORA EURÍDICE**, abrigou muitos deles*”<sup>64</sup>. É, por assim dizer, a extensão da acolhida maternal aplicada ao magistério, uma espécie de estereótipo que identifica a figura da professora à de uma mãe dos alunos e marca esse campo de trabalho, haja vista que a maneira de interpelar os sujeitos leitores centra-se nos sentidos do elogio e da exaltação da personalidade e dos atributos pessoais da figura política destacada. O fato de serem publicações formatadas no estilo artigos de opinião também contribui para que um discurso de exaltação possa se manifestar. Não havendo espaço para outros posicionamentos, há toda uma liberdade necessária para exaltar essa figura de mulher, cuja construção parece articular um discurso sobre a maternidade (ou um protótipo de “mãe acolhedora”) ao discurso do jornal sobre o trabalho docente. A mesma é tematizada como liderança que gera em seu ventre e que tem sua ação acolhedora e maternal extensiva às demais crianças que acomoda em sua casa, para que possam continuar estudar.

A questão da maternidade também está estampada em uma passagem do Jornal Miriense, quando o veículo trata da atuação da sindicalista que chega à direção da CUT nacional. Em uma longa matéria com uma entrevista anexada à mesma, o JM apresenta aos sujeitos leitores a sindicalista Carmen Helena. No mesmo perfil de publicação que se centra em homenagear a figura política, essa publicação se diferencia de outras do mesmo

---

<sup>64</sup> Grifo do autor.

funcionamento discursivo porque apresenta aos leitores uma liderança política, a qual aparece como uma mulher de fibra, que lidera trabalhadores do Brasil, ao mesmo tempo em que ganha longo espaço de destaque para a sua própria imagem. Em meio às várias posições publicadas, chama a atenção o fato de a própria sindicalista pontuar a sua condição de ser líder política, lutadora, de representante das mulheres e mãe. Para ela, sua atuação seria de representação política: *“eu apenas sou porta-voz de todo esse sentimento e fortalecimento da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras(...), o desejo de querer mudar o mundo, o mundo de injustiças, de desigualdade contra as mulheres(...)”* (cf. Anexo 11). Desse modo, as falas da sindicalista imprimem à publicação um tom de avaliação da própria ação de luta, inserida em um plano de ação política nacional, o que poderia levar a entrevistada a uma ressignificação dessa ação, cujos sentidos aparecem como lutar em defesa das mulheres brasileiras (*“o significado político do caminho que eu escolhi da defesa das mulheres”*), assim como a própria constatação do ineditismo da governança feminina à frente da CUT nacional (*“a CUT nunca foi presidida por uma mulher em nenhum dia da história dessa Central”*). Nessa articulação, chama a atenção a instalação de uma tensão entre o lugar da luta política e o lugar do exercício da maternidade enquanto elemento estabelecedor de uma tensão sobre essa ação política: *“nós também somos muito pressionados pelo tempo, o lugar de ser mãe(...), o lugar de ser lutadora...”* (cf. Anexo 11). Importa destacar que esse posicionamento emerge a partir do posicionamento da própria liderança política e não a partir de um questionamento do veículo. É ela quem aponta para a sua condição de mãe e do quanto essa condição afeta (ou é afetada) por uma ação contínua de defesa de todo um segmento social; nesse caso, o exercício da maternidade é posto explicitamente ao lado de sua atuação nas lutas políticas, as quais seriam ressignificadas pelo papel de mãe.

Em outras passagens da cobertura do Miriense é possível perceber quando esses apontamentos emergem da enunciação do sujeito jornalista e de outros sujeitos que se manifestam sobre a mulher e/ou sobre sua ação política. É possível apontar a manifestação da própria prefeita de Igarapé-Miri, que ataca uma prática discriminadora, ainda que não declarada a sua fonte de discriminação, quanto ao exercício político feminino, haja vista posicionamentos como o seguinte, publicado em uma matéria de jornal: ao ser indagada pelo sujeito jornalista sobre uma greve na educação, a prefeita afirma: *“não temos tido a felicidade de ser olhada de maneira diferenciada(...) pesa muito o fato de sermos mulher, pois vivemos em um município machista”* (cf. Anexo 11). Ao se posicionar favoravelmente ao trabalho da prefeita, o JM veicula sentidos que apontam para uma agente atenciosa, solidária e acolhedora, uma espécie de mãe do povo, pois a mesma é apresentada em publicações do

jornal que a evidenciam como quem acolhe um servidor demitido e o traz de volta; analogamente, é como o filho que volta à família (governo) depois de ter se ausentado da mesma. A prefeita é noticiada como a pessoa que governa para os pobres e distribui presentes, carinhos e “*atos de solidariedade e amor*” durante a época natalina. São publicações que a apresentam de maneira exclusivamente bondosa, à maneira de uma mãe da população, cuja figura maternal recupera uma memória coletiva de mãe carinhosa, sensível, bondosa e pronta a ouvir e atender seus entes queridos.

Seja por essa analogia apontada aqui, seja em função de outras manifestações do sujeito jornalista ou de agentes políticos inscritos nas publicações, o fato é que a figura da maternidade parece ganhar *status* de elemento que ajuda a redimensionar a exposição de várias figuras femininas de destaque na cidade de Igarapé-Miri. A citada figura maternal também aparece nas falas de um pastor/vereador, o qual aponta para uma ressignificação da ação política da prefeita, com quem aquele está rivalizando em uma matéria de jornal já explorada neste texto. O agente político que fala do lugar do parlamento e faz insinuações sobre o trabalho da prefeita constrói uma imagem negativa sobre seu governo e a atrela, analogamente, à gestação e à maternidade: se é produtiva uma gestação que, em nove meses, traz ao mundo uma criança, o mesmo não se daria com o trabalho da prefeita. E, além desses, a presença política da mulher miriense também é reconfigurada em publicações mais provocativas, por meio de comentários irônicos sobre a sua aparência pessoal, o que leva a considerar que discussões sobre a beleza/aparência da liderança política estariam pautadas com maior ênfase do que o próprio agir político noticiado em *Ouvi Dizer... e Ora, Ora, Vejam Só!*.

As publicações retomadas e outras não citadas diretamente indicam, majoritariamente, uma maneira de o Jornal Miriense vincular a ação política praticada pela mulher atuante em Igarapé-Miri a questões ligadas aos lugares sociais mais requeridos para a figura feminina. Quando o próprio veículo não faz essa indicação explícita, há sujeitos políticos inscritos nos textos que vem apontar para essa direção. Portanto, o discurso do jornal sobre a ação política feminina ou sobre as figuras femininas de destaque na vida pública municipal toca-se, nesse espaço discursivo, com outros discursos, a exemplo daquele que vem intensificar a condição de gênero a partir da dimensão da aparência, do casamento e da maternidade, com a observação de que um dos estereótipos mais largamente inscritos no imaginário social, que reverbera discursos sobre lugares reservados à mulher na sociedade, atrela de maneira direta a figura da mulher à maternidade. Assim entendido, pode-se chegar a uma compreensão de que esse movimento discursivo está configurado a partir da existência

de uma prática midiática que veicula discursos sobre o agir político em acontecimento na cidade de Igarapé-Miri, prática essa que ressignifica o agir político feminino, na medida em que articula a política e a dimensão de gênero, articulando-se, neste caso, os efeitos de sentido produzidos e que se centram na provocação sobre a aparência da mulher ou na exposição da condição da maternidade (e sua vinculação com a aparição pública e a atuação política) e do magistério enquanto um lugar central de exercício laboral a ser ocupado pela mulher.

Diante do que foi retomado ou discutido ao longo dos textos, é possível chegar à conclusão de que, no caso dessa relação interdiscursiva que relaciona os textos do jornal a discursos sobre lugares ocupados historicamente pelas mulheres, no trabalho, na família e em outros, há todo um conjunto de posicionamentos veiculados pelo JM, nos quais algumas lideranças políticas, aqui concebidas como sujeitos políticos inscritos na arena política miriense, apontam para uma percepção de que têm ciência, elas mesmas, de sua condição feminina ou da dimensão de gênero que atravessa seus exercícios políticos, no caso das lideranças envolvidas nas lutas políticas; ou que marca as exposições femininas para o cenário público/político de Igarapé-Miri, sobretudo no caso das coberturas jornalísticas que constituem (G1).

De todos os grupos de textos considerados nas análises, (G4) desperta a atenção do pesquisador de uma maneira peculiar, na medida em que tais textos, ao tematizarem negativamente as ações da prefeita, trazem um número pequeno de matérias ou editoriais e uma soma significativa de publicações ancoradas no humor e na ironia. Dessa maneira, tais textos refletem uma forma diferenciada de tratar da atuação política da prefeita, dada a prevalência de publicações centradas em alegorias (*Ora, Ora...*) e insinuações (*Ouvi Dizer...* e charges), em contraposição às matérias, entrevistas ou editoriais, os quais tematizariam a citada ação com maior profundidade de tratamento dos dados apresentados ao público leitor. Esses textos de responsabilidade direta do veículo poderiam permitir uma compreensão mais segura acerca da relação jornalismo, política e gênero. Não é o caso de afirmar que esses textos mais provocativos esvaziam o fazer jornalístico do Miriense, mas de supor que um predomínio de insinuações em detrimento da apresentação dos fatos, discussão e contrapontos sobre o mesmo permite uma discussão mais superficial acerca dos acontecimentos municipais que dão origem às movimentações políticas em Igarapé-Miri e à cobertura jornalística sobre as mesmas.

Esses e outros apontamentos anteriores permitem levantar alguns indicativos concernentes à atuação do Jornal Miriense e à configuração de sua prática discursiva quando

se trata de cobrir a ação política feminina em Igarapé-Miri ou de destacar determinadas figuras pertencentes a esse cenário.

De uma maneira geral, pode-se dizer que o apresentado e discutido até aqui deve ajudar a redimensionar (ou a indagar mais sobre) a posição da instituição jornalística sobre a sugerida objetividade na cobertura dos fatos, ainda que com isso se insista em falar de combater um discurso “batido”, o da mídia que tenta se apresentar como isenta, discurso tão contestado quanto reverberado. A discussão levantada incentiva a pensar na fragilidade da posição da mídia sobre a verdade, espécie de compromisso fundamental a permear o fazer jornalístico (FENAJ, 2007)<sup>65</sup>. Para além de uma sonhada realidade que poderia caracterizar a ação jornalística, a verdade pode ser pensada como princípio a ser perseguido e/ou alcançado pelos sujeitos inscritos no trabalho jornalístico, os quais fazem mediação entre os agentes políticos e a comunidade leitora, mesmo que se saiba que o máximo de objetividade a existir nesse fazer noticioso pode se circunscrever à dimensão da versão. E esta, sem muita preocupação, pode ser caracterizada como bastante subjetiva ou variável. Porém, em todo o caso, o que foi discutido neste texto leva a aceitar que a busca de uma verdade/objetividade é um elemento tensionador do fazer jornalístico, uma espécie de busca de equilíbrio entre o que a carreira e a teorização sobre o jornalismo instituem e a realidade vivenciada pelos sujeitos que trabalham nesse campo.

Assis (2009) trata dessa ambiguidade, ao sugerir que a busca de uma maior aproximação entre os sujeitos leitores e os fatos que aconteceram deve estar sempre perpassada pela ótica do sujeito jornalista. Por isso, ele fala em versões que seriam apresentadas acerca dos fatos:

Fazer jornalismo é reunir o máximo de informações sobre um tema ou fato, consultando o maior número de fontes possível para comparar os dados coletados de forma a aproximar o expectador tanto quanto possível do que realmente aconteceu. “Tanto quanto possível” porque *orgulhar-se de estabelecer verdades é ingenuidade. Estamos sempre diante de versões*, ainda que a versão seja testemunho do próprio jornalista (ASSIS, 2009, p. 31, grifos meus).

Os apontamentos aqui reunidos acerca de vários discursos que se relacionam (de maneira favorável e/ou adversária) no espaço criado pelo fazer jornalístico do Jornal Miriense levam, uma vez mais, a observar o perfil do discurso didático-impositivo que se materializa

---

<sup>65</sup> “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos”, cujo fazer laboral deve(ria) ser pautado na “precisa apuração dos acontecimentos”, insiste o Código de Ética do Jornalismo, em seu art. 4º (FENAJ, 2007, s/p).

em manuais que cerceiam o fazer jornalístico. Enfatiza-se uma posição que propaga a neutralidade, como se veicular informações fosse sinônimo de uma ação a-política, difundida pelos sujeitos jornalistas e, logo, ancoradas no próprio lugar da prática jornalística, posição que tem nas orientações institucionais um lugar de fala privilegiado. O *Manual de redação e estilo* do jornal Estado de S. Paulo é um exemplo concreto desses investimentos ideológicos feitos sobre os sujeitos/profissionais jornalistas:

Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões. Em nenhuma hipótese se admitem textos como: *Demonstrando mais uma vez seu caráter volúvel, o deputado Antônio de Almeida mudou novamente de partido.* Seja direto: *O deputado Antônio de Almeida deixou ontem o PMT e entrou para o PNX. É a terceira vez em um ano que muda de partido.* O caráter volúvel do deputado ficará claro pela simples menção do que ocorreu (MARTINS, 1997, p. 17, grifos na obra).

A posição inscrita no Manual constrói um tom receitual para balizar esse agir, de cuja posição vem enunciados que insistem em dar ao jornalismo uma dimensão técnica ou neutra (*Faça textos imparciais(...). Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões...*). Desse discurso que objetiva educar e/ou cercear a ação do jornalista decorrem ordens e interdições, como a que o determina a adotar determinadas escolhas linguísticas, tais como a adoção de ordem direta na construção da matéria ou para que não incorra em adjetivações ou subjetivações acerca dos agentes políticos tematizados.

Ao propor a iniciativa de pesquisar a maneira como o Jornal Miriense noticiou a ação política da mulher e, subsidiariamente, mostrou a presença de mulheres que se destacaram no cenário de Igarapé-Miri, não se pretendia partir de uma concepção de neutralidade enquanto caracterizadora do fazer jornalístico, mas já se pensava no exame das relações interdiscursivas que se encontram subjacentes à construção, pelo JM, da figura pública/política feminina em Igarapé-Miri, a partir do trabalho, das escolhas feitas por esse veículo no que tange a essa cobertura. Em decorrência dessa concepção, já se acreditava na possibilidade de abordar duas questões caras ao fazer noticioso do JM, quais sejam: (i) o discurso jornalístico e sua relação com a política, seja em uma acepção de política enquanto restrita à vivência partidária, seja no sentido de exercício da vida pública, da cidadania; e (ii) o exercício da política e sua relação com as questões de gênero, já que o recorte adotado na análise estava circunscrito à atuação na mulher no cenário político de Igarapé-Miri.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Isaac Fonseca; SOUZA, Armando Lírio de. *Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Local: de movimento à política pública – reflexões com base na trajetória do município de Igarapé-Miri (PA)*. (Trabalho apresentado na Semana Acadêmica do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da Universidade Federal do Pará, 2011) (mimeo).

ARAÚJO, Israel Fonseca; PESSOA, Fátima Cristina da Costa. *Entre a informação e a intervenção política: a enunciação jornalística sobre a atuação política feminina no município de Igarapé-Miri (PA)*. 2015 (inédito).

ASSIS, Evandro de. *O jornalismo e a mídia social*. Blumenau, SC: Edifurb, 2009.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução: Alda Scher e Elsa Maria Nitsche Ortiz. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004 (p. 07 a 80).

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3ª ed. rev., Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2012.

CASADEI, Eliza Bacheaga. *Os códigos padrões de narração e a reportagem: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX*. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação). Orientadora: Profª. Drª. Mayara Rodrigues Gomes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida; NERI, João Eudes Carvalho; ABREU, Joniel Vieira. *Evolução do eleitorado e perfil dos candidatos aos cargos na administração pública municipal de Igarapé-Miri*. Belo Horizonte: CRV (inédito).

FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*, Vitória [ES], 04 de agosto de 2007. Disponível em [http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf) (Acesso em 26 nov 2014).

FERNANDES, Phillippe Sendas de Paul; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. *Imprensa e Política na Belém do início do século XIX (1820-1830)*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Rio Branco – AC – 27 a 29 de maio 2010. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2010/resumos/R22-0153-1.pdf> (Acesso em 18/08/2015).

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.



GALVÃO, Dorival Pereira. *Jornal Miriense: breve histórico*. Igarapé-Miri (PA), 2013 (não paginado).

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. In: Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, vol. 4; n. 11, p. 11 a 25, Nov. 2007.

IBGE, 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/99/cd\\_2010\\_resultados\\_gerais\\_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/99/cd_2010_resultados_gerais_amostra.pdf) (Acesso em 14/08/2015).

IBGE, 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150330&search=para|igarape-miri|infograficos:-historico> (Acesso em 11/12/2013).

JOUBERT, Patrícia de Castro. *Comunicação e relações de trabalho no contexto empresarial: a prática discursiva de um informativo organizacional*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras). Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Cristina da Costa Pessoa. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Tradução: Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 (7ª tiragem).

\_\_\_\_\_. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2011.

\_\_\_\_\_. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 2006.

LOBATO, Eládio. *Caminho de Canoa Pequena: História do Município de Igarapé-Miri*. 3ª ed. (enriquecida e atualizada). Belém, 2007.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes – Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - *ReVEL*. Vol. 4, n.6, março de 2006. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. (p. 1-6). Disponível em [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br).

\_\_\_\_\_. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola, 2008, 184 p. [*Linguagem*, 27].

\_\_\_\_\_. *Análise de Textos de Comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. – 5ª ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Gerson Luiz. *Afinal, o que é jornalismo hoje?* Disponível em <http://www.gersonmartins.jor.br/artigo-jornal/afinalo-que-e-jornalismo-hoje-804> (texto publicado em 14/04/2012, não paginado) (Acesso em 28 de março de 2014).

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*. 3ª edição, revista e ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2ª edição, revista. Petrópolis: vozes, 1994.

MIGUEL, Luís Felipe. *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. *Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003a. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/capital-pol%C3%ADtico-e-carreira-eleitoral-algumas-vari%C3%A1veis-na-elei%C3%A7%C3%A3o-para-o-congresso-brasile> (Acesso em 31 de maio de 2014).

\_\_\_\_\_. *A Eleição Visível: a Rede Globo descobre a Política em 2002*. Rev. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 46, n.2, 2003b (p. 289 a 310). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n2/a04v46n2> (Acesso em 31 de maio de 2014).

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Meios de Comunicação de Massa e Eleições no Brasil: da influência simples à interação complexa*. Revista da USP. São Paulo, n.90, p. 74 a 83, junho-agosto 2011. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/34013/36747> (Acesso 09 de abril de 2014).

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso, Imaginário Social e Conhecimento*. Em Aberto, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994 (p. 52 a 59).

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2010.

PINTO, José Maria Ribeiro. Dois candidatos: progresso ou retrocesso? In: \_\_\_\_\_. *A Palavra a seu Tempo*. Igarapé-Miri, PA, s/d (inédito).

POSSENTI, Sírio. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. In: POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba/PR: Criar edições, 2002 (p. 167-186).

\_\_\_\_\_. Observações sobre o interdiscurso. In: POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a (p. 153-168).

\_\_\_\_\_. O sujeito fora do arquivo?. In: POSSENTI, Sírio. *Os limites do Discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola, 2009b (p. 73-84).

\_\_\_\_\_. O discurso a respeito de leitura em editoriais da ALB. In: POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009c (p. 21-38).

\_\_\_\_\_. O discurso não é uma camada. In: POSSENTI, Sírio. *Os limites do Discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola, 2009d (p. 13-22).

\_\_\_\_\_; MUSSALIM, Fernanda. *Contribuições de Dominique Maingueneau à Análise do Discurso*. In: DE PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grenissa (Orgs.). *Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2010.

QUARESMA JR., João Maria (J. Santiago). *Igarapé-Miri no contexto da Cabanagem: agosto de 1935 à abril de 1836*. Belém: Gráfica G4, 2005.

ROCHA, Décio; SOUZA E SILVA, Maria Cecília Pérez. *Por que ler “Gênese dos Discursos”?*. Resenha de *Gênese dos Discursos*, de Dominique Maingueneau. *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009.

RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto; COSTA, Grace Soares. *Bases sociológicas da função social do jornalismo e seus princípios nas democracias*. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Fortaleza – CE, 03 a 07/09/2012) (p. 1 a 15). Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0569-1.pdf> (Acesso em 29 de maio 2014).

RODRIGUES, Marília Giselda. *O “repórter Shiva”?: práticas discursivas e atividade de trabalho do jornalista em tempos de mudança*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2013.

TSE *lança no Congresso Nacional campanha que convoca mulheres para a política*. Matéria publicada em 19 de março de 2014. Disponível em <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Marco/tse-lanca-no-senado-campanha-que-convoca-mulheres-para-a-politica> (Acesso em 07/08/2014).

UOL. *IBGE: Quase metade da população com 25 anos ou mais não tem o fundamental completo*. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/12/19/ibge-quase-metade-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-nao-tem-o-fundamental-completo.htm>. São Paulo, 19/12/2012, atualizada em 20/12/2012. (acesso em 23 dez. 2014)

### ***Textos do Jornal Miriense adotados na análise:***

Jornal Miriense. *Igarapé-Miri: a certeza de uma nova era*. 31 de janeiro de 2005, p. 3.

\_\_\_\_\_. *DIA INTERNACIONAL DA MULHER*, 11 de março de 2005, caderno *Delas*, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Comunidades agradecem à prefeita de Igarapé-Miri*. 31 de maio de 2005, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Praia do Cristal – Prefeita Dilza Pantoja realiza um sonho e cumpre uma promessa de campanha*. 15 de agosto a 30 de setembro de 2005, p. 9.

\_\_\_\_\_. *PROFESSORA “VAVÁ”:* a bis-mestra que se doou para crianças e idosos. 01 a 15/10/2005, caderno *Delas*, capa.

- \_\_\_\_\_. *Prefeita Dilza Pantoja em Brasília*. 11 de abril de 2005, p. 5.
- \_\_\_\_\_. *Discussão acirrada leva ao “racha” na administração municipal*. 05/06/2005, p. 3.
- \_\_\_\_\_. *Professora “Zazá”*, 16 a 31/10/2005, caderno *Delas*, capa.
- \_\_\_\_\_. *Educação em boas mãos*. 05/06/2005, caderno *Delas*, capa.
- \_\_\_\_\_. *Dilza Pantoja: Uma senhora prefeita*. 16 de julho de 2005, caderno “*Delas*”, capa.
- \_\_\_\_\_. 05/07/2005, p. 05 (*Ouvi Dizer...*)
- \_\_\_\_\_. *MÔNICA LIMA: 50 anos de atividade na educação no Estado do Pará*. 15/08 a 30/09/2005, caderno *Delas*, capa.
- \_\_\_\_\_. Editorial – *O melhor jornal da região*. 16 a 31/10/2005, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Texto sem título (“*A reunião da Câmara Municipal de Igarapé-Miri...*”). 01 a 15/10/2005, p. 11.
- \_\_\_\_\_. 16 a 31/10/2005, p. 7 (*Ouvi Dizer...*)
- \_\_\_\_\_. *PROFESSORA “VAVÁ”: a bis-mestra que se doou para crianças e idosos*. 01 a 15/10/2005, caderno *Delas*, capa.
- \_\_\_\_\_. *Professora “Zazá”*. 16 a 31/10/2005, caderno *Delas*, capa.
- MARQUES, Wlisses. *Parece que não temos prefeita!* *Jornal Miriense*, dez. de 2005, p. 10 (*Tribuna Livre*).
- Jornal Miriense*, dez. 2005, p. 10 (*Ouvi Dizer...*)
- Jornal Miriense*, jan. 2006, p. 9 (*Ouvi Dizer...*)
- \_\_\_\_\_. *Conselho de Alimentação Escolar denuncia administração municipal*. Fev. de 2006, p. 9.
- \_\_\_\_\_. *Câmara Municipal de Igarapé-Miri: encerramento do 1º período*. 05/07/2006, p. 9.
- \_\_\_\_\_. Editorial – *Não posso me furtar ao comentário já que edito jornal neste município há 26 anos, e nunca tinha visto tamanha aberração*. 05/08/2006, p. 2.
- \_\_\_\_\_. *O governo das festas*. 05/08/2006, p. 9 (*Ora, Ora, Vejam Só!*).
- \_\_\_\_\_. *Demitido pela prefeita por não fazer campanha para o seu candidato*. 09/09/2006, p. 3.

Jornal Miriense. *A rainha tá engordando de novo*. 09/09/2006, p. 11 (*Ora, Ora, Vejam Só!*)

Jornal Miriense. *Quem diria: súditos infantis foram abandonados pela “rainha” malvada!* 05/11/2006, p. 5 (*Ora, Ora, Vejam Só!*).

Jornal Miriense. *A violência preocupa(?) a rainha*. 05/12/2006, p. 6 (*Ora, Ora, Vejam Só!*)

Jornal Miriense. 2ª quinzena, fev. 2007, p. 5 (*Ouvi Dizer...*)

\_\_\_\_\_. *Fim da Greve: vitória dos professores e da população*. 1ª quinzena de março de 2007, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Carmem Helena: a primeira mulher presidente da CUT nacional*. 2ª quinzena de março de 2007, p. 5.

TRINDADE, Silvina. *Igarapé-Miri perde um ícone de sua história*. Jornal Miriense, 05/02/2007, p. 7.

CARVALHO, Raimundo Lima de. *E Lá se foi a nossa “Pérola Negra”*. Jornal Miriense, 05/02/2007, p. 7.

Jornal Miriense. *A “rainha” malvada quer seus sábios mais “burros”*. Jornal Miriense, 2ª quinzena de fev. 2007, p. 4.

\_\_\_\_\_. *Moju volta com mais força e mostra mais trabalho ainda*. 22/07/2007, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Projeto “Miri Sorridente”*. 15/10/2007, p. 4.

Jornal Miriense. *“Receba as bênçãos, minha filha...”*. 10/07/2007, p. 15 (*Ora, Ora, Vejam Só!*)

\_\_\_\_\_. *O “Dia de Papai Noel”*. 29/12/2007, p. 10.

\_\_\_\_\_. *Professores e alunos fazem apitação pelas ruas da cidade*, 28/08/2008, p. 5.

Charge *“Mercearia MATA-FOME”*. Jornal Miriense, 05/12/2006, p. 5. (*Berto Belém*)

Charge *“1º Grito de Carnaval da PMI 2007. Fome, Fome, Fome”*. Jornal Miriense, 05/02/2007, p. 7. (*sem autoria declarada*)

Charge *“BEM VINDO À IGARAPÉ-MIRI a Capital Mundial do BURACO”*. Jornal Miriense, 2ª quinzena de março 2007, p. 9. (*Berto Belém*)

Jornal Miriense. Reprodução da página inicial do *blog* do Jornal Miriense. Fonte: <http://jornalmiriense.zip.net> (Acesso em 27/03/2015).

## **ANEXOS<sup>66</sup>**

---

<sup>66</sup> Conforme já destacado neste texto, o autor da pesquisa não teve permissão para retirar exemplares do JM da sede (Redação), ficando limitado a fotocopiar as páginas que lhe interessaram, o que foi feito no próprio prédio do Jornal Miriense. A isso se deve o fato de as imagens reproduzidas para constituir estes anexos se apresentarem, em certos casos, sem a nitidez necessária, o que se espera não inviabilize a leitura.

Anexo 1 – Capa do caderno *Delas*; JM, 11/03/2005

Encarte - JM, 11.03.05  
Capa  
Abril 2005



# DELAS

**O CADERNO DA MULHER MIRIENSE**

**JORNAL MIRIENSIS**  
A VERDADE EM PRIMEIRO

Encarte  
edição de Nº  
É proibida a ve  
separadame  
**11 DE MARÇO DE 2005**

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

**O** dia 8 de março foi de muita festa em Igarapé-Miri. Mais de 500 mulheres mirienses se reuniram nas Casa da Cultura atendendo ao chamada do **MODEMI – Movimento em Defesa da Mulher de Igarapé-Miri**, ali ouviram instruções importantíssimas para a mulher nos dias de hoje. E não faltaram as várias atrações como exposição de fotos, exibição de filmes e palestras sobre suas atividades no município e muita festa. **Pág. 03**



*Neuza Sampaio (presidente do Modemi), abraçada pelo advogada do movimento. Por trás da faixa, uma multidão feminina caminhando pelas ruas.*

**MULHER**

**Elas aproveitam o espaço e mandam ver**

Página 3

**Recadinhos do coração**

Na próxima edição do caderno DELAS, mande um recadinho para quem você ama. Procure nossa redação.

**ALERTA**

**Aids: cresce o número de mulheres infectadas**

Página

**ASTRAL**

**Saiba o que o horóscopo chinês promete para 2005**

Página 2

**RECEITAS**

**Faça os pratos mais saborosos**

Página



Anexo 2 – Dia Internacional da Mulher, caderno *Delas*; JM, 11/03/2005

11.03.05 → 3

Abril de 2005

## Dia Internacional da Mulher

O dia 8 de março foi de muita festa em Igarapé-Miri. Mais de 500 mulheres mirienses se reuniram nas Casa da Cultura atendendo ao chamada do **MODEMI – Movimento em Defesa da Mulher de Igarapé-Miri**, ali ouviram palestra importantíssimas para a mulher nos dias de hoje. Falou-se da mulher quanto empresária e foram dadas orientações para casos de violência no lar e fora dele. As mulheres foram também para as ruas em grande caminhada. Houve sorteio e distribuição de brindes e cestas básicas. Da Casa da Cultura as mulheres foram para a frente da cidade, em frente ao Leão do Norte, espaço que será destinado para esses movimentos. O Instituto Deusdeth Pantoja – IDP, participou da programação do Movimento em Defesa das Mulheres de Igarapé-Miri, juntamente com a prefeitura local, e fez exposição de fotos, exibição de filmes e palestras sobre suas atividade no município. Seu estande foi um dos mais visitados durante aquele dia. A foto registra a alegria *delas*.

**No Congresso Nacional** O Congresso Nacional realizou sessão especial conjunta para comemoração do Dia Internacional da Mulher e entregou Diploma Bertha Lutz a cinco mulheres que se destacaram por prestar relevantes serviços na defesa dos direitos femininos.

Receberam o prêmio, instituído há quatro anos pela Mesa do Senado, a integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher Clara Charf (Sudeste); a farmacêutica Maria da penha Maia Fernandes (Nordeste); a jornalista Palmerinda Donato (Centro-Oeste); a gari Rozeli da Silva (Sul); e a pediatra Zilda Arns (Sul).

Na ocasião, também foi aberto oficialmente o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e

Caribenha, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Betha Lutz, apresentou requerimento pedindo a criação de uma comissão especial temporária, formada por sete senadores e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações durante todo este ano.

**Palmira Donato** – Escritora e jornalista, empenha-se na luta das mulheres por maior espaço no cenário político. Esse esforço foi iniciado em 1955, quando criou e presidiu, no Rio, o 1º Comitê Feminino do Leme. É presidente da Academia Internacional de Cultura e conselheira da Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil e do memorial JK.

**Maria da Penha** – A biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes ficou paraplégica depois de ter sido agredida por seu ex-marido. No livro *sobrevivi e posso contar*, ela relata os 20 anos de sua luta por justiça. Militante engajada na luta contra a violência e ativa participante de entidades como a Associação dos Parentes e Amigos de Vítimas (Apavv) e o observatório do judiciário.

**Zilda Arns** – Fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, a médica pediatra e sanitarista acompanha crianças e gestantes há 20 anos, ajudando a diminuir a mortalidade infantil no Brasil e em outros 14 países. “Sempre procurei me sentir muito livre, nunca pensando que a questão da diferença de sexo pudesse ser obstáculo para qualquer trabalho”, ensina.

**Rozeli da Silva** – Aos 41 anos, a gari Rozeli da Silva comanda um sonho que começou em 1996: o Centro Infantil Renascer da Esperança, que atende 220

crianças, de seis a 14 anos, no bairro da Restinga em porto Alegre. Contratada com pouco mais do salário mínimo, começou a pensar nos seus iguais: as crianças de rua. Hoje, mãe de cinco filhos diz que tem “mania” de sonhar.

**Clara Charf** – Com uma militância que começou no Recife, em 1942, quando, aos 21 anos, atuava em comitês de mulheres que lutavam contra a carestia e pelos direitos democráticos, Clara Charf sempre esteve inserida nos movimentos em defesa dos perseguidos, discriminados e injustiçados. Pagou preço alto: foi presa e exilada.

### BERTHA LUTZ: 50 ANOS DE LUTA POR DIREITOS

Bertha Lutz era filha da enfermeira inglesa Amy Marie Gertrude Fowler e de Adolpho Lutz, conhecido microbiologista suíço radicado no Brasil. À frente da federação Brasileira para o progresso Feminino, que dirigiu por mais de 50 anos, ela teve intensa atuação política em favor da emancipação e educação da mulher, por mudanças na legislação trabalhista e pelo voto feminino. Cientista de campo e laboratório, Bertha Lutz se especializou em organização de museus e ainda formou-se em Direito, publicando mais de 30 artigos em periódicos nacionais e internacionais. Exerceu sua atividade profissional de forma indissociada, em meio a toda sua atuação política, estabelecendo redes de sociabilidade e solidariedade em suas interações com setores que gozavam e disputavam prestígio e poder nas comunidades científicas e políticas, nacionais e internacionais de então.

Os jornais da época, ao tratarem sua atuação política em prol das causas femininas, mencionam sua condição de naturalista do



Museu Nacional, o que, inclusive, lhe atribuiu prestígio e reconhecimento social, segundo Maria

Margaret Lopes, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu Unicamp.

Fonte: *Jornal do Senado*

## Porque sou MULHER

Se tenho um ar lânguido, me julgam promíscua.  
Se meus gestos são sexys, apostam que sou marafona  
Se me empenho em exibir meus valores como profissional,  
me rotulam de Feminista.  
**PORQUE SOU MULHER**  
Me querem pura, me querem perfeita e ao mesmo tempo burra  
Acham que não tenho direito de reivindicar meu lugar ao sol  
Me cobram tudo!  
Um marido de papel passado e até me querem sem nenhum passado  
Me cobram fidelidade para aparentar felicidade  
Me cobram filhos que não sejam naturais  
Me cobram falsos puritanismos, por normas convencionais.  
Me querem acomodada e conformada diante das aventuras extra-conjugais  
Me querem objeto, me querem alienada  
Me querem violentar, me querem calar!  
Me querem de prendas do lar, e, se rejeito e contesto  
Me chamam de vulgar  
Me querem cega, surda, muda, para salvaguardar o meu lar.  
Me querem marionete comandando meus atos, meus passos  
Tentando obstruir meu espaço  
Me cobram diante da sociedade uma grande dama  
Me querem prostituta na cama  
Me querem mãe exemplar em detrimento dos meus anseios  
Me caluniam por despeito e me difamam por preconceito  
Me atribuem homens que sequer sonhei tê-los  
Me querem mãe e doméstica.  
Me cobram com quem transo? Como transo? quando transo?  
E, se nada disso faço, me rotulam de lésbica!  
Me querem escrava de um senhor e, para ele deverei ser santa a governanta.  
A mulher para transar, tolhida no seu direito de gozar, Ovular para multiplicar, parir sem reclamar.  
Educar sem falhar.  
Não me questionam sobre minhas carências, apenas me cobram, me cobram e me cobram.  
Mas, nada me dão em troca!  
**Parabéns por ser mulher!**

Poema de Rinalda Pinheiro, distribuído em Igarapé-Miri no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.





# DELAS

O CADERNO DA MULHER MIRIENSE

**JORNAL MIRTENS**  
A VERDADE EM PRIMEIRO

Encarte  
edição de Nº  
É proibida a ve  
separadame  
05 DE JUNHO DE 20

## Educação em boas mãos

Érica Augusta Moraes Gonçalves, tem 27 anos, é pedagoga formada pela Universidade Federal do Pará – UFPA, e é especialista em coordenação e supervisão escolar pela Universidade da Amazônia – Unama.

“Desde a minha formação percebi que meu gosto pela área educacional elevaria meu profissionalismo, pois gosto muito do que faço”.

Trabalhou na coordenação da Escola Acesso (Belém), sendo depois convidada para integrar a equipe da Universidade Vale Acaará (Belém), onde foi coordenadora de Licenciatura. Érica faz parte da equipe da Secretaria de Educação em Igarapé-Miri, onde exerce o cargo de coordenadora do Núcleo de Gestão Escolar. Ao se perguntar como se sente na Secretaria de Educação em Igarapé-Miri, Érica afirma: “O principal disso tudo é hoje poder trabalhar com uma educação municipal e fazer parte de uma equipe de coordenadores brilhantes que compõem o quadro da prefeita Dilza Pantoja.”



**Ainda nesta edição:**

- Oráculo dos Deuses
- Aprenda mais sobre o termômetro da obesidade
- Frango: tem cada receita, huumm...
- Dicas importantes para o seu alimentos ficar mais saboroso

**MULHER**

**IGUALDADE:**

**O ano é da mulher da América Latina e do Caribe**  
*Os senadores aprovaram no dia 19 de abril requerim para a criação de comissão espe: ial temporária para plan e coordenar as atividades referentes às comemorações do Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha.*

..... Pági

**INDAC INFORMA**

**MORTALIDADE MATERNA**  
**Lei obriga notificação de casos**

*As unidades de saúde do Estado do Pará serão obrigaa notificar todos os casos de mortalidade materna.*

Pági

Anexo 4 – MÔNICA LIMA: 50 anos de atividade na educação no Estado do Pará, *Delas*, JM, 15/08 a 30/09/2005, capa



Edição 87 ▼ Nº 07

# DELAS

O CADERNO DA MULHER MIRIENSE

**JORNAL MIRIENSE**  
A VERDADE EM PRIMEIRO LUGAR

Encarte da edição de Nº 87.  
É proibida a venda separadamente.  
15/08 à 30/09/2005

## MÔNICA LIMA:

### *50 anos de atividade na educação no Estado do Pará*

pedagoga Maria Mônica Pinheiro Lima, é a secretária de educação do governo dilziano. Professora aposentada das salas de aula, Mônica tenta repassar para a educação do município, toda a prática adquirida nesses quase 50 anos de atividade. Fez seu curso de magistério no colégio professor Bernardino Pereira de Barros na cidade de Abaetetuba, ocasião em que foi premiada pelo governo do Estado por haver conquistado o primeiro lugar nos 3 anos de curso. É formada em Pedagogia pela Universidade da Amazônia-UNAMA, em Letras pela Universidade Federal do Pará UFPA e Metodologia da Educação Superior pela Universidade do Estado do Pará -UEPA, onde fez pós-graduação. O caderno Delas, parabeniza a maravilhosa secretária e deseja sucesso a sua missão.



*J.M., "Delas", Capa.*



Anexo 5 – O Jornal Miriense destaca no encarte “Delas”: a Professora “Zazá”, *Delas*, JM, 16 a 31/10/2005, capa



**DELAS**

**JORNAL MIRIENSE**  
A VERDADE EM PRIMEIRO LUGAR

Encarte da  
edição de Nº 89.  
É proibida a venda  
separadamente.  
**16 A 31/10/ 2005**

Edição 89 ▼ Nº 09

**O CADERNO DA MULHER MIRIENSE**

**Jornal Miriense destaca no encarte “Delas”: a Professora “Zazá”**


Crisálida Soares, conhecida por “Professora Zaza”, aos nove anos de idade, além da tarefa escolar, iniciou a aprendizagem artística com sua “Tia Arminda” que lhe ensinou os primeiros trabalhos como: bordados com linha rendas em roupas infantis que despertaram o interesse pela costura, do qual fez sua profissão por muito tempo. Aos vinte anos, lecionou no interior mas resistiu do cargo porque sentiu muita falta do aconchego maternal fora de casa. Em seguida, foi nomeada Contadora do Juízo, função que ainda hoje, raramente exerce como ad-loc. Quando concluiu o Curso Ginásial, reinssou no Magistério com a honrosa tarefa de lecionar no Instituto Santana durante onze anos. Sentiu necessidade da aquisição de conhecimentos para melhor desempenho das atividades impostas, concomitante com o trabalho, lançou-se aos estudos e concluiu o Curso de Magistério em Abaetetuba. Foi transferida para o instituto Santana para o projeto Logos II e assim também Secretária do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) para o qual, fez o Curso de Secretários de Escola no

Município de Santa Izabel do Pará. Iniciou o Curso de Pedagogia nas Faculdades Integradas do Colégio Moderno (FICOM) onde estudou até a segunda série e continuou na Universidade Federal do Pará (UFPA) o Curso de Letras que lhe garantiu o título de “Professora Zazá”. Com o Curso de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e literatura Brasileira, foi requisitada para lecionar no Segundo Grau Regular na Escola Estadual “Enedina Sampaio Melo” e na Escola Estadual “Raimundo Emiliano pantoja”, onde concluiu seu tempo de serviço como funcionária pública estadual, aposentando-se.

A “Professora Zazá”, afirmou que, apesar das dificuldades enfrentadas nessa trajetória, tem muitas saudades, porque houve muitas compensações. Por isso agradece a Deus que lhe concedeu esse privilégio de lutar pelo bem de muitos que participaram dessa caminhada instrutiva e educativa, mas, reconhece também que, sendo impossível contentar a todos... Paciência! A vida continua prazerosa, ainda envolvida com as linhas, bordados, rendas e tudo o que precisa fazer alegremente é feliz.



Anexo 6 – Professora “Vavá”: a bisa-mestra que se doou para crianças e idosos, *Delas*, JM, 01 a 15/10/2005, capa



Edição 88 ▼ Nº 08

# DELAS

**O CADERNO DA MULHER MIRIENSE**

**JORNAL MIRIENSE**  
A VERDADE EM PRIMEIRO LUGAR

Encarte da edição de Nº 88. É proibida a venda separadamente. 01 a 15/10/ 2005



## PROFESSORA “VAVÁ”

### *A bisa-mestra que se doou para crianças e idosos*

Vitalina Torres, conhecida carinhosamente por “Professora Vavá”, uma bisa-mestra, que desde a sua infância muito se doou em prol das crianças e idosos. Aos 18 anos foi nomeada professora para a escola primária, para escola no interior, sendo transferida posteriormente para a cidade, para a Escola Manoel Antônio de Castro onde trabalhou 17 anos como professora, um ano e seis meses no Instituto Santana e 14 anos na Escola Enedina Sampaio de Melo, onde exerceu secretariado, coordenação e diretoria. Realizou vários cursos de formação nas cidades de Santa Izabel, Abaetetuba e Belém. *“Foi uma trajetória árdua mas gratificante, pois estudava, trabalhava e cuidava do lar.”* Profissionalmente pode ser considerada uma guerreira, pois naquele tempo não existia hora-aula, o professor recebia turmas de 50 a 60 alunos por sala de aula, e a carga era das 7 da manhã às 6 da tarde para ganhar 100 mil réis ( era no tempo da moeda réis). Mãe de 4 filhos legítimos (uma mulher), três filhas adotivas, esposa dedicada.

Professora Vavá muito agradece a Deus pela família que tem (15 netos e 5 bisnetos), os ex-alunos, colegas e amigos conquistados ao longo dos seus 71 anos, se acha realizada pelo desempenho prestado na sua juventude, e ainda nos dias de hoje, continua mostrando sua honradez, caráter e acima de tudo humildade.

03 a 15/10/05



Anexo 7 – TRINDADE, Silvina. *Igarapé-Miri perde um ícone de sua história*. In: JM, 05/02/2007, p. 2.

**eral** **JORNAL MIRIENSE**

## Igarapé-Miri perde um ícone de sua história

Silvina Trinda

**Professora Eurídice:** a mestra repassou comentários por todos os lugares onde andou.

**Eurídice:** a mulher que gerou no seu e uma única vez, mas foi mãe de dezenas de filhos.

**Mãe Eurídice:** título atribuído por tantas pessoas, tanto por aquelas que acompanharam a sua vida como por outras que a conheciam apenas em sinal de respeito.

Grande contribuidora na criação do hino de Igarapé-Miri, Merecedora de incontáveis homenagens pela sua partida...!

Quem a conheceu sabe de suas inúmeras atividades, que desempenhou um trabalho significativo em seu município, começando por trabalhos que atendem centenas de crianças em organizações religiosas, como a festividade de Santo Antônio em sua residência, Santa Casa da Boa Esperança; o pilar mais forte, talvez, foi o seu trabalho com idosos, desenvolvendo um trabalho com idosos com jovens e crianças por várias gerações. Toda sua existência foi dedicada ao desenvolvimento de Igarapé-Miri pois com oportunidades de residir na capital do Estado, jamais aceitou, demonstrando assim o amor incondicional por sua terra.

Professora Eurídice não morreu! Não a temos mais fisicamente, mas sua memória permanecerá viva, seu nome será lembrado em cada capítulo de nossa história, em cada movimento folclórico, todas as vezes que cantarmos o hino de nosso município assim como o Hino Nacional, para que era requisitada a entoar, o que fazia com muito patriotismo.

Mulher de fibra, que por onde andou plantou sementes, que com certeza produzirão frutos cem por um. Deixou um leque de bons exemplos: de determinação, coragem, dedicação, amor, respeito, cidadania, que oxalá surjam pessoas para cultivá-los.

Em nome do povo igarapemiriense, estamos reverenciando, se não a mais ilustre, mas uma das mais ilustres de suas filhas, professora EURÍDICE SOARES MARQUES DE SOUZA.



Apoio: Jornal Miriense

05/02/2007, p. 07

05/2/07, p. 07  
"Genel"

Anexo 8 – CARVALHO, Raimundo Lima de. *E lá se foi a nossa “Pérola Negra”*. In: JM, 05/02/2007, p. 2.

## E lá se foi nossa “Pérola Negra”

Raimundo Lima de Carvalho - “Cala

Decorria os fins da década de 50. Morava no engenho São José, localizado no rio São José, de propriedade de meus avôs, e contrataram o professor Sinésio, que passou a ensinar o signatário e os filhos dos balhadores do engenho, as primeiras letras do alfabeto e os primeiros números, das mais básicas operações.

Em 1958, fins da administração de Alcides Sampaio, chegaram a Igarapé-Miri, as irmãs Barros Lima, Gabriela, Bernadete e Maria Luísa, que vieram implantar o ensino primário no Instituto Santana, motivando a mudança para a cidade, onde passei a estudar nessa tradicional e eficiente escola de ensino, que nos enche de orgulho.

Entre o corpo docente do colégio, figurava a professora EURÍDICE SOARES MARQUES DE OLIVEIRA, nossa conhecidíssima PROFESSORA EURÍDICE. Era impressionante a postura firmeza de caráter, a segurança no conhecimento que possuía, sem falar na disciplina e imponha em sala de aula, pois, bastava um olhar, para que a “molecada” ficasse em silêncio, coisa muito difícil de acontecer, considerando uma “galera” de 8 a 10 anos de idade.

A cidade era pequena e algumas famílias residentes no interior, também pretendiam que os filhos viessem estudar na cidade e a PROFESSORA EURÍDICE, abrigou muitos deles. Hoje lembro de Haroldo, atualmente engenheiro

agrônomo; Manoel Pedro, falecido em acidente automobilístico em Ajuruteua, que viraram de Vila Maiauata, entre outros.

Quem estudasse com ela, tinha que aprender de qualquer maneira. Quando lecionava Português, além da parte gramatical, preocupava-se em que aprendêssemos como ler e interpretar texto e estimulava a escrever, onde acrescentava, “que teríamos que aprender para a vida”, não só para passar de ano. Quando lecionava Matemática, o método empregado, hoje considerado ultrapassado, era a “salatina”, onde quem não acertasse as contas na tabuada, o acerto era entre os alunos, através da “palmatória”.

PROFESSORA EURÍDICE, não limitou suas atividades apenas às salas de aula. Ela tinha uma visão cultural muito grande, uma visão muito larga das coisas, onde veio criar as pastorinhas, que era uma espécie de teatro, onde era encenado o nascimento e a vida de Jesus, apresentado na época natalina; criou a festa de Santo Antônio dos Inocentes, que era celebrado na sua residência no período junino; foi uma das fundadoras e coordenadoras do Circulo Operário São José, que era uma forma de dar amparo aos operários, trabalhadores em geral, como se fosse precursora de um sindicato, que viriam ampliar-se mais tarde, pois afinal, estávamos no regime militar; coordenou por muito tempo a festa de Santa

Maria da Boa Esperança, hoje extinta; foi uma das fundadoras e coordenadora do Clube das Mães, que atendia as mães carentes, com a ajuda da Legião Brasileira de Assistência (LBA); coordenou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral; coordenou e juntamente com o Mobral, o Festival do Marão; idealizou e criou o Projeto Con que foi uma forma de amparar as pessoas carentes; foi grande incentivadora na criação do grupo de Igarapé-Miri.

Embora já estivesse bastante adoeceu para a banda Nossa Senhora Santa uma área de terra localizada próximo ao rio de mães, para que nossa banda venha a formar novos músicos.

Na década de 70, PROFESSORA EURÍDICE tentou uma vaga na Câmara Municipal de Igarapé-Miri, mas foi rejeitada pelo povo miriense. Ressalte-se, a pedido falecido Prefeito Manoel da Paixão, que embora tenha sofrido contestação para inaugurar uma escola municipal, colocando o nome de figura tão ilustre. Agradeço os exemplos deixados pela professora, e tenho convicção de que tudo que fizermos e pelo nosso município, terá a recordeza do único justo, que é DEUS.

Descanse em paz!

Apoio Jornal Mú

05/2/07, p. 07  
"Gerald"



Anexo 9 – Projeto “Miri Sorridente”, JM, 15/10/2007, p. 4.

**S** **VOCE**  
**Sabia?**

- A pressão produzida pelo coração humano ao bater é suficiente para espirrar sangue a uma distância de 9 metros.
- A formiga consegue levantar 50 vezes o seu peso, puxar 30 vezes o seu peso e sempre cai para o lado direito quando intoxicada.

## Projeto “Miri Sorridente”



cação de flúor, entrega de escovas às crianças, escovação com acompanhamento de técnicos do programa. A parte curativa é somente para crianças mais necessitadas.

“Nós temos uma dentista e uma auxiliar nesse programa – diz a coordenadora, que realizam todos os procedimentos. As mães das crianças acompanham seus filhos. Sem esse acompanhamento dos pais, as crianças não recebem atendimento. Nós não atendemos sem a autorização dos pais das crianças”- finaliza.

A preocupação da prefeita Dilza Pantoja em relação as crianças menos favorecidas e de pais mais pobres, a fez abraçar esse programa do governo federal com tanta boa vontade, que hoje o programa caminha sobre as pernas de recursos disponibilizados pela própria prefeitura ou seja, com recursos próprios. A coordenadora do programa, Dalva Costa falou sobre o programa “Miri Sorridente”, “Já atendemos em torno de 3.600 crianças e adolescentes, que foram beneficiadas pelo pro-

grama “ Dalva informa que o “Miri Sorridente” já passou pelas escolas Eurídice Marques de Souza, Manoel Procópio, Santa Bárbara, Altair Lemos Carneiro, Talcídio Pantoja, Perciliano Tourão, Irmã Barrós Lima, Escola Nazaré e Edmundo Dantez, além de escola em Vila Maiauatá.

“A clientela desse programa - diz Dalva, são crianças de família de baixa renda”.

O programa oferece exame epidemiológico para detectar o índice de cárie, palestras educativas, apli-



Dalva Costa, coordenadora do projeto.

15/10/07, p. 4

[Sem Seta]

## Anexo 10 – FIM DA GREVE: Vitória dos professores e da população

(JM, 1ª quinzena de março de 2007, p. 3)

A luta por direitos de alunos e professores da rede municipal, levou a uma paralização que recebeu total apoio do SINTEPP e dos pais de alunos. O movimento teve começo no dia 27 de fevereiro, e só terminou no dia 6 de março, quando em reunião a prefeita Dilza Pantoja atendeu as reivindicações dos professores. Para a abertura da reunião a prefeita solicitou que a senhora Natelma Martins fizesse uma oração, o que aconteceu com a leitura da Bíblia.

**A greve na visão de cada um** – Presente ao movimento o presidente do Modert **ROBERTO PINA**, falou sobre a greve. Achou uma questão positiva não só para a categoria, que está brigando por seus direitos, mas para o município, para ajudar a educação do município. *“O governo está admitindo vários e vários erros, o que mostra incompetência do governo”, disse Pina. “A merenda escolar não é um problema do Sintepp, mas a entidade está pautando porque o nosso povo precisa de merenda escolar continua. “A merenda é de má qualidade e vem ninguém sabe de onde, e hoje a lei garante que seja regionalizada”. “A questão do concurso público, isso é uma vergonha. Se você abre tantas vagas e fica com o pessoal contratado... Respeite o direito que os outros acumularam. Se fizeram o concurso obrigados pelo Ministério Público do Trabalho obrigue a chamar esse pode e lote-o.”*

Pina considera também que a greve não foi só para ajudar os professores. “Ela foi pra ajudar o município por exemplo, foi negociado e vai sair a Conferência de Educação, com isso toda a sociedade será chamada pra discutir que educação nós queremos para nosso município, e já vamos eleger um conselho municipal, que vai fazer um controle social da educação no município. Assim a sociedade passa a construir a educação. Parabéns ao Sintepp pelo avanço e em especial ao povo de Igarapé-Miri, porque a vitória da criação da Conferência e do Conselho não será do Sintepp, nem dos professores e sim da população de Igarapé-Miri.”

**ELÓI BORGES** (Sintepp estadual) – *Foi uma negociação muito difícil, muito complicada, muito tensa, mas eu acredito que se inaugura hoje uma nova etapa na relação do Sintepp e prefeitura, porque esse movimento fez aumentar um pouco a consciência da categoria, a força que ela tem se estiver organizada, e com certeza a prefeitura vai ter um pouco mais de cautela em relação aos trabalhadores da educação na perspectiva de construir um processo de negociação permanente, acho que isso é fundamental. A negociação foi positiva, apesar de tensa.*

**PAULO HENRIQUE** (advogado do Sintepp) – *“Acredito que a negociação foi bastante difícil, com momentos de tensão sobre alguns pontos, que a gente entendia como necessários para concretização do fim da greve, nos quais a prefeita Dilza tinha discordância, então houve momentos de grande controvérsias sobre vários pontos. Outro ponto que ainda há dificuldades, é a questão do calendário, a prefeita já tomou uma posição*



*de que autoriza a secretária de educação negociar uma data, negociar o calendário de reposição, que já é um avanço, o que significa que não haverá descontos nas faltas, desde que haja a correta reposição. Então eu entendo que no fim, a reunião foi satisfatória.*

**DEPUTADO MIRIQUINHO** – “Primeiro eu acho é um grande avanço dos professores, trabalhadores, pais e prefeitura sentar pra discutir a educação. Faz parte do processo democrático, considero um ponto muito positivo. Evidente que a negociação foi tensa em determinados momentos, tanto por parte do governo quanto por parte do sindicato, mas é normal nas negociações, são interesses antagônicos, mas o interesse pela educação é único.

**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO MARIA MÔNICA** – “Primeiro, o movimento é um direito dentro da democracia. Mas eu só achei imprudente, foi a maneira como eles chegaram a uma greve de imediato, quando já havia uma data prevista para uma conversação. Então atrapalhou um pouco o nosso trabalho, mas por outro lado foi proveitoso, porque aquilo que estava de um lado querendo falar e o outro lado sem saber o que eles queriam, se tornou numa mesa de negociação, e as cartas foram colocadas na mesa. Eu sempre aviso: cuidado com os direitos adquiridos, isso nos não podemos mudar. É Lei, então temos que obedecer, lei é pra ser cumprida. A reunião foi proveitosa, tivemos coisas que não deram pra entrar em acordo, mas muitas deu pra acertar.

**MAURO BORGES** (Sintepp estadual) – *Depois de muito questionamento, acho que a gente conseguiu avançar nas negociações, mas foi uma pauta longa, desgastante para ambos os lados, e é bom que fique bem claro que a nossa categoria dos trabalhadores, em momento nenhum pensamos em prejudicar a população, os alunos, até porque somos pais, temos filhos que também estão na escola e o que a gente prega é uma educação de qualidade, melhores condições de trabalho para os educadores, e a questão do salário. Acho que a prefeita teve sensibilidade, ficou acordado que ela não vai descontar os dias parados, a categoria vai repor os dias parados e os alunos não vão ficar prejudicados.*

**Dilza Pantoja** [Prefeita de Igarapé-Miri], *“tudo foi resolvido a contento. A população não sabe que foi marcada uma reunião e de repente, se transformou em uma greve”* – explica a prefeita, *“Nós estávamos atendendo uma auditagem no setor de saúde, onde eu estava totalmente comprometida. Mas eu compreendo que isso tudo já é um movimento político, mas de maneira nenhuma nós queremos que as nossas crianças sejam(...) qualquer repressão. Quanto as reivindicações, em alguns pontos eles têm razão. Aquilo que for coerente, nós atenderemos. Com essa reunião nós tivemos a oportunidade de mostrar a valorização que o professor sofreu na nossa gestão, com aumento de 48%, enquanto que o governo federal só deu 16% aos seus funcionários.”*

Perguntada como a prefeita recebeu a Educação ao assumir o governo municipal, Dilza Pantoja respondeu: *“Como qualquer outro setor; falido; e sinceramente ainda não tivemos condições de equilibrar. Rezamos e pedimos a Deus que façamos isso, e com certeza, se não for eu, o próximo gestor vai pegar uma administração mais arrumada. Há renovação de esperança. Eu espero que o novo governo tenha a sensibilidade como todas nós mulheres temos, de fazer um governo participativo, mais humano. Infelizmente a nossa população de*

*70 mil habitantes, nós não temos tido a felicidade de ser olhada de maneira diferenciada. Infelizmente pesa muito o fato de sermos mulher, pois vivemos em um município machista, infelizmente...”*

**A senhora acha que está sendo discriminada?** – *“Acredito que sim... – continua a prefeita, porque de maneira alguma a gente tenta denegrir ou puxar o nosso município pro fundo mais do que já está. Na reunião, o próprio deputado Miriquinho disse que não pôde colocar verba para cá porque [o município] estava inadimplente desde 2001. Infelizmente para eu tirar esse município da inadimplência, as vezes acontece isso porque nós não temos verbas suficientes.”*

**A senhora é contra as reivindicações?** – *“Não... de maneira nenhuma. Sou contra a falta de respeito, eu sou contra a mentira. Isso eu sou contra porque eu acho que tem que ser olhado as coisas de maneira correta. O que está acontecendo no município, é que a minha gestão, é uma gestão que infelizmente, nós não podemos contentar o parceiro de campanha, o amigo..., e isso vai tornando assim uma insatisfação mas nós, mesmo com todas essas dificuldades, a população pode ir no hospital ver de que maneira nós estamos trabalhando, levando médicos para a zona rural, dividindo a merenda escolar, porque nós recebemos só valor 17 mil alunos e nós atendemos uma rede de 22 mil...”*

Perguntada pelo avanço da educação no governo dilziano, ela respondeu: *“eu acredito que pelo gráfico mostrado ali, pela valorização que o professor teve, foi bem grande. Eu duvido, e até desafio a me mostrarem um plano de cargos e salários do baixo Tocantins, que valorizou mais a educação do que o nosso.”*

Encerrando a entrevista, a prefeita Dilza Pantoja já mandou uma mensagem para o povo miriense: *“Eu peço desculpas a todos os pais, a todos os nossos alunos que vão para a escola, infelizmente isso não era pra ter acontecido, porque nos foi pedido uma reunião e como eu já falei foi transformado em greve, na qual a verdade não foi dita, e o que nós podemos dizer é que já estamos vivendo um período de eleição municipal. Afirmando mais uma vez, porque nós estamos abertos para trabalhar com quem quer que seja. Acabei de dizer ao Sintepp se nós tivéssemos alguma rejeição contra o trabalho, nós não seríamos parceiros na Casa Família Rural, que é de uma outra facção política, mas nós estamos aqui para trabalhar por todos.”* Ao reafirmar que isso tudo se trata de implicância política, Dilza foi perguntada se está pensando em reeleição, e categoricamente respondeu que sim, que irá disputar sim o cargo de prefeita novamente em 2008. (todos os grifos são do jornal)

Anexo 11 - *Carmem Helena: a primeira mulher presidente da CUT nacional*, JM, 2ª quinzena de março de 2007, p. 5.

Pela primeira vez em sua história, a CUT nacional é presidida por uma mulher. Por dez dias, Carmem Helena Foro vice-presidente da central e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri, assume interinamente a Presidência, enquanto Artur Henrique participa de atividades sindicais na Noruega.

Sua origem de trabalhadora rural é outro ineditismo no principal cargo da Direção da CUT. Carmem começou a trabalhar muito cedo. “Não me lembro com que idade, só sei que entre as minhas primeiras memórias estão as viagens de barco que eu fazia junto com meu pai, minhas irmãs e meus irmãos, para ir vender em Igarapé-Miri as bananas, as verduras e a farinha que a gente produzia na roça”, conta. Foi assim que essa cidade, que significa caminho de canoa pequena, em tupi-guarani, foi entrando definitivamente na vida dela.

Nascida em Moju, cidade vizinha, Carmem enfrentava duas horas de remo com a família toda a semana para ir ao mercado de Igarapé-Miri. Todos os dias enfrentava a lida na roça, mas seus pais faziam questão de que ela e os irmãos frequentassem a escola. “Só estudava quem sabia nadar”, conta. “Por conta das cheias dos rios, que aconteciam sempre, o trajeto entre nossa casa e a escola exigia boas e longas braçadas”, lembra.

Início no movimento – O despertar para a militância se deu na mesma época de muitos na sua geração – Carmem tem 41 anos. Finda a ditadura e com a chamada Nova República de língua de fora, os debates em torno da eleição presidencial que se apresentava a entusiasmar. Passa a se dedicar cada vez mais à participação em assembleias de sua categoria e à leitura. Em 1991, é eleita 2ª Secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri. Numa dessas passagens, em 1992, Carmem ocupou interinamente a presidência do sindicato, por oito meses. Provocada, ela desconversa, com bom humor: “Não sei se é destino, não.” Essa caminhada a trouxe até a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag e à vice-presidência da CUT, posto que compartilha com o metroviário Wagner Gomes.

Seu batismo de fogo como líder sindical, o momento que ela considera o mais simbólico de sua trajetória, aconteceu em 1996, durante a mobilização do Grito da Terra. “Ocupamos a hidrelétrica de Tucuruí por três dias e depois ocupamos a sede da Eletronorte por mais dois dias, quando fizemos greve de fome”, conta. Ela e os companheiros protestaram contra algo tristemente comum na história brasileira, recheada de obras de grande porte destinadas ao proveito de poucos. Tucuruí, embora tivesse causado fortes impactos ambientais e sociais naquela região, continuava deixando as cidades ao redor na escuridão. “Não havia uma única lâmpada elétrica (acesa com a energia de Tucuruí) nem em Igarapé-Miri ou qualquer outro município vizinho”, lembra Carmem.

**Conquista** – Como os trabalhadores que participaram das ocupações ameaçavam um blecaute, o então ministro de Minas e Energia (“não me lembro mais o nome dele”, diz) e

o governador do Pará enviaram tropas ao local. Menos de um mês antes, havia ocorrido o massacre de Eldorado de Carajás. “A tensão era grande, e o caso ganhou dimensões nacionais. O ministro foi obrigado a nos atender e fechar um acordo, prometendo a eletrificação das cidades”, conta a presidenta interina. A luz chegou dois anos depois, assim restrita às áreas urbanas e sujeitas a apagões quando chovia ou ventava forte demais na região. Atualmente a energia elétrica de Igarapé-Miri está estável, porém algumas vilas, especialmente as ribeirinhas, ainda dependem de lampião a gás. Mas, segundo Carmem, o programa federal Luz para Todos já começa a resolver esse problema.

Outras frentes de luta permanente de Carmem são a participação política das mulheres e a geração de renda das trabalhadoras daquela região. Em 1993, ela participou da criação da Associação de Mulheres da cidade que adotou como sua terra natal. De lá pra cá, mulheres foram eleitas dirigentes sindicais e vereadoras da cidade – neste mandato há três parlamentares – e a violência contra as mulheres diminuiu, como reflexo da atuação da entidade. Outra conquista das mulheres da associação foi o direito de administrar a comercialização do açaí produzido pela cooperativa local de beneficiamento dessa fruta, abundante na região e que desde meados dos anos 1990 tornou-se febre entre jovens e candidatos a atletas das grandes metrópoles.

**Luta para terra** – O açaí é componente essencial na vida de Carmem e de toda a região. Além de compor o cardápio básico dos habitantes e integrar o imaginário de infância da dirigente, está na raiz de sua atividade sindical. A fruta ocupou o lugar antes reservado à cana-de-açúcar. A área rural do município chegou a contar com 48 engenhos, abandonados pelos antigos proprietários a partir dos anos 70. “Eles deixaram de considerar a atividade algo lucrativo”, diz Carmem. Os trabalhadores, no entanto, permaneceram. Morando nas terras, passaram a cultivar açaí e a explorá-lo primeiro como um dos alimentos básicos do dia-a-dia, e depois como fonte de renda. Além da fruta, a planta fornece palmito de sabor especial. Esse fato, junto com a descoberta do açaí por outras regiões, fizeram com que as terras voltassem a despertar a cobiça dos empresários que as abandonaram havia quase 20 anos. Teve início uma luta intensa pela terra, Contag e entidades filiadas à frente, com a vitória dos trabalhadores. “A maioria dos lotes já tem o direito de posse dos trabalhadores reconhecidos legalmente”, comemora Carmem.

## **A AGENDA ESTÁ LOTADA**

Depois de participar dia 21/03 das preparações da Marcha das Margaridas no Maranhão, Carmem está nesta quinta-feira (22/03) participando de reunião com as demais centrais, em Brasília, para definir como serão as mobilizações para manutenção do veto do presidente Lula à emenda 3. Depois, a tarefa será dar corpo às ações já definidas pela Executiva Nacional da CUT. (Fonte: Agência CUT)

**Em Igarapé-Miri por ocasião do Seminário do MODERT, Carmem Helena concedeu entrevista exclusiva ao Jornal Miriense**

JM – Como é essa história da Presidente da CUT nacional?

**Carmem** – É uma história de trabalhadoras e trabalhadores. Quero dizer que esses dias foram muito fortes para mim, porque eu voltei ao tempo e lembro da época, 88, 89, quando eu me engajei no movimento. Em 89 na febre de querer eleger Lula naquela época, quando nós levamos muita cacetada do Collor de Melo, e a gente vai construindo pontes, construindo processos de transformação. Eu acho que enquanto liderança política que sou hoje, essa construção é coletiva, eu acredito em processos coletivos, eu apenas sou porta-voz de todo esse sentimento e fortalecimento da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, com o desejo de querer mudar o mundo, o mundo de injustiças, de desigualdades contra as mulheres, o mundo de um modelo de desenvolvimento que privilegia alguns e deixa outros de fora, então essa é a grande causa nossa, e nessa causa eu me vesti dele e bebi dela todos esses anos da minha vida e hoje o fato de ser presidente da CUT tem um significado político muito grande pra minha vida pessoal, não posso deixar de falar sobre isso, mas o significado político do caminho que eu escolhi da defesa das mulheres e da luta por democracia, da luta por oportunidade iguais entre homens e mulheres, tanto é que a CUT nunca foi presidida por uma mulher em nenhum dia da história dessa Central, que é a maior Central da América Latina, é a quinta Central maior do mundo, a maior Central do Brasil, nunca passou um dia dirigida por uma mulher e na sua história a CUT também só foi dirigida por homens do Sudeste do Brasil. É a primeira vez que a Amazônia ocupa um lugar importantes, mas para mim isso é a forma real de todo o povo que bebe açaí.

JM – Fale sobre as mulheres trabalhadoras de Igarapé-Miri e da região?

**Camem** – eu hoje me sinto muito feliz porque além de ser vice-presidente da maior Central Sindical do Brasil, eu sou a coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Esse é o meu lugar, agora as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil a [da] década de 90 conseguiram botar o pé na estrada e transformar muita coisa da relação social, de ter políticas públicas. Nós tivemos na última década, agora no início de 2000, grandes conquistas, mas essas conquistas não foram dadas pra nós, foi graças a nossa capacidade de organização social, estadual e nacional. Minha experiência de vida dialoga com isso, desde que eu fui presidente do meu sindicato em Igarapé-Miri, em 92, presidente em exercício, depois que assumi a luta a nível do Estado do Pará, e hoje coordeno uma Confederação Nacional, onde esse tema é prioridade na nossa vida, e eu acho que os trabalhadores rurais do Brasil deram um salto de qualidade na sua organização e conseqüentemente quando a gente tem uma organização forte nós temos conquistas importantes, como por exemplo, Pronaf, como por exemplo articulação conjunta, obrigatoriedade das terras serem em nome de homens e mulheres, porém isso só não basta, nós estamos organizando para os dias 21 e 22 de agosto, a maior mobilização da história do Brasil que as trabalhadoras rurais vão fazer, quer será a terceira edição da Marcha das Margaridas, em Brasília.

JM – Como você vê a desigualdade no Brasil?

**Camem** – A desigualdade no nosso país, infelizmente ainda é uma realidade. As mulheres trabalham em cargos iguais e ganham menos, isso são dados estatísticos, não sou eu que estou inventando.

JM – Fale da violência no Brasil.

**Camem** – A violência no Brasil contra as mulheres é algo verdadeiro, infelizmente, por mais que nós tenhamos avançado com leis importantes como a lei Maria da Penha, por exemplo, no entanto os dados estatísticos são graves, enquanto que mulheres ainda apanham todos os dias, enquanto que a violência é uma coisa muito presente.

JM – Qual será o próximo patamar desejado?

**Camem** – eu sou um ser humano que nunca almejei chegar a lugar nenhum de forma proposital. Estar na CUT, estar na CONTAG, representar os trabalhadores do Brasil, tem sido talvez uma característica de ser uma mulher que sempre enfrentou os problemas de forma com muita coragem, eu sou mãe de quatro filhos, e esse lugar nunca foi meu, e não é meu, é de representação política nesse momento não é eterno, mas eu sinto que a gente tem muita coisa pra fazer ainda, meu lugar ainda é mobilizando o povo pelo menos até cumprir o meu mandato na CONTAG, onde ainda estou chegando ao meio do mandato, na CUT também estou com um ano como vice-presidente, então eu acho que tenho uma missão política de continuar organizando o povo pra arrancar as conquistas inclusive seja no governo que for. O governo passa e a organização dos trabalhadores tem que continuar e das trabalhadores também.

JM – Fale sobre os seus sonhos.

**Camem** – eu estou querendo muito estudar. Fiquei muito feliz de passar na universidade, fiquei 17 anos sem estudar na escola formal, mas eu quero estudar, eu quero ser uma cientista política, eu queria muito fazer direito, mas acabei naquele momento por não ter mais vaga pra fazer direito, eu quero estudar ciências políticas e depois eu quero ser advogada, não sei se vou conseguir esse sonho porque nós também somos pressionados pelo tempo, o lugar de ser mãe, o lugar de ser dirigente sindical, o lugar de ser lutadora, não ter hora pra nada, de estar a serviço da luta do povo, é um lugar muito difícil, mas são os meus sonhos. Na vida política alguns até me provocam, no meu município, na minha região, eu acho que é uma coisa que o povo irá decidir no futuro.

JM – O que é ser cidadã miriense?

**Camem** – Eu sou igarapemiriense de corpo e alma, amo essa cidade. Eu sinto saudade do açai como eu sinto saudades dos meus filhos, eu amo essa cidade. Eu nasci em Moju, mas me criei fazendo relações com Igarapé-Miri, morando em Moju, a gente remava pelo furo aqui (aponta lá para o Canal), passando ali pelo igarapé açu, duas horas de tempo da nossa roça pra cá, porém todas as nossas relações eram com Igarapé-Miri, e depois que viemos pra cá, pra Igarapé-Miri, eu me sinto igarapemiriense.

JM – O que seria pra você um título oficial de cidadão miriense?

**Camem** – Talvez seja o reconhecimento de tudo o que temos feito em Igarapé. A articulação que nós temos forte aqui, a escola familiar rural que nós temos aqui que era a realização de um sonho nosso do sindicato, e só foi possível quando eu estava na CUT, articulando com nossos irmãos da Itália, e tem muitos desafios pela frente para manter a escola e tenho um compromisso com isso, a luta que temos feito por crédito e a representação nacional é decisiva para que as coisas cheguem no município, a luta que nós fazemos, porque no mundo nós não somos uma ilha, tudo funciona de forma bastante articulada do local ao nacional, e acho que nossa articulação tem sido muito grandiosa e eu tenho certeza que os meus irmãos do município e da região reconhecem isso, e eu não estou falando só da Casa Familiar Rural de Igarapé-Miri, estou falando também da Casa Familiar Rural de Baião e de Mocajuba, que foi numa ação de solidariedade com nossos companheiros da Central Sindical da Itália, estou falando de todas essas lutas que são conjuntas de toda região, a luta por estrada, eu me sinto muito com o pé aqui, eu faço questão de não tirar o pé daqui, e eu tenho o compromisso de vir aqui uma vez por mês no Estado e vir na região, e faço contato cotidiano com as lideranças daqui.

JM – Roberto Pina governará Igarapé-Miri?

**Camem** – O meu sonho é ver o Pina prefeito, e eu darei tudo de mim para que isso aconteça.

Anexo 12 – Conselho de Alimentação Escolar denuncia administração municipal, JM, 2ª fev. 2006, p. 9.

## Conselho da Alimentação Escolar denuncia administração municipal



A Associação Comercial de Igarapé-Miri – ASCIM, convidou autoridades municipais para darem informações a respeito da compra da merenda escolar, pois o comércio reclama da falta de apoio, já que toda a merenda é comprada fora do município. Na reunião, ninguém da prefeitura se fez presente para responder sobre o assunto.

O custo anual da merenda escolar de Igarapé-Miri é de R\$1.183.910,40, mais de 80 mil reais por mês, e para Francisco Corrêa, presidente da ASCIM, “O comércio de Igarapé-Miri está enfraquecido. É preciso que a prefeitura invista no município, injetando pelo menos 70% dessa verba no comércio local. Queremos que o nosso associado esteja dentro do processo de licitação, esse é o objetivo da ASCIM, para isso já estamos documentando várias casas comerciais, para encami-

nhar ao departamento responsável. Muitos não estão pagando seus impostos por não estarem vendendo.”

A presidente do Conselho Municipal da Alimentação Escolar, Joana Pinheiro, reclamou veemente da falta de interesse do governo municipal em relação ao assunto. Segundo ela, o executivo nunca respondeu aos seus ofícios, e fez uma denúncia: “O Conselho descobriu que os preços da praça de Igarapé-Miri são bem inferiores aos preços praticados nas licitações. Irregularidades estão acontecendo...” Joana Pinheiro finaliza dizendo:

“nosso cargo não é remunerado, não ganhamos nada, nem respeito... Se nós mandamos ofício convidando para uma reunião e a pessoa não comparece, nem sequer responde, isso é falta de respeito.”

A administração municipal alega que o comércio local não está habilitado para vender para a prefeitura. Joana Pinheiro vai pedir ao Ministério Público a suspensão do fornecimento da merenda escolar que vem de Belém por falta de qualidade e irregularidades. Outra denúncia feita por ela é que já estamos em fevereiro e a prefeitura ainda não encaminhou a prestação de contas do ano passado. Foi denunciado também que o depósito da merenda escolar tem estocado arroz desde o ano passado, o que pode contribuir seriamente para a perda da qualidade do produto que atende as crianças do município.

fev. 2006, p. 9



Anexo 13 – Câmara Municipal de Igarapé-Miri: encerramento do 1º período, JM, 05/07/2006, p. 9.

05.07.06, p. 9  
A

"Política"

JORNAL

## Câmara Municipal de Igarapé-M



Pastor Amorim

**E**m sua última sessão ordinária desse primeiro semestre, a Câmara Municipal de Igarapé-Miri tratou dos assuntos que constavam de sua pauta, e pois em discussão outros, de revelante interesse para população, entre eles, o que mais foi discuti-



Vereador Jhay

do, o saque da verba no valor de 73.600 reais, conseguida pelo deputado federal Josué Bengston para a compra de uma ambulância tipo UTI, que caiu na conta da Prefeitura no dia 9 de novembro do ano passado e no dia seguinte foi sacada, e até hoje a ambulância não apareceu por aqui. Outra verba no valor de 56.00 reais, liberada em 14 de dezembro do ano passado para compra de outra ambulância, foi também motivo

de discussão, já que esses veículos não aparecem na cidade.

Para o **vereador Jhay**, a Saúde de Igarapé-Miri está doente. Aproveitou para parabenizar os mototaxistas que estavam presentes reivindicando seus direitos e garantiu apoio a classe.

O **vereador Danda** trouxe a tona o caso da esposado ex-vereador João do Carmo, que

após uma operação cesariana realizada no hospital municipal, ficou sem poder andar e hoje faz fisioterapia para recuperar seus movimentos. Danda chamou o responsável por esse fato de "açougueiro". Mais uma vez o vereador procurou saber sobre o barco da saúde



Vereador Danda

de que está encalhado na frente da cidade e que segundo o vereador Jhay, só deverá sair próximo das eleições e após essas, voltará a encalhar. Danda também ofereceu seu apoio aos mototaxistas e parabenizou o vereador Vavá Martins pela conquista do Posto de Saúde para o bairro Tucumã.

A **vereadora Norma** iniciou sua falação apoiando os mototaxistas e em seguida, parabenizou o vereador Vavá Martins pelo intento conseguido, mas pediu que todos os vereadores tomem cuidado com essa obra, e lembrou que de tanto parabenizar o vereador Amorim pela conquista da ambulância, que deu no que deu, o dinheiro sumiu logo após o seu depósito. A vereadora pediu que todos os vereadores fiscalizem a construção desse Posto de Saúde. Norma denunciou também os maus tratos porque têm passado os pacientes

PERSONA



## Miri: encerramento do 1º período

do Hospital Municipal, e relatou a recente morte de uma senhora dentro de uma ambulância do município, quando trafegava pela alça viária. A vereadora reclama da posição encurvada como a mulher foi obrigada a viajar, pela falta de condições do veículo, que acredita ter acelerado a sua morte.



Vereador Norma

Outro caso relatado pela vereadora se refere a uma mulher que veio do rio Anapú para dar a luz e o médico do Hospital Municipal a mandou de volta para casa. O marido da mulher a levou para a clínica Afonso Rodrigues onde foi operada e teve seu 12º filho, uma linda menina. A vereadora protestou também contra o que aconteceu com a esposa de seu ex-colega João do Carmo.

A vereadora **Maria José** se pronunciou para dar seu apoio ao movimento dos mototaxistas.



Ver. Maria José

para com ele e o senhor Jeremias Trindade, profissional da imprensa televisada. "O porteiro tentando impedir a ação da imprensa,

O presidente da Câmara, pastor **Alberto Amorim**, falou da visita que fez ao hospital Municipal para confirmar as denúncias recebidas e levou com ele a televisão local para registrar os fatos, e que ao tentar entrar no hospital um porteiro usou de grosseria

quase empurrou o profissional...", disse o vereador, mas que em seguida conseguiu junto a direção daquela casa a entrada e permanência da equipe. Amorim disse que ao adentrar no prédio do hospital, pode confirmar que não tinha médico, nem se sabia se viria e quando ia chegar. No setor de lavanderia, o vereador ouviu de funcionários que estão lavando os lençóis e panos de cama sem sabão, somente com água. "Estamos no tempo da escravidão" disse ter ouvido de um dos funcionários, "querem que nós espremos os lençóis a mão". O vereador relatou também que tinha paciente no hospital desde as 5 horas da manhã e já próximo ao meio dia não tinha tomado sequer um mingau. Amorim falou também do paciente que foi internado e caiu da cama, pois elas estão podres e mal conservadas. Segundo o vereador, lá no hospital não se sabe quando se tem médico nem quando ele vem. Amorim fez questão de falar na tribuna que trabalhou para eleger a prefeita Dilza Pantoja, para quem conseguiu 1.030 votos e declarou estar arrependido de ter ajudado a elegê-la. Amorim também chamou de mentiroso o secretário de saúde, que diz ter em Igarapé-Miri 34 médicos. Uma audiência para discutir o assunto do hospital municipal e a falta de médico e medicamentos está sendo programada.

O vereador **Vavá Martins** agradeceu o apoio dos companheiros de Câmara e também se colocou do lado dos mototaxista.



Vereador Vavá



Anexo 14 – Professores e alunos fazem protesto pelas ruas da Cidade, JM, 28/08/2007, p. 5.

**APITAÇÃO**

**Professores e alunos fazem pr**  
*pelas ruas da Cidade*



Vice-diretora também aderiu e foi pra rua protestar.



Os aplausos



Professora reivindica melhorias.



Muitos alunos marcaram presença no protesto.

lin

*28/8/2008, p. 5*

## Anexo 14 (cont.)

# Protesto pelas ruas da cidade



do Secretário de Educação.

A horrível situação em que se encontra a Escola Estadual Enedina Sampaio de Melo, fez com que professores, alunos e pais de alunos realizassem um apitoço pelas principais ruas da cidade, e por onde passavam aumentava ainda mais o número de manifestantes. A mobilização ganhou destaque nas páginas dos jornais da capital o que obrigou o governo a retornar com urgências as obras da referida escola que estavam paralisadas há um ano. **OUTRA ESCOLA** – Também entregue as traças, outra escola estadual, Dalila Afonso Cunha, em Vila Maiauatá, que nem chegou a ser inaugurada ou entregue a comunidade, teve a um ano atrás seu telhado parcialmente destruído e nada foi feito.

Técnicos da Secretaria Executiva de Educação já estão em Igarapé-Miri resolvendo o problema. Ontem aconteceu uma reunião com os alunos da escola e ficou determinado que 8 turmas vão iniciar suas aulas na Enedina e outras 4 turmas vão para o prédio do Félix Quaresma, locado pelo governo do estado para esse fim.



Diretor da escola sede Janilson se juntou só a ouvir o convite dos colegas.



Funcionários de todas as idades apoiaram o protesto.

28/08/2008, p. 5 (cont.)



Anexo 15 – Dilza Pantoja: uma senhora prefeita, *Delas*, JM, 16/07/2005, capa

**DELAS**  
O CADERNO DA MULHER MIRIENSE

JORNAL **MIRIENSE**  
A VERDADE EM PRIMEIRO LUGAR

Encarte da edição de Nº 85.  
É proibida a venda separadamente.  
16 DE JULHO DE 2005

## Dilza Pantoja: Uma senhora prefeita



Com apenas **12 anos** de idade, vendia mingau e tacacá na esquina da panificadora Pérola nesta cidade.

Com **15 anos**, preocupada com a sociedade, ingressou no processo de alfabetização de crianças e paralelamente vendia produtos da já famosa Avon, para ajudar a sua mãezinha a sustentar seus irmãos.

Aos **17 anos** viu-se obrigada a largar seu trabalho infantil para vender cosméticos de uma empresa internacional de origem francesa.

Aos **21 anos**, veio o casamento e o início de sua família. Daí o casal mudou-se para o Amazonas.

Aos **24 anos**, começa o gosto pela política e conseqüentemente pelo trabalho junto ao povo.

Tornou-se assessora administrativa e trabalhou no gabinete do prefeito de Belém, Coutinho Jorge, e administrou sua residência oficial. Fez parte da campanha do candidato ao governo do Estado, Hélio Gueiros.

Começou um trabalho que durou dez anos no Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Pará (IPASEP).

Em 1996, tornou-se vereadora do município de Igarapé-Miri.

Em 2000 concorreu pela primeira vez a prefei-

tura de Igarapé-Miri. Não ganhou a eleição, mas ganhou experiências.

Em 2005, conseguiu seu grande objetivo e se elegeu prefeita municipal de Igarapé-Miri. Em apenas 6 meses de governo, **Dilza Pantoja** tem conseguido grandes coisas para o município, entre elas destacamos uma ambulância, o caos da frente da cidade em sua primeira fase, reconstrução de prédios públicos, capacitação do corpo funcional administrativo, implantação do programa "Presença Viva" no município, além de outros benefícios. **Dilza Pantoja** está conseguindo junto ao governo do estado o asfaltamento de toda a cidade de Igarapé-Miri e possivelmente arrumação e asfaltamento da estrada de Vila Maiauatá. Essa SENHORA PREFEITA já iluminou toda a cidade, principalmente os pontos considerados de maior risco, e pretende ainda este ano tornar real a iluminação do Estádio Municipal, cujo material já esta sendo adquirido. No interior do município a prefeita mantém equipes trabalhando em vários setores.

Resta-nos somente homenagear a SENHORA PREFEITA **Dilza Pantoja**, nos seus primeiros seis meses de governo.



Anexo 16 – Igarapé-Miri: a certeza de uma nova era, JM, 31/01/2005, p. 3.

31.01.2005 - p. 3

**Atualidades** **JORNAL MIRI**



Pastor José Freitas
Cantor Adventista
Comuniária chama o ofertório
Pastor Josué

## Igarapé-Miri: a certeza

O novo governo começa a mostrar pra que veio. Seu slogan **"Tudo por Igarapé-Miri"** deixa clara a expectativa de se ter neste novo milênio, um velho município com novos rumos. Empregos, melhorias em vários setores, responsabilidade administrativa, cidadania, desenvolvimento social, são alguns dos benefícios que a sociedade espera dessa nova gestão. Com apenas trinta dias de governo, é impossível avaliar, mas uma coisa podemos dizer, estão no caminho certo. Todas as ruas do bairro Cidade Nova que estavam em verdadeiro matagal, com apenas uma vereda para se passar, estão limpas, com suas valas sendo refeitas e o lixo que causava entupimento retirado e levado para longe. Secretariado em seus devidos departamentos, novos candidatos preenchendo às novas vagas outros sendo avaliados e lotados. Após a "paradinha" para a troca de comandante, a máquina volta a funcionar ainda lentamente, mas já sabemos que a prefeita e seus assessores estão a mil por hora em Belém, buscando projetos, assinando convênios e trazendo melhorias para o município. Agora era bom não esquecer que em "time que está ganhando não se mexe", e saúde está precisando com urgência, principalmente as endemias, de pessoal qualificado para evitar o que poderá ser uma catástrofe, o aparecimento demasiado de malária e dengue em nossa cidade. O inverno já chegou com suas fortes chuvas, e muitos lagos e lagoas irão aparecer como criador de carapanãs que poderão se tornar focos imbatíveis, criando assim muitos problemas para o nosso povo. A exemplo disso, pedimos que alguém providencie o escoamento da água e limpeza daquele chafariz que o governo passado deixou só para criar carapanãs na praça da prefeitura, além do chafariz, aquelas jardineira que ladeiam os bancos também estão cheias de focos de carapanãs.





## Anexo 16 (cont.)

MIRIENSE

31 de Janeiro de 2005 - 3



## Jeza de uma nova era



*Dilza hasteia o pavilhão nacional ladeada da sua vice e do presidente da Câmara*

A posse - Com a canção "Breve Virá" dos Arautos do Rei, cantada por um quarteto local, deu-se início ao culto ecumênico de posse da prefeita de Igarapé-Miri Dilza Pantoja. Em praça pública, uma multidão assistiu todo o desenrolar da programação que era vista por telões em vários pontos da praça Sarges Barros até tarde da noite. Pastores evangélicos pregaram o evangelho de Jesus Cristo, jovens e corais de diversas igrejas cantaram, entre essas igrejas estavam a Comunidade Evangélica Integrada da Amazônia-CEIA, de Belém, Igreja Árvore da Vida representada pelo Pastor Zacarias de Jesus Soeiro, Igreja Cristã Evangélica representada pelo Pastor José Freitas, Igreja Adventista do Sétimo Dia representada pelo pregador Antônio Almeida, Igreja Betânia representada pelo Pastor Josué Pureza, Igreja Quadrangular representada pelo





Anexo 17 – Prefeita Dilza Pantoja em Brasília, JM, 11/04/2005, p. 5.

**Administração**

p. 5  
11.04.05  
**JORNAL MI**

# Prefeita Dilza Pant em Brasília

A busca de uma melhor distribuição de recursos entre os entes da Federação mobilizou atenções no congresso nos dias de 7 a 10 de março.

O tema esteve presente nas negociações da reforma tributária na Câmara dos Deputados, na 8ª. Marcha a Brasília em defesa dos Municípios, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que criou uma subcomissão dedicada aos municípios.

Igarapé-Miri também se fez presente nes-

se momento de fundamental importância para o País, representado por sua gestora Dilza Pantoja, que aproveitou para visitar vários gabinetes ministeriais, onde foi muito bem recebida, e conseguiu entregar pessoalmente aos ministros, suas reivindicações em prol de Igarapé-Miri:

Dilza solicitou melhorias para o município aos ministros da Saúde Humberto Costa, à ministra Dilma Van Rouseff, e ao ministro Olívio Dutra, ministro de Estado das Cidades.



A prefeita de Igarapé-Miri, Dilza Pantoja e a ministra Dilma Van Rouseff



Anexo 18 – Comunidades agradecem a Prefeita de Igarapé-Miri, JM, 31/05/2005, p. 2.

quem a matou”. “Sim senhor, tarei tudo o seu coração...”

## Comunidades agradecem a Prefeita de Igarapé-Miri



O agradecimento da população beneficiada (São Paulo)

Moradores do bairro São Paulo se reuniram para tornar público seu agradecimento a nova prefeita de Igarapé-Miri Dilza pantoja, pela limpeza geral realizada em todas as ruas do bairro Cidade Nova. “Se em 15 dias de mandato já vimos tudo isso, imaginem o que ela fará durante os 4 anos do seu governo”, diz um dos moradores do bairro.

“As ruas eram intransitáveis devido ao enorme matagal. Tínhamos cobras pelo caminho, marginais se amoitavam para assaltar quem passasse”, diz outro morador, e conclui: “Na realidade não tínhamos ruas, tínhamos caminhos”.

O povo está imensamente satisfeito, e faz um pedido à prefeita:

“Queremos que a pre-

feita providencie iluminação pública e a visita constante da polícia Nas nossas ruas para nos dar maior segurança, pedimos também água encanada para as nossas casas”, reivindicam.

No bairro Santa Clara, os moradores também agradecem a prefeita pelo carinho para com aquele povo. “Isto é que é prefeita, com apenas 15 dias de

governo olhou para nós pobre, que estávamos abandonados nesse matagal a mais de 8 anos.” Diz um morador daquele bairro. Na foto o pastor Pablo Ramom e alguns membros da sua igreja Nova Jerusalém de Deus também agradecidos pela a atenção da prefeita dilza Pantoja.



Santa Clara também agradece à Prefeita Dilza Pantoja

**JORNAL MIRIENSE**  
A VERDADE EM PRIMEIRO LUGAR

Administração e redação

Periódico mensal do município de Igarapé-Miri, sucessor do jornal MENSAGEIRO DO MIRI, fundado em 01/01/80, por Dorival Pereira Galvão.

Direção Geral e Editoria: Dorival Galvão e Elisete Essasshika. Tiragem desta edição: 3.000 exemplares. Circulação simultânea em Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena, Belém e Moju. Jornal filiado à ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNAIS DO IN-

Anexo 19 – Praia do Cristal – Prefeita Dilza Pantoja realiza um sonho e cumpre promessa de campanha, JM, 15/08/2005 a 30/09/2005, p. 9.

O povo do Icatú, dentro da Festividade de sua padroeira Santa Maria, recebe um presente da prefeita Dilza Pantoja, a total urbanização da Vila, com passarelas, limpeza, pintura das árvores, prédios e a mais nova Praia do Icatú, em cumprimento a uma promessa de campanha. Dentro dos objetivos de geração de emprego e renda, o comércio do Icatú nunca viu tamanha quantidade de empresas, consumo direto, isto é apenas o começo. Em ação integrada, à Secretaria de Saúde se fez presente com o comando médico, com 4 médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, odontólogos, trailer de odontologia e pessoal de apoio. A Secretaria de Administração trabalhou na organização o local com sua equipe. A segurança esteve presente efetivamente com as polícias Militar e Civil, ao comando do tenente Hilton e delegado Marcos, respectivamente.

O trabalho foi executado pela Secretaria de Obras, sob direção do secretário João Batista e equipe.

### **GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

seguindo suas metas de geração de emprego e renda a prefeita Dilza Pantoja apóia o Curso de Formação de Aquaviários, promovido pela Capitania dos Portos, Prefeitura Municipal e Gabinete da Deputada Suzana Iobão. Foram agraciados com sua Carteira Náutica cidadãos que absorveram uma nova profissão que com certeza ajudará em muito suas vidas.



Anexo 20 – Moju volta com mais força e mostra mais trabalho ainda, JM, 22/07/2007, p. 3.

**Geral** 22/07/2007, p. 3 **JORNAL MIRENSE**

## Moju volta com mais força e mostra mais trabalho ainda




Prefeita Municipal Dilza e Tenilson Miranda, conhecido por "Moju".

**T**enilson Miranda Lobato, conhecido por Moju, saiu do governo dilziano no início de setembro do ano passado e está de volta desde o dia 1º de junho, na sua antiga posição de administrador da feira-livre (shopping), a pedido dos feirantes que reclamavam muito a sua ausência.

Convidado pela prefeita Dilza Pantoja a reassumir sua antiga função, Moju volta como o filho pródigo, e já chegou mostrando trabalho. No mesmo dia 1º, Moju com a sua equipe e a turma do Deja realizou uma lavagem geral no "Shopping", ação muito bem aceita pelos profissionais daquele local, que só elogiaram o novo administrador.

Moju agradece primeiramente a Deus e em seguida "pela prefeita ter bom coração e por reconhecer as pessoas que trabalham e ajudam o nosso município", chamando-o de volta para a sua função. Moju que quer ver o município em pleno desenvolvimento, promete fazer tudo o que puder na sua função.




Anexo 21 – O “Dia do Papai Noel”, JM, 29/12/2007, p. 10.

## O “Dia do Papai Noel”

Na tarde do dia 25, Dia do Natal, a Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri promoveu o seu já tradicional “Dia do Papai Noel”. Segundo informações oficiais da assessoria da prefeita, foram entregues na cidade 8.000 brinquedos. Em Vila Maiauatá, foram entregues 1.000 e no Suspiro, 500.

Em várias localidades na zona ribeirinha e na estrada, foram entregues mais 10.000 brinquedos. É preciso ressaltar que em todos esses atos de solidariedade e amor, a prefeita Dilza Pantoja se fez presente com sua equipe de apoio, entregando os brinquedos pessoalmente.

Na cidade, o show da inconfundível “Tia Bola” fez a criançada viver momentos de muita alegria. A felicidade estava estampada em cada rostinho que esperava com ansiedade o momento de ganhar o seu brinquedinho de natal. Ouvimos algumas pessoas sobre o “Natal da prefeita”, como o povo cognominou:

Rosa do Socorro Lobato Souza, doméstica, 45 anos, 5 filhos - *“Eu nunca ganhei um presente no Natal, de prefeito algum em Igarapé-Miri. Com a dona Dilza é diferente...”*

Raimundo Benedito Alfaia, 58 anos, carpinteiro, 4 filhos e 2 netos - *“É bom que a gente tenha sempre uma prefeita assim, que lembra dos pobres. Eu queria um emprego para eu sustentar a minha família, como não tem, pelo menos o presente no dia do Natal já serve.”*

Maria do Socorro Cunha, doméstica, 38 anos, 2 netas - *“Minhas filhas já estão grandes, trabalham pra Belém porque aqui não tem emprego e eu tomo conta de duas netas. Gosto muito quando*



**Mais uma vez a prefeita pessoalmente presentes**

*chega o Natal e a prefeita Dilza ajuda a gente com pelo menos os brinquedos das crianças.”*

Beatriz Souza de Freitas, empregada doméstica, 43 anos, 4 filhos - *“Eu ajudo o meu marido nas despesas da casa e o que nós ganhamos não dá pra comprar os brinquedos das crianças, então a gente vem pra cá pegar os que a prefeita nos dá. A dona Dilza dá brinquedos no Natal muito antes dela ser prefeita, e os brinquedos que ela dá, são de boa qualidade, olhe aqui (mostra-nos os brinquedos recebidos).”*

Assistimos a entrega dos brinquedos e observamos quão grande alegria estampada na face de cada ganhador, fosse criança ou a mãe, ou mesmo o responsável que ali estava com a criança. Foi um dia de muita festa, merecedor dos nossos sinceros elogios e parabéns.



29/12/07, p. 10



Anexo 22 – Discussão acirrada leva ao “racha” na administração municipal, JM, 05/06/2005, p. 3.

## Discussão acirrada leva ao “racha” na administração municipal

No dia 7 de maio, a Secretaria Municipal de Assistência Social na pessoa da sua titular Carmem Pantoja, vice-prefeita municipal, realizou uma programação na praça da Igreja de Perpetuo Socorro, nesta cidade, onde convidou a população através de Ofício, no qual constava o apoio da prefeita Dilza Pantoja. Uma forte chuva ainda tentou paralisar o evento, mas seus organizadores o levaram para dentro da barraca. A programação era uma comemoração ao dia das mães e teve a participação dos programas mantidos no município através da SEMAS:API, PETI e Mãe Saudável. Houve doação de enxovais de bebê para gestantes, cestas-básicas e outros prêmios. Até aí tudo bem, acontece que a vice-prefeita juntamente com seu esposo Miguel Pantoja, tem compromisso com a candidatura do presidente da Assembleia Legislativa do Pará, Mário Couto, à Câmara Federal, enquanto que a prefeita Dilza Pantoja apóia o já deputado federal Vic Pires Franco, esposo da atual vice-governadora.

**Retrospectiva** - Na eleição municipal realizada no ano passado, Dilza Pantoja contava com o apoio de Mário Couto, e até propagava esse apoio, mas ele, de mãos dadas com o deputado estadual Cezar Colares, apoiou a candidata Graça Leão que não conseguiu 3 mil votos, enquanto Dilza ultrapassou os 13 mil, o que para muitos, a maioria desses votos teriam vindo de Miguel Pantoja (hoje candidato a deputado estadual), que retirara sua candidatura meses antes da eleição, apresentando Carmem para vice de Dilza. No decorrer do processo eletivo, Dilza sempre recebeu o apoio do deputado federal e de sua esposa que aqui estiveram prestigiando seus comícios.

**A discussão** - Naquela programação do Dia das Mães no Perpetuo Socorro, a vice-prefeita trouxe como atração a filha de Mário Couto, para mostrar que o presidente da AL está apoiando a candidatura de Miguel nas eleições do ano que vem, e em troca, Miguel e a vice-pre-



feita o apóiam para a Câmara Federal. A prefeita ao saber da vinda da filha de Mário Couto e do apoio que a vice está lhe garantindo, ficou deveras insatisfeita, e no ultimo dia 20, sexta-feira, solicitou a presença de Carmem em seu gabinete na sua residência na Avenida Caram-bolas. Lá o desentendimento tomou conta daquilo que seria apenas uma conversa de “ajuste” da situação. Ambas de “cabeça quente” trocaram palavras agressivas, onde, segundo fonte confiável, acabou sobrando também para o secretário municipal de administração José de Arimatéia, que engrossou o caldo.

**Internamento hospitalar** - Foi tão forte o clima da discussão que a vice-prefeita Maria do Carmo Pantoja teve alteração na sua pressão arterial e passou bastante mal, sendo encaminhada para o Hospital Municipal Santana onde foi internada, e ainda hoje está sob medicação. **Afastamento definitivo** - O “racha” pode ter sido definitivamente instalado por ocasião dessa discussão, pois para Carmem Pantoja, “Já tivemos outras discussões antes, mas eu não tinha sido tão ofendida, e não posso perdoar uma pessoa que me ofendeu da maneira que ela(a prefeita) me ofendeu, atingindo quem nada tem

a ver com as nossas diferença, uma santa pessoa que ela não teve o privilégio de conhecer. Para Miguel Pantoja, “... foi aí que ela (a prefeita) se queimou, ao ofender a minha mulher do jeito que ela ofendeu...”

A prefeita Dilza Pantoja continua suas atividades normalmente, solucionando os problemas aqui e na capital, de forma que foi impossível ouvi-la. Apesar de Nenhuma

Assessores da prefeita tentam convencer de que tudo já está normalizado. “Foi só um discussãozinha a mais, dessas que existem entre pessoas que administram juntas...”, porém observa-se na postura do falar que a coisa não é bem assim. Do outro lado, assessores da vice garantem que dificilmente haverá aperto de mão com o passado. “Podem até se abraçar, mas de cara virada...” A realidade é que a corrida pelo poder que estava adormecido, desperta mais uma vez voraz, traçando tudo o que encontra pela frente. Nada diferente do que nos tempos de Herodes, Pilatos e o Cristo. O que esperamos é que não sobre, mais uma vez para o povo, que sempre foi o Cristo na história. Torcemos que realmente essa situação seja contornada e tudo resolvido para o bem de Inerôni Mui



Anexo 23 – Demitido pela prefeita por não fazer campanha para o seu candidato, JM, 09/09/2006, p. 3.

## Demitido pela prefeita por não fazer campanha para o seu candidato

Tenyson Miranda Lobato, conhecido na sociedade como Moju, de 28 anos de idade, compareceu à redação do Jornal Miriense para fazer denúncia contra a prefeita municipal Dilza Pantoja, detê-lo demitido da sua função de administrador da feira livre da frente da cidade onde trabalhava com a senhora Rosa Corrêa, por não fazer a propaganda do candidato dela à Câmara Federal.. *“Trabalho na prefeitura há um ano e seis*

*meses, por compromisso de campanha, e a prefeita*

*me chamou no meio da rua, na frente da casa*

*dela e disse em alta voz que eu estava despedido, que eu esta-*

*va na rua sem direito a nada do meu emprego e ameaçou também a minha ex-mulher de ir pra rua, ela que é concursada.”* Tenyson diz que tudo isso aconteceu porque a prefeita queria que ele fizesse campanha para os candidatos dela Ítalo Mácola e Vic Pires Franco, *“como eu fiz propaganda um dia para o Wlad, os assessores dela levaram ao conhecimento dela aí ela me pressionou, queria que eu fizesse propaganda para o Vic, como eu disse não, ela me pôs na rua. Foi depositado na minha conta somente 350 reais que é o salário básico sem o abono e as horas extras que eram 45 horas / mês. O secretário de administração Arimatéia disse que eu estava fora da folha. Quero saber da lei*

**“Ela está pressionando os trabalhadores da prefeitura para trabalharem para os seus candidatos.”**

*que ampara o servidor que não pode ser demitido 3 meses antes nem 3 meses depois das eleições.”*

**Denúncia** - Tenyson disse que a prefeita o tirou da administração da feira no dia 20 de julho e o colocou por conta da prefeitura no carro som nas ruas para fazer a campanha dos candidatos dela. *“quando ela me humilhou na frente da casa dela, tinha muita gente*

*assistindo a tudo, eu tenho tes-*

*temunha. Ela mandou que eu arrancasse os adesivos do Ítalo que estavam no meu carro,*

*pois se eu não trabalhasse para o Vic também não trabalharia para o Ítalo. Ela está pressionando os*

*trabalhadores da prefeitura para trabalharem para os seus candidatos. Ela me chamou de traidor, ladrão, mentiroso...disse que eu me vendo por dinheiro, e eu provo que não peguei dinheiro do Wlad, ela não procurou saber a verdade pra poder falar. Ela ouviu as pessoas que estão ao redor dela e falou coisas que não devia. Eu tenho certeza que ela esta se arrependendo do que fez, hoje ela quebrou o compromisso de campanha para comigo, ela não está cumprindo com a palavra dela quando disse que se ela ganhasse a eleição cumpriria com a palavra dela. Eu autorizo a publicação dessa matéria e assumo o que estou dizendo.”*

*Eu autorizo a publicação dessa matéria e assumo o que estou dizendo.”*

*Eu autorizo a publicação dessa matéria e assumo o que estou dizendo.”*

*Eu autorizo a publicação dessa matéria e assumo o que estou dizendo.”*

*Eu autorizo a publicação dessa matéria e assumo o que estou dizendo.”*

### Rio Ótica

**QUALIDADE E TECNOLOGIA 100% PARAENSE**  
Aceitamos todos os tipos de cartões de crédito e no crediário em até 5 vezes sem juros.

Tv. Coronel Vitória, 154 – Ig.-Miri-PA  
**Fone: 3755-1037**



09/09/2006, p. 3 - "Denúncia"



2

- 16 à 31/10/2005

JORNAL

Editorial

# O melhor jornal da

Indubitavelmente um jornal que circula há 25 anos na sua cidade e na sua região, tem que ter no mínimo credibilidade diante dos seus leitores, colaboradores, críticos e principalmente diante de seus anunciantes. Assim é o **JORNAL Miriense**, muitas vezes reconhecido como o **melhor jornal da região**, porém, infelizmente no Brasil a democracia é algo muito difícil de se executar, pois inúmeros são os entraves que impedem essa prática, e um deles, é o **autoritarismo**. Nenhum país do mundo exerce uma verdadeira democracia, sem a livre manifestação de pensamento. Quando cerceado esse direito, é imediatamente ameaçado o direito democrático do cidadão. Geralmente, as pessoas inteligentes que adentram à política e nela se estabelecem, são favoráveis a democracia, por ser o caminho do diálogo, por tanto, o mais correto. Já os anal-fabetos, politicamente falando, preferem a lei da mordada, cerceamento ou rompimento, tomando seus governos ditatoriais e resolvendo tudo na porrada, prática das cavernas.

Igarapé-Miri já foi outrora apelidada de "remanso", porque segundo algumas pessoas, tudo o que não presta, roda, roda e acaba ficando aqui, onde possivelmente acabam seus dias. Eu não a considero dessa forma, creio ser o poço dos milagres de muitos, que depois de falirem por aí a fora, vêm para tirar proveito desta terra tão sofrida. E vivendo como este município vive é de dar pena, sofre mais que tudo e sempre aparece um "salvador da pátria", e depois dos primeiros 30 dias as coisas mudam da água para o vinho.

O aparecimento da atual administração é mais ou menos assim, mais de 13 mil eleitores acreditaram numa mudança, mudança radical que viesse trazer paz às famílias, emprego aos seus chefes, progresso para o município e adiante de tudo, **VALORIZAÇÃO e DIGNIDADE** para o povo. Mas não é isso que temos visto neste menos de um ano de governo. Observa-se que a senhora prefeita, embora sem dinheiro como ela diz, vem fazendo um esforço tremendo para realizar alguma coisa em Igarapé-Miri, mas me parece que alguém fala mais alto em seus ouvidos e ela toma certas decisões que deixa o povo perplexo, como aconteceu no dia 06 de outubro. Vamos lembrar: Naquele dia, o **JORNAL Miriense** foi acionado para dar cobertura a um fato que estava acontecendo no Instituto Nossa Senhora Santana, respeitadíssima escola de ensino fundamental de Igarapé-Miri que tem em suas salas muitas crianças e adolescentes, que é a sua clientela. Ao chegar naquele local fiquei sabendo que a Vigilância Sanitária estava apreendendo quase 20 quilos de carne tipo picadinho, que seria usada para alimentação dos alunos na forma de merenda escolar. Fiz as fotografias que achei necessárias, e passei a inquirir a cada um ali presente. Fiquei sabendo que a carne tinha vindo do açougue "Casa do Bife" do senhor Manoel Corrêa (Maneco), e que naquele momento a direção da escola reclamava de condição imprópria do alimento para consumo. Estavam ali representantes do Conselho de Alimentação Escolar, presidente da Câmara Municipal

que acompanhava a tudo. Feito a minha reportagem até o momento em que os vigilantes sanitários jogaram creolina no produto apreendido (foto publicada na edição passada do **JORNAL Miriense**), então me retirei e fui direto até o açougue do senhor Maneco a fim de ouvi-lo, mas ele não estava no momento, e não consegui mais falar com ele, pois a edição do jornal estava sendo fechada, e tive que ir embora para Belém.

Após publicada a nota que mostra as fotos da carne apreendida, fui interpelado várias vezes no Festival do Açaf, no domingo, por pessoas do governo municipal, muitas vezes sendo até aborrecido por perguntas imbecis que vieram de pessoas que se dizem assessores da prefeita, pessoa sem compostura, cheia de autoridade, quando deveria sim, respeitar pelo menos o povo da cidade de onde ele está levando o sustento para os seus familiares em Belém ou sei lá onde. Aliás, pessoa nunca vista por aqui, de repente chega botando a sua banca fajuta. A prefeita também foi chamada por seu colega Antônio Armando, prefeito de Marituba que estava presente, e pedia que ela se acalmasse e tomasse as providências no dia seguinte. Mas ela achou melhor resolver logo aquele assunto e às 20 h quando eu saía para um compromisso social, fui convidado a comparecer até o seu gabinete na prefeitura. Ali chegando encontrei no gabinete da prefeita, a própria, a secretária de educação, a vereadora Maria José e seu esposo Manoel Corrêa, o fomecedor da carne, o chefe do gabinete Teixeira e o assessor de imprensa Jefferson Mácola. Depois de alguns minutos de conversa a prefeita pediu que todos se retirassem para que ela conversasse a sois comigo, momento em que anunciou o seu desinteresse em publicar matérias da administração, que segundo ela "em um jornal que vive me detonando". Considerei rompimento com o jornal, tudo por causa da nota do tal picadinho. Ela rompeu com o **JORNAL Miriense**, se colocando do lado do empresário Maneco, se afastando do povo que a elegeu. Incrível! A prefeita preferiu tomar partido e ficar contra o povo. Sabemos que a senhora precisa da vereadora esposa do empresário, mas seja mais sutil. A prefeita se aborreceu porque o jornal publicou a nota, sem antes passar com ela para comunicar o que estava para ser publicado, tem cabimento? Prefeita, a carne estava podre e ia ser ingerida por crianças, e graças a Deus não aconteceu um grave caso de intoxicação onde a senhora seria a maior responsável. Já imaginou isso acontecendo? Por outro lado, eu estava simplesmente registrando um fato no qual a **SUA** Vigilância Sanitária, competentemente atuou. Parabéns aos vigilantes que cumpriram o seu papel: Benedito Quaresma ( seu Benoca) e Cristiano Gonçalves, este, covardemente demitido e logo em seguida readmitido, sendo ameaçado de demissão do seu emprego a qualquer momento, por estar presente condenando a carne. Que vergonha prefeita! Demitir um jovem funcionário que foi um batalhador na sua campanha, e ser demitido justo por estar cumprindo fielmente o seu dever? Não dá pra entender isso?



## Anexo 24 (cont.)

MIRIENSE

Geral

## região

O Jornal Miriense é uma referência neste município, e o povo de Igarapé-Miri merece uma imprensa à altura que o Jornal Miriense fornece. Parabéns!

Médico e deputado estadual Luiz Seffer - 24.06.05

las toneladas de peixe podre, muito dinheiro do município jogado fora. Outro dia foram 22 quilos de picadinho da escola Maranata, depois na escola da senhora Mita, e pela segunda vez no Instituto Santana, sem contar as escolas que enterraram picadinho podre e nada falam com medo de represália, é o que tenho ouvido pelas ruas.

Quanto a demissão do funcionário, parece que é prazeroso nesse governo, romper com quem o ajudou, quer uma pequena prova? Não chegou nem a cem dias de governo, e veio o inacreditável rompimento com a vice-prefeita Carmem Pantoja, que todos neste município sabem muito bem a quantidade de votos que ela e o Miguel Pantoja deram para eleger a atual prefeita. E o Zeca Cabral, coitado, rapaz pobre mas lutador e de uma fidelidade ímpar, brigou tanto pela prefeita, está endividado até hoje e o lançaram na rua. Não é o slogan desse governo "Todos por Igarapé-Miri", imaginem só! O slogan é todos ou TOLOS por Igarapé-Miri? Só ainda não entendi quem são os TOLOS, se é o povo de Igarapé-Miri ou uma meia dúzia de espertos que estão mamando nas tetas do governo? Prefeita, o JORNAL Miriense contribuiu bastante para a sua eleição sem ganhar um único centavo, e a senhora sabe bem disso, e sempre se manifestou favorável ao seu governo, porém foi tratado também dessa maneira. O que eu não entendi dona Dilza Pantoja porque a senhora vai pra televisão local e para defender o seu marchante chama do JORNAL Miriense de "jornaleco"? Quer dizer que agora este jornal é um "jornaleco" pra senhora? Que pena prefeita, enquanto autoridades da região ou de entidades da nossa capital consideram o jornal de Igarapé-Miri um grande jornal, a senhora acha por bem depreciá-lo. Cuspiu no prato que comeu....

Talvez a senhora não saiba, mas o JORNAL MIRIENSE tem 25 ANOS de existência, é considerado o melhor jornal da região do baixo Tocantins, o qual a senhora NUNCA, em momento algum da sua vida ajudou, porque não sabe o valor que este jornal tem para o município de Igarapé-Miri e para o seu povo. Saiba prefeita, o JORNAL Miriense é lido e muito querido nas cidades de Abaetetuba, Moju, Barcarena, Belém e principalmente aqui em Igarapé-Miri. Ele é JORNAL e não jornaleco e tem muito orgulho de levar o nome desse povo forte e guerreiro. Acredito que a partir deste número a senhora vai conhecer o real peso do JORNAL Miriense e vai passar a respeitá-lo mais.

O seu pronunciamento na televisão local, não ofendeu somente a mim, pois já não sou o dono exclusivo do JORNAL Miriense, esse jornal é patrimônio cultural de Igarapé-Miri, e a senhora feriu a mais de mil fiéis leitores, ofendeu os que escrevem voluntariamente para o jornal e aborreceu os que patrocinam esse trabalho, que é o comércio local, para o qual a senhora não criou até hoje um plano de apoio. Ao invés de comprar de fora gêneros para a merenda escolar, a senhora deveria valorizar o comércio local, que não está nada satisfeito com as atitudes do seu governo e alguns já estão até indo embora de Igarapé-Miri. Prefeita.

RIZE o que é nosso, prefeita!

Nós, os colunistas que escrevem sempre algo de interesse coletivo, os anunciantes que tiram um pouco dos seus pequenos lucros para ajudar este periódico, os leitores fiéis que aguardam ansiosos a chegada do jornal e os colaboradores que ajudam sempre espontaneamente sem visar retorno, todos nós fomos feridos quando a senhora depreciando o nosso trabalho chama de "jornaleco" para o melhor jornal da região, jornal que já lhe acompanhou em tantos eventos, até fora do município, e que já lhe serviu de escada. Mas é bom saber que aquele que ajuda a subir, também ajuda a descer, e pra baixo, todo santo ajuda, e é bom lembrar que 4 anos não são 4 séculos.

O JORNAL Miriense, hoje quinzenal, é um projeto que tem a participação mássica do povo e vai continuar firme e forte, vigilante e servindo de órgão denunciador de tudo que venha prejudicar este povo que merece o nosso mais profundo respeito.

O seu pronunciamento na Rádio Progresso no domingo, 30, deixou a população indignada quando a senhora chamou de POVO LINGUARUDO. Cuidado com o que fala prefeita, as palavras ferem demais e isso pode destruir todos os seus sonhos e projetos, isso não é bom. Nós somos todos miriense, quando não de nascimento, como por adoção, e amamos tanto esta terra quanto a senhora e os verdadeiros mirienses. Nos não estamos aqui pra fazer fortuna, estamos para trabalhar honestamente, por isso estamos aqui há 30 anos. E o nosso compromisso é com a verdade, daí o nosso lema: A verdade em primeiro lugar.

Gostei imensamente da senhora ter criado essa Comissão de Inquérito para investigar melhor esse caso. Parabéns prefeita, assim é que se faz. Conhecemos a sua boa vontade em trabalhar por Igarapé-Miri, por isso invade as madrugadas se doando para resolver os problemas desse povo, mas não diga tudo o que lhe mandam dizer, pense bem antes de falar, se precisar conte até três, mas fale suas próprias palavras, não diga o que não gostaria de ouvir, assim os problemas diminuirão. Lembre-se que a palavra vale prata, mas o silêncio vale ouro.

O JORNAL Miriense nada tem a ver com essa briga, ele apenas cumpriu com o seu dever. Procure o verdadeiro culpado e faça justiça, ao invés de abandonar o povo e os que lhe ajudaram a se eleger. Lembre-se que já no próximo ano a senhora vai precisar do POVO LINGUARUDO para votar no seu candidato e como vai ser?

O Natal está bem aí, e como a senhora vai desejar Feliz Natal para o seu povo? Não vão achar os votos falsos?

Pois é prefeita, se tranquilize, pois se depender do JORNAL Miriense que tem compromisso com os seus leitores, continuaremos escrevendo a história de Igarapé-Miri, doa em quem doer, denunciando todo tipo de patifaria, e fazendo tudo para ser sempre o MELHOR JORNAL DA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS



Anexo 25 – Não posso me furtar ao comentário..., JM, 05/08/2006, p. 2.

2 - 05 de agosto de 2006

JORNAL MIRI

## EDITORIAL

### Não posso me furtar ao comentário, já que edito jornal neste município há 26 anos, e nunca tinha visto tamanha aberração

O município de Igarapé-Miri é conhecido atualmente como a "Capital Mundial do Açaí", título que vem deixando a desejar por falta de interesse das autoridades do município, como já publicamos em edições anteriores. A exportação do açaí é bastante recente em relação a história cultural desse poderoso município, o que nos leva a lamentar profundamente o que aconteceu durante a festividade da padroeira do povo, Nossa Senhora Santana.

É sabido que Igarapé-Miri edita jornal desde 1902 (veja foto), portanto é pioneiro nesse assunto em nossa região. Naquela ocasião já existia grupos interessados em divulgar as notícias dessa terra, e pelo visto, garbosamente o faziam.

104 anos depois, Igarapé-Miri mostrando sua força cultural, continua editando o seu jornal, cuja opinião popular é considerado o melhor da região. É um dos poucos municípios do interior paraense a cultivar essa nobre cultura, que enche de orgulho o seu povo, porém, durante a festividade de Santana, ocasião em que a cidade está fervilhando de tanta gente, principalmente de fora, a Prefeitura Municipal no comando da senhora Dilza Pantoja, lança nas ruas um informativo de sua responsabilidade, cujo título serviu e continua servindo de chacota: **AÇAIZITO**.

Ora, se somos a **CAPITAL MUNDIAL DO AÇAÍ**, porque ridículo diminutivo? O que será que está acontecendo?

A senhora prefeita diz em seu editorial, ter sido a criação do seu informativo "a forma encontrada por nós para repassar ao povo de Igarapé-Miri a maneira adotada pelo Exe-



Extraído do livro "Caminho de Canoa Pequena

cutivo local, principalmente na aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento do município." Não entendemos a necessidade da criação de um outro informativo da prefeitura (já existiu um no ano passado denominado Açaí News), se na cidade existem 4 rádios FM, 2 serviços de publicidade fixa (Rádio de poste), um canal de televisão e dois jornais, assim como não entendemos também, porque o jornal da prefeita trocou o lamaçal em que foi realizado o Festival do Camarão de Igarapé-Miri, por uma foto, que segundo o povo da cidade, pertence ao município de Muaná na Ilha de Ma-

rajó, entre outras.

Estranho, em seu expediente, o "jornal da prefeita" como vem sendo chamado, mostra todo o seu secretariado, os três jornalistas responsáveis, mas não se vê o nome do **assessor de imprensa** que deve ter sido fundamental na realização desse veículo. Estranho também o aviso no expediente de que "os artigos são de responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião deste jornal". Afinal o jornal é de responsabilidade da Prefeitura ou não?

Finalizando, o que consegui entender em relação a esse **AÇAÍ**... (não consigo escrever título tão pejorativo), é que a prefeita está usando um informativo para se auto promover, o que é **CRIME**, sem contar o quanto denigra essa terra de homens valentes e orgulhosos por seu passado.

Seria interessante a senhora Dilza Pantoja rever essa situação e buscar um título mais digno para o seu jornal que não venha ferir mais do que já está, o povo miriense. Com certeza, o futuro agradecerá...

Anexo 26 – *Povo Linguarudo*. Ora, Ora, Vejam Só!, JM, 16 a 31/05/2005, p. 07.

**Povo linguarudo** - A prefeita de Igarapé-Miri ao participar de Belém por telefone no programa do grande Ari Santos no domingo, dia 30 passado, disse que vai pagar a conta do INSS pra fechar a boca “*desse povo LINGUARUDO*”. Esqueceu ela que estava falando ao vivo no programa de maior audiência nas manhãs de domingo. Agora tem gente querendo saber quem é o “povo linguarudo”? Será que são seus eleitores? Depois dizem que nós da imprensa é que somos linguarudos...

**A verdade em primeiro lugar** - A prefeita de Igarapé-Miri rompeu com o Jornal Miriense por este ter falado a verdade no caso do picadinho podre. Se esqueceu ela do lema do jornal, ou queria ela que o caso fosse abafado?...

16 a 31/05/2005



Anexo 27 - *sem título* (“A reunião da Câmara Municipal de Igarapé-Miri do dia 16 de setembro...”), JM, 01 a 15 de outubro de 2005, p. 11.

A reunião da Câmara Municipal de Igarapé-Miri do dia 16 de setembro, foi uma das mais polêmicas dos últimos dez anos. Presidida pelo vereador e Pasto Alberto Amorim, a Câmara tem tomado uma postura de combate a irregularidades, e na sessão ordinária daquele dia, foi o que aconteceu.

Muita gente foi convidada a comparecer aquela sessão por vários motivos. Para uns seria votado naquele dia o Plano de Cargos e Salários, para outros o assunto da reunião seria o Concurso Público que a prefeitura promete fazer ainda neste mês de outubro. A reunião foi muito polêmica. A câmara Municipal pede que seja cumprido o repasse de 8% para as suas despesas, mas a prefeita diz que não tem fundos para pagar tudo isso. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, foi mandada para a Câmara com apenas 6%. A Constituição diz que pode ser repassado de 6 a 8%. A Câmara recebeu a LDO, se reuniu e votou um veto por 9 X 1. A prefeita Dilza Pantoja foi até a Câmara nesse dia solicitar um complementação de 60%, equivalente a 27 milhões de reais, pois estourou o orçamento do executivo. Os vereadores dizem que estão prontos a dar até 100%, desde que a prefeita diga de onde vem o dinheiro e para onde vai.

**Os vereadores estão me atrapalhando** - Ouvimos a prefeita que diz não poderá trabalhar desse jeito, pois está sendo atrapalhada pelos vereadores. Dilza Pantoja foi no dia 16 assistir a reunião da Câmara. Em determinado momento, depois de ser implacavelmente acusada de má administração por populares e pela maioria dos vereadores, a prefeita pediu para se pronunciar e o presidente Amorim não consentiu seu pronunciamento o que deixou sua assessoria e muitos simpatizantes revoltado. O clima ficou tenso e alguns vereadores passaram a se agredir com palavras, chegando-se a saber que a vereadora Carmozi-

nha tem filho que mora em Belém, não trabalha na Câmara, mas recebe no final do mês. A vereadora replicou ao seu acusador Amorim, pedindo que ele informasse quantas pessoas ele tem ao seu dispor no seu gabinete. E o clima foi ficando cada vez mais pesado.

**Esse governo está “baratinado”** - O vereador Amorim considera o governo da prefeita Dilza “baratinado”, pois no dia 20 de setembro foi repassado para a Câmara 8 mil reais, e isso é crime de responsabilidade, diz o presidente Amorim. A verba da Câmara é um pouco mais de R\$60.000,00 e não pode ser repassado a mais nem a menos. E a Prefeitura tem de 1º a 20 de cada mês para fazer esse repasse. “Como eu ia acionar a justiça” diz Amorim, eles providenciaram até duas horas da tarde e mandaram o dinheiro todo.

**Denúncia: vereador ofereceu propina** - Amorim diz que é direito da Câmara, por lei, 8% do total da Prefeitura, mas a prefeita Dilza que reduzir para 6%. Dilza disse à nossa reportagem que ela repassa quase 7%. Amorim acusa a prática de oferecimento de propina do vereador Wladimir ao vereador Jhay, ambos de Vila Maiauatá. O pastor diz que o vereador Wladimir foi na casa do vereador Jhay e lhe ofereceu uma propina de R\$2.000,00 por mês, pra aprovar a redução para 6%. “a intenção dela (a prefeita) é, diminuir para 6%, e o restante, dar R\$2.000,00 pra cada vereador do grupo e quem ficar com o resto. Amorim diz que a Prefeitura estouro o orçamento de 27 milhões de reais que foi aprovado em janeiro, e agora a prefeita que um crédito suplementar de 70% .

*“Eu pensei que ia haver uma transformação, mas não houve, por esse motivo me afastei do governo”*

*“Eu pensei que no governo nós teríamos uma transformação em Igarapé-Miri, mas não estou vendo nada nesse sentido. Já estamos com nove meses, e essa é a idade que uma mãe gera uma criança: fabrica, gera a criança e dá a luz em nove meses, e em Igarapé-Miri não houve isso”*. O lema da campa-



## Anexo 27 (cont.)

nha: *Igarapé-Miri vai decolar, para mim não decolou em nada. Porque os hospitais continuam sem médicos, sem medicamentos, as ruas continuam esburacadas, a violência aumentando... Nós estamos vivendo quase toque de recolher. Eu pensei que ia haver uma transformação mas não houve, e esse é o motivo pelo qual me afastei do governo,* conclui Amorim.

A Câmara votou que 1% do orçamento, para que fosse repassado para as comunidades e igrejas, para aquisição de instrumentos e de materiais, *“uma comunidade como esta, Santa Bárbara, precisa de um barracão e tem que está se humilhando pra governo,* diz Amorim. *Então fizemos uma emenda em audiência pública, para que 1% do orçamento fosse destinado as comunidades, essa emenda foi votada, e ela vetou, e nós derrubamos novamente por 9 x 1.”* **Câ-**

**mara que prestação de conta** - Amorim quer também que a prefeita preste conta também da verba de gabinete, que ela vetou e os vereadores derrubaram o veto por 9 a 1. A Câmara quer que a prefeita preste conta em praça pública. Amorim atribui a maior raiva da prefeita sobre a Câmara, é porque a Câmara aprovou por unanimidade a substituição automática da prefeita pela vice. A Câmara Municipal fez uma emenda na Lei Orgânica, ou seja, fez um decreto legislativo, e mandou ao conhecimento da prefeita, e segundo Amorim, os advogados da prefeita vetaram A emenda,



*Presidida pelo vereador e Pasto Alberto Amorim, a Câmara tem tomado uma postura de combate a irregularidades, e na sessão ordinária daquele dia, foi o que aconteceu.*

o que gerou o maior comentário, e Amorim considera isso “falta de conhecimento dos seus advogados, porque não é competência do Executivo vetar decretos do Legislativo, e isso serviu de chacota para advogados de fora que souberam desse caso.

**Desafio** – O vereador Amorim finaliza desafiando a prefeita Dilza Pantoja para um debate público em rádio ou aonde ela quiser. *“Só não aceito que ela venha fazer o que ela quer aqui na câmara. Aqui quem manda são os vereadores, ela manda lá na Prefeitura”.*



Anexo 28 – *Tribuna livre* “Parece que não temos prefeita”, JM, dez. 2005, p. 10.

**MIRIENSE**

**Geral**

## o de Justiça

lândia, mas resolveu o problema com ajuda da direção da Rede Celpa, a quem agradeceu o apoio.

**Pontes sobre rios** – O secretário garantiu que as pontes dos rios Igarapé-Miri e Meruú serão construídas. Fez saber que o governo do estado tem para construir 42 dessas pontes de concreto em mais de 16 estadas. O que está faltando é passar no Congresso o empréstimo. Por sinal essas obras já tem empresas licitadas, informa o secretário.

**Segurança** – “Desemprego, violência e outras mazelas existem na cidade por falta de ocupação. O crédito de um comércio organizado faz a diferença, disse Ítalo, enquanto o presidente da ASCIM colocou que Igarapé-Miri está praticamente sem delegado. A insegurança campeia o município. Ítalo disse que uma viatura nova está vindo para Igarapé-Miri. Sobre o delegado e sua continuidade, prometeu providências para o caso. Mas sugeriu: “O bom para cá é a instalação de um quartel, já que a PA 151 passa por dentro do município, assim diz a lógica do raciocínio”. O empresário Rosivaldo Lima (Roso), solicitou empenho do secretário quanto a instalação de um posto de fiscalização policial na entrada da cidade, pois com isso inibiria em muito a ação criminosa. Roso pediu também que o secretário procurasse saber deu um veículo preto da Polícia Rodoviária Estadual que tem inscrito nas laterais Igarapé-Miri, e que é visto constantemente circulando em Belém, quando deveria estar prestando serviço ao município a que foi destinado.

Quanto a lancha que seria para uso da polícia em viagens marítimas, Ítalo esclareceu que o veículo foi doado pelo dr. Wandencok para a Secretaria de Agricultura de Igarapé-Miri. Falou que faz parte de seus planos uma delegacia marítima em Vila Maiauatá para atender a zona ribeirinha.

O cinegrafista Jeremias Trindade pediu que o secretário viabilizasse a vinda de mais um juiz de direito e mais um defensor, ao que Ítalo respondeu: “apesar de não ser minha área, farei o possível” O secretário recebeu inúmeras queixas de que Igarapé-Miri fica sem juiz, sem promotor, sem defensor e sem delegado nos finais de semana, ocasião de maior incidência de violência. Ítalo Mácola prometeu se esforçar a partir de 6 de janeiro,

## Tribuna Livre

### Parece que não temos prefeita!

No momento o comentário que ouvimos de nossa prefeita e de sua equipe de governo, é o seguinte: **“eles são muito bons para fazer festa”**.

Porém, o que notamos é uma verdadeira falta de atividade e respeito com a população que a elegeu.

Hoje vem acontecendo um fato em nosso município que merece a nossa atenção, já que a administração municipal vem fazendo vista grossa ao mesmo. É o caso das empresas que prestam serviço rodofluvial ao município de Igarapé-miri. Essas fizeram um acordo entre si, que aflige a nossa liberdade de escolha, vai de encontro a livre concorrência prevista em lei.

“Ou viaja nessa, ou não viaja”. É o que se ouve dos vendedores de passagem de ambas as empresas.

O revezamento de horários que as empresas, Araparí e Jarumã, vêm fazendo, não aflige apenas nosso direito de escolher onde queremos viajar, mas nos causa um imenso transtorno na hora de saber a qual delas nos dirigir para embarcar, além de viajarmos em ônibus superlotados, que também é proibido por lei.

É uma pena dizer isso, mas por falta de interesse político, entra prefeito e sai prefeito e Igarapé-miri fica sempre aquém do desenvolvimento.

Se essas empresas estiverem tendo prejuízo em nosso município e não estiverem satisfeitas, que sejam retiradas. É só abrir licitação, que não faltará empresas interessadas em prestar serviço para nós.

**“SE LIGA” prefeita!**

*Wlisses Marques*

TRIBUNA LIVRE é um espaço reservado à você leitor do **Jornal Miriense**.  
Mande sua carta para:  
**Travessa Coronel Vitória, 433**  
**Centro – 68.430-000**

Dez. 2005  
p. 10 - “Geral”

Anexo 29 – O governo das festas, *Ora, Ora...*, JM, 05/08/2006, p. 9.

sas, com as nossas...

## ORA, ORA, VEJAM SÓ!

# O governo das festas

Notícias nos chegam daquela terra do tão, tão, bem distante, dando conta de que a “rainha” continua com as suas festas e farras noite a dentro.

aproveitando a festa religiosa do povo daquele longínquo país, a rainha abriu os cofres do reino e passou a esbanjar. Contratou logo todas as aparelhagens sonoras da capital e mandou ver: 5 mil pra um, 7 mil pra outro, teve aparelhagem que levou até 15 mil pilas (**pilas** é o valor monetário do reinado da tal rainha), e com isso, a rainha deixou as aparelhagens da terra onde ela reina, no tucupi.

Tocaram para a rainha: Tupinarás, Treme e berra, Povo cicrone, Bob Som, Cacareco da Saudade e outros, até o Braz e Lândia tocaram para a rainha.

Além da rainha promover concorrência com a paróquia que realiza os festejos do povo daquele país, ele deixou os festeiros a ver navios. Dias antes a rainha

ia fazer o mesmo, trazer atrações de fora para se apresentarem no festival de camarrão que é realizado lá naquela terra, só que os donos de aparelhagens se reuniram e encostaram a rainha na parede e ela, embora muito contra a vontade, teve que contratar os músicos da terra (bandas, aparelhagens, sapos e grilos, etc...).

O povo está preocupado com as atitudes da rainha, pois do jeito que ela gosta de festa, teme que ela faça o **Festival dos Mortos** a se realizar nos dias 1, 2 e 3 de novembro. É só o que está faltando.

Antes disso, vem por aí o Dias dos Pais, o 7 de Setembro, o 1º e 10 de outubro, e tome festas... A caminho, “**A Balsa da Rainha**”, um livro que você não pode deixar de ler. Aguarde!

**Atenção:** *Esta coluna é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com pessoas, locais ou atitudes, não passa de mera coincidência.*

05/08/2006, p. 9



Anexo 30 – Quem diria: súditos infantis foram abandonados pela “rainha” malvada, *Ora*, *Ora...*, JM, 05/11/2006, p. 5.

## ORA, ORA, VEJAM SÓ!

### Quem diria: súditos infantis foram abandonados pela “rainha” malvada!

**NO DIA DEDICADO AOS “BAIXINHOS” A CORTE DESINTERESSADA NADA FEZ PELAS CRIANÇAS DO TÃO, TÃO BEM DISTANTE**

12 de outubro é consagrado nacionalmente o Dia das Crianças. Só que no país do *Tão, tão bem distante*, a “rainha” malvada não está nem aí para os “baixinhos”. Lá não existe locais próprios para as crianças brincarem, nos festivais as crianças pagam entrada e quando chega o Dia das Crianças, a “rainha” malvada não faz nada, nem uma festinha com apresentação de palhaços, distribuição de brinquedos, etc. Aliás, a “rainha” antes de ser “rainha” dava uns brinquedinhos fajutos de um real, mas dava, agora ela desaparece e os seu súditos ficam a ver navios. Não fosse outras pessoas apresentarem uma brincadeiras nas ruas do *Tão, tão, bem distante*, nada teria sido apresentado para aquelas crianças.

Há quem diga que a “rainha” malvada não teve infância, nunca ganhou uma bonequinha nem teve um Dia das Crianças, por isso ela faz isso com as crianças do seu país.

Vem aí o Natal, vamos ver se ela não vai dar nada para as crianças ‘pobres. Mas tomem cuidado, pois quando a “rainha” dá com u’a mão, ela toma com a outra. Com certeza ela dará sim alguns brinquedinhos fajutos, mas com segundas intenções..É bom ir logo se preparando...

**Atenção:** Esta coluna é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com pessoas, locais ou atitudes, não passa de mera coincidência.



05/11/2006, p. 5



Anexo 31 – A “rainha” malvada quer seus súditos mais “burros”, *Ora, Ora...*, JM, 2ª quinzena de fev. 2007, p. 4.

turaram diversas lideranças desses movimen-

Episcopal do Brasil e avisou em movimentos populares

## ORA, ORA, VEJAM SÓ!

# A “rainha” malvada quer seus sábios mais “burros”

Quem diria!... a “rainha” que tem como lema “*Tão, tão, bem distante*”, está cada vez mais distante dos seus súditos. Os sábios e instrutores daquele reino, não conseguem mais trabalhar sem ganhar uma **pila** sequer (**pila** é a moeda lá do reino). Acontece que um grupo de manifestantes, defensores dos pobres e oprimidos, resolveu se levantar contra a “rainha”. Foram lá pra frente do castelo e gritaram, gritaram, berraram, mas ela fez de conta que não ouviu. Mandou seus oficiais mais graduados resolverem por ela. E a “rainha” bateu pé e disse: “*Não vou, não vou não vou, atender esse pessoal...*”

Os instrutores do povo, contratados anteriormente por outros reis, estão há muito tempo sem ver a cor de seus pagamentos, os suditozinhos não têm merenda nas escolas e alguns direitos dos instrutores estão indo para o beléu, por isso estão revoltados e querem a cabeça da “rainha”. Depois de muito blá, blá, blá, e até falta de água para eles beberem, a “rainha” resolveu que vai ouvir os representantes dos sábios e instrutores do reino, mas só fará isso, dias depois, quando ela bem quiser.

No momento em que os rebelados faziam seus protestos, uma equipe de fiscais do reino federal estava fiscalizando o setor de saúde do “*Tão, tão, bem distante*”. Foi

um corre-corre pra cá e pra lá, parecia que todo mundo naquele reino estava maluco. Dizem que o rei “barbudão” e a rainha “careca” ainda vão mandar mais inspeções pra cima da “rainha malvada”. Será que ela agüenta?. Lá no reino já tem um hospital de cara nova, mas a “rainha” não quer e não quer tomar uma injeçãozinha lá. Porque será tamanha desconfiança? O negócio é que depois dos sábios e instrutores, estão vindo outros levantes populares contra a “rainha”, e agora será o pessoal da saúde do “*Tão, tão, bem distante*”, como se não bastasse a horripilante situação por que passa aquele setor. Vai ser como construir uma guilhotina que será acionada pela própria “rainha”. Quem vai gostar muito são as duas funerárias do reino: “Pé na cova” e o “Me leva abutre”. E por falar em funerária, cadê o tal do cemitério que a “rainha” ia construir no ano passado?...

Enquanto isso, as escolas do “*Tão, tão, bem distante*” continuam fechadas e os suditozinhos sem estudar. Quem vai perder nós já sabemos, agora vamos ver quem vai ganhar essa parada...

**Atenção:** Esta coluna é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com pessoas, locais ou atitudes, não passa de mera coincidência.

2ª quin. fev. 07, p. 4.



Anexo 32 – “Recebe as bênçãos, minha filha...”, *Ora, Ora...*, JM, 10/07/2007, p.15.

## ORA, ORA, VEJAM SÓ!

### “Recebe as bênçãos, minha filha...”

A “rainha” do Tão, tão, bem distante, provou que é muito querida no seu reino. Bastou sair o jornal daquele país sem falar nela, para que uma legião de súditos, e até alguns dos seus maioraais, reclamassem incessantemente, perguntando: “porque não, saiu matérias do país do Tão, tão, bem distante?... Acontece que a “rainha” malvada, que está cada vez pior, foi ver o papa Bento XVI, e teve audiência com ele. Será que ela também está querendo ser canonizada “santa rainha malvada” ? Não. Ela foi buscar a bênção do sumo pontífice. O papa lhe perguntou: “O que queres filha?” E a “rainha” lhe disse: “Já que o senhor é 16, não dá pra me fazer ser pelo menos a metade, ou seja, 8 ?” “Como assim filha?” perguntou surpreso o papa. E a rainha respondeu: “Me abençoe para que eu me reeleja, então serei a rainha oito anos no poder.” “Ah! filha, isso está mais difícil do que acabar com a guerra lá pras bandas do Iraque.”, finalizou Bento XVI.

Dizem também que a “rainha” malvada pediu para o papa rezar sobre uns nomes que ela levava, a fim de “amansar” essas pessoas, e entre esses nomes, lia-se: D-fina, B-noca e até o emPinador de bandeiras. Não conformada, a “rainha” malvada chegou a pedir para o santo padre, que nas suas rezas, desse uns apertos no jornalista de Tão, tão, bem, distante, mas o papa disse: “Oh filha, esse não, pois eu acabei de tor-

nar santo um Galvão, vai que eles sejam parentes...”, foi aí que a “rainha” malvada retrucou: “É, já vi que com esse eu não posso mesmo...”

Ouvi dizer (ei, aqui não é o teu lugar, aqui é o **Ora, ora, vejam só!**) também, que o papa disse para a “rainha”: “Filha, deixe de ser malvada. Os pobres trabalhadores do seu reino já ganham tão pouco e ainda, todo mês, têm descontos absurdos dos seus salários. Já tem gente por aí dizendo que vai entrar na justiça, aí o bicho vai pegar, e você vai pagar mais caro ainda. É *porrisso* que o Wlad está lhe chamando de “Barbie”.

A “rainha” malvada pediu para o papa ir visitar o Tão, tão, bem distante, mas ele foi incisivo: “Filha, você está louca?! Quer acabar com o meu papa-móvel naquela buraqueira. Deixe de ser malvada e trate de tapar esses buracos, pois já fazem dois anos que você governa e ainda não tapou um buraco se quer das ruas do seu reino. Tão dizendo que quando acabar o seu governo, vai aparecer é um buraco bem maior, só que dessa vez não será nas ruas. E eu não entendi que buraco é esse...”

Diante de tamanha verdade, a “rainha” malvada se ajoelhou e chorou muito...

...lágrimas de crocodilo.

**Atenção:** Esta coluna é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com pessoas, locais ou atitudes, não passa de mera coincidência.

10/07/07, p. 15

“Atualidades”



Anexo 33 – “A rainha está engordando de novo...”, *Ora, Ora...*, JM, 09/09/2006, p.11.

... para mostrar ao adversário que quem manda no pedaço são eles, e que ninguém entre

ninguém, *Dois de aniversário de pobre, e Casa de Mãe Joana.*

## ORA, ORA, VEJAM SÓ!

### A rainha está engordando de novo

Conversando com um nativo da terra do tão, tão, bem distante, fiquei sabendo que a rainha está engordando novamente. Disse-me ele que poucos anos atrás a rainha teve um problema seriíssimo, pois estava seguindo o caminho da “dona redonda” da novela Saramandaia que acabou explodindo. Pois é, a rainha estava com um popozão deste tamanho, que para fazer uma única calcinha para a ela, era preciso três metros de pano, de tão grande que ela era. Mas nesse tempo a rainha ainda não era rainha; ela tentava, tentava e não conseguia cair na simpatia dos seus súditos, pois era pesada demais. Ai, apareceu por lá pelas terras do tão, tão, bem distante um gênio que chamou a candidata à rainha e recomendou que ela fizesse umas dietas. Então entrou a dieta da lua, dieta da sopa, dieta do copo de água, dieta da tala de paineiro, dieta do maxixe cru, dieta da folha de carqueja, da flor da sapucaia, simpatias e mais simpatias... Enfim, tudo quanto foi dieta, e a dita cuja ao invés de emagrecer só engordava. Aí o gênio disse: “A senhora vai ter que costurar a boca ou então tirar o seu estômago todo, pois não tem outro jeito.” Mas um especialista de um lugar distante garantiu que não precisaria tirar todo o estômago dela, bastava tirar só 90% que resolveria o problema. Feita a operação, ela ficou macérrima, foi até confun-

dida com umas misses de meia tigela que têm por ai e por fim, confundida com a rainha dos baixinhos, a “Xuxa”. Aí, ela se empolgou, apareceu lá pelo país do tão, tão bem distante e acabou enganando aquele povo que dizia: “Quem é essa lourinha xuzuzinho que apareceu por aqui?” E ninguém lembrava mais dos seus 300 quilos de poucos anos atrás: tanto é verdade que colocaram a coroa na cabeça dela para reinar no país. Só que depois de rainha, ela esqueceu as orientações dos seus especialistas e voltou a ser a gulosa de antes. Agora, os seus 50 quilinhos já estão bem distante e todo mundo está falando: “Olha como a rainha está engordando novamente!”. Hoje ela já deve estar com mais de 100 quilinhos, e do jeito que vai, até o fim do seu reinado ela deve estar de novo com os seus 300 quilos do passado ou mais. A preocupação da corte é que ela venha explodir como aconteceu com a “dona redonda”, e aliás já tem súdito chamando de “dona redonda” para a própria. Alguns falam: “Será que ela não está se olhando em espelho?” Outros dizem: “Como a rainha está ficando horrível! Com essa gordura, ela está parecendo o ‘Dinossauro Silva’...”

**Atenção:** Esta coluna é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com pessoas, locais ou atitudes, não passa de mera coincidência.

**iriense circulará no dia 28 de setembro.  
o perca a oportunidade de fazer parte dela.**



Anexo 34 – “A Violência (?) preocupa a rainha”, *Ora, Ora...*, JM, 05/12/2006, p. 6.

**ORA, ORA, VEJAM SÓ!**

## A violência (?) preocupa a rainha

Meu Deus, o que será que está acontecendo no país do *Tão, tão, bem distante*?

A “rainha” malvada está deveras preocupada com o futuro do seu povo. Olha, a violência naquele país está tão grande, que a cada 15 dias se sabe de uma nova morte, e a “rainha” já está pensando em construir outro cemitério. O povo só não entendeu ainda, porque a “rainha” vai construir o tal cemitério na entrada do país, bem na porta de entrada. Observa-se que a preocupação da “rainha” não é com a violência e sim com a mortandade que está existindo no *Tão, tão, bem distante*.

Reis e rainhas, e até príncipes e princesas deixam seus nomes na história, distribuindo terras, cartas de nobreza, títulos para condes, barões, viscondes e outros, mas construção de cemitério não registram na história nomes de governantes, e isso preocupa a corte, mas a “rainha” não dá a mínima para eles. Estudiosos acham que a “rainha” devia criar mecanismos e fazer

campanhas para mudar a atual situação do *Tão, tão, bem distante*, tirar os jovens das ruas e dar empregos para os chefes de família, e botar seus guerreiros e gladiadores nas ruas para combater a violência.

Quanto ao cemitério é um bem necessário mas que a “rainha” o faça em outro local que não seja na entrada do seu país. Agora vem o pior: A “rainha” já está pensando em quem vai inaugurar essa sua obra e lança um convite a você amigo leitor ou leitora, para que se inscreva. Tem quem diga que a “rainha” está preparando o local de enterro da sua política daqui há dois anos. Quem se habilita, quem será o primeiro? A “rainha” já está cadastrando interessados para a inauguração do novo cemitério. Você não quer ser o primeiro? Eu não, cruz credo. Vira essa boca pra lá...

Atenção: Esta coluna é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com pessoas, locais ou atitudes, não passa de mera coincidência.

05.12.06, p. 6 "Genal"

## OUVI DIZER...

...**que** mais uma vez o dr. Ítalo Mácola reivindicou o título de “princesinha do Baixo-Tocantins” para a cidade de Igarapé-Miri, na festa da Ascim. Será que o título é válido para uma cidade de ruas esburacadas como a nossa?

...**que** no festival do camarão, a barraca do IDÉPÊ arrasou!....

...**que** no primeiro dia do Festival do Camarão, a prefeita chegou a ameaçar a retirada de uma faixa que estava na barraca da Assistência Social. **Motivo:** o nome da vice bemmmmm grannnde. Mas nada aconteceu. Ainda bem....

...**que** o secretário de Administração Arimatéia tá pisando no pé de muita gente na cidade. Se indispôs recentemente com o gerente da Jarumã, Everaldo Paraguassu, agora ta arrumando encrenca com os ambulantes da frente da cidade. Estão dizendo, por isso que ele foi expulso do PDT.

...**que** em Igarapé-Miri tem gente também recebendo **mensalão** do PT. Vamos descobrir quem são?

...**que** o outro dia o “Paola” virou a maior

tsunami lá na Secretaria de Saúde, pegou a çabocla Jarina, rodou a baiana e vapt! Atirou uma tigelada de mingau de açaí na cara da Morena, e foi mingau pra todo lado, nos computadores, nos documentos, nas paredes, no teto....Rapidamente foi chamado o Castelinho e outras pessoas mais, para testemunharem o fato.

...**que** no Brasil se cria dificuldades para vender facilidades.

...**que** ...oh corrupção! Até ali te enfurnas?

...**que** depois de tanto “embrulho”, o presidente Lula lança um pacote contra a corrupção...

...**que** o cerimonial da prefeita Dilza continua de mau a pior. Desta vez, a grande gafe foi servir água para as autoridades da mesa, na reunião da criação do Território Rural, naquelas garrafinhas tipo granada, depois de ter tantos copos e taças para esse fim. Dizem também que não tiveram nem a preocupação de limpar as garrafinhas que estavam imundas. Que tal um cursinho dinâmico de capacitação de etiqueta e boas maneiras, bem ali em Belém, pelo menos por uma semana?...



## OUVI DIZER...

... **que** o cantor Matos Nascimento ficou fulo da vida quando começou a chover e disse: “se eu soubesse que era assim eu não teria vindo...”

...**que** em determinado momento do show ele, o Matos, disse: “Eu nunca tinha visto palanque desse jeito que a luz fica atrás do cantor. É ruim...” É verdade! Tomara que os futuros organizadores pensem melhor no caso da iluminação do palco, pois no Festival do Açai não tivemos luz incandescente, eram só de cores o que dificulta aos fotógrafos. Na Ficami, tivemos luz incandescente demais que ofuscava os fotógrafos e cinegrafistas. É bom também que coloquem lâmpadas fortes (canhões); em direção do povo, e que possam ser acesas quando necessário, para assim mostrar em filmagens ou fotos a platéia.

... **que** o apelido da prefeita de Igarapé-Miri por aí é a senhor **quebra protocolo**. Porque será hein?...

... **que** a prefeita nunca acerta o nome do vereador Alberto Amorim. Na confraternização da Câmara ela chamou de Luiz Amorim. Porque será? Será porque o Luiz Sefer estava lá?

... **que** a colação do jardim da Escola Ebenézer, marcada para as 18 horas, começou 3 horas depois, precisamente, às 20h e 50 minutos. E que as criancinhas já estavam desmaiando de cansaço, estresse, etc...

... **que** tudo isso aconteceu porque estavam organizando a mesa e as autoridades ainda não tinham comparecido.

... **que** o pior foi quando a prefeita chegou, e foram recebe-la no portão da barraca da santa com microfone sem fio, aí ela mais uma vez *quebrou o protocolo* e pôs-se a falar. Fez prestação de contas em uma colação de grau de jardim infantil, a quase zero hora. Haja saco!... quase saiu uma vaia.

... **que** a mesma coisa a prefeita fez na confraternização da Câmara Municipal. Falou, falou, falou, mas não convenceu. Falou até que está vindo aí o informativo da Prefeitura de Igarapé-Miri. Aprendeu com o Amorim, hein?

... **que** já tem um montão de miriense esperando o informativo da Prefeitura, para comparar o que vem escrito com o que a prefeita não tem feito até hoje.

Dez. 2005, p. 10

## OUVI DIZER...

... **que** no show do cantor evangélico Matos Nascimento, o bigode do pastor Renildo (Ass. De Deus) foi comparado com o bigode do tirano Sadan Hussien, pessoa bem diferente do amado pastor; Matos comparou também o fotógrafo Cunha com o craque Romário (o baixinho), outro grande enganado, pois o Cunha nunca jogou bola na sua vida, só semelhança mesmo. Também o cantor, ao ver a prefeita, a chamou de irmã da Xuxa. Parece? Ilári, iláriê, ô, ô, ô... Ilári, iláriê, ô, ô, ô....

... **que** quando o cantor Matos Nascimento chamou a prefeita de irmã da Xuxa, alguém gritou no meio da multidão:

“ Xuxa?! Ela tá mais pra **XÔXA**, há,,há,há...”

... **que** a prefeita que parece irmã da Xuxa, está comprando uma mansão á pro Ceará. Ô chente, já?!...

...**que** o povo tá querendo saber cadê o avião que ia “decolar” nesse governo. Aliás, já tem muita gente dizendo que a palavra certa não é decolar e sim “descolar” uma grana preta.

... **que** a secretária de educação de Igarapé-Miri está comprando material de construção na sua conta nas lojas da cidade. Será porque a Prefeitura não tem mais crédito? E cadê o dinheiro da educação para esse fim?

...**que** aumenta o número de casas comerciais na cidade que fecharam as portas para as requisições da Prefeitura. Dizem que a prefeita não paga e quando o faz, demora muuuuuuuito....

... **que** o cantor Alex di Camargo, o preferido da atual prefeita para fazer suas músicas de campanha foi esquecido nos Festivais do Camarão e do Açai e nas demais promoções do governo. Alex já está com uma nova música para detonar na próxima eleição, é uma paródia da banda Calypso intitulada “*a Dilza nos traiu*”, cujo refrão é: *A Dilza nos traiu, laranja foi o povo que votou. A Dilza nos traiu, foram mais de 13 mil que ela enganou...*

... **que** o povo está chamando os cinco vereadores da situação de “pau mandado”

... **que** o povo está querendo saber quanto os vereadores da prefeita estão ganhando pra votar contra o povo.

... **que** os vereadores Fuxico, Raimundo Mendonça, Carmozinha, Maria José e Preto, estão sendo marcados pelo povo para as próximas eleições.

.... **que** quando esses cinco vereadores votaram contra as emendas que beneficiam o povo, muitas vaias e gritos de JUDAS, ecoou por toda a Câmara Municipal de Igarapé-Miri e depois pelas ruas da cidade.



Anexo 38 – Exs. de *Ouvi Dizer...*, 2ª quin. fev. de 2007, p. 5.

## OUVI DIZER...

... **que** foi um espanto geral na avenida quando a prefeita se levantou e sambou com aquela sambista do Pintando o Sete.

... **que** o espanto foi maior quando viram o deputado Ítalo Mácola também sambando. O pessoal anda sedento, hein!

... **que** o dr. Manoel Araújo, Álvaro, Edino Pantoja, Larcada Werneck, Pipico, Cláudio Cardin e o bira Júnior fizeram bonito no carnaval..

... **que** o bloco “Pintando o Sete”, pintou o sete de verdade neste carnaval, botando prefeita e deputado pra dançar...

... **que** com a saúde recuperada, Frei Paraguassu reaparece brincando o Carnaval acompanhado de Beto Pureza, Edir Correa, Raimundo Lima de Carvalho (Calango) e d: Geninho Marques.

... **que** a auditoria do Ministério da Saúde que passou por aqui a partir do dia 26, deixou muita gente louca, num frenético corre-corre pra lá e pra cá. Tem gente dizendo: “Vem bomba por ai...”

... **que** a paralização dos professores municipais vai desgastar muito o governo, que deverá tomar urgentes medidas para evitar esse efeito destruidor.

... **que** o deputado federal Wladimir Costa

está fazendo a prefeita de Igarapé-Miri muito conhecida no estado, quando ... **que** no seu programa de rádio fala sobre a “prefeita Barbie”.

... **que** o pessoal fez greve, mesmo sabendo que o repasse da prefeitura acontece nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, e que a prefeita ia pagar as professoras sim, só estava esperando chegar o dia 30. *Opa, fevereiro só tem 28 dias pessoal...*

... **que** os alunos da escola Aristóteles Emilianiano de Castro (ginásio) ficaram presos por mais de duas horas naquele estabelecimento, enquanto o diretor Durval se acertava com uma comissão do Sintep na diretoria.

... **que** ao serem liberados, os adolescentes saíram gritando como loucos: “liberdade!... Liberdade!...” enquanto eram olhados por todos que por ali passavam.

... **que** aquele rapaz quebrou a ambulância porque ele veio do interior e não quiseram atendê-lo no hospital, desesperado, “quebrou o pau” na ambulância.

...**que** a diretora do hospital Afonso Rodrigues (Clinica do Seffer), **Silvana França**, está indo embora de Igarapé-Miri para dirigir outro hospital em Redenção. Parabéns! Prova de competência.

2ª quin. fev. 07, p. 5

Geral



### Anexo 39 - *Jornal Miriense: Breve Histórico*(\*)

No dia 1º de janeiro de 1980, o senhor Dorival Pereira Galvão funda, em Igarapé-Miri, o jornal **Mensageiro do Miri**, periódico mensal que tinha como objetivo [fazer] a defesa dos interesses do município.

Com tiragem de mil exemplares, o **Mensageiro do Miri** invadia os lares mirienses, ocasião em que os jornais da capital pouco se faziam presentes nesta cidade, e a imagem televisiva, era fruto de um pequeno e obsoleto aparelho repetidor, que emitia sinal de um único canal de televisão. Os mirienses, já habituados com a leitura do seu jornal, aguardavam ansiosos a cada edição. As duas primeiras tiragens do **Mensageiro do Miri** foram feitas em tipografia, mas daí pra frente, o jornal ganhou impressão off-set, o que tornou sua imagem com melhor qualidade, maior área de impressão e ganhou mais páginas em seu miolo. Nesse período, o **Mensageiro do Miri** participa de encontros e seminários, um deles na cidade de Novo Hamburgo-RS, onde foi criada a Associação Brasileira de Jornais do Interior – Abrajori, e o **Mensageiro do Miri** teve grande destaque, passando a fazer parte da primeira diretoria daquela entidade, o outro na cidade de São José dos Campos-SP, onde também, foi de grande importância a participação do periódico miriense.

Em junho de 1993, o **Mensageiro do Miri** entra em um novo projeto jornalístico e passa a chamar-se **JORNAL MIRIENSE**.

De lá para cá, nesses 26 anos, o **JORNAL MIRIENSE** cresceu consideravelmente, adquiriu prédio próprio, recebeu cores em sua impressão, enriqueceu sua diagramação e o seu formato, ampliou sua circulação, chegando às cidades de Abaetetuba, Barcarena, Moju, Mocajuba, Baião, Cameté e Belém, esse passo coloca o **Jornal Miriense** lado a lado aos melhores jornais do interior do Estado. A responsabilidade em seus noticiários, aumentou a credibilidade de seus leitores, patrocinadores e autoridades municipais e estaduais, pois esse jornal continua sendo autêntico elo de ligação entre o povo e as autoridades.

O **Jornal Miriense** continua a sua missão de defensor dos interesses de Igarapé-Miri, seguindo a sua estrada, sempre documentando a história desse município, com profissionalismo, imparcialidade e independência.

---

(\*) Cedido pelo editor-chefe do Jornal Miriense, sr. Dorival Pereira Galvão, ao autor da dissertação, em junho de 2013. Encaminhado via *e-mail*, a partir de solicitação do pesquisador. (grifos no original)